

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**ASSOCIAÇÕES ITALIANAS NO INTERIOR PAULISTA NUM ESPAÇO  
PARTILHADO. NACIONALISMO E ITALIANIDADE SOB A PERSPECTIVA  
DA HISTÓRIA LOCAL.**

**ROSANE SIQUEIRA TEIXEIRA**

**SÃO CARLOS**

**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**ASSOCIAÇÕES ITALIANAS NO INTERIOR PAULISTA NUM ESPAÇO  
PARTILHADO. NACIONALISMO E ITALIANIDADE SOB A  
PERSPECTIVA DA HISTÓRIA LOCAL.**

**ROSANE SIQUEIRA TEIXEIRA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi

Co-orientador: Prof. Dr. Karl Martin Monsma (UFRGS)

SÃO CARLOS – SP

Dezembro de 2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

T266ai

Teixeira, Rosane Siqueira.

Associações italianas no interior paulista num espaço partilhado : nacionalismo e italianidade sob a perspectiva da história local / Rosane Siqueira Teixeira. -- São Carlos : UFSCar, 2012.  
266 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Sociologia - história. 2. Associações, instituições, etc. 3. Fascismo - Itália. 4. Italianidade. 5. Nacionalismo. 6. História local. I. Título.

CDD: 301.09 (20<sup>a</sup>)



Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676  
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673  
[www.ppgs.ufscar.br](http://www.ppgs.ufscar.br) - Endereço eletrônico: [ppgs@ufscar.br](mailto:ppgs@ufscar.br)

### **Rosane Siqueira Teixeira**

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em 05 de dezembro de 2011

#### BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi  
Orientador e Presidente

Prof. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso  
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Angelo Trento  
Università degli Studi "L'Orientale" di Napoli

Prof. Dr. José Renato de Campos Araújo  
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Luigi Biondi  
Universidade Federal de São Paulo

Para uso da CPG

Homologado na 28<sup>a</sup> Reunião da CPG-  
Sociologia, realizada em 28/03/2012

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério  
Coordenador do PPGS

*À Benilde,  
símbolo constante de força, amor e fé.*

*À memória de todos os integrantes das  
associações italianas.*

## *Agradecimentos*

*A Deus, que com sua presença, luz e força me abençoa e me guia em todos os caminhos. À Maria, por me mostrar que sou sempre protegida, guiada e iluminada pela presença divina do Pai criador.*

*Aos meus pais, José e Benilde, pelo apoio incondicional. Agradeço a Deus por vocês existirem e fazerem parte da minha vida. Mãe, você é a principal artífice das minhas vitórias e conquistas. Obrigada pelas suas orações e pelas suas palavras de estímulo. Agradeço aos dois por terem me ensinado a caminhar.*

*Às minhas sobrinhas, Juliana e Lígia, pelo modo carinhoso que sempre me receberam em seu apartamento, em São Paulo (nas idas e vindas das minhas “pesquisas de campo”). Por atenderem todas as minhas solicitações, com boa vontade e satisfação. À Lígia, especialmente, pela criação do ícone do cabeçalho da tese e por tantas outras contribuições. Vocês duas serão sempre as minhas “filhas” do coração. Amo vocês!*

*À Rosy, irmã nas horas felizes, irmã nas horas difíceis, irmã de todas as horas.*

*Ao Luiz Ricardo Longo Fracalanza que, por força do destino, colocou em minhas mãos o meu objeto de pesquisa. Obrigada, Ricardo, por deixar aos meus cuidados documentos tão preciosos. Ser-lhe-ei sempre grata.*

*Agradeço ao amigo e coorientador, Prof. Dr. Karl Martin Monsma, meu primeiro contato na UFSCar, por ter acompanhado a minha trajetória desde o mestrado, como orientador. Obrigada por ter me acolhido e me ajudado com suas precisas e incisivas pontuações. Elas foram fundamentais na minha formação. Admiro-o como pessoa e como excelente profissional. Serei sempre sua orientanda.*

*Ao amigo e orientador, Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi, com quem tive a oportunidade de ampliar meus conhecimentos do que é fazer investigação científica. Agradeço-lhe pela confiança e crença no meu potencial. A você e à Roseli, minha amizade e respeito. À Aninha todo o meu carinho.*

*Ao coorientador em Roma, Prof. Dr. Angelo Trento, pela disponibilidade e retorno imediato de meus questionamentos. Agradeço-lhe por ter me recebido tão gentilmente em sua residência, para discutirmos a minha pesquisa: sua orientação e esclarecimentos foram fundamentais. Agradeço-lhe também pela leitura atenta do primeiro capítulo da tese. Admiro-o pela sua simpatia e por conhecer e sistematizar, como poucos, a história dos imigrantes italianos no Brasil. As suas pesquisas sempre foram um referencial para mim. Sra. Rita, obrigada pelo cafezinho delicioso que me serviu.*

*Agradeço a todos os professores do Programa de Pós Graduação em Sociologia. De vocês levarei na memória os ensinamentos e, no coração, a gratidão, o respeito e a saudade.*

*Agradeço à Ana Maria Suficiél Bertolo, assistente de administração, por ter sempre me atendido prontamente. Ana, você é um desses casos raros de funcionalismo público, onde existe competência e responsabilidade. Obrigada pela amizade durante todos esses anos.*

*Ao Silvio e à Patrícia, funcionários do Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli” de Araraquara, com quem tive a oportunidade de conviver por longos períodos de pesquisa (desde o mestrado). Houve fases em que o Arquivo era praticamente a minha segunda casa. Agradeço-lhes imensamente pela presteza, boa vontade e especialmente pela consideração que vocês sempre tiveram comigo.*

*À Sueli, secretária do Circolo Ítalo-Brasileiro de Araraquara, pela simpatia e por estar sempre disposta a contribuir com a minha pesquisa. Sueli, a sua maior contribuição foi ter colocado Luiz Ricardo Longo Fracalanza em meu caminho. Obrigada!*

*À Fátima, funcionária da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade de Araraquara, pela simpatia, boa vontade e prontidão no atendimento.*

*Agradeço ao Prof. Sérgio Luiz de Paiva Bolinelli, diretor do Museu Padre Albino de Catanduva, pela presteza e por toda a atenção que me dispensou desde as primeiras pesquisas.*

*Agradeço aos funcionários da Sociedade Ítalo Brasileira Gabriele d'Annuzio de Catanduva, pela gentileza de ter concedido a consulta dos documentos históricos.*

*Agradeço à Senhora Antonietta Tosoni, responsável pela biblioteca do Centro Studi Emigrazione, em Roma, pela presteza, habilidade e pelo tratamento sempre atencioso. Obrigada pelas dicas. Adorei o Maurizio do "Mai di lunedì", ele é ótimo!*

*Agradeço à Dra. Stefania Ruggeri, responsável pelo Archivio Storico Diplomatico, em Roma, por ter me atendido tão prontamente, passando-me na frente de uma grande lista de espera de pesquisadores, e pelo excelente atendimento.*

*De modo geral, agradeço a todos os funcionários dos arquivos e bibliotecas em que tive a oportunidade de pesquisar.*

*Agradeço a todas as pessoas que me receberam com tanto carinho em Roma.*

*Agradeço a todos os amigos e colegas da UFSCar, que tornaram muito mais fácil minha caminhada no campo da Sociologia.*

*Um agradecimento especial a todos os meus entrevistados. Vocês me deram as pistas para um percurso de longo caminho. Obrigada!*

*Ao Prof. Dr. Luigi Biondi, pelas sugestões atentas e valiosas na qualificação.*

*Os meus respeitosos agradecimentos aos membros da banca examinadora da defesa.*

*À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por todo apoio concedido durante o doutorado (bolsa DR). Do mesmo modo, ao/à parecerista da FAPESP, pela leitura e comentários cuidadosos dos relatórios.*

*À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES-MEC) que, por meio do Programa de Estágio de Doutorando no Exterior (balcão), tornou possível meu estágio em Roma.*

*Por fim, agradeço de coração, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, compartilharam desse longo caminho.*

# Resumo

---

Esta tese de doutorado busca compreender a trajetória de dois grupos de dirigentes italianos no âmbito de suas associações, a *Società Italiani Uniti (SIU)* e a *Società Italiana di Mutuo Soccorso “Gabriele d’Annunzio” (SIMS”Gd’A”)*, localizadas respectivamente em Araraquara (SP) e em Catanduva (SP), sob a perspectiva da *história local*, questionando-se como a emergência do fascismo em seus espaços marcou essas trajetórias. O período estudado abrange o final do século XIX até 1942, concentrando maior atenção nos anos 20 e 30 do século XX. É possível afirmar que o resultado da emergência do fascismo no âmbito das associações, e conseqüentemente na trajetória dos dirigentes, está intrinsecamente relacionado às condições locais de cada colônia italiana. Nesse sentido, Araraquara se desenvolveu no contexto do coronelismo, sua sociedade era hostil e relativamente fechada. A inserção social dos imigrantes italianos só foi aos poucos conquistada. Já a inserção política, o modo alternativo encontrado por alguns foi o de participar da Loja maçônica local. Em Catanduva, ao contrário, cujo desenvolvimento ocorreu simultaneamente com a chegada dos imigrantes, havia maior permeabilidade de inserção tanto social como política. A penetração fascista na *SIU* e na *SIMS”Gd’A”* aconteceu em momentos distintos e de modos diferenciados. Já em 1928, por poder de ação de um grupo de sócios, a *SIU* era conhecida como o que aqui se chama de espaço partilhado, onde beneficência e fascismo funcionavam abertamente. A partir dos anos 30, ela começa a decair. Por sua vez, a *SIMS”Gd’A”* somente partilhou o seu espaço efetivamente quando se transformou em *Casa d’Italia*, em 1937, por meio de um consenso entre os sócios, tornando-se a única instituição oficial da italianidade de Catanduva. Tanto a *SIU* como a *SIMS”Gd’A”* deram uma importante contribuição para a consolidação da italianidade nas colônias italianas. Um estudo sistemático dessas duas associações só foi possível devido ao acesso às Atas das Assembleias. Também foi utilizada farta documentação “rastreada” em arquivos e instituições públicas e privadas, tanto no Brasil como na Itália (Roma). Além disso, dados adicionais foram coletados por meio de depoimentos pessoais, sobretudo de descendentes de italianos.

**Palavras-chave:** Associações italianas. Fascismo italiano. Italianidade. Nacionalismo. História local.

# Abstract

---

This thesis seeks to develop an understanding of the trajectories of two groups of Italians who were members of the management board of two organizations, namely *the Società Italiani Uniti* (SIU) and *the Società Italiana di Mutuo Soccorso "Gabriele D'Annunzio" ("SIMS" Gd'A")*, located in Araraquara (SP) and in Catanduva (SP), respectively; this investigation was performed from the perspective of the local history, offering some reflections on the ways in which these trajectories have been significantly marked by the rise of fascism. The study covers a period from the end of the 19th century until 1942, with special focus on the 1920s and 1930s in the twentieth century. Thus, it is plausible to say that the effect of the rise of fascism in their organizations, and consequently in the trajectory of the leaders, is intrinsically related to the local conditions of each Italian colony. In this sense, Araraquara has been developed and shaped by the concepts of colonialism and there was some evidence of a closed society and a hostile environment. The social integration of Italian immigrants occurred through a gradual process. However, with respect to the political insertion, some of them have found an alternative path and joined the local Masonic Lodge. Conversely, in Catanduva, the growth of the town has occurred due to the arrival of immigrants, and it was found that there was greater permeability of social and political integration. The doctrine of fascism was incorporated into the *SIU* and *SIMS" Gd'A"* at different times and in different ways. In 1928, empowered by the actions of a group of partners, the *SIU* was recognized as a shared space where beneficent actions and fascism occurred in an open manner. Hence, the *SIU* began to decline in the 1930s. Therefore, the *SIMS" Gd'A"* only shared its space effectively when it became *Casa d'Italia*, in 1937, as agreed by consensus among the members, then becoming the only institution to represent Italianity in Catanduva. Both the *SIU* and *SIMS" Gd'A"* offered an important contribution to the consolidation of Italianity in the Italian colonies. Because of access to the official records of the board meeting proceedings of these two organizations was provided, it was possible to carry out a systematic study. It was also used a wide range of public and private records, both in Brazil and in Italy (Rome). Moreover, additional data were collected through face-to-face interviews, mainly of the descendants of Italians.

**Keywords:** Italian Associations. Italian Fascism. Italianity. Nationalism. Local History.

## Índice de ilustrações

<b>Figura 1.1</b> Araraquara, Rua do Commercio, esquina da Avenida 10, 1908 (atual Rua Nove de Julho, esquina da Av. Feijó) .....	<b>56</b>
<b>Figura 1.2</b> Araraquara, Rua do Comércio, 1928 .....	<b>67</b>
<b>Figura 1.3</b> Catanduva, 1925 .....	<b>70</b>
<b>Figura 1.4</b> Mapa de Catanduva, 1919-1920 .....	<b>71</b>
<b>Figura 2.1</b> Araraquara, Avenida 1 (atual Avenida Brasil), 1912 .....	<b>80</b>
<b>Figura 2.2</b> Società Italiani Uniti, Araraquara, s/data.....	<b>95</b>
<b>Figura 2.3</b> Parte interna da Società Italiani Uniti, Araraquara, s/data.....	<b>97</b>
<b>Figura 2.4</b> Prédio social da Società Italiana di Mutuo Soccorso “Gabriele d’Annunzio”, Catanduva, s/data.....	<b>126</b>
<b>Figura 2.5</b> Livro do Estatuto da SIMS”Gd’A”, Catanduva, 1920.....	<b>128</b>
<b>Figura 2.6</b> Casa d’Italia, Catanduva, 10/07/1937.....	<b>133</b>
<b>Figura 3.1</b> Templo da Loja Maçônica Caridade Universal Terceira, Araraquara, 2008 .....	<b>168</b>

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1.1</b> Imigrantes chegados ao Estado de São Paulo em comparação aos estrangeiros trazidos da Hospedaria dos Imigrantes para Araraquara, 1886-1899 .....	<b>65</b>
<b>Tabela 1.2</b> Número de italianos em Araraquara no ano de 1902, no meio urbano, em relação aos habitantes, aos nacionais e aos estrangeiros .....	<b>66</b>
<b>Tabela 2.1</b> Comparação entre o número total de associações estrangeiras e o das italianas de beneficências do Estado de São Paulo, 1907-1928 .....	<b>78</b>
<b>Tabela 2.2</b> Società Meridionali Uniti: número de sócios .....	<b>82</b>
<b>Tabela 2.3</b> Società Italiana di Mutuo Soccorso: número de sócios .....	<b>84</b>
<b>Tabela 2.4</b> Società Italiana di Beneficenza: número de sócios .....	<b>85</b>
<b>Tabela 2.5</b> Società Italiani Uniti: número de sócios .....	<b>99</b>
<b>Tabela 3.1</b> Faixa etária de parte dos membros da SIU, 1920 .....	<b>146</b>
<b>Tabela 3.2</b> Condição jurídica de alguns sócios da SMU, SIMS, SIB e SIU (1890-1927) .....	<b>163</b>
<b>Tabela 3.3</b> Condição jurídica de parte dos dirigentes da SMU, SIMS, SIB e SIU (1890-1927) .....	<b>164</b>

## Índice de Gráficos

<b>Gráfico 3.1</b> Número de dirigentes que compraram e venderam imóveis (1900-1928) .....	<b>154</b>
<b>Gráfico 3.2</b> Compras e vendas de imóveis efetuadas por parcela dos dirigentes (1900-1928) .....	<b>155</b>

## Índice de Quadros

<b>Quadro 1.1</b> Profissões, 1915 .....	<b>68</b>
<b>Quadro 1.2</b> Indústrias, 195 .....	<b>68</b>
<b>Quadro 1.3</b> Comércio, 1915 .....	<b>68</b>
<b>Quadro 2.1</b> Gestão dos membros do Conselho Diretor da SIB, 1908-1918 .....	<b>92</b>
<b>Quadro 2.2</b> Participação dos sócios nas Assembléias, 1931-1937 .....	<b>116</b>
<b>Quadro 3.1</b> Relação quantitativa da origem dos italianos das associações de socorro mútuo e beneficência de Araraquara (SMU, SIMS, SIB e SIU), 1900-1941 .....	<b>141</b>
<b>Quadro 3.2</b> Demonstrativos de casamentos dos membros das associações italianas de Araraquara, 1889-1932 .....	<b>145</b>
<b>Quadro 3.3</b> Atividades profissionais dos membros que representaram a diretoria da SIB, 1908 .....	<b>156</b>
<b>Quadro 3.4</b> Atividades profissionais dos sócios que compuseram a diretoria da SIU, 1921-1938 .....	<b>156</b>

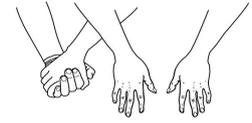
## Lista de abreviaturas

<b>AESP</b>	Arquivo do Estado de São Paulo
<b>ASMAE</b>	Archivio Storico Ministero degli Affari Esteri
<b>APHRT</b>	Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli”
<b>APMPA</b>	Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Araraquara
<b>BMAE</b>	Biblioteca Ministero degli Affari Esteri
<b>BNRJ</b>	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
<b>BPMMA</b>	Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade
<b>Cd’I</b>	Casa d’Italia
<b>DEOPS</b>	Delegacia de Ordem Política e Social
<b>GOB</b>	Grande Oriente do Brasil
<b>GOSP</b>	Grande Oriente de São Paulo
<b>LMCUT</b>	Loja Maçônica Caridade Universal Terceira
<b>MPA</b>	Museu Padre Albino
<b>PNF</b>	Partido Nacional Fascista
<b>SEADE</b>	Fundação Sistema Estadual de Dados
<b>SIB</b>	Società Italiana di Beneficenza
<b>SIBGd’A</b>	Sociedade Ítalo-Brasileira Gabriele d’Annunzio
<b>SIMS</b>	Società Italiana di Mutuo Soccorso
<b>SIMS”Gd’A”</b>	Società Italiana di Mutuo Soccorso “Gabriele d’Annunzio”
<b>SIU</b>	Società Italiani Uniti
<b>SMU</b>	Società Meridionali Uniti

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 1 – Estabelecendo paralelos .....</b>	<b>29</b>
1.1 “La Patria Lontana”: a emigração na visão de Enrico Corradini .....	31
1.2 Italianidade e Nacionalismo .....	35
1.2.1 Italianidade.....	36
1.2.2 Nacionalismo sob a ótica das teorias contemporâneas.....	48
1.3 Araraquara.....	56
1.3.1 Fundação e política .....	56
1.3.2 Imigrantes no Brasil: breve relato .....	60
1.3.3 Estabelecimento das lavouras cafeeiras no município de Araraquara e a vinda dos imigrantes .....	61
1.3.4 Italianos em Araraquara .....	65
1.4 Catanduva.....	70
<b>Capítulo 2 – Associações italianas num espaço partilhado: suas funcionalidades .</b>	<b>76</b>
2.1 As primeiras associações italianas de Araraquara.....	80
2.1.1 Società Italiana di Beneficenza .....	84
2.1.1.1 A representatividade dos dirigentes da SIB .....	91
2.2 Società Italiani Uniti.....	95
2.2.1 Os estatutos da SIU .....	99
2.2.1.1 Anos de 1920: primeiro estatuto. ....	100
2.2.1.2 A representatividade dos dirigentes da SIU (1921-1937) .....	104
2.2.1.3 Anos de 1930: segundo estatuto.....	114
2.2.1.4 Terceiro estatuto (1938-1941).....	120
2.3 Società Italiana di Mutuo Soccorso “Gabriele d’Annunzio”.....	126
2.3.1 A representatividade dos dirigentes da SIMS”Gd’A” (1928-1942) .....	132
2.3.2 Casa d’Italia .....	133
<b>Capítulo 3 – Por uma história local: os dirigentes das associações italianas .....</b>	<b>139</b>
3.1 Os dirigentes das associações.....	140
3.1.1 Ascensão social e financeira de parcela dos dirigentes.....	150
3.1.2 A questão da naturalização.....	159
3.1.3 Os dirigentes e suas escassas participações na política local.....	164
3.1.4 A participação de membros das associações na Loja maçônica local.....	168

<b>Considerações Finais .....</b>	<b>177</b>
<b>Fontes citadas.....</b>	<b>181</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>185</b>
<b>Apêndice A – Biografias .....</b>	<b>198</b>
<b>Apêndice B – Eleições da Società Italiana di Beneficenza .....</b>	<b>227</b>
<b>Apêndice C – Eleições da Società Italiani Uniti (1921-1937).....</b>	<b>234</b>
<b>Apêndice D – Eleições da Società Italiana di Mutuo Soccorso Gabriele d’Annunzio (1928-1937) e da Casa d’Italia (1938-1942).....</b>	<b>254</b>



# INTRODUÇÃO

---

Esta pesquisa tem como foco central a trajetória de dois grupos particulares de imigrantes italianos que dirigiam duas associações, uma de beneficência e outra de socorro mútuo, partilhadas pelo fascismo, permeadas pela maçonaria e defensoras do nacionalismo e da italianidade. São elas: a *Società Italiani Uniti*<sup>1</sup>, que existiu em Araraquara (SP) durante os anos de 1920 a 1941, e a *Società Italiana di Mutuo Soccorso “Gabriele d’Annunzio”*<sup>2</sup>, localizada em Catanduva (SP) e cujo período de existência se estendeu de 1920 a 1942. Buscou-se fazer uma análise comparativa entre esses dois grupos de dirigentes, para compreender as suas trajetórias no âmbito dessas associações, sob a perspectiva da *história local*, perguntando-se como a emergência do fascismo em seus espaços marcou essas trajetórias. Este estudo abrangeu o período entre o final do século XIX e o ano de 1942, concentrando maior atenção nos anos 20 e 30 do século XX.

No Brasil, o tema das associações mútuas, apesar de apresentar uma notável dimensão, encontra-se em fase inicial de pesquisas, sobretudo se compararmos com a produção historiográfica existente nos países latino-americanos (ESTRADA, 1992; SILBERSTEIN, 1992; BESTENE, 1992; FERNANDEZ, 1992; DEVOTO, 1991 e 1992a; BAILY, 1982 etc.) e europeus (MARUCCO, 1992; TRENTO, 1992; ROSOLI, 1992 etc.). A recente produção acadêmica tem dado uma significativa atenção à análise do mutualismo no mundo do trabalho (BATALHA, 1999; FORTES, 1999; BIONDI, 2002 etc.), na medida em que ela questiona se há ou não relações de continuidade entre as mútuas e as associações de resistência operária. Outras produções como, por exemplo, Trento (1989), Bertonha (2001), Martins (1973 e 1992) e Oliveira (2008) estudaram este tema em trabalhos mais amplos.<sup>3</sup>

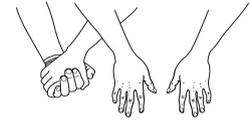
Entre os estudos em curso, destacam-se os de Viscardi (2003, 2004 e 2006), que se concentram nas mútuas localizadas em Minas Gerais, especificamente em Juiz de Fora, com ênfase nas complexas relações entre mutualismo e filantropia. Este tema tem como referência o trabalho pioneiro de De Luca (1990), que, ao estudar as inúmeras associações de socorros mútuos espalhadas pelas principais cidades do Estado de São Paulo, focalizando sobretudo a Capital e a cidade de Santos, teve como argumento principal que estas não deram

---

<sup>1</sup> Doravante *SIU*.

<sup>2</sup> Doravante *SIMS “Gd’A”*.

<sup>3</sup> Note-se, contudo, que, num levantamento quantitativo recentemente organizado por Viscardi (2010) sobre as produções do tema do mutualismo, desenvolvidos por historiadores (período de 1970 a 2010), ela constatou que a partir do ano de 2001 houve um crescimento considerável.



origem e nem se confundem com o sindicalismo. Outro trabalho importante, também considerado pioneiro, é o de Kushnir (1996), que explora o interior de duas associações de socorros mútuos pertencentes a imigrantes judeus, uma localizada no Rio de Janeiro e a outra em São Paulo, e mostra o mundo da prostituição de mulheres judias e suas buscas pela manutenção de uma identidade étnico-religiosa. Por sua vez, merece destaque o estudo de Silva Jr. (1999). Ele examinou a relação das associações mútuas com o Estado, a elite econômica e os potentados locais e verificou que havia troca de favores entre estas instituições. Silva Jr. concluiu que, por um lado, garantiam-se os benefícios e a proteção, por outro, obtinham-se favores políticos. Ele apontou que o mutualismo pode ser usado como estratégia para atingir determinados fins, especialmente o de evitar o descenso social.<sup>4</sup> O trabalho mais recente deste tema foi desenvolvido por Furlanetto (2008) em sua tese de doutorado, que teve como foco principal as associações mútuas italianas da cidade de Ribeirão Preto (SP). Ela procurou demonstrar as diferentes estratégias utilizadas pelos italianos no contexto das associações. De maneira geral, nota-se que as discussões giram em torno da sociabilidade, da solidariedade mútua e do reforço da identidade étnica.

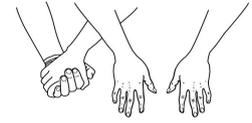
Aliás, estes foram os temas que mais despertaram o interesse no debate sobre as associações italianas fundadas entre o final do século XIX e início do XX, não só no Brasil como no exterior. De fato, tais associações se constituíram como espaços de convivência entre os compatriotas, os quais trocavam experiências, lembranças e falavam a língua afetiva. Além do mais, elas representaram um papel decisivo na defesa contra os infortúnios de doenças, mortes e na falta de trabalho momentâneo. Como bem define Fernando F. Devoto (1992b, p. 223), as associações de socorros mútuos eram “fundamentalmente um espaço plurifuncional de interação entre as pessoas”.

Claro, estas discussões também fazem parte da nossa problemática de estudo e as colocamos com a maior acuidade possível. Contudo, nos trabalhos já desenvolvidos não é incomum encontrar relatos de que as associações filtravam os temas nacionalistas por meio dos nomes, do estandarte, nas comemorações de datas nacionais, na defesa da cultura e da língua etc.<sup>5</sup> Todavia, dificilmente ao nacionalismo é dada uma atenção especial.

---

<sup>4</sup> Desse autor, destaca-se também sua tese de doutorado: SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (Estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese de doutorado. Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2004.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, De Luca (1990); Trento (1989); Biondi (2002); Bertonha (1998b).



De fato, o nacionalismo, aqui entendido como “nacionalismo imaginado” (ANDERSON, 2005)<sup>6</sup>, estava onipresente nas associações italianas. Em 1937, por exemplo, Pisani (1937, p. 1255) assinalava: “a função histórica das nossas associações sempre se revela importante e eficaz na defesa da nacionalidade”. Contudo, é importante assinalar que, por bastante tempo, mesmo que seus integrantes pertencessem à “comunidade italiana”, não era raro que eles proclamassem o nacionalismo italiano e sustentassem ou perpetuassem o local de origem, pois o caráter tardio do processo de construção do Estado italiano (a Itália foi unificada em 1861) impediu que muitos imigrantes adquirissem uma plena consciência da própria nacionalidade antes de partir. Essa consciência somente existia, no melhor dos casos, de forma difusa. O local de origem era, para muitos imigrantes, o único ponto de referência que eles poderiam contar. Segundo Trento,

a consciência de pertencerem ao mesmo país surgirá, a duras penas, somente a partir do século XX, favorecida pela consciência de se saberem estrangeiros e pela uniformidade nacional que era atribuída aos imigrantes pela opinião pública brasileira. Contudo, por um bom tempo, o traço distintivo será o regionalismo, alimentado, num processo cumulativo, por mecanismos de homogeneidade e solidariedade restrita (TRENTO, 1989, p. 162).

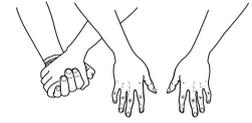
Destaque-se que Biondi (2002), ao analisar as associações étnicas e de classe entre o período de 1890 e 1920, na cidade de São Paulo, concluiu que “não havia um nacionalismo tão difuso nas sociedades de socorro mútuo italianas como estávamos acostumados a crer” (p. 421).

Na verdade, foi somente com a ascensão do fascismo ao poder que o grau de penetração e difusão do discurso nacionalista se fortaleceu no âmbito das associações. Há de se ressaltar que, além de defensoras do nacionalismo, elas “sempre foram um foco de italianidade” (PISANI, 1937, p. 1255). Devoto (1992b) sustenta que o horizonte simbólico do imigrante italiano, que pertencia a uma associação, era construído simultaneamente em torno da italianidade. Portanto, nacionalismo e italianidade são conceitos fundamentais e esta tese se propõe definir com clareza o significado dessas duas áreas de estudos.

De antemão, contudo, é essencial perceber que a questão nacionalismo-emigração-italianidade foram objetos de constante atenção do governo italiano, sobretudo a partir do movimento nacionalista e, mais à frente, do advento do fascismo. Essa questão era considerada sob o ponto de vista de uma política de expansão imperialista, que almejava promover a formação da consciência nacional. Consecutivamente, com a consolidação do

---

<sup>6</sup> Ele ocorre com pessoas que talvez nunca se encontrem, mas se consideram unidas por um sentimento único de pertença e lealdade.



fascismo foi introduzida uma nova perspectiva para a solução deste problema: a identificação da italianidade com o fascismo. No âmbito de nosso tema, essas discussões adquiriram um significado importante com referência às associações italianas, pois elas foram objetos de constante atenção tanto por parte do movimento nacionalista como por parte do fascismo.

É importante enfatizar, como afirma De Luca (1990, p. 140), que os estatutos das associações étnicas “revelam a existência de um conjunto variado de práticas destinadas a manter vivos os laços com a terra distante”. De fato, e isso é perfeitamente demonstrado nas Atas das Assembleias da *SIU* e da *SIMS”Gd’A”*, as quais utilizavam as funções<sup>7</sup> como instrumentos de construção e de reforço de um consenso, por parte da colônia italiana<sup>8</sup> residente, baseado na ótica do nacionalismo e na defesa da italianidade. Valores que figuravam nos seus Estatutos. Assim, o que conduz esta análise também passa pela compreensão de como as associações mobilizavam suas funções para manter a colônia coesa, buscando alcançar um consenso.

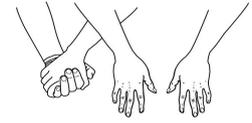
A problemática das associações italianas suscita outra questão ainda não resolvida pela literatura que trata deste tema, especificamente no período fascista, e que foi levantada pelo historiador João Fábio Bertonha (1998b, p. 160). Ele, ao focalizá-las em sua intrínseca relação com o fascismo, questiona se “houve crescimento ou decadência dessas associações sob o domínio fascista”, e sublinha que “tais dados não existem”. Trata-se, certamente, de uma questão intrigante e a nossa tese oferece uma interpretação a essa temática.

Há de se ressaltar que o período fascista italiano foi muito mais estudado sob o ponto de vista macro do que micro. Acreditamos que as razões não estão no desinteresse dos pesquisadores, mas, além de escassa documentação, o fascismo se tornou um tabu, sobretudo para os descendentes daqueles que o defendiam na época, que são principalmente a elite italiana local, o que dificulta o trabalho de investigação. Isso ficou claramente demonstrado ao perguntarmos aos nossos entrevistados se seus avôs (ou pais) tinham sido fascistas, ou ao ler as poucas biografias de integrantes da *SIU* e da *SIMS”Gd’A”*. Havia sempre uma unanimidade em negar tal fato e uma omissão em escrevê-lo. Nesse sentido, concordamos com Pollak (1989), quando ele se refere às “lembranças proibidas (...), indizíveis (...) ou vergonhosas”. Para o autor, existe uma fronteira entre o *dizível* e o *indizível*, que separa a

---

<sup>7</sup> Especificadas mais adiante.

<sup>8</sup> Conforme as Atas das associações, a colônia italiana engloba os italianos, inclusive os naturalizados brasileiros, e seus descendentes nascidos no Brasil. Ressaltamos que é esse o significado que colônia italiana assume neste trabalho.

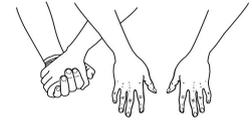


memória coletiva *subterrânea* da sociedade civil ou de grupos específicos, da memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária deseja passar ou impor.

Contudo, se hoje o fascismo se apresenta a nós “por vívidas imagens primárias”, como por exemplo, “a imagem de um ditador todo-poderoso personaliza o fascismo” (PAXTON, 2007, p. 23), em sua época representou, para parte da elite italiana, não só da Capital paulista, mas do interior, um momento de grandeza. Não se sabe ao certo o ano em que houve a penetração fascista na *SIU*. Mas ela funcionava também como centro de filiação do Partido Nacional Fascista e Giuseppe Aufiero era o seu secretário em Araraquara, inclusive, por coincidência (ou não), ele assumiu a presidência da associação no mesmo ano em que foi constituído o primeiro *Fascio* em São Paulo, em 1923. Só é possível afirmar, pois documentos comprovam, que em 1928 a *SIU* já era conhecida como o que chamamos de espaço partilhado, onde beneficência e fascismo funcionavam abertamente. Ademais, vinte e nove integrantes dela também faziam parte da Loja maçônica local; coexistência de posições declaradas como incompatíveis na Itália, principalmente, e na Capital paulista devido à divergência entre maçonaria e fascismo. Mas em cidades do interior paulista, como Araraquara, cuja estrutura pela qual foi desenvolvida calcou-se num contexto de prevalências de poder, encabeçada pelos “coronéis”, era uma forma alternativa de participar da política local, sobretudo para os imigrantes italianos que tiveram que se adaptar a uma sociedade hostil e relativamente fechada; suas inserções na sociedade local foram conquistadas gradualmente.

A *SIU* foi fundada a partir da fusão de duas outras associações italianas criadas no início do século XX em Araraquara. Essas associações tinham entre seus principais objetivos promover um consenso entre a colônia italiana em torno dos valores de italianidade, o que não foi nada fácil, visto que havia uma coincidência temporal entre o processo de unificação com o fenômeno migratório em relação à construção do pertencimento nacional. Ademais, elas eram caracterizadas, sobretudo, pelo regionalismo.

Com a emergência do fascismo no interior da *SIU*, a questão do consenso se tornou ainda mais necessária e as funções, as quais reunimos sob a denominação de construir, defender e fortalecer a italianidade no seio da colônia italiana, termos frequentemente utilizados em seus Estatutos, ficaram mais agressivas; o fascismo tentou politizar a italianidade. Do mesmo modo que as anteriores, para atingir seus objetivos, a *SIU* utilizava como meios: o ensino da língua italiana, com a abertura de escolas e biblioteca com sala de



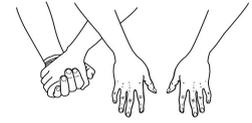
leitura, onde se encontravam jornais italianos publicados no Brasil como, por exemplo, o *Fanfulla*; a difusão da cultura, com a apresentação de peças teatrais e espetáculos musicais; a valorização das glórias do passado, com as comemorações de datas cívicas italianas; entre outros.

Por sua vez, a *SIMS''Gd'A''* mantinha as mesmas funções da *SIU*, mas a penetração fascista ocorreu de forma gradual. Informações indiretas, contidas nas Atas, levam-nos a suspeitar que ela teria começado a partir da presidência de Aristide Muscari (ano de 1926) e mais adiante fortalecida por Giuseppe Zaccaro, presidente entre 1928 e 1942. Anos depois, em 1931, Aristides Muscari, sócio da *SIMS''Gd'A''* e secretário do *Fascio* local, propôs à diretoria juntar as duas instituições. Contudo, a proposta foi levada à votação e rejeitada pela maioria dos sócios. Seis anos mais tarde, em 1937, a *SIMS''Gd'A''* foi definitivamente controlada pelo fascismo e transformada em *Casa d'Italia*. É importante salientar que nesse intervalo a *SIMS''Gd'A''* funcionou, sobretudo, como palco de discussões dos feitos da Itália fascista. Assim como a *SIU*, a *SIMS''Gd'A''* era permeada pela maçonaria, pois cinco de seus membros participavam da Loja maçônica local. Na verdade, não há pistas que indiquem o motivo da participação desses sócios na maçonaria. Ressalte-se, entretanto, que, diferentemente de Araraquara, o desenvolvimento de Catanduva (sua comarca foi instalada no ano de 1920) ocorreu simultaneamente com a chegada dos imigrantes e tanto a inserção como a ascensão, social e política, dos imigrantes foram mais fáceis.

Retomando, o espaço da *SIMS''Gd'A''* somente foi partilhado efetivamente quando ela se tornou *Casa d'Italia*. Segundo Enzo Santarelli (*Apud* TRENTO, 1989, p. 333), as *Casa d'Italia* constituíram para os *Fasci* “a projeção externa mais eficaz num clima de lisa oficialidade”. De fato, pois, de modo geral, elas aglutinavam o *Fascio*, o *Dopolavoro*, a Agência Consular, a *Dante Alighieri*, entre outras instituições. Mas a aceitação em transformar-se em *Casa d'Italia* significava, na verdade, abrir mão da liderança já consolidada, uma vez que elas eram dirigidas pelo *Fascio*, sob a supervisão do consulado (GUERRINE e PLUVIANO, 1995).

No caso da *Casa d'Italia* de Catanduva, ela se tornou a instituição oficial (e única) da italianidade, pois nela passou a funcionar o *Fascio* e da *Agência Consular*.

Já no caso da *SIU*, tudo indica que ela era mais forte como associação e não queria perder sua autonomia. A aceitação de um projeto de *Casa d'Italia* a levaria a ficar numa situação não de inferioridade, mas sem domínio.



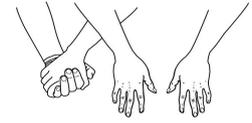
Não por acaso, os resultados foram diferentes para cada associação. Durante os anos de 1920 até 1930, a *SIU* conseguiu reunir um número substancial de sócios. A partir daí, ela começa gradualmente a perdê-los. Desse período em diante, a *SIU* não consegue mais se reerguer e as leis decretadas por Getúlio Vargas, em 1938, contribuem ainda mais para apressar o seu fim. Além disso, ela não teve o apoio necessário do governo italiano na ocasião desses decretos.

Por sua vez, com os decretos de Vargas, a *Casa d'Italia* sofreu abalos no quadro social, pois ficou proibida a participação de filhos de italianos nascidos no Brasil ou aos italianos naturalizados de participarem em associações, mas não cessou suas atividades. O seu fechamento só ocorreu em 1942, quando o Brasil se posicionou contra os países do eixo, entre eles, a Itália. Portanto, o que se observa aqui são duas associações, localizadas em cidades desenvolvidas em circunstâncias distintas, envolvidas pelo mesmo regime, mas introduzido de modos diferentes pelos seus dirigentes.

Diante deste contexto, temos como hipótese central que o resultado da emergência do fascismo no âmbito das associações, e conseqüentemente na trajetória de seus dirigentes, está intrinsecamente relacionado às condições locais de cada colônia italiana. Desse modo, pretendemos contribuir para um novo debate histórico-social sobre o tema, a partir da penetração do fascismo nas associações, suprindo assim algumas lacunas.

É importante assinalar que pouco se sabe sobre a experiência associativa dos imigrantes italianos no interior paulista, da sua representatividade dentro do universo italiano e, sobretudo, da penetração fascista no interior das associações numa perspectiva local. Nesse sentido, ao elegermos o *local* como perspectiva de abordagem metodológica, para analisar comparativamente a trajetória dos dois grupos que dirigiam as associações partilhadas pelo fascismo, permeadas pela maçonaria e defensoras do nacionalismo e da italianidade, mais especificamente localizadas nas cidades de Araraquara e Catanduva, entre o final do século XIX e o ano de 1942, estabelecemos um recorte, uma fronteira, onde algo começou a se fazer presente: sociabilidades diversas em temporalidades e espacialidades variadas. Na verdade, trata-se de uma história local, de vizinhanças e de pequenos grupos, onde o tempo e o espaço não se separam e cada *detalhe* (FREUD, s/d) adquire um significado próprio.

Na história local a relação tempo-história é de fundamental importância. Enquanto a história dos grandes processos trabalha com a noção de um tempo uniforme, comum a todos os espaços, para a história local importa “o tempo dos lugares”, ou seja, o tempo vivido em cada localidade, o qual é composto por um conjunto de experiências



distintas num mesmo momento histórico (BARBOSA, 1998). Como por exemplo, quando Mussolini propagou a campanha contra a maçonaria, no início dos anos de 1920, as Lojas italianas em São Paulo decidiram expurgar os membros que eram fascistas. Contudo, nas cidades do interior, como Araraquara e Catanduva, a questão maçônica-fascismo não teve a mesma repercussão. No transcorrer dos conflitos em São Paulo, a rotina das Lojas maçônicas do interior permaneceu na normalidade, como se ali os acontecimentos ocorressem à margem da História.

A respeito das noções de temporalidades diferentes, vale destacar algumas considerações de José de Souza Martins:

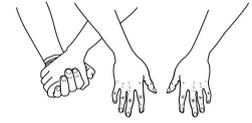
[Baseado em Henri Lefebvre] A sociedade atual não é constituída de uma temporalidade única. O contemporâneo é a contemporaneidade dos tempos históricos, das vivências desencontradas porque situadas diferencialmente no percurso da História. A sociedade contemporânea se desenvolve em ritmos desiguais: a agricultura caminha mais devagar do que a indústria, o proletariado mais devagar do que a burguesia (...). Muitos nem mesmo chegaram ainda ao mundo da escrita e do livro, enquanto em outros pontos da sociedade dizem que o livro já é obsoleto e está sendo superado pela tela do computador (MARTINS, 2010, p. 149).

Marx já havia demonstrado o atraso do campo em relação à cidade. Sua teoria da renda da terra tem como premissa esse atraso. (...) Urbano e rural não são realidades substantivamente diversas. A metrópole paulistana é amplamente rural nos costumes dos bairros, sobretudo pobres, no modo de habitar. (...) O urbano está no rural, de muitos modos: o rádio, o carro, a antena parabólica, o avião. Os espaços se encurtam, num certo sentido, mas o descompasso permanece (MARTINS, 2010, p. 150).

Assim, para não cair num artificialismo histórico, torna-se necessário captar a temporalidade específica do espaço que se estuda (BARBOSA, 1998).

Cabe ressaltar que a história local não é o âmbito miniaturizado da História. Enganam-se aqueles que supõem que nela ocorrem, necessariamente, em pequena escala, os grandes processos da História (MARTINS, 2010, p. 116). Do mesmo modo, a história local não tem como finalidade testar a plausibilidade das grandes generalizações e teorizações estabelecidas acerca dos processos históricos, como argumenta Silva (1990, p. 43-49). Se assim fosse, ela seria apenas um acessório da história que se ocupa dos grandes processos.

A história local é a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da História, pelos processos mais amplos e significativos. Isto é, embora na história local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ela ganha sentido por meio deles, quase sempre ocultos e invisíveis. (...) A história local é certamente um momento da História, mas momento no sentido de expressão particular e localizada das contradições históricas (MARTINS, 2010, p. 116-117).



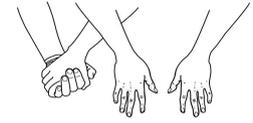
Outro ponto a ser destacado quando se utiliza a história local como metodologia, é a observância que deve ser feita em relação à espacialidade. No ensaio intitulado *Região e História: Questão de Método*, Silveira (1990, p. 17-42) faz uma crítica à produção historiográfica que, em determinadas abordagens, não atenta para o problema da definição do espaço a ser estudado. Este, seja qual for a configuração escolhida, na maioria das vezes pautada pela geografia política (cidade, município etc), vem *a priori* como um *dado*, já aceito e acabado, um produto. De modo que, esta maneira de proceder resulta na escolha de recortes espaciais de acordo com determinações impostas a partir da política ou da geografia, camuflando assim a historicidade dos espaços. Nesse sentido, há de se observar as relações orgânicas que determinados espaços mantêm com outros em diferentes momentos históricos.

Logo, compreender a trajetória dos dois grupos de dirigentes em questão no âmbito das associações, numa perspectiva local, implica em lidar com o tempo e o espaço, “priorizando a dimensão propriamente histórica dos processos sociais, sua historicidade” (MARTINS, 2010, p. 135).

Partindo da premissa de que “ignorar documentos é isolar a Sociologia de todo processo de mudança social, que é um dos conceitos fundamentais da própria disciplina” (MANN, 1983, p. 87), optamos por trabalhar com fontes escritas e orais, “especialmente pela riqueza que a complementaridade entre elas pode permitir” (DEMARTINI, 2005).

O que fizemos nesta pesquisa foi *rastrear* (GINZBURG, 1987) documentos em arquivos e instituições públicas e privadas, tanto no Brasil como na Itália (Roma), para estabelecer uma sequência de acontecimentos e tentar entender o que ocorreu no decorrer de todo o período estudado (final do século XIX até 1942). Todo esse material foi sistematicamente catalogado e analisado no contexto histórico-social. Percorrer, pois, este caminho foi de grande fôlego, uma vez que lidamos com um número razoável de documentos fragmentados.

Contudo, um estudo mais aprofundado dessas associações só foi possível porque tivemos acesso às Atas das Assembleias. Sem elas não poderíamos romper um silêncio de mais de cem anos, as associações de Araraquara, e por noventa e um anos, a de Catanduva. Estes corpos documentais são livros raros, pois muitos deles foram destruídos (ou guardados e deteriorados com o passar dos anos) quando o governo de Getúlio Vargas decretou guerra contra os países do eixo, em 1942, dos quais a Itália fazia parte, restringindo a vida associativa dos italianos no Brasil. Todavia, assim como tanto outros, elas são documentos limitados.



As Atas são compostas por registros manuscritos em língua italiana, o que ilustra e demarca o elo de identidade do grupo com sua cultura. Elas são o que denomino de diário de reticências, pois suas páginas contêm todos os fatos ocorridos durante as sessões, porém, muitas vezes se percebe que certos registros ficam ocultos, sobretudo quando há conflitos, disputas e rupturas entre os membros. Na verdade, os seus registros são uma maneira de conceder autenticidade aos assuntos das reuniões e de inscrever a história da associação. Se, por um lado, o que dificulta a análise dessas Atas é o espaço de tempo que ocorre entre uma reunião a outra<sup>9</sup>, o qual conseqüentemente deixa uma ausência de informações úteis; por outro, concordamos com Martins (1992, p. 20)<sup>10</sup>, a leitura delas aponta “as mudanças sociais que foram ocorrendo na localidade através das mudanças no modo de ver as coisas”. Ademais, por meio delas, podemos observar os valores baseados em sentimentos de nacionalidade e de defesa da italianidade, as conquistas, as inquietações que permeavam os grupos e o apogeu e declínio dessas associações. Elas são, sem sombra de dúvida, preciosos documentos.

Envolto, portanto, num cenário *local*, tivemos o cuidado de não omitir os nomes dos personagens desta história, pois, como bem assinala Martins (1992, p. 21), “a razão principal para fazê-lo é que, assim como há uma escala específica de tempo e espaço na história local, é praticamente impossível expô-lo como se fosse uma história de anônimos, como seria possível num estudo em que a escala da História fosse outra”.

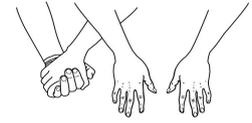
Complementando a documentação escrita estão os depoimentos pessoais, ancorados na metodologia da *História Oral*; lembranças de descendentes de italianos da segunda ou da terceira geração, cuja faixa etária hoje varia de 70 a 90 anos. Particularmente, daqueles cujos familiares foram membros das associações.<sup>11</sup> Com Bosi (1994), pressupomos que na velhice as pessoas tornam-se a memória da família, do grupo, da sociedade. De fato, mas os depoimentos apontaram que existe uma fronteira entre o *dizível* e o *indizível* (Pollak, 1989), quando se trata do tema do fascismo, como já adiantamos. O que se percebe é que ele representa um tabu nas histórias individuais e/ou coletivas dos entrevistados. Para eles, ao que tudo indica, romper o silêncio poderia significar macular a imagem que desejam passar de seus antepassados; um perfil ideal de comportamento que não pode ser dissociado da imagem

---

<sup>9</sup> Por exemplo, no primeiro Estatuto (1920-1930) da *SIU* as Assembleias Ordinárias ocorriam no primeiro sábado dos meses de janeiro, abril, julho e outubro e no primeiro domingo de dezembro.

<sup>10</sup> Martins pesquisou as Atas de duas associações socorros mútuos, quase centenárias, localizadas na cidade de São Caetano (SP).

<sup>11</sup> Mas não foram descartadas pessoas indicadas.



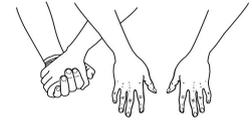
do imigrante que, possuindo apenas sonhos, chega pobre (não todos, mas a maioria), enfrenta as agruras do cotidiano, vence e “faz a América” com o suor de seu rosto.

Portanto, no Capítulo 1 traço as diretrizes teóricas utilizadas, definindo, de maneira objetiva, o sentido que italianidade e nacionalismo representam nesta tese. Também dedico a atenção para a questão da relação nacionalismo-emigração-italianidade, a qual se constituiu como centro do debate da política italiana nas primeiras décadas do século XX, sob a visão de Enrico Corradini. Encerro o Capítulo, apresentando um panorama geral das cidades de Araraquara e de Catanduva, suas histórias, desenvolvimentos e particularidades.

No Capítulo 2, exploro o espaço das associações, começando por fazer um histórico das primeiras associações italianas fundadas em Araraquara até a criação da *Società Italiani Uniti*. Demonstro como o “fenômeno do regionalismo” e as divergências advindas do processo de unificação fracionaram a coesão da colônia italiana local. Em seguida, dou destaque à análise comparativa entre a *Società Italiani Uniti* e a *Società di Soccorso Mutuo “Gabriele D’Annunzio”*, discutindo sobre as suas funcionalidades, coesão, consenso e, por fim, como a penetração fascista influenciou em suas trajetórias. Entre um contexto e outro, analiso, ainda, sistematicamente todas as eleições ocorridas nas associações durante suas existências, para apontar se os dirigentes eram representativos do conjunto de membros das associações.

Após uma ampla discussão sobre o âmbito e o desfecho das associações, no terceiro e último Capítulo, procuro mostrar o perfil de seus dirigentes, no intuito de entender de maneira mais abrangente as suas trajetórias. Assim, sob a perspectiva da *história local*, trouxe à tona a discussão sobre a posse de propriedades como meio de ascensão social. Em seguida, levantei a questão da naturalização e o que ela significou para a imigração italiana em geral e como ela se repercutiu no contexto das associações. Outro assunto explorado foi o da inserção dos italianos na política local e, nesse sentido, analiso comparativamente os casos dos dirigentes das associações de Araraquara e da de Catanduva. Para encerrar, coloco em relevo a questão da participação de membros das associações na Loja maçônica local.

Ao término do trabalho, especificamente no Apêndice A, construí biografias de sessenta e seis dirigentes das associações. Em síntese, a leitura que aqui se apresenta foi escrita por uma pesquisadora que, embora não seja italiana, se interessou, desde o mestrado, em conhecer mais a fundo uma parte da história dos imigrantes italianos do ponto de vista local.



---

“Nacionalidade”

O barbeiro Tranquillo Zampinetti da Rua do Gasômetro nº 224B entre um cabelo e uma barba lia sempre os comunicados de guerra do *Fanfulla*. Muitas vezes em voz alta até. De puro entusiasmo. *La fulminante investita dei nostri bravi bersaglieri há ridotto le posizione nemiche in um vero amazzo di rovine. Nel campo di battaglia sono restati circa cento e novanta nemici. Dalla mostra parte abbiamo perduto due cavalli ed è rimasto ferito um bravo soldato, vero eroe che si è avventurato tropo nella conquista fatta da solo di uma bateria nemica.*

Comunicava ao Giacomo engraxate (SALÃO MUNDIAL) a nova vitória e entoava:

*Tripoli sarà italiana,  
Sarà italiana a rombo di cannone!*

Nesses dias memoráveis diante dos fregueses assustados brandia a navalha como uma espada:

- *Caramba, come dicono gli spagnuoli!*

Mas tinha um desgosto. Desgosto patriótico e doméstico. Tanto o Lorenzo como o Bruno (Russinho para a saparia do Brás) não queriam saber de falar italiano. Nem brincando. O Lorenzo era até irritante.

- Lorenzo! *Tua madre ti chiama!*

Nada.

- *Tua madre ti chiama, ti dico!*

Inútil.

- *Per l'ultima volta, Lorenzo! Tua madre ti chiama, hai capito?*

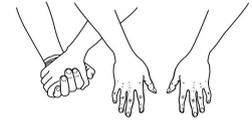
Que o quê.

- *Stai atento que ti rompo la faccia, figlio d'um cane sozzaglione, che non sei altro!*

- Pode ofender que eu não entendo! Mamãe! Mamãe! MAMÃE!

Cada surra que só vendo (...)

*Antonio de Alcântara Machado*



# CAPÍTULO 1

## ESTABELECENDO PARALELOS

---

- Em resumo, vocês pretendem destruir o comércio de vinho italiano na Argentina?
  - O senhor, disse-me ontem que educou os seus filhos na Itália e que não pode ficar sem retornar para lá, pelo menos a cada dois anos.
  - É verdade.
  - Mas, entretanto, é verdade que, não obstante isto, o senhor não pode exaltar a sua *italianità* como fazia antes.
  - Por quê?
  - Simplesmente, porque o senhor é um produtor de vinho de Mendoza. Vale dizer, um inimigo da importação de vinho italiano na Argentina. Não poderia ser diferente.
  - Mas o senhor se esquece de que eu emprego muitos italianos e quanto mais o meu negócio prospera, mais eu posso oferecer trabalho aos nossos conacionais.
  - Oh!
- Um grito de protesto se elevou do círculo de pessoas que havia formado em torno dos dois senhores e muitas delas perguntaram:
- Portanto, não somos mais italianos?
- E o produtor de vinho de Mendoza andava e falava em alto tom:
- Eu me sinto italiano, e como, e como, e como ...
- Um outro rebatia:
- Não nego os meus sentimentos.
- E por um instante, sete ou oito comerciantes do Brasil, do Uruguai e da Argentina, já emigrados da Itália, fizeram coro:
- Ainda somos italianos! Ainda somos italianos!
- Eis que surge o professor Axerio (...) e dirigindo-se àquele que negava ao senhor o direito de *italianità*, disse-lhe:
- Desculpe-me, Buondelmonti, se este senhor é italiano por sentimento, basta; o patriotismo não é nada mais que sentimento.
  - Não, caro professor, o patriotismo também é um fato.
  - Tudo é fato, inclusive os sentimentos.
  - Digo-lhe, um fato de natureza econômica.<sup>12</sup>

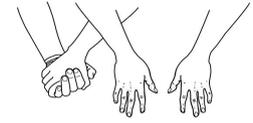
### *La Patria Lontana*

Assim começa o romance de Enrico Corradini - *La Patria Lontana* -, editado pela primeira vez em 1910, que resume todos os conceitos fundamentais da doutrina nacionalista, entre eles, o de nação. Para ele, a nação não sintetiza somente o conjunto de todos os indivíduos que se unem por vínculos de natureza histórica, geográfica, cultural e de sangue, mas também por interesses econômicos.

Enrico Corradini, ícone do nacionalismo italiano, nasceu em 1865, em *Samminiato di Montelupo (Firenze)* e pertencia a uma família de pequenos proprietários de terras. Em 1908, ele fez uma viagem ao Brasil e à Argentina, para estudar as condições de

---

<sup>12</sup> Cumpre assinalar que todas as traduções do italiano para o português, que constam desta tese, foram feitas pela autora.



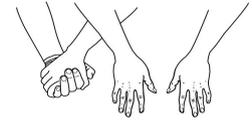
vida dos emigrantes, a qual lhe deu inspiração para escrever o romance em questão. Em 1910, juntamente com outros, ele fundou a *Associazione Nazionalista Italiana* (Associação Nacionalista Italiana). Durante a guerra da Itália com a Turquia, para a conquista da Líbia (1911-1912), Corradini foi correspondente em Trípoli da *Illustrazione Italiana*. Mais adiante, em 1922, aderiu publicamente ao fascismo. Ele foi Senador do Reino e Ministro de Estado. Seu falecimento ocorreu em Roma, no ano de 1931 (CORRADINI, 1989).

Corradini foi um dos incentivadores do movimento nacionalista surgido na Itália em 1903, o qual se colocava contra o socialismo e a democracia. Esse movimento também se opunha à maçonaria, devido à sua natureza “essencialmente internacionalista” e pelo fato da sua prática política constantemente promover e cimentar os blocos radicais-socialistas, os quais, segundo os nacionalistas, mostravam-se desagregadores da vida nacional (GAETA, 1965, pp. XVI, XXIII e 15). Para os nacionalistas, “a nação era uma unidade orgânica coletiva com o propósito essencial de expansão, conquista e domínio” (GENTILE, 1986, p. 150).

No programa nacionalista não havia nada de comum entre nacionalismo e patriotismo: os dois tinham concepções diferentes. Mas isso não significava que eram distintas as preocupações com o bem-estar da nação. Os nacionalistas costumavam dizer que “o patriotismo é o molho que se encontra em todos os pratos, enquanto o nacionalismo é a substância de uma boa comida”. Além do mais, o nacionalismo é “essencialmente progressivo e expansivo e é, sobretudo, um sentimento exclusivo e exclusivista” (GAETA, 1965, p. XXII-XXIII).

Em 1914, na ocasião da Primeira Guerra Mundial, o nacionalismo italiano já havia formado uma fisionomia bem definida: antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antimaçônico e protecionista em política interna; imperialista e revolucionário em política externa. A fusão orgânica do grupo nacionalista com o fascismo ocorreu em fevereiro de 1923, os quais contribuíram para formação da ideologia e da estrutura do Estado fascista (GAETA, 1965, p. XXXIII).

Mas o que nos interessa não é tanto compreender as minudências do movimento nacionalista italiano, por serem demais complexas para examinarmos aqui. O que deve ser enfatizado do pensamento de Enrico Corradini é a questão da relação nacionalismo-emigração-italianidade, objeto de constante atenção por parte do movimento nacionalista e, posteriormente, do fascismo. Ressalte-se que no debate sobre a emigração nas primeiras



décadas do século XX<sup>13</sup>, a questão que se colocava era a seguinte: “que vantagens poderiam extrair, para o expansionismo italiano, de uma emigração que não conservava o sentimento de italianidade?” (GENTILE, 1986, p. 144).

Portanto, para dar início a este estudo, que trata da análise comparativa da trajetória de dois grupos de imigrantes italianos que dirigiam duas associações (*SIU* e *SIMS”Gd’A”*), localizadas no interior paulista, partilhadas pelo fascismo, permeadas pela maçonaria e defensoras do nacionalismo e da italianidade, abrangendo o período entre o final do século XIX e 1942, primeiramente, parece ser adequado regressar ao nosso ponto de partida: *La Patria Lontana*. Em seguida, abrir um espaço para examinar os conceitos de italianidade e de nacionalismo, com o intuito de definir o sentido que eles assumem nesta pesquisa. Feito isso, fecharemos o capítulo apresentando um panorama das cidades de Araraquara e de Catanduva, onde, como já adiantamos, estavam localizadas as duas associações.

## 1.1 “La Patria Lontana”: a emigração na visão de Enrico Corradini

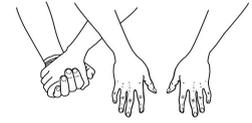
Como vimos, ao viajar para o Brasil e para Argentina no ano de 1908, Corradini teve inspiração para escrever o seu romance. Trata-se de um romance de amor e ódio e se passa na cidade do Rio de Janeiro, cujos coadjuvantes são os imigrantes da colônia italiana local. O protagonista da história é Piero Buondelmonti, nacionalista ferrenho. Ele se antagoniza com o professor Axerio, representante da burguesia humanitária, que, ao fim, mata a sua mulher por ciúmes de Buondelmonti. Corradini escolheu o meio literário para transmitir as suas propostas políticas, porque acreditava que através da mediação de uma trama sentimental seria possível apresentar as suas ideias de forma acessível também aos leitores não particularmente interessados no debate político (ABATE, 1989, p. IX).

Assim, ao pesquisar as condições de vida dos emigrantes,<sup>14</sup> Corradini constatou, com convicção, que não existia nenhum nexos entre emigração e italianidade. Se, por um lado, havia um frágil ou quase inexistente sentimento de italianidade nos emigrados, por outro, os filhos deles se transformavam em nacionalistas brasileiros.

---

<sup>13</sup> É importante sublinhar que os colonialistas italianos do século XIX também discutiram sobre a emigração e o que ela representava em relação à italianidade.

<sup>14</sup> A discussão a seguir apoiou-se principalmente em Gentile (1986, pp. 143-180), exceto quando indicado em contrário. Emilio Gentile é historiador e professor da *Università di Roma La Sapienza*.



Uma vez Buondelmonti encontrou Rummo em frente de uma escola, junto com outras pessoas que o esperavam. Era uma escola de ensino infantil, com trinta ou quarenta crianças. Uma parte delas era filho de italianos nascidos no Brasil e, a outra, filho de emigrados que atravessaram o oceano à procura da sorte. (...) Buondelmonti dirige-se ao professor. Este era um jovem de mais ou menos vinte anos, bonito e forte, oriundo da Itália e nascido no Brasil. Ao olhá-lo, Buondelmonti permanece com os olhos perplexos, porque estava diante de uma metamorfose. O jovem tinha todas as características, a estrutura e o tom da pele do italiano, mas demonstrava lentidão, semelhante àquela que se tem quando chega o sono. (...) Buondelmonti observava atentamente a transformação do italiano em homem de outro clima. Assim como uma mudança de cor. Para ele, a italianidade naquele jovem já não existia.

Buondelmonti disse a Rummo, enquanto caminhavam:

- Aquela escola é claramente um instrumento ineficaz para a conservação da italianidade da colônia! (CORRADINI, 1989, pp. 56-57)

Segundo Gabaccia (2009, pp. 230-231), na história italiana a migração em massa e a construção da nação nunca estiveram ligadas. Elas se desenvolveram paralelamente no período em que a Itália emerge como Estado nacional unificado e independente, em 1861. Durante o *Risorgimento*<sup>15</sup>, não é possível identificar uma única *Italia fuori d'Italia*, mas, ao contrário, muitas Itálias, que diferiam substancialmente do movimento que lá se desenvolvia.

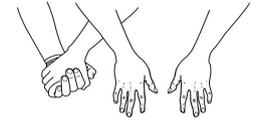
É oportuno assinalar que o *Risorgimento* não teve fim com a proclamação do Reino da Itália, em 1861, mesmo porque a unificação do território ainda não estava completa. O trabalho de edificação do Estado, que englobava, sobretudo, a regeneração da identidade dos italianos, estava somente começando; a questão regional e a religiosa<sup>16</sup> eram apenas dois, entre tantos fatores, que a Itália precisava enfrentar. Patriarca (2010, p. XVI) assinala que, desde a época do *Risorgimento*, numerosos intelectuais, políticos e homens do Estado almejavam inculcar nos italianos os ideais da nação, pois havia a necessidade de formar na população tão heterogênea uma consciência nacional. Segundo De Felice,

o processo unitário italiano é marcado, tanto em seu desenvolvimento quanto em seu êxito, por uma íntima fraqueza. Ele vai se manifestar no próprio conceito de identidade nacional. Quando ele foi concluído, deu-se conta de como o sentimento

---

<sup>15</sup> O *Risorgimento* italiano começou nos anos de 1800 e foi um movimento que visava a criação de uma Itália unida e livre da dominação estrangeira. O processo de unificação se efetuou num período de cinquenta anos conduzido, por um lado, pelas forças políticas e militares do Rei do Piemonte e, por outro, pelas Sociedades Secretas, como a *Carboneira* e a *Giovane Itália*, que difundiam a ideia de liberdade e promoviam insurreições visando a realização da unificação. Os protagonistas da política italiana foram Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi (animados por ideais republicanos) e os Savoia (Reis do Piemonte antes, da Itália depois), que tiveram no ministro Camillo Benso de Cavour um dos maiores artífices da unificação da Itália. Após rebeliões e guerras, Vittorio Emanuele II de Savoia conseguiu reunir os vários pequenos estados italianos, fundando, em 1861, o Reino da Itália, do qual, em 1870, foi proclamada capital Roma (GOOCH, 1991, pp. 13-63).

<sup>16</sup> Neste estudo, não entraremos em detalhes sobre a questão religiosa. Mas é importante assinalar que, a “Questão Romana”, 1870, dificultou as relações entre a Igreja e o Estado. Esse espinhoso impasse somente foi resolvido quando ocorreu a assinatura dos acordos de *Latrão*, em 1929, entre o fascismo e a Igreja. Os tratados de *Latrão* “reconheciam o Estado do Vaticano, indenizavam a Igreja pela anexação dos territórios pontifícios à Itália e declaravam o catolicismo a religião oficial do Estado italiano” (POSSAMAI, 2005, pp. 233-234). Para uma boa visão geral sobre Igreja e emigração/imigração, ver Possamai (2005).



nacional foi, no fundo, uma prerrogativa de uma minoria - sob o plano político e cultural -, alargando-se, depois de 1861, graças à lenta, mas progressiva inserção das classes mais humildes, que tiveram maiores possibilidades de acesso ao nível social superior. Sob o plano ideológico, a fraqueza da identidade nacional derivava da hereditariedade humanística-retórica dos valores laicos próprios do *Risorgimento*. Herança que não permitia efetiva participação das massas populares na vida do Estado unitário (DE FELICE, 2002, p. 127).

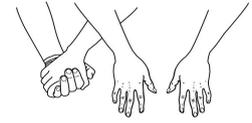
Na verdade, o Estado-nação que surgia na Itália foi reforçado por elementos como a língua, a cultura e a literatura italianas, por meio da escola primária, do Exército e da História (construção de uma memória histórica), como aconteceu em outros países europeus<sup>17</sup>. Foi, portanto, na escola primária e no serviço militar obrigatório que a consciência da nacionalidade foi transmitida ao povo mais humilde da nação. Logo, um nacionalismo e uma identidade nacional, ambos “imaginados” (Anderson, 2005), foram construídos também fora dos limites da nação.

Retomando, durante a sua viagem, Corradini observou que as condições da coletividade italiana na América do Sul eliminavam as esperanças de alcançar um expansionismo favorável à Itália, pois as colônias livres para o povo emigrado não eram nem livres e nem colônias; o que havia era uma nova forma de subordinação. Ele constatou que, tanto na Argentina como no Brasil, os imigrantes italianos eram vistos somente como “exército de braços” e não como representantes de uma grande nação. Por outro lado, também havia emigrantes que se destacavam como personalidades de valor, pelo fato de terem progredido financeiramente e alcançado a ascensão social. Contudo, para Corradini, eles tinham valor somente como indivíduos, mas eram nulos de italianidade coletiva. Desse modo, eles não poderiam ser de nenhuma maneira artífices de uma obra nacional e suas atividades não proporcionariam nenhum benefício para a nação italiana, tanto do ponto de vista moral como do econômico, e, portanto, a emigração deveria ser combatida.

Sendo assim, ele sugeriu que, para combater a emigração, começando pelas suas raízes, a Itália deveria ter maior industrialização; uma política forte na Europa, para elevar seu prestígio no mundo; e uma intensa educação nacionalista, com o fim de transformar os italianos emigrantes em povos conquistadores e colonizadores de impérios de domínios próprios. Mas, de imediato, já era de bom tom que a Itália adotasse uma política nacionalista de emigração baseada, essencialmente, numa obra de intensificação da italianidade, levada a cabo mediante o reforço das representações diplomáticas; uma política externa escolar, para

---

<sup>17</sup> Como, por exemplo, a França.



tutela e conservação da italianidade linguística e cultural; além de uma campanha de propaganda com o propósito de exaltar o prestígio da Itália.<sup>18</sup>

Contudo, para Corradini, tal intento só seria possível quando a educação nacionalista dos italianos produzisse uma mudança do velho espírito italiano emigratório ao espírito colonial imperialista. Assim, a emigração cessaria espontaneamente com a formação de uma consciência imperialista dos italianos. Esta era a primeira fase da campanha nacionalista para formar tal consciência.

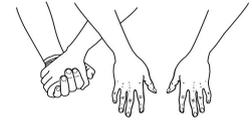
Já durante o primeiro congresso realizado pelo movimento nacionalista, que marcou o nascimento da *Associazione Nazionale Italiana* (Associação Nacionalista Italiana), ocorrido em dezembro de 1910, Corradini enfatizava que a emigração não era um problema de ordem social e sim política. Portanto, a Itália deveria transformar a própria massa de imigrantes em exércitos de conquista, mesmo que isso significasse a guerra. Depois deste congresso, evidenciou-se cada vez mais o caráter imperialista, conservador e reacionário do movimento nacionalista (DE FELICE, 2002, p. 133).

Entretanto, as manifestações de patriotismo durante a campanha da Líbia (1911-1912) e o entusiasmo pela vitória entre as coletividades italianas no exterior foram interpretados pelos nacionalistas como um sinal de mudança na mentalidade dos italianos emigrados, os quais pareciam mais decididos em defender a sua italianidade. Este fato atenuou significativamente o posicionamento dos nacionalistas em relação à questão da emigração. Não obstante, na ocasião da Primeira Guerra Mundial, eles foram mais além às suas revalorizações da emigração, entendendo que aquela poderia ser um instrumento de política de potência da nação.<sup>19</sup>

Em seu livro [de Buondelmonti], “A glorificação da guerra”, ele a havia celebrado como a mãe do homem e dos povos de honra. Ele a havia celebrado como se fosse capaz de fazer reativar os maiores valores da natureza humana e de enfraquecer àqueles considerados inferiores, que se originavam de longos períodos de paz: os valores dos demagogos, os da burguesia desprezível, entre outros. (...) E como levá-la aos povos inferiores, ou debilitados com a velhice, e minados na longa decadência e trazê-la às mãos dos povos melhores, novos, implacáveis; e como estimulá-la e difundi-la na grande civilização. E Buondelmonti havia celebrado os gregos, Alessandro, os romanos, todos os povos e os homens guerreiros desde Napoleão I. (...) Todos nós, estava escrito no livro de Buondelmonti, queremos transformar a nossa Itália numa união não estéril, mas criadora, e a sua criação não poderá ser outra coisa senão o novo império e a nova civilização e, dessa forma, deveríamos

<sup>18</sup> É importante ressaltar que os nacionalistas consideravam as associações como instrumentos de nacionalização do imigrante (no sentido da mãe-pátria) e, por isso, o governo deveria apoiá-las (RIOS, 1959, p. 35).

<sup>19</sup> No pós I Guerra Mundial, os nacionalistas se posicionaram em direção à criação da *Lega italiana per la tutela degli interessi nazionali all'estero* (Liga italiana para a tutela dos interesses nacionais no exterior), com o objetivo de unir os italianos do exterior em torno da pátria italiana e torná-los instrumentos de potência da mesma.



seguir a partir da guerra, que é o meio de criação. – Assim, Buondelmonti havia celebrado a guerra. Finalmente, ele a havia celebrado como um ato supremo da nação (CORRADINI, 1989, pp. 242-244).<sup>20</sup>

Já a partir da marcha sobre Roma (1922), o nacionalismo começou a se confundir com o fascismo, prestando a sua colaboração na elaboração de uma política fascista para a emigração e para italianidade, durante os primeiros anos de ditadura. Com o fascismo no poder, a vida dos italianos no exterior teve uma nova perspectiva, na medida em que ele colocou como condição para a solução “nacional” do problema da emigração e da italianidade, a identificação da italianidade com o fascismo.

Concluindo, para o governo italiano, sobretudo a partir do movimento nacionalista e posteriormente com mais intensidade em decorrência do advento do fascismo, a questão do nacionalismo e da italianidade não faziam parte somente das preocupações dentro do território italiano, mas assumia uma importância específica com referência à emigração. As discussões entre emigração e nacionalismo giravam em torno de uma política de expansão imperialista fundamentada no nacionalismo imperialista italiano, que pretendia promover o reforço da consciência nacional<sup>21</sup> e do sentimento de italianidade.

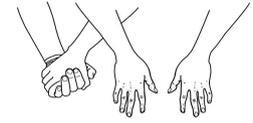
## 1.2 Italianidade e Nacionalismo

Até aqui se falou em nacionalismo e italianidade sem uma explicação concreta do significado dessas duas áreas de estudos para esta pesquisa. Na verdade, elas foram escolhidas como ferramentas teóricas para analisar comparativamente a trajetória dos dois grupos de imigrantes que pertenciam às diretorias das duas associações: a *SIU* e a *SIMS”Gd’A”*. Portanto, as próximas páginas serão dedicadas a definir, de maneira clara e objetiva, o sentido que elas assumem neste estudo, contudo, sem aprofundar ou esgotar a bibliografia sobre tais conceitos.

---

<sup>20</sup> Nesta passagem, Buondelmonti não se refere, é claro, à Primeira Guerra Mundial, mas ao modo como ele concebe a guerra, resumidamente falando, como um bem “necessário e inevitável”. Para ele, a guerra representa a fonte dos valores e é “portadora de civilidade, porque na guerra a nação pode demonstrar e reforçar a sua coesão e nela os indivíduos encontram a oportunidade de viver heroicamente, anulando o próprio interesse egoísta pela afirmação da grandeza nacional” (ABATE, 1989, p. IX).

<sup>21</sup> No sentido de se reconhecer como pertencente a uma nação (BAUER, 2000).

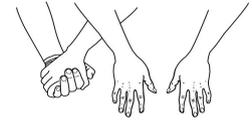


### 1.2.1 Italianidade

O termo italianidade é de larga utilização na literatura que trata da imigração italiana no Brasil. Em linhas gerais, o debate sobre esse tema tem como área de interesse, sobretudo, a identidade étnica (ZANINI, 2006; CONSTANTINO, 2000; SAVOLDI, 1998; ARAÚJO, 2003, POSSAMAI, 2005; entre outros). Nesse contexto de abordagem, a italianidade é evidenciada quando os imigrantes identificam-se a partir da sua origem, de símbolos, de um sistema de representação cultural (assim como a língua e os costumes). Na verdade, se tomarmos como base os preceitos de Fredrik Barth, os grupos étnicos se organizam a partir de sentimentos de pertença, que não podem ser definidos sem partir de uma linha de demarcação, a *fronteira étnica*, a qual define os membros e os não membros do grupo (BARTH, 1998). Em princípio, não é a diferença cultural que separa dois grupos etno-culturais; “o que cria a separação, a fronteira, é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores da sua identidade específica” (CUCHE, 2002, p. 200). Apesar de reconhecer o aspecto territorial das fronteiras, Barth afirma que são “fronteiras sociais”, e é por meio delas que se expressam e se validam as diferenças entre os grupos, acentuando que não é no processo de isolamento que as fronteiras são mantidas e sim nas relações interétnicas. Segundo ele, para que se possam manter as fronteiras étnicas, é preciso que haja uma organização efetiva nas trocas entre os grupos e a ativação de uma série de proscricções e de prescrições regendo suas interações (BARTH, 1998, pp. 195-197).

Barth (1998) dinamiza a identidade étnica ao afirmar que ela não é estática, mas se transforma a partir das relações, e como qualquer outra identidade (coletiva ou individual), dependendo do interesse ou do contexto. As interações entre os sujeitos e/ou grupos ensejam transformações contínuas, que modelam a identidade, em processo de exclusão ou inclusão, determinando quem está ou não inserido no grupo. Os grupos, além de compartilhar diversas características, organizam-se, principalmente, com o fim de definir o “eu” e o “outro”.

Prosseguindo, dentro dos mesmos parâmetros, segundo Possamai (2005), a italianidade pode ser nominada como “não oficial” e como “política de italianidade oficial”. A diferença é que o sentimento de italianidade “não oficial” já era exaltado pelos imigrantes no contato com os outros grupos étnicos antes mesmo do governo italiano divulgar sua política de italianidade. Esse sentimento era gerado a partir da matriz nacional comum, devido ao afastamento da mãe-pátria, e revigorado pela contraposição à sociedade e à cultura do país hospedeiro (TRENTO, 1989, p. 159). Por sua vez, com a ascensão de Francesco Crispi ao



poder, em 1887, a emigração foi regulamentada e convertida em elemento de política exterior. O sentimento de italianidade era estimulado, sobretudo, através do favorecimento da criação de escolas, aos cuidados dos representantes diplomáticos e dos cônsules.

Autoridades italianas em visita à região colonial [no Rio Grande do Sul] frequentemente manifestavam preocupação com a falta de apego da maioria dos imigrantes à italianidade. Devemos, porém, observar que elas se preocupavam exclusivamente com a política oficial de italianidade, seguida pela pouca gente que podia participar das sociedades italianas.<sup>22</sup> A preservação da cultura camponesa e dos dialetos entre os colonos não sensibilizava as autoridades italianas.<sup>23</sup> Por outro lado, a adoção de certos costumes da terra era vista como uma renúncia à nacionalidade italiana (POSSAMAI, 2005, p. 212).<sup>24</sup>

Todavia, concordamos com Chiarini (1992, p. 21), quando ela observa que “a noção de italianidade, em geral, é citada, mas nunca discutida; está incorporada aos estudos, mas, dificilmente, é objeto de reflexão”.<sup>25</sup> Pretendemos, portanto, colocar em evidência o que significa, de fato, o termo italianidade, para definirmos com segurança o sentido que ele representa em nossa pesquisa, que busca fazer uma análise comparativa entre dois grupos de dirigentes que dirigiam duas associações italianas, partilhadas pelo fascismo, permeadas pela maçonaria e defensoras do nacionalismo e da italianidade, abrangendo o período que se estende do final do século XIX até o ano de 1942.

De imediato, faremos um exame das transformações do conceito de italianidade na península italiana, no decorrer dos séculos, discorrendo tanto sobre o seu significado histórico-político quanto do étnico-cultural. Para tal, optamos por concentrar a nossa abordagem no campo de estudos do caráter nacional<sup>26</sup>, na perspectiva da historiografia italiana, pois ele nos permitirá compreender a italianidade, antes de tudo, no contexto social, cultural e político vivenciado no seio de sua própria sociedade. Ademais, ele será útil por estar vinculado à ideologia nacionalista. Relembrando Massimo D’Azeglio, Gentile (2006, p. 38) ressalta que a reforma do caráter dos italianos foi o maior desafio que os artífices da nova Itália precisaram enfrentar.

---

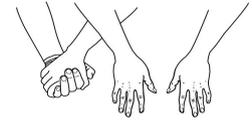
<sup>22</sup> De fato, nem todos podiam participar, pois havia uma série de exigências, além de taxas e mensalidade, como veremos no segundo capítulo.

<sup>23</sup> Sem dúvida que não, pois a preservação dos dialetos é, na verdade, a negação da italianidade.

<sup>24</sup> Note-se que Enrico Corradini, em *La Patria Lontana*, levantava essas preocupações.

<sup>25</sup> Entre os estudos que se ocuparam especificamente do tema ver: Chiarini (1992) e Zanini (2006).

<sup>26</sup> Para uma boa visão sobre caráter nacional, ver Bauer (2000).



Para Patriarca (2010, p. IX), “o caráter nacional tende a se referir às disposições ‘objetivas’ consolidadas (um conjunto particular de traços morais e mentais) de uma população”.<sup>27</sup>

Na Europa, no final da Idade Média, circulavam descrições negativas dos italianos; não era raro que os banqueiros e negociantes lombardos e florentinos fossem acusados de avareza, ausência de religiosidade, luxúria e desonestidade. Com o passar dos tempos e das circunstâncias, esta imagem negativa adquiriu novas e diferentes conotações: enquanto nos séculos XVI e XVII expressavam-se a hostilidade entre protestantes e católicos, no século XVIII refletia-se a respeito da difusão das teorias sobre a influência do ambiente sobre o caráter. No confronto entre as regiões Norte e Sul, os meridionais não gozavam de boa fama. Para os setentrionais, eles possuíam um caráter moralmente corrupto, eram hipócritas, depravados, indolentes e de efeminação típica da população que vivia num clima meridional (PATRIARCA, 2010, pp. 3-4).

Como já adiantamos, o discurso do caráter italiano estava estreitamente ligado à ideologia nacionalista:

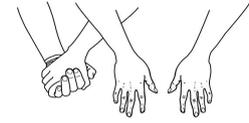
O discurso do caráter italiano tem uma longa história intelectual e política. (...) Ele veio à tona inicialmente por volta do final do século XVIII, no contexto do Iluminismo, e como componente de um patriotismo nacional incipiente. (...) Seu conteúdo se mesclava com as preocupações e com os projetos das elites nacionais e/ou nacionalistas italianas (PATRIARCA, 2010, p. XV).

Com efeito, como bem observa Patriarca (2010, p. XV), a ideia de caráter nacional fazia parte do repertório intelectual da retórica do nacionalismo. Ela se constituía como um instrumento de construção do Estado, uma maneira de chamar a atenção dos habitantes da península para não simplesmente existir como italianos (num momento em que muitos duvidavam da própria existência enquanto tal, malgrado as diferenças regionais), mas conduzir a um tipo de vida coletiva mais exigente, ou seja, existir como nação moderna. Esta nova vida requeria um trabalho de regeneração moral: “a política, a ideologia e os diversos projetos traçados pelos ‘engenheiros da italianidade’ (...) contribuíram para explicar o que se dizia a respeito do caráter nacional em períodos diversos” (PATRIARCA, 2010, p. XVI).

No início do século XIX, começou a se formar uma consciência política nacional entre uma minoria de intelectuais italianos, impulsionados principalmente pela Revolução Francesa. A partir de então, iniciou-se a transformação do sentimento de italianidade baseado no *mito* cultural, que havia predominado durante o período medieval, em *mito* político, entendido não somente como consciência de uma nacionalidade cultural, mas como vontade

---

<sup>27</sup> É importante ressaltar que na linguagem corrente a noção de caráter nacional se confunde com a de identidade nacional. Esta, por sua vez, tende a indicar uma dimensão mais subjetiva de percepção e de autoimagem, que pode implicar um sentido de destino e projeção no mundo (PATRIARCA, 2010, p. IX).



de ação política, cujo fim era o de libertar, unificar e regenerar a nação italiana através da conquista da independência e da unidade (GENTILE, 2006, p. 19).<sup>28</sup>

Após a unificação política, houve a necessidade de uma reforma intelectual e moral dos italianos e de um projeto para criar uma nova italianidade moderna. Era a ideia da regeneração; a reforma do caráter (GENTILE, 2006, pp. 36-37). Esta reforma, segundo Gentile (2006, p. 35), fundava-se sobre o que ele define como “mito negativo” do caráter dos italianos, ou seja, a ideia comum que circulava entre os patriotas era a de que os hábitos e a mentalidade da população estavam gravemente corrompidos devido aos séculos de dominação estrangeira, e era necessária uma profunda regeneração.

Contudo, como sublinha Patriarca, o caráter nacional não era somente um *mito*.

As décadas de sessenta e setenta do século XIX, foram testemunhas de um intenso conflito político e o discurso sobre o caráter se constituía num veículo da expressão de pontos de vistas diferentes, sobre os quais deveriam ser aceitos o novo Estado. Mais precisamente, na Itália apenas unificada a discussão sobre o caráter nacional era uma maneira de afrontar a questão concernente ao governo e à hegemonia (no sentido gramsciano de efetiva direção intelectual e moral acima da política) no novo Estado liberal (PATRIARCA, 2010, p. 41).

Já nos anos de 1880 e 1890, nota-se um excessivo e anárquico individualismo<sup>29</sup>. No decorrer desses anos, as considerações críticas sobre a italianidade se mesclavam com a ideia de “nação latina”<sup>30</sup>, construída como o oposto, no sentido negativo, daquela anglo-saxônica<sup>31</sup>. Em grande medida, essa construção negativa era uma consequência dos resultados dos conflitos intereuropeus, pela corrida de conquista das colônias. De fato, no último decênio do século XIX, os países da Europa meridional se encontraram numa série de dificuldades, seja por questões de política interna ou internacional. A humilhante derrota vivida pela Itália na Etiópia, no ano de 1896, e aquela vivida pela Espanha no conflito

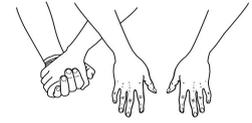
---

<sup>28</sup> A discussão a seguir apoiou-se principalmente na análise cuidada de Silvana Patriarca (2010) sobre o caráter nacional, exceto quando indicado em contrário. Patriarca é historiadora e professora da *Fordham University di New York*. Mas contou também com informações preciosas advindas da obra de Emilio Gentile intitulada *La Grande Italia. Il mito della nazione nel XX secolo* (2006).

<sup>29</sup> Segundo Patriarca (2010, p. 78), “a ideia de que os italianos fossem individualistas não era novidade. O próprio Mazzini já lamentava do individualismo de seus compatriotas, que, para ele, significava um apego à ‘pátria’ local e, portanto, não à nação, enquanto nos anos de 1860, Michele Lessona denunciava a tendência dos italianos em favorecer os interesses pessoais em prejuízo do bem da coletividade”.

<sup>30</sup> A categoria de “nação latina” foi usada como sinônimo de fracasso devido às diversas derrotas que a Itália havia sofrido e funcionou como objeto de atenta avaliação da parte dos intelectuais e políticos (PATRIARCA, 2010; GENTILE, 2006).

<sup>31</sup> Segundo Guglielmo Ferrero, jovem e jornalista de sentimentos democrático-socialistas, os anglo-saxões eram os mais coletivistas e estavam criando uma nova forma de organização social, na qual todos os homens, inclusive os mais humildes, eram colaboradores do universo do trabalho comum. Em outras palavras, os países anglo-saxões pertenciam a uma sociedade do futuro, baseada no trabalho e na fraternidade da humanidade, que, naquela época, Ferrero apresentava como alternativa do imobilismo e da corrupção política da sociedade latina (*Apud*, PATRIARCA, 2010, pp. 91-92).



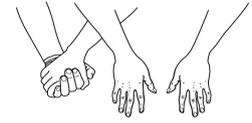
colonial com os Estados Unidos, em 1898, fizeram nascer na Europa meridional um sentido de ansiedade e de pessimismo, que alimentou a sensação de superioridade anglo-saxônica.

Enquanto os críticos do caráter nacional, em meados do século XIX, geralmente eram expoentes da elite governante, os do início do século XX eram bastante diversos. Eles não constituíam um verdadeiro partido e formavam grupos em oposição ao governo; muitos deles contribuíram para o surgimento de um novo nacionalismo de direita, que no futuro foi absorvido pelo fascismo. Cabe aqui enfatizar que o nacionalismo italiano se distinguiu em três conotações e em três fases, conforme observa De Felice,

Uma predominantemente literária e retórica (com Enrico Corradini e a revista florentina *Il Regno*, nascida em 1903); a outra de tipo tecnocrático e institucional (com Alfredo Rocco); a última simplesmente política (com Luigi Federzoni). E três foram as fases do movimento nacionalista: a primeira, no primeiro decênio do século XX, ressaltou-se por uma elaboração da experiência estrangeira na questão nacional (Franco Gaeta a definirá como fase *mitológica* do nacionalismo italiano). A segunda, que caracterizou os anos do pré-guerra. Isto é, o nacionalismo tentou submeter-se à política. E a última se desenvolveu a partir da campanha intervencionista até a fusão com o fascismo, em 1923 (DE FELICE, 2002, p. 131).

Retomando, nos periódicos publicados neste período, esses grupos lamentavam que a “nova Itália” não era capaz de criar nada de grandioso e se limitava a aceitar uma posição marginal entre as outras nações europeias. Além disso, eles criticavam incessantemente o primeiro ministro, o liberal Giovanni Giolitti. A ideia da regeneração através da guerra e da conquista não era novidade, mas naquele momento promovia um novo sentido de urgência de uma linguagem violenta e extremamente conotada em termos de gênero e da imposição de um agressivo movimento político que reclamava uma política enérgica, nacionalista e imperialista. As guerras do início do século XX (Líbia, 1911-1912; e Primeira Guerra Mundial, 1914-1918) reforçaram a tendência dos nacionalistas de observar a população segundo uma ótica moral e dividi-la em categorias que refletiam uma hierarquia de valores definidas pela guerra, como suprema prova de moralidade coletiva.

Contudo, como observa Gentile (2006, p. 160), a pátria dos italianos que, mesmo com todas as suas limitações e contradições nos costumes, desenvolveu-se sob os ideais da Itália do *Risorgimento* e do liberalismo, foi substituída pela *pátria dos fascistas*: somente aos fascistas foi reconhecida uma plena italianidade; enquanto os italianos adversários do fascismo foram expulsos da comunidade nacional, como excomungados e traidores. Nos anos do regime, o italiano que não declarava a fidelidade à pátria fascista era tratado, pelo regime, como um estrangeiro. Até o fim, esse italiano, estrangeiro na própria pátria, não mais sentia o dever de lealdade e de fidelidade para com o governo, que o tratava como “inimigo interno”,



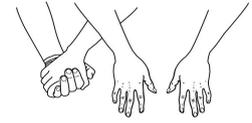
mesmo que esse inimigo professasse fê na pátria e na nação como ideal de vida coletiva e como princípio de ética civil.

Realmente, Patriarca (2010, p. 142-143) assinala que, para Mussolini e os fascistas, os italianos estavam bem mais distantes daquilo que poderiam e deveriam ser, enquanto herdeiros do império romano. Eles procuravam criar um “homem novo”, que, na verdade, não era o oposto do individualista do período liberal, mas era, antes de tudo, o oposto do tipo de italiano que havia habitado na península por séculos (o “velho italiano”) e que nem o *Risorgimento* tinha sido capaz de transformar. O conceito de “homem novo” foi elaborado para contrastar a aparente fraqueza do caráter nacional. Ressalte-se que uma das palavras chave do fascismo italiano era a renovação ou regeneração dos italianos enquanto povo. A retórica fascista insistia, sobretudo, na criação de uma “nova Itália”, um “novo Estado”, um “novo povo italiano”, um “homem novo” e uma “nova civilização”. A retórica do “novo” era, sobretudo, um modo de manipular a realidade e um instrumento de ação.

O “novo italiano”, produzido pelo fascismo, era, portanto, destinado a substituir os velhos habitantes da península com todos os seus defeitos, e suas virtudes seriam o oposto daqueles vícios que eram incompatíveis com o tipo de sociedade governada e imaginada pelos fascistas. Quanto mais o velho italiano era individualista, anárquico e efeminado, no sentido de ser pouco propenso a combater, mais se supunha que o “novo” seria disciplinado, despertado para o sentido de coletividade, viril e militarista. Para muitos fascistas, e para muitos nacionalistas conservadores que aderiram ao fascismo, o “novo italiano” deveria ser moldado seguindo o modelo de *romanità*, que significava o rumo do Estado, ordem e autoridade: em outros termos, a disciplina do corpo social e político. Por sua vez, essa disciplina era a base do poder e da força do Estado, um valor de *romanità* sob o qual deveria ser formada a “nova Itália”. Como bem observa Gentile,

O *duce* estava fanaticamente convencido que era sua missão ‘refazer os italianos’, como já havia dito no dia seguinte da sua chegada ao poder, e a sua máxima ambição era a de transformar os italianos em romanos da modernidade, capazes de desafiar o tempo criando uma Nova Civilização (GENTILE, 2006, p. 186).

Todavia, os fascistas não estavam totalmente convictos de sua capacidade de mudar a postura dos italianos; até mesmo muitos membros do partido não haviam definido os motivos reais de suas adesões, depois que o fascismo subiu ao poder. Segundo Gentile (2006, p. 186-187), a regeneração, na verdade, estava longe de acontecer e a distância da realidade dos italianos de seu ideal de “italianos novos” incomodava Mussolini, mais do que qualquer



outro projeto totalitário que ele cultivasse na sua imaginação de revolucionário no poder. Ainda em 1930, ele retomou esta questão reconhecendo que a obra de refazer o caráter dos italianos não tinha surtido bons resultados.

Como todos os revolucionários modernos, ele [Mussolini] desprezava o homem real, pois queria modelá-lo segundo o ideal de “homem novo”, e estava convencido que somente através da disciplina de uma *pedagogia heróica* poderia realizar a radical transformação do caráter, dos hábitos, da mentalidade, dos sentimentos. A mentalidade revolucionária fascista, apesar de proclamar-se realista e antiutópica, desejava sempre, como em 1915, lançar-se em uma nova ‘investida da história’, traçando para o futuro o cenário do desafio da potência e da civilização, que somente uma nação de italianos moldados segundo o modelo militar fascista de ‘cidadão soldado’, dedicado de corpo e alma, como os romanos antigos, ao culto do Estado, poderia apresentar-se com esperança de vitória (GENTILE, 2006, p. 187).

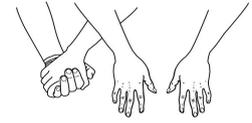
Seja como for, é fundamental recordar, como sustenta Gentile (2006, p. 162), que a participação italiana na Primeira Guerra Mundial assume, para o fascismo, desde o princípio, o significado simbólico do nascimento da origem, da qual, de certa forma, surge uma “nova Itália” pronta para desenvolver a missão de civilidade no mundo moderno.

Os fascistas se consideravam a mais genuína vanguarda da Itália nascida da guerra, reivindicando o privilégio de guiar a nação numa nova direção e no mais alto triunfo. Para os primeiros fascistas, a nação, sentida emotivamente sobretudo como pátria, era um *símbolo de fé*, um mito, no qual eram condensados os sentimentos, as emoções, os ideais gerados da *experiência vivida* na guerra. A ideia de nação, no fascismo, exprime, antes de tudo, todo um *sentimento de orgulho* impulsionado pela participação vitoriosa na guerra, que havia coroado a ascensão da Itália na posição de grande nação (GENTILE, 2006, 162).

Prosseguindo, não obstante, o fascismo resgatou o conceito de raça e de racismo. Segundo Patriarca (2010, p. 168), “no período fascista a questão do caráter dos italianos emergia com a inflexão mais explicitamente racial do discurso da italianidade”. Para Gentile,

A introdução do racismo na ideologia do Estado fascista não foi uma improvisação sem preparo, ditada pela exigência da aliança com a Alemanha nazista, mas foi um ato de elaboração da identidade nacional em termos exclusivamente fascista, que, pela propensão do próprio fascismo em identificar a ideologia com a antropologia, não poderia deixar de fora o racismo, especialmente após a conquista do império (GENTILE, 2006, p. 186).

De qualquer modo, durante os anos do regime, os pronunciamentos dos intelectuais fascistas sobre a italianidade conservaram mais intensa a questão da identidade (Quem eram os italianos, étnica e culturalmente, e o que representavam?) do que a problemática do caráter propriamente dito, ou seja, as inclinações e disposições “morais”. Talvez isso fosse inevitável, pois se observava que o regime estava submetendo o caráter italiano, entendido exatamente como um complexo de disposições, a um processo de



transformações. Contudo, entre os discursos e projetos sobre o tema da identidade, desenvolvidos pelos diversos intelectuais, a questão do caráter não foi esquecida, mas vinha articulada a novas e diferentes nuances.

É importante assinalar, que no decorrer dos anos de 1920 e 1930, o caráter nacional foi objeto de discussão de importantes componentes da esquerda e, mais em geral, da oposição antifascista. Da mesma forma, muitos intelectuais e políticos destes meios compartilhavam da ideia da velha fraqueza moral dos italianos e, para este círculo, o modo pelo qual o fascismo conduzia tal questão contribuía para consolidar a visão negativa do caráter nacional. Para eles, contudo, a pior fraqueza dos italianos não era o excessivo individualismo, que, em absoluto, não desaparecera completamente. Mas a atenção se concentrava, sobretudo, na tendência ao servilismo e ao oportunismo político; o problema do catolicismo e de seus feitos sobre a vida política também ficava em evidência.

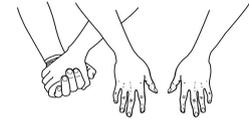
Nesse período, entretanto, é preciso considerar que diversos aspectos do nacionalismo fascista passaram por uma série de mudanças devido à peculiaridade do modo fascista de conceber a nação: desde seu nascimento o fascismo pretendeu ser identificado com a nação. Acreditamos, pois, que será proveitoso que nos debruçemos mais detidamente nesses aspectos.<sup>32</sup>

Apropriando-se do monopólio do patriotismo e intencionando se identificar com a nação, o fascismo se apoderou de uma forte aceleração do processo de ideologização do *mito* nacional, que teve constantes consequências sobre a consciência coletiva dos italianos e sobre seus modos de perceber a nação e o Estado nacional.

Na verdade, a ideologização da nação não foi um fenômeno somente fascista e nem somente italiano, porque já havia sido iniciada muito antes da Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, prosseguida no pós-guerra com maior ímpeto, por efeito da revolução bolchevista. No caso do fascismo, todavia, este processo aparece mais rápido e mais agudo pela sua natureza revolucionária e totalitária, que inevitavelmente absorvia o *mito* nacional dentro do próprio universo ideológico, excluindo irrevogavelmente a possibilidade de um modo diferente de senti-lo e concebê-lo. Portanto, os cidadãos eram induzidos a se identificar

---

<sup>32</sup> As informações relativas ao nacionalismo fascista foram condensadas da obra de Gentile (2006, pp. 159-197). Ressalte-se que os estudiosos do fascismo o consideram, sobretudo, mais como um movimento de classe. Esse ponto de vista, segundo Michael Mann (2008), manteve-se dominante na Itália. Gentile, entretanto, nos mostra outra visão: a do fascismo como uma forma de nacionalismo.



com a nação e sua dignidade era concedida somente se eles professassem e praticassem a fé na “religião” fascista.

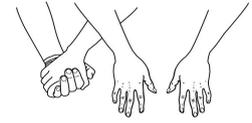
Para Gentile (2006, p. 160), a consequência coerente da subordinação da nação ao fascismo, definida teoricamente com a fórmula “o Estado cria a nação”, foi a atuação de uma *revolução antropológica*, para regenerar os italianos, “reconstruir” seu caráter, criar uma nova identidade, espiritual e racial, da nação.

Há de se considerar, segundo Gentile (2006, pp. 158-159), que ao *mito* nacional fascista foram confluídos muitos elementos das tradições nacionalistas precedentes, confusas e unidas em uma nova e original síntese. Poucos elementos, entretanto, coincidiam com as versões precedentes, entre eles a regeneração dos italianos e a conquista pela modernidade. Por outro lado, deixaram de existir: o vínculo entre nação e liberdade, repudiado de modo desdenhoso pelo fascismo, que se livrava, assim, da importância da tradição do *Risorgimento*, apesar de conservar seus rituais retóricos que lembravam os grandes artífices; o vínculo entre nação e humanidade, com a definitiva afirmação do “primado da política de potência” sobre qualquer ideal humanitário de coexistência pacífica, fundada sobre a liberdade e a igualdade dos Estados nacionais e sobre o respeito de todas as nacionalidades; como consequência, o princípio de nacionalidade, como fundamento do direito internacional e a garantia pela liberdade e independência das nações; e finalmente, o ideal de uma pátria comum a todos os italianos, para além da diversidade das convenções políticas e religiosas, segundo um ideal de identidade nacional, que reconhecia a sua essência e a sua vitalidade na liberdade dos cidadãos.

Na verdade, o nacionalismo fascista teve origem mais existencial (ele nasceu da experiência, das emoções e dos sentimentos) do que de uma reflexão teórica sobre a nação.<sup>33</sup> De imediato, o nacionalismo fascista foi o produto de um estado de “efervescência coletiva”, ou seja, de uma experiência de exaltação na qual foram envolvidos os interventores e os combatentes que participaram da Primeira Guerra Mundial, convencidos de serem os protagonistas de um “grande evento”: os precursores de uma nova época. O nacionalismo fascista pode ser considerado, até a primeira fase, uma nova manifestação do nacionalismo modernista<sup>34</sup>, pois dele incorporava a ideia, tipicamente modernista, do renascimento da estirpe como resultado gerado pela guerra. O fascismo aceitava o desafio da modernidade,

<sup>33</sup> O próprio Mussolini afirma que não houve nenhuma pré-elaboração da doutrina (MUSSOLINI, 1938, p. 433).

<sup>34</sup> Segundo Gentile (2006), o nacionalismo modernista se desenvolveu na cultura e na política italiana entre o início do século XX e a chegada do fascismo ao poder. Nesta obra de Gentile, pode ser encontrada uma descrição mais detalhada entre as páginas 95 e 102.



porque havia a ambição de conquistá-la para ser o protagonista ativo e criativo da história em movimento, projetando-se em direção ao futuro com entusiasmo de uma vontade de potência que deseja se afirmar, participando da construção da nova realidade.

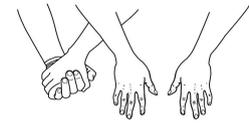
Outro elemento caracteriza o nacionalismo fascista na primeira fase. É a transformação de fascismo como “movimento situacionista”, ou seja, movimento de veteranos herdeiros da imediata experiência da guerra, em movimento de massa organizado militarmente: “partido milícia”. Proclamando-se “milícia da nação”, o fascismo apropriou-se de interpretar a vontade geral da “nova Itália” nascida da guerra. Do mesmo modo, atribuiu-se a missão de executar a realização de construção do Estado nacional, com a integração da massa e a colaboração das classes, na fé comum pela “religião da pátria”.<sup>35</sup>

Junto ao poder, o fascismo, que havia legitimado a sua revolução antissocialista, antiliberal e antidemocrática, declarando-se investido na missão de restaurar o primado da nação e a soberania do Estado, reivindicou para si, perante todos os outros partidos, nacionais ou antinacionais, o monopólio do patriotismo. Então, movendo-se sempre mais decididamente na direção de uma atuação do experimento totalitário, o fascismo não se considerou somente o restaurador da nação, mas, assegurando o efetivo monopólio do poder político, através da construção do Estado totalitário, intencionou fazer coincidir, em uma indissolúvel unidade, os “verdadeiros italianos” com os militantes do Partido fascista.

Gentile (2006, p. 193) argumenta que a mística da nação, realizada através do Estado totalitário, representava, para o fascismo, a forma mais alta e moderna de nacionalismo. O fascismo, desde sua origem, almejava se distinguir do movimento nacionalista e dos nacionalismos de outros países, porque considerava que a ideologia da nação, da qual estes professavam, fosse inteiramente circunscrita à dimensão de domínio e de expansão territorial. Os fascistas, ao contrário, não queriam circunscrever as próprias ambições nos restritos limites da nação: “para nós a nação é a premissa necessária, o ponto de partida para a expansão, e expansão significa não tanto a conquista territorial, mas, sobretudo, a conquista espiritual e política” (*Critica fascista*, Apud GENTILE, 2006, p. 193). Diversamente aos outros nacionalismos europeus, que ainda permaneciam ligados aos

---

<sup>35</sup> Michael Mann (2008, p. 140), faz uma crítica a Gentile devido ao uso de certas expressões: “o fascismo era ‘a religião da Itália’, ‘a religião da nação’, ‘a milícia da nação’; seus inimigos eram ‘traidores da nação’. (...) o movimento dava ênfase à fé, aos símbolos e rituais, ao culto dos mártires mortos pela purificação da nação. Todas as sedes partidárias locais tinham um altar à nação e a seus mártires. Mas os líderes fascistas estavam perfeitamente conscientes de que existia na Itália uma religião autêntica, crente nos milagres e cheia de temor e reverência pelas realidades alheias à matéria. E ela não era o fascismo, mas o catolicismo. [Tentou-se], assim, tecer rituais fascistas em seu manto sagrado”. Todavia, segundo Guibernau i Berdun (1997, p. 102), desde 1921 o italiano Gorgolini já havia escrito que “o fascismo [era] a religião da pátria”.



princípios do imperialismo, como pura manifestação de potência material, de domínio e de servidão, o fascismo se considerava um nacionalismo universalista. Para concluir, vale ressaltar algumas observações de Gentile:

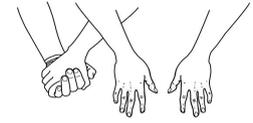
Nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, quando a vitória ainda parecia alcançável por parte do Eixo, o problema da nação foi tratado pelos fascistas, sobretudo, na perspectiva da construção da Nova Europa, segundo critérios que, pela maior parte dos fascistas, envolviam o abandono do princípio de nacionalidade, entendido como o reconhecimento da igualdade de direitos a todas as nações que se constituíam ou aspiravam se constituir em Estado nacional. O historiador Walter Maturi já havia percebido, no início dos anos trinta, os sintomas de declínio do princípio de nacionalidade. (...) O princípio de nacionalidade, precursor dos novos e mais graves conflitos, cedia a frente a um conflito que não era somente uma contraposição entre Estado nacional, mas era também um desafio entre os novos Estados nacionais totalitários, expressões dos povos em ascensão, dos quais eram precursores o fascismo e, os Estados democráticos, expressões conservadoras da velha ordem da época da nacionalidade (GENTILE, 2006, p. 200).

Portanto, com o exame das transformações do conceito de italianidade, por meio do campo do caráter nacional, vimos que a italianidade se constituiu como o conjunto de valores que permearam a criação progressiva da ideia de nação, a qual teve como eixo propulsor o nacionalismo. A italianidade reflete toda a multiplicidade de atributos e características históricas que são inerentes ao povo italiano, as quais se manifestam em medidas e ocasiões diversas. Ela é um sentimento de pertencimento. A italianidade certamente tem uma ligação com o caráter italiano, pois ela carrega conotações nacionalistas. Todavia, é importante ressaltar que nacionalismo italiano e italianidade são conceitos distintos. Enquanto o nacionalismo italiano é, entre outros, antidemocrático, antiliberal, xenófobo, como já assinalado, a italianidade nos remete à identidade étnica e, por isso, é um conceito muito mais aberto no sentido de que a identidade étnica pode conviver com outras identidades, com outras lealdades, tais como: familiares, regionais, religiosas, políticas, de classe. Note-se, por exemplo, que, para os italianos no exterior, o sentido de lealdade étnica não se traduziu necessariamente em nacionalismo e até mesmo em patriotismo.<sup>36</sup> Como bem assinala Zanini, ao pesquisar os descendentes de italianos na região de Santa Maria (RS),

os indivíduos, reivindicando uma identidade étnica distinta, almejam conquistar espaços em terras brasileiras, no meio que habitam. Não reivindicam, necessariamente, uma italianidade enquanto pertencimento nacional e jurídico, mas sim enquanto *lugar de origem* (ZANINI, 2006, p. 249).

De fato, concordamos com Zanini que o sentimento de pertencimento a um lugar distinto ao qual se habita não pressupõe a reivindicação do vínculo jurídico pela cidadania. Na verdade, como será visto na próxima seção, com Anderson (2005) defendemos que os

<sup>36</sup> Estudos como os de Biondi (2002), Bertonha (1998b), Zanini (2006), entre outros, apontam para esse sentido.



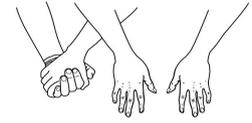
italianos estudados são parte integrante de uma “comunidade imaginada”. A nação torna-se imaginada pelo fato de que ela é constituída por pessoas que talvez nunca se conheçam, nem venham a se conhecer, mas se imaginam pertencentes a ela e se consideram integrantes do mesmo grupo. Segundo Zanini (2006, p. 29), “o sentimento de apego nacional à Itália, quando inserido no contexto do Estado brasileiro, torna-se etnicidade, fronteira demarcadora da diferença por meio de uma invocação da origem”. Desse modo, os imigrantes italianos vivenciando a sociedade brasileira, tornam-se, “enquanto portadores e reivindicadores de uma origem diferenciada, *grupos étnicos*”.

Assim, no contexto das associações, as quais estão localizadas nas cidades de Araraquara e de Catanduva, ou seja, na perspectiva da *história local*, evidentemente, a alusão à Itália não tem o mesmo significado que tinha quando os dirigentes emigraram. Suas estratégias foram mudando de caráter em função das redefinições dos objetivos perseguidos em nível da sociedade local. As associações estavam inseridas num espaço social, onde havia a necessidade de seus dirigentes negociarem não só com a sociedade local e com a colônia residente, mas com as forças atuantes no município. Então, a italianidade dos dirigentes será entendida num sentido mais amplo, tal qual a identidade étnica. Ela não será vista de maneira estática, pois, assim como a identidade étnica, a italianidade se transforma a partir das relações, dependendo do interesse, do contexto ou da situação, como já tivemos a oportunidade de demonstrar. Do mesmo modo, como argumentou Zanini (2006, p. 17), a italianidade não será compreendida de modo genérico, “mas como uma construção<sup>37</sup> que se desenvolveu partindo de encontros particulares que conduziram a uma atribuição identitária específica e processual”. Essa construção, por sua vez, será representada como sentimento de pertencimento vinculado à origem, “transmitido pelo sangue e pela valorização das coisas do ‘mundo italiano’” (p. 249), e, portanto, não vinculado ao pertencimento nacional ou jurídico.

Antes de finalizar, é importante ressaltar que, cada vez mais, aumenta-se o número de trabalhos que focalizam a italianidade no contexto contemporâneo em decorrência, sobretudo, de um novo tema de estudos originado pela frenética busca dos descendentes de imigrantes italianos pela cidadania italiana, como possibilidade de trabalho no exterior. De modo geral, evidencia-se, nesses trabalhos, a redescoberta da italianidade, às vezes arbitrária e nem sempre condizente com o contexto atual, e o resgate da cultura italiana como um meio de propaganda para o turismo da região pesquisada. Nesse sentido, talvez fosse interessante que

---

<sup>37</sup> Grifo nosso.



os pesquisadores pudessem se utilizar de conceitos que dessem conta da atualidade na qual estão envolvidos como, por exemplo, a da nova categoria conceitual chamada *italicità* (italicidade), recentemente surgida na Itália, que parece pretender substituir (ou derivar do) o termo italianidade.<sup>38</sup>

### 1.2.2 Nacionalismo sob a ótica das teorias contemporâneas

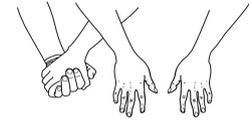
O nacionalismo tem influenciado a história mundial há no mínimo dois séculos. Por isso, não é surpreendente que sociólogos, historiadores, cientistas sociais, antropólogos, psicólogos etc. tenham escrito tantas obras sobre ele. Todavia, mesmo considerando-se seu vasto papel, ele recebeu pouca atenção dos grandes pensadores da modernidade como, por exemplo, Max, Durkheim e Weber. Além disso, não existe nenhum consenso analítico ou definição amplamente aceita do que seja nacionalismo. Os estudiosos do tema não mostraram de forma conclusiva se ele é um fenômeno político antigo ou moderno. Do mesmo modo, não há concordância sobre a sua origem e sobre o seu futuro, assim como do modo mais adequado de classificá-lo. Interroga-se se sua essência é democrática ou autoritária, se é construção das elites ou manifestação de elementos primordiais das comunidades humanas. Assim,

todas essas incertezas significam que qualquer antologia que ‘mapeie o terreno’ do nacionalismo tem mais probabilidade de encontrar os autores de costas uns para os outros, olhando para horizontes diferentes e obscuros, do que empenhados em um ordeiro combate de mãos dadas (ANDERSON, 2000, p. 7).

Entre outras questões, poderíamos ainda destacar a natureza fragmentária das abordagens atuais do nacionalismo. John Breuilly (2000), por exemplo, distingue quatro abordagens (a primordialista, a funcionalista, a narrativa e a moderna). Por sua vez, Maria

---

<sup>38</sup> Para compreender melhor este conceito, recomenda-se a leitura de alguns textos: Bechelloni, Giovanni. *Italicity as a cosmopolitan resource*. In: *Matrizes*, ECA-USP, n.1, out. 2007, pp. 99-116; Bechelloni, Barbara. A identidade cultural como fator de integração. Comunicação, história e memória na hibridação dos itálicos no Brasil. In: *Revista Brava Gente*. Editora Associação Causa Imperial, Florianópolis (SC), Ed. 04, ano II, Nov. 2007; Bassetti, Piero. Glocalismo e identità: realtà e linguaggi dell’italicità. In: *Conferenza AISLLI and Center for Italian Studies*, University of Pennsylvania (Philadelphia), 2009. Disponível em: [http://www.stefanorolando.it/index.php?option=com\\_content&view=article&id=346:piero-bassetti-glocalismo-identita-linguaggi-della-italicita&catid=39:testi&Itemid=63](http://www.stefanorolando.it/index.php?option=com_content&view=article&id=346:piero-bassetti-glocalismo-identita-linguaggi-della-italicita&catid=39:testi&Itemid=63) Acesso em abril 2011; Roiè, Sergej. *Globus et Locus. Il percorso dell’italicità*. (a cura di) Roiè, Sergej. Giampiero Casagrande Editore: Lugano (Milano), ottobre, 2006. Disponível em: [http://www.globusetlocus.org/Pubblicazioni/II\\_Percorso\\_DellItalicita.kl](http://www.globusetlocus.org/Pubblicazioni/II_Percorso_DellItalicita.kl) Acesso em abril 2011. Ainda os diversos artigos da *Revista Altretalie* disponíveis em: [http://www.altretalie.it/Pubblicazioni/Rivista/N\\_41/Altretalie\\_N\\_41.kl](http://www.altretalie.it/Pubblicazioni/Rivista/N_41/Altretalie_N_41.kl)



Montserrat Guibernau i Berdun (1997) distingue três: a primeira é a essencialista; a segunda é a que considera o nacionalismo em função da modernidade; e a terceira desenvolve teorias psicológicas. Segundo a autora, a fragmentação dessas abordagens

tem origem na sua inabilidade para juntar seus dois atributos fundamentais: o caráter político do nacionalismo, como uma ideologia que defende a noção de que estado e nação devem estar em harmonia; e sua capacidade de ser um provedor de identidade para indivíduos cômnicos de construir um grupo baseado numa cultura, passado e projeto para o futuro comuns, bem como na fixação a um território concreto (GUIBERNAU I BERDUN, 1997, pp. 11-12).

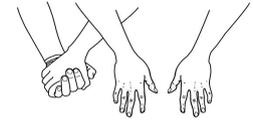
De qualquer modo, é possível afirmar que a grande maioria dos estudiosos converge num ponto: nacionalismo e nação são fenômenos modernos. John Breuilly (2000, p. 179) é categórico ao enfatizar que “as abordagens que não contêm alguma teoria da modernidade não conseguem compreender esse seu traço fundamental”. Esses estudiosos constituem o que se costuma chamar de escola “moderna” ou “construtivista”, amplamente hegemônica no meio acadêmico (NASCIMENTO, 2003, p. 36).

É importante ressaltar que a nossa intenção aqui não é realizar uma análise pontual das teorias da modernidade, mas indicar aquela que mais se ajusta para definirmos o sentido que nacionalismo assume na análise comparativa da trajetória dos dois grupos de dirigentes que pertenciam respectivamente à *SIU* e à *SIMS* “*Gd’A*”. Todavia, primeiramente, para enriquecer o debate sobre o tema, traçaremos um perfil sumário da teoria de Ernest Gellner, um dos autores da escola “moderna”, pois suas análises oferecem uma descrição refinada do nacionalismo (GUIBERNAU I BERDUN, 1997, p. 10) e são bem aceitas tanto na academia como entre líderes políticos (NASCIMENTO, 2003, p. 36).

Para Gellner (1993), o nacionalismo “é um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra” (p. 11) e cujo fundamento é “a fusão da cultura e do Estado” (p. 29). Tal fusão constitui a essência do nacionalismo.

A teoria do nacionalismo formulada por Gellner é materialista (embora não seja marxista), “na medida em que os fenômenos a serem explicados são deduzidos do modo básico como a sociedade garante a sua autoperpetuação” (GELLNER, 2000, p. 119). Gellner demonstra a existência de dois tipos distintos de sociedades: a agrário-letrada e a industrial avançada.

[A sociedade agrário-letrada], calcada na produção agrícola e numa tecnologia estável, estava mais ou menos fadada a um espírito militar-clericalista, à hierarquia, ao dogmatismo, à pluralidade cultural, à tensão entre as culturas superior e inferior e a um sistema político baseado em estruturas de poder e na ideologia religiosa, mas, de modo geral, indiferente às semelhanças culturais. Ela era profusa em diferenças



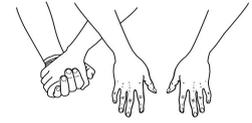
relacionadas com as posições sociais, mas não com fronteiras políticas. A nova sociedade [industrial avançada], baseada na expansão de tecnologia, no trabalho semântico e não físico, na comunicação impessoal generalizada e frequentemente anônima, através de mensagens livres do contexto, e numa estrutura ocupacional instável está destinada a uma cultura superior padronizada, educacionalmente transmitida, disseminada de maneira mais ou menos completa e difundida entre todos os seus membros. Suas estruturas políticas ou de autoridade são legitimadas por suas considerações: a possibilidade de elas garantirem o crescimento econômico permanente e a de gerarem, difundirem e protegerem a cultura que é a linguagem da sociedade em questão. Assim, a política e a cultura superior passam a ficar intimamente ligadas, e os antigos vínculos entre a política e a fé (ou a dinastia) se desfazem, ou são reduzidos a um *status* meramente decorativo, e não autenticamente funcional. O Estado é protetor de uma cultura, não de uma fé (GELLNER, 2000, pp. 119-120).

Desse modo, Gellner identifica as nações como uma espécie de síntese entre unidades políticas e culturais, resultante do processo de evolução da sociedade agrária, “não propensa ao nacionalismo, ou melhor, tendente a resistir a ele” (GELLNER, 2000, p. 136), para a sociedade industrial, “que dificilmente poderia organizar-se sobre qualquer outro fundamento que não o nacional” (p. 120).<sup>39</sup> Ao fazer isso, o autor (1993) coloca o Estado no centro de suas análises, considerando que esse aparato político-administrativo demonstra ser o único capaz de implementar o projeto da nação moderna. Partindo dessa perspectiva, ele adverte, então, que “o problema do nacionalismo não se coloca quando não existe Estado” (p. 176). Gellner considera que as nações, assim como os Estados, são uma contingência e não uma necessidade universal. Nem os Estados e nem as nações existiriam sempre e em quaisquer circunstâncias; as nações e os Estados não constituem a mesma contingência. Para o autor, se não há Estado não se pode questionar se suas fronteiras são congruentes ou não com os limites da nação. Desse ponto de vista, ele afirma que as nações seriam formadas através da sobreposição de uma etnia em um Estado, ou seja, as fronteiras étnicas não devem sobrepor-se às fronteiras políticas.

Na caracterização do fenômeno nacionalista, Gellner (1993) ignora os conflitos sociais, mas reconhece que, quando a industrialização começou a se manifestar, surgiram conflitos motivados pelo confronto entre as expectativas de homogeneidade cultural, de

---

<sup>39</sup> É relevante assinalar que os modelos de sociedades discutidos devem ser observados dentro de um contexto histórico, procurando apreender os estágios pelos quais uma sociedade agrário-letrada pode chegar a ser uma sociedade industrial. Nesse sentido, Gellner estabelece cinco estágios de evolução: o primeiro é a *linha basal*, marcada pela ausência de ligação entre etnia e política; o segundo é o *irredentismo nacional*, em que antigas fronteiras e formações políticas são ameaçadas pelo surgimento de Estados menores, os quais se propõem a cumprir o destino nacional do grupo com que se identificam; o quarto, *nacht und nebel* (Literalmente significa noite e névoa, era uma expressão empregada pelos nazistas com referência a algumas de suas operações durante a II Guerra Mundial), é o estágio em que grupos étnicos se homogeneizam dentro de unidades políticas; e, no último estágio, a riqueza material e a convergência cultural fazem desaparecer reivindicações nacionalistas (GELLNER, 2000, p. 121).



mobilidade e de igualdade social e as desigualdades políticas, econômicas e educativas. Nessa perspectiva, ele sustenta que o nacionalismo é um fenômeno moderno, produtor da nação e não consequência dela.

Gellner deixa claro que não aborda o nacionalismo enquanto ideologia. Nesse sentido, vale ressaltar que Eric J. Hobsbawm (1990), também modernista, diverge do pensamento de Gellner. Para ele, a ideologia está no centro de sua análise; a nação é de origem recente e se baseia não no efeito da cultura sobre a estrutura social, mas na história das ideias. Ela surgiu durante o período das Revoluções Francesa e Americana, quando, pela primeira vez, define-se politicamente a adequação do povo ao Estado e se consagram os conceitos de cidadania e de participação das massas. Contudo, de certa forma, Gellner e Hobsbawm convergem ao enfatizar que o nacionalismo não é o puro despertar de forças antigas, em estados latente e adormecido, mas a consequência de uma nova forma de organização social estandardizada, com base num elevado nível ou grau de instrução civil, dependente da educação e protegida pelo próprio Estado.

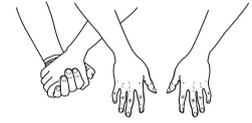
Como bem observa Nascimento (2003, p. 34), na formulação de Gellner “a ideia que move o nacionalismo seria a criação de um Estado que exercesse autoridade sobre a nação, entendida como um grupo humano que compartilha da mesma cultura”. Ela é teoricamente clara e historicamente plausível, uma vez que grande parte dos movimentos reivindicou um Estado para suas nações. Todavia, sua definição deixa fora algumas manifestações de nacionalismo e, ademais, é criticada por “confundir os próprios conceitos de Estado e nação, tornando termos como patriotismo (lealdade ao Estado) e nacionalismo (lealdade à nação) virtualmente sinônimos” (p. 34).<sup>40</sup>

Já Benedict Anderson, “cujos trabalhos têm influenciado decisivamente o curso dos estudos sobre o nacionalismo” (NASCIMENTO, 2003, p. 37), apresenta, de maneira “brilhante e persuasiva” (BREUILLY, 2000, p. 169), uma análise muito original da modernidade das nações. É em Anderson que encontramos uma explicação clara e precisa para o sentido que nacionalismo assume em nossa pesquisa.

Anderson (2005, p. 24) defende a tese de que tanto a nacionalidade (ou condição nacional) quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para comprová-la, o autor argumenta que a criação desses produtos, em finais do século XVIII, foi a destilação

---

<sup>40</sup> Note-se que Eric Hobsbawm (1990) prefere o termo *patriotismo* ao termo *nacionalismo*, para caracterizar o imperativo de lealdade e de identificação do cidadão ao Estado. Para ele, a nação é a escolha da cidadania com base na ideia de povo soberano; o conceito de nação está intrinsecamente mais ligado ao Estado e ao patriotismo do que ao nacionalismo.



espontânea de um complexo “cruzamento” de modestas forças históricas, que, depois de criadas, se tornaram “modelares”, suscetíveis de serem transplantadas com graus variados de consciência, para uma grande variedade de terrenos sociais, “para integrarem e serem integrados numa série de constelações ideológicas e políticas igualmente variadas”.

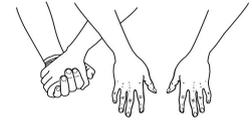
Ao utilizar os estudos culturais como referência, Anderson diverge teoricamente de Gellner, que vinculou o nacionalismo à sociedade industrial, como vimos, e de Hobsbawm, que atribui o nacionalismo à questão econômica. Para Anderson (2005, p. 26), quando Gellner declara que “o nacionalismo não é o despertar da consciência das nações: ele *inventa* as nações onde elas não existem”, ele reduz o nacionalismo a uma doutrina inventada e manipulada por elites para mobilizar as massas. Segundo o autor, “Gellner está tão ansioso por demonstrar que o nacionalismo é uma mascarada sob falsas aparências que faz equivaler ‘invenção’ com ‘fabricação’ e ‘falsidade’, em vez de identifica-lo com ‘imaginação’ e ‘criação’ ”.

Anderson (2005) enfatiza que o início da era do nacionalismo foi desencadeado no momento em que a nação passou a tomar o lugar do sobrenatural como atribuidor de sentido à existência social: “por detrás do declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas, ocorria uma mudança fundamental nos modos de percepção do mundo, uma mudança que, mais do que qualquer outra coisa, tornou possível ‘pensar’ a nação” (p. 43). A passagem do sobrenatural ao nacional ocorria, portanto, em função de uma transformação essencial na mentalidade ocidental.

A própria possibilidade de imaginar a nação só emergiu historicamente quando, e onde, três concepções culturais fundamentais, todas de grande antiguidade, perderam o seu poder axiomático sobre as mentes dos homens. A primeira dessas concepções era a ideia segundo a qual determinada linguagem escrita proporcionava um acesso privilegiado à verdade ontológica (...). Foi essa ideia que presidiu à formação das grandes congregações transcontinentais como a Cristandade, a *Ummah* islâmica e outras. A segunda era a crença de que a sociedade se encontrava naturalmente organizada em torno e abaixo de centros elevados - monarcas que eram pessoas distintas dos restantes seres humanos e que governavam segundo uma espécie de lei cosmológica (divina). (...) A terceira era uma concepção da temporalidade na qual a cosmologia e a história eram indistinguíveis, na qual as origens do mundo e dos homens eram essencialmente idênticas (ANDERSON, 2005, p. 56).

Partindo deste raciocínio, Anderson elaborou o conceito de nação, o qual é bastante instrumental, tomando como base o ponto de vista da Antropologia Social:

Num espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: é uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana. É *imaginada* porque até os membros da [menor] nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da

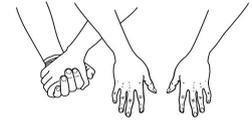


maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão. (...) A nação é imaginada como *limitada* porque até a maior das nações, englobando possivelmente mil milhões de seres humanos vivos, tem fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se situam outras nações. (...) É imaginada como *soberana* porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução destruíam a legitimidade do reino dinástico hierárquico e de ordem divina. (...) Por fim, a nação é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. (ANDERSON, 2005, pp. 26-27).

Quer dizer, a nação é um produto subjetivo e pode ser entendida como uma representação coletiva. A definição de Anderson fornece elementos para, de fato, pensarmos o significado do nacionalismo como um artefato cultural de tipo especial, porque **envolve a questão do emocional na construção de laços que superam a necessidade do contato face a face**. A nação é constituída por membros que não se conhecem e, talvez, nem venham a se conhecer, mas se percebem como integrantes do mesmo grupo. Ela resulta da decadência de línguas restritas a pequenos grupos, da elevação do índice de alfabetização e da emergência do capitalismo de imprensa. Nesse sentido, as línguas impressas lançaram as bases para a consciência nacional:

O fator crucial nesse processo foi que, pela primeira vez, a língua por meio da qual o povo de uma região distinta falava e pensava era a mesma por meio da qual os estratos do governo, os intelectuais e o clero escreviam e liam. Isso foi um acontecimento revolucionário, já que progressivamente suprimia a necessidade de se aprender latim (...). O desenvolvimento das línguas vernáculas desempenhou um papel decisivo na criação da imagem de se pertencer a uma comunidade (GUIBERNAU I BERDUN, 1997, pp. 76-77).

Contudo, Guibernau i Berdun (1997) defende a ideia de que uma língua vernácula não é uma base indispensável para criação da consciência nacional, mas a sua existência facilita essa criação (p. 77). Por outro lado, ela é favorável que os estudos sobre o nacionalismo incorporem elementos menos “racionais”, porém não menos importantes, que envolvam sentimentos e emoções. Isso não significa desconsiderar a dimensão política do nacionalismo, relacionada à construção do Estado nacional, mas perceber que essa construção envolve um processo de identificação cultural muito forte, que imprime ao Estado uma identificação psicológica, salientando que a nação representa um “investimento emocional dos indivíduos” (p. 75).



Por fim, pode-se dizer que a definição conceitual de Anderson supera o tom excessivamente objetivista de Gellner:<sup>41</sup> “o que estou a propor é que o nacionalismo deve ser entendido alinhando-o, não com ideologias políticas conscientemente defendidas, mas com os vastos sistemas culturais que o precederam, a partir dos quais – e contra os quais – se constituiu” (ANDERSON, 2005, p. 33).

Portanto, privilegamos a conceituação de Anderson, porque ela nos fornece os subsídios fundamentais para analisarmos os dois grupos de dirigentes no âmbito de suas associações, dentre os quais destacamos: o fenômeno do nacionalismo ocorre entre pessoas que talvez nunca se encontrem, mas se consideram unidas por um sentimento único de pertença e lealdade.

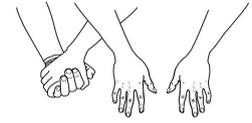
Ainda é importante fazer uma observação sobre o termo patriotismo, o qual não deve ser confundido com nacionalismo. Logo, diferentemente do “nacionalismo imaginado” de Benedict Anderson, cujo conceito é abstrato e sentimental, o patriotismo exige a existência de um *locus* delimitado (a Pátria), pois ele é um valor estruturante e estrutural. Resumidamente falando, o patriotismo é uma manifestação de amor à Pátria, aos seus símbolos, como o hino, a bandeira, suas instituições ou representantes. Como bem observa Pisani (1937, p. 1081), “o patriotismo não é somente aquele que nas grandes e solenes ocasiões se agita, mas aquele que se oferece espontaneamente à nação nos momentos de suprema necessidade”.

Para encerrar essa seção, é importante assinalar que o tema do nacionalismo italiano no Brasil ainda carece de estudos sistemáticos. Um dos poucos estudiosos a se deter no assunto foi João Fábio Bertonha, que, a partir da historiografia internacional, renova o conceito de “nacionalismo defensivo” e o adequa ao caso brasileiro.

Trata-se de um sentimento difuso que existiu entre os italianos no exterior, dado como resposta de apoio à Mussolini e ao fascismo, na qual eles “articulavam a sua própria identidade e inserção social com o uso do enorme prestígio internacional desfrutado pela Itália e pelo fascismo no período entre-guerras” (BERTONHA, 1998a). Esse sentimento não indicava automaticamente uma posição ideológica e foi, tradicionalmente, aplicado no caso norte-americano (assim com em outros países). Lá a imigração italiana sofreu discriminação e dificuldades de integração na sociedade hospedeira. Nela, a propaganda fascista obteve

---

<sup>41</sup> Além disso, Anderson demonstrou que “as nações não eram os produtos determinados de certas condições sociológicas, como a língua, a raça ou a religião; na Europa e em todas as outras partes do mundo, elas tinham sido trazidas à vida pela imaginação” (CHATTERJEE, 2000, p. 229).



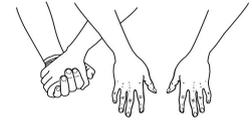
geralmente uma resposta favorável da maioria dos imigrantes italianos que percebiam no orgulho pelas realizações e conquistas da Itália fascista os instrumentos de recuperação da autoestima e, inclusive, como meio facilitador de sua integração na nova sociedade. Essa percepção não seria derivada da conquista ideológica. Ou seja, segundo Bertonha (1998b, p. 220), “para a maioria dos ítalo-americanos, o fascismo teria sido um simples instrumento de orgulho étnico, sem nenhuma conotação política”.

Bertonha constatou que entre os italianos estabelecidos no Brasil, especialmente em São Paulo, parece ter existido o que ficou denominado de “nacionalismo defensivo”.

Não só a elite e as classes médias de origem italiana de São Paulo responderam muito favoravelmente, dadas sua posição de classe e a um relacionamento mais harmônico com a ideia do nacionalismo italiano, ao fascismo como o grosso da coletividade foi atingida por um sentimento fascista ‘difuso’ gerado pela imensa simpatia dirigida ao fascismo em largos setores da sociedade brasileira, a qual fazia da adesão informal ao mesmo um excelente meio de superar velhos preconceitos (...) contra os italianos e de integração à sociedade brasileira. Esse sentimento marcou a coletividade italiana do Brasil no entre guerras e foi um dos traços chave da vida dessa coletividade no período (BERTONHA, 1998a).

Diferentemente do caso norte-americano, em que a propaganda ideológica fascista era fortemente restringida, a propaganda dirigida aos ítalo-paulistanos, ainda que enfatizasse o aspecto do nacionalismo, não deixou de fora a questão ideológica. Na verdade, para o caso brasileiro, Bertonha faz uma adequação com a adição de conflitos e problemas sociais e políticos que, segundo ele, não podem ser ignorados, pois cada coletividade italiana no exterior tem características próprias. Certamente a retórica fascista fez nascer em muitos italianos integrados no Brasil um orgulho nacional, mas, acreditamos, no sentido de conduzi-los a (re)valorizar a sua nacionalidade. Entendemos, portanto, que Bertonha reduz o sentimento nacionalista a uma atitude de defesa.

A partir da demarcação dessas balizas teóricas, propomo-nos, então, no próximo capítulo, introduzir o tema das associações italianas numa perspectiva local. Todavia, para dar curso à defesa do argumento central, que está intrinsecamente relacionado às condições locais de cada colônia italiana, cumpre fazer, ainda dentro deste capítulo, um breve panorama do desenvolvimento das cidades de Araraquara e de Catanduva.



## 1.3 Araraquara



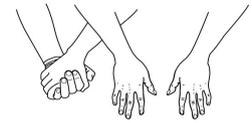
Figura 1.1: Araraquara, Rua do Commercio, esquina da Avenida 10, 1908. (Atual Rua Nove de Julho, esquina da Av. Feijó)  
Fonte: Museu da Imagem e do Som, Araraquara.

### 1.3.1 Fundação e política

Araraquara está localizada no centro-norte do Estado de São Paulo, a 280 km da capital. Ela foi fundada pelo mineiro Pedro José Neto que, ao fugir da justiça de Itú por questões de desavença política ou policial (há poucos registros), internou-se nas matas onde hoje localiza-se o município de São Carlos e, depois de percorrê-las em diversas direções, descobriu os *Campos de Aracoara*<sup>42</sup>. Lá iniciou a ocupação de sesmarias, formou fazenda de criar gado e plantou roça. Isso ocorreu por volta do ano 1790-1795. Antes de prosseguirmos, é interessante atentar para o fato de que nessa época havia diferentes formas para se tornar proprietário e legalizar terras intocadas como as dos *Campos de Aracoara*:

uma, era requerer sesmaria, devendo a área ser medida por um juiz; outra, era simplesmente tomar posse. O posseiro fixava-se na terra, cultivando, criando gado e depois requeria escritura de posse. Havia também a falsificação de documentos,

<sup>42</sup> Segundo Telarolli (2003, p. 23), “*Campos de Aracoara* era a denominação genérica de um amplo território ainda desconhecido que começava à margem direita dos rios Piracicaba e Tietê, estendendo-se (...) até o rio Grande, nas divisas com Minas Gerais, e ao rio Paraná, nas divisas de Mato Grosso”.



pelos quais eram expulsos antigos posseiros, com a conivência de autoridades para a prática da fraude. Esses eram os grileiros. Algumas vezes, tudo se fazia de modo pacífico; outras desencadeavam-se lutas sangrentas com jagunços fortemente armados, do que resultava a expulsão e morticínios. As sesmarias da região de Araraquara foram medidas mais de 20 anos após a chegada de Pedro José Neto, ou seja, entre 1812 e 1819. O pioneiro foi concedendo direitos sobre as terras a inúmeras pessoas influentes em troca da interferência para conseguir livrar-se dos problemas que tinha com a justiça de Itú (TELAROLLI, 2003, p. 29).

Feito a ressalva, até 1809, Araraquara contava com apenas 20 habitantes, mas não demorou muito tempo para evoluir e tornou-se freguesia<sup>43</sup> no ano de 1817, quando já possuía 303 moradores, entre eles, 54 escravos. Ela levava o nome de “Freguesia de São Bento de Araraquara” e era subordinada à Vila de Itu. A título de aniversário, sua idade é contada a partir do dia 22 de agosto de 1817, ou seja, os anos anteriores à sua fundação não foram considerados. Depois de quinze anos a freguesia foi elevada à categoria de Vila, o que proporcionou autonomia para eleger os seus vereadores, que eram quase sempre fazendeiros, os quais possuíam a patente de coronel (TELAROLLI, 2003; SOUZA, 2003).<sup>44</sup> Esta patente “vinha da participação na Guarda Nacional, criada em 1831, pelo padre e regente Antonio D. Feijó para contrabalançar a ação do Exército” (SOUZA, 2003, p. 15). Segundo Telarolli, coronel era

Uma espécie de título honorífico de que muito se orgulhavam os fazendeiros e outros potentados do interior. (...) Esses homens tinham as portas do governo abertas em São Paulo e era por intermédio deles que os municípios eram atendidos em seus pedidos, que eram frequentes, devido à pobreza do erário municipal. Em troca, o coronel ganhava prestígio perante os seus conterrâneos e, assim, por ocasião das eleições, comandava os eleitores para a direção desejada, perpetuando o poder em todas as esferas. As vilas e cidades muito deviam a eles, mas eram quase sempre homens truculentos, não hesitando em eliminar o inimigo a quem perseguiam, dando aos amigos tudo o que precisassem (TELAROLLI, 2003, p. 120).

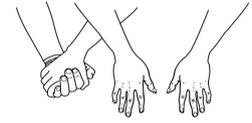
Desse modo, a política de Araraquara se desenvolveu no contexto do coronelismo<sup>45</sup>. Com o passar dos tempos, a Vila cresceu e foi elevada à categoria de cidade no dia 6 de fevereiro de 1889 (SOUZA, 2003).

Em fins do século XIX, desde a Proclamação da República, esboçava-se um embate pela liderança política em Araraquara liderado por dois grupos. Esses grupos eram

<sup>43</sup> Segundo Telarolli (2003, p. 29), “freguesia era a titulação que recebia uma povoação como primeiro passo na sua evolução para tornar-se uma unidade autônoma, vila ou cidade”.

<sup>44</sup> Para um estudo mais detalhado sobre a história de Araraquara, recomenda-se consultar: França (1915); Almeida (1948); Corrêa (1967); Telarolli (2003), entre outros.

<sup>45</sup> Coronelismo era uma “prática política baseada num compromisso entre o ‘coronel’ e as oligarquias centrais em que um dá o voto e os outros poder político; uma forma de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa, caracterizado por uma relação de compromisso. A consequência é o mandonismo, filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos” (Victor Nunes Leal, *Apud* SOUZA, 2003, p. 15).



comandados por dois fazendeiros de café, pessoas de prestígio na região, respeitados pelas suas posses e igualmente proprietários de terras, ou seja, eles eram tipicamente rurais. Um dos chefes político era republicano histórico, “coronel” Antonio Joaquim de Carvalho. Sua vida pública começou a ter destaque somente após a mudança do regime. O outro era monarquista, “tenente-coronel” Joaquim Duarte Pinto Ferraz, sua família já tinha tradição no Partido Conservador. Na verdade, o único grupo que o regime permitia era o Republicano. Os monarquistas, porém, não deixaram de atuar por meio de seus filhos e descendentes, manifestando suas posições de chefes (TELAROLLI, 1977; 2003).

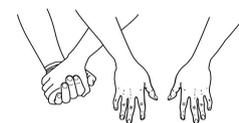
No decorrer dos anos, alguns fatos abalaram os moradores de Araraquara. O primeiro deles ocorreu cinco dias antes da Proclamação da República. Dois negros, que estavam presos na cadeia, acusados de atentados contra uma mulher branca e outra parda<sup>46</sup>, foram mortos violentamente com pedras, paus, tiros e machados, por um grupo hostil. O segundo foi a epidemia de varíola, que ocorreu entre 1892 e 1893. Poucos anos depois, entre 1895 e 1896, uma epidemia de febre amarela, a mais virulenta, dizimou algumas centenas de pessoas, o que causou uma desorganização na vida econômica da cidade. Nessa época, foi necessário fazer a transferência da administração e da sede da Comarca para o povoado vizinho, Américo Brasiliense. Já entre 1918 e 1919, de menor repercussão, mas que também fez muitas vítimas, foi a gripe espanhola (TELAROLLI, 2003).

Contudo, o que mais abalou a cidade como um todo, foi o episódio que ficou conhecido como “Linchamento dos Britos”. Ele ocorreu no ano de 1897 e teve repercussão nacional. Um grupo instigado pela vingança, por causa da morte de um chefe político, fez um ataque premeditado à cadeia, onde estavam presos tio e sobrinho por ter cometido tal crime em legítima defesa. Os dois presos foram trucidados pelo grupo agressor. Tudo isso, com a conivência do sargento que chefiava os soldados que dormiam na cadeia e fugiram. Esse fato ocorreu com a presença da população que assistia com tamanha indignação tal brutalidade. Esse crime deixou a cidade estigmatizada com a alcunha de “linchaquara” (TELAROLLI, 1977; 2003). Para Telarolli (2003, p. 120) “todo o dramático episódio com as três mortes (do chefe político, tio e sobrinho) deve ser compreendido à luz do coronelismo, o sistema político que vigorava até então”.

Como consequência desse crime, Araraquara ficou relegada ao ostracismo durante alguns anos. A situação só começou a mudar a partir de 1908, quando o grupo que

---

<sup>46</sup> Neste caso há controvérsias. No *Álbum de Araraquara, 1948* (ALMEIDA, 1948) consta que a parda não era uma mulher e sim uma criança negra de três anos de idade.



detinha o poder foi derrotado por outra facção do Partido Republicano Paulista (PRP), que revelava mentalidade progressista (TELAROLLI, 2003; SOUZA, 2003). O prefeito eleito nesta ocasião foi o italiano Américo Danielli.<sup>47</sup> Em seu *Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1910* (Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli”<sup>48</sup>, p. 7 e 10), Danielli demonstrava os benefícios que a cidade havia conquistado em sua gestão (1908-1910). Entre outros, podemos citar a contratação para os serviços de assentamentos de guias, de sarjetas e de calçadas com pedras; e no dia 1º de setembro foi inaugurada a iluminação elétrica. O centro da cidade ficou iluminado com lâmpadas de arco voltaico e os arredores com lâmpadas incandescentes. A instalação da energia elétrica, além de mudar a fisionomia urbana, abriu oportunidades no setor industrial.

Seus sucessores, Dario Alves de Carvalho (1911 a 1916) e Plínio de Carvalho (1917 a 1930), deram continuidade aos moldes de desenvolvimentos já estabelecidos. No *Relatório do Prefeito Municipal Dario Alves de Carvalho referente ao exercício de 1913, apresentado à Câmara Municipal, na sessão de 15 de janeiro de 1914* (APHRT, p. 8) ficou constatado que transitou pela Secretaria setenta e um alvarás de licenças diversas, o que significa que o comércio estava crescendo. Já em 1920, o município contava com 48.119 habitantes (Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade -BPMMA<sup>49</sup>, Araraquara, IBGE, *Recenseamento do Brazil, 1920*) e se dividia em três zonas distintas: 1) zona ou perímetro urbano; 2) zona sub-urbana; e, 3) zona rural, conforme o *Código Legislativo do Município de Araraquara – Lei n° 1 de 15 de janeiro de 1920 – Prefeito Plínio de Carvalho* (APHRT, p. 6-7).

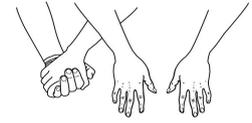
Após a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, o prefeito Plínio de Carvalho foi cassado juntamente com os demais vereadores. A Câmara Municipal permaneceu fechada durante um pouco mais de seis anos até a posse da legislatura de 1936. Entre 1930 e 1947, os prefeitos eram nomeados por decreto do governo estadual e seus mandatos eram de curta duração (TELAROLLI, 2003; SOUZA, 2003).

---

<sup>47</sup> Como veremos no último capítulo, poucos foram os italianos que ocuparam cargos políticos em Araraquara.

<sup>48</sup> Doravante APHRT.

<sup>49</sup> Doravante BPMMA.



### 1.3.2 Imigrantes no Brasil: breve relato<sup>50</sup>

No Brasil, os movimentos abolicionistas e o desenvolvimento de políticas governamentais para atrair imigrantes criaram um ambiente favorável para a vinda dos italianos. Até 1888, ano da abolição, o Brasil era um país escravocrata. O trabalho nas grandes plantações agrícolas cabia aos negros. Desde 1850, porém, com a publicação da lei que impedia o tráfico negreiro, a mão de obra escrava começou a escassear e a tornar-se mais cara. Além disso, na década seguinte, intensificou-se a campanha abolicionista, o que só fez aumentar o número de fugas e revoltas de escravos.<sup>51</sup> Dada a escassa oferta da mão de obra escrava, a elite política e as organizações de agricultores passaram a projetar e a colocar em prática a substituição de mão de obra escrava por colonos europeus e asiáticos. De fato, a vinda dos imigrantes para o Brasil está intrinsecamente ligada ao processo de substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre (MARTINS, 1981).

É oportuno ressaltar que vieram para o Brasil grandes contingentes de italianos, alemães, espanhóis, portugueses e japoneses. Para se dar uma ideia, Martins (1981, p. 237) assinala que “só a região de São Paulo recebeu, entre 1877 e 1914, 1.728.620 imigrantes”.

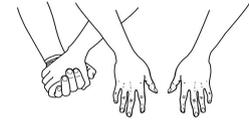
Prosseguindo, já em 1871, as correntes migratórias eram constituídas por dois tipos de imigrantes: os espontâneos e os subvencionados (ou subsidiados)<sup>52</sup>. Via de regra, os imigrantes classificados como espontâneos eram aqueles que viajavam com seus próprios recursos, enquanto os subvencionados eram arregimentados, no caso italiano, em suas aldeias de origem na Itália por agenciadores contratados pelo governo brasileiro e trazidos para o Brasil com todas as despesas pagas até o destino final, que podia ser para as fazendas ou para se instalar nos núcleos coloniais, com contratos pré-estabelecidos. Os recrutadores davam mais preferência às famílias trabalhadoras do que aos trabalhadores isolados. Ao chegarem ao porto de Santos, os imigrantes eram transportados até a Hospedaria dos Imigrantes (a partir de 1888) e depois encaminhados por estrada de ferro para seu destino (MARTINS, 1981). Contudo, um ponto desse processo migratório merece maior atenção.

Às vezes ocorria do imigrante burlar esse esquema fechado, fugindo da Hospedaria ou então extraviando-se já no porto de Santos, para evitar que fosse levado para as

<sup>50</sup> Vasta literatura tem discutido este tema com profundidade. Aqui não é necessário pormenorizar.

<sup>51</sup> A proibição do tráfico negreiro – Lei Eusébio de Queiroz –, que coincide com a Lei de Terras de 1850, a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885), o crescimento da campanha pela abolição da escravatura e sua consolidação em 13 de maio de 1888, foram os principais fatores para a busca de soluções alternativas de obtenção de mão de obra.

<sup>52</sup> A Associação Auxiliadora da Colonização foi constituída em 8 de agosto de 1871 e congregava importantes fazendeiros e capitalistas de São Paulo (COSTA, 1999, p. 328).



fazendas, preferindo localizar-se na cidade de São Paulo, geralmente junto a patrícios que o antecederam (MARTINS, 1981, p. 239).

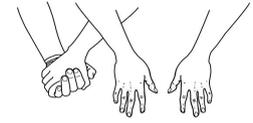
De fato, Folquito Verona (*Apud* OLIVEIRA, 2008), ao analisar os trabalhadores têxteis da cidade de Schio (Itália) para São Paulo, encontrou divergências entre suas identificações, pois eles eram registrados como camponeses ou trabalhadores rurais, o que não era compatível com a sua ocupação. Verona revela que “a preponderância da multidão dos chegados sobrepôs-se às minorias específicas” (Verona *Apud* OLIVEIRA, 2008, p. 42). A esse respeito, Oliveira acredita que é necessário tomar cuidado quanto à generalização da imigração camponesa no contexto da grande imigração, apesar dela ter sido a mais numerosa. Na verdade, afirma Oliveira (2008, p. 42), muitas vezes o imigrante de origem urbana se identificava como camponês com o intuito de obter a passagem gratuita subvencionada pelo governo brasileiro, e sua documentação de embarque era preenchida como tal.

Retomando, Martins (1981) afirma que é lícito distinguir três destinos dados aos imigrantes que chegaram no Brasil. O maior número deles foi levado para as fazendas de café do interior de São Paulo. O outro destino foram os núcleos coloniais, quase todos oficiais, situados nas regiões pioneiras e afastados dos centros urbanos das cidades de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Para esses núcleos foram levados um número significativo de imigrantes. E uma parte dos imigrantes dirigiu-se às cidades. Essa parte era composta por “pequenos negociantes, intelectuais, artesãos, operários e até capitalistas” (MARTINS, 1981, p. 238).

### **1.3.3 Estabelecimento das lavouras cafeeiras no município de Araraquara e a vinda dos imigrantes**

Como vimos, as fazendas de café foram o destino majoritário dos imigrantes, sobretudo nas zonas cafeeicultoras em expansão, e particularmente no Estado de São Paulo, destino dos maiores contingentes de italianos, que, segundo Holloway (1984, p. 71), “representaram 46 por cento de todos os imigrantes no período de 1887 a 1930”.

No caso de Araraquara, as lavouras cafeeiras foram estabelecidas nas antigas fazendas de cana-de-açúcar ou de criação, e aos poucos acabaram por prevalecer sobre qualquer outra forma de economia. As primeiras mudas de café foram plantadas em 1833 por José Joaquim de Sampaio na Sesmaria do Ouro, formando um total de três mil pés (FRANÇA, 1915). No entanto, a lavoura comercial se processou de modo lento, sofrendo



uma forte resistência devido às dificuldades advindas da ligação dessa área com as zonas de exportação, e somente poderia crescer comercialmente quando pudesse contar com as estradas em condições de funcionar, saindo do isolamento que se encontrava.<sup>53</sup>

Enquanto a região desenvolvia uma economia de subsistência, o isolamento não constituía empecilho para as trocas entre Araraquara e outras regiões vizinhas. Mas, com o desenvolvimento da economia cafeeira, não bastava que as antigas fazendas produtoras de cana se transformassem em produtoras de café ou fossem abertas novas fazendas. Era preciso facilitar a comunicação com os centros consumidores, ou seja, o acesso aos mercados de consumo ou exportadores. Assim, em 1868, foi construída a Estrada de Ferro da Companhia Paulista de Jundiaí a Campinas. Em 1876, outro progresso foi alcançado com a extensão da ferrovia paulista até Rio Claro; essa, porém, apenas começou a funcionar em 1882. Segundo Matos (1990, p. 160), “autorizada a funcionar (...) em 12 de agosto de 1882, tratou a empresa de construir as linhas programadas, inaugurando-se o trecho de Rio Claro a São Carlos, a 15 de outubro de 1884, de São Carlos a Araraquara a 18 de janeiro do ano seguinte”. Desse modo, novas possibilidades foram proporcionadas à região.

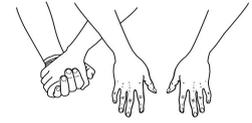
Solucionados os problemas do isolamento da região, já em fins da década de sessenta, o café começou a aparecer como produto de valor comercial.<sup>54</sup> Segundo consta, uma fazendeira do município já possuía onze mil pés de café avaliados em três contos de réis e esse montante representava a maior quantidade e o maior valor para a época. Em 1862, a Câmara Municipal informava “que a lavoura do café começava a se desenvolver. Nesse ano foram plantados duzentos mil pés, calculando-se que no prazo de cinco anos, o café seria uma das principais riquezas do município” (CORRÊA, 1967, p. 78).

Vale a pena notar que o capital empregado para a implantação da lavoura cafeeira foi de origem heterogênea: por um lado, originou-se dos descendentes de sesmeiros que haviam formado capitais na produção do açúcar em Porto Feliz ou Piracicaba e passaram a aplicá-los no município de Araraquara, num momento em que havia excedentes em outras regiões; por outro, teve procedência dos lavradores portadores de capitais ainda extraídos da base agrária, que procuravam terras novas, e em Araraquara se estabeleceram e compraram terras para a formação de suas fazendas. Elas geralmente eram parte das antigas fazendas

---

<sup>53</sup> A discussão a seguir, apoiou-se especialmente em Corrêa (1967), exceto, quando indicado em contrário.

<sup>54</sup> Na região de Araraquara, a expansão das lavouras de café é posterior à década de 1850. Segundo Costa (1966, p. 15), a região faz parte das zonas que implantaram o café tardiamente, iniciando a sua cultura após o surto cafeeiro do Vale do Paraíba.



mistas<sup>55</sup>, ou de criação, ou mesmo parte de terras inproveitadas. Os capitais formados na região às vezes procediam de dotes matrimoniais, mas a forma mais frequente era o de formação por vias comerciais.

O rendimento proporcionado com a lavoura comercial resultou na ampliação das fazendas de café, no aparecimento de reservas em dinheiro ou em títulos, e ainda proporcionou melhores condições de vida aos proprietários. Corrêa (1967), analisando inventários de fazendeiros, demonstra que o dinheiro começou a aparecer na década de setenta do século XIX, tendo seu maior crescimento nos anos oitenta, devido aos resultados da lavoura comercial, e uma diminuição na década de noventa (provavelmente por ter sido um período altamente inflacionário).

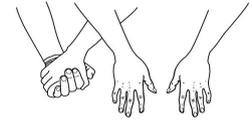
A melhoria nas condições de vida dos fazendeiros lhes proporcionou o privilégio de ter duas moradias – a casa da fazenda e a da cidade. A primeira era a moradia fixa, enquanto a segunda ficava fechada a maior parte do tempo, só sendo habitada por ocasião das festas. Todo o cuidado era dedicado à casa da fazenda e, com isso, o seu valor comercial se tornou cada vez mais alto. Mas a maior parte dos rendimentos com a lavoura do café foi revertida em favor da mesma, na compra de maquinários, terras, ampliação das fazendas ou formação de patrimônios em outros locais. Com a aquisição, por exemplo, da máquina de beneficiar café havia uma redução nas despesas, porque o café era beneficiado na própria fazenda. Apesar de dispendiosa, valia a pena possuí-la.

Em Araraquara, o desenvolvimento da lavoura do café ocorreu numa época pouco oportuna para a oferta de mão de obra. Havia muitas dificuldades para obtenção de escravos, dada a iminência da abolição.<sup>56</sup> Os chefes locais resistiam a qualquer tentativa em favor da abolição e retinham os escravos que ainda restavam, já que essa mão de obra estava em vias de desaparecimento. Corrêa, ao descrever um caso de agitação que houve em Araraquara no ano de 1883, o qual é interessante acompanhar, caracteriza o posicionamento dos chefes locais em relação à libertação dos escravos:

Antonio Henrique da Fonseca (...) apresentou-se em Araraquara como advogado sendo, entretanto, identificado como agitador abolicionista, acusado pelos fazendeiros de provocar a violência entre seus escravos. Sentindo-se feridos naquilo que lhes era tido como direito, esquecendo-se totalmente do caráter humanitário que a campanha poderia ter, os fazendeiros investiram contra o advogado que procurou a

<sup>55</sup> Fazendas mistas são aquelas em que se cria gado juntamente com a lavoura.

<sup>56</sup> Corrêa (1967, p. 163) enfatiza que “a partir de 1876, houve um aumento nos preços de escravos provocado pelas dificuldades impostas à circulação interprovincial; devido à cessação do tráfico era difícil renovar o suprimento de escravos”.



proteção da lei. Historiando esse acontecimento, Pio Lourenço Corrêa<sup>57</sup> procurou uma justificativa para a atitude dos fazendeiros: ‘não devemos esquecer de que o escravo era no Brasil, uma propriedade igual a qualquer outra, de modo que aconselhar ou dar liberdade a escravos era intervir no uso e gozo da propriedade alheia’ (CORRÊA, 1967, p. 166).

Todavia, algumas autoridades como o juiz de direito Altino Rodrigues Pimenta, o promotor, o delegado suplente e o coronel Antonio Pereira de Aguiar, eram contrárias às atitudes dos fazendeiros, cujas prepotências chegavam ao ponto de enfrentarem o juiz e dizerem “que ele deveria sair da comarca, porque despachava em favor de escravos e protegia o abolicionista Fonseca”. Na verdade, o juiz já havia despachado um parecer favorável à liberdade de dois escravos que pertenciam a Carlos Baptista L. Magalhães, poderoso fazendeiro do município de Araraquara.

As tensões aumentavam a cada dia e os fazendeiros do município se reuniram e, ignorando as autoridades da vila, decidiram que

‘por delegação da soberania popular’ estavam no direito de expulsar da vila o cidadão Antônio Henrique da Fonseca. Seu ‘crime’ havia sido de tomar a defesa de escravos em petição de alforria, estando, pois, dentro da lei. Mas estava fora da lei que se forjava naquele momento pelos potentados da terra, que em defesa de seus interesses passaram a ignorar as autoridades legais e instituíram um novo domínio (CORRÊA, 1975, p. 167).

Por sua vez, o juiz de direito, apesar de não concordar com a decisão dos fazendeiros, pois Fonseca não havia transgredido nenhuma lei, aconselhou-o a deixar a vila ‘ocultamente’ antes que fosse escorraçado. Assim,

Na manhã do dia 29, narra o juiz: ‘na madrugada de hoje, às cinco horas mais ou menos já havia em frente à casa do Dr. Carvalho, no largo da Matriz, grande número de indivíduos a cavalo e pouco a pouco foi o grupo aumentando em número superior a 120, além de muitos outros que se achavam, formando um todo de cerca de 250 a 280 pessoas e todos armados, ficando como chefes, porque iam na frente [o juiz cita o nome de vários fazendeiros] (...) pronunciando o major Joaquim Pinto, de uma das janelas da casa do Dr. Carvalho, uma alucução que incitava os ânimos contra a vida de Fonseca!!!’ (CORRÊA, 1967, p. 168).

Fonseca já havia deixado a vila. Em seguida, o juiz de direito também a deixou, pois não havia ambiente favorável para sua permanência.

As circunstâncias levaram, então, os fazendeiros a contar com a vinda de famílias imigrantes para substituir a mão de obra do negro liberto, pois mesmo arregimentando trabalhadores nacionais livres, especialmente nordestinos e baianos, não era suficiente para suprir a demanda na lavoura (CORRÊA, 1967; MONTEIRO, 2000). Informações contidas na

---

<sup>57</sup> Fazendeiro do município de Araraquara, proprietário da fazenda “São Francisco”, localizada na Estação Itaquê (FRANÇA, 1915, p. 272).

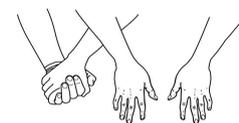


Tabela 1.1, nos permitem comparar o número de imigrantes que chegou ao Estado de São Paulo, com o número de estrangeiros trazidos da Hospedaria dos Imigrantes para Araraquara, no período de 1886 a 1899.

**Tabela 1.1: Imigrantes chegados ao Estado de São Paulo em comparação aos estrangeiros trazidos da Hospedaria dos Imigrantes para Araraquara, 1886-1899\***

Ano	N Imigrantes p/Estado SP	N Estrangeiros p/Araraquara	%
1886	9.534	166	1,7
1887	32.110	242	0,7
1893	81.755	1.417	1,7
1894	44.740	1.155	2,5
1895	136.142	2.059	1,5
1897	94.540	2.278	2,4
1898	42.674	1.237	2,8
1899	28.367	896	3,1

Fonte: Holloway (1984, p. 265); Monteiro (2000, p. 86).

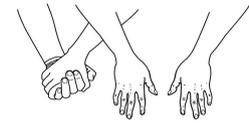
Nota:

\*A sequência dos anos está incompleta, por insuficiência de dados.

A Tabela em questão demonstra que, em termos percentuais, os anos que mais chegaram estrangeiros à cidade de Araraquara foram em 1894 (2,5%), 1897 (2,4%), 1898 (2,8%) e 1899 (3,1%). Telaarolli (1977, p. 23) assinala, por exemplo, que “foram 21 os municípios que receberam mais de 1.000 imigrantes em 1897. Nesses estava incluída Araraquara, em sexto lugar, com 2.278, dos quais 1.500 eram vênetsos e mantuanos (Gobatto, 1997, p. 88), tendo à sua frente somente a capital, São Carlos, Campinas, Ribeirão Preto e Jaú”. O autor ressalta que, neste mesmo ano, no município de Araraquara tinha, ao todo, 21.140 empregados em atividades agrícolas, dos quais 19.000 eram estrangeiros.

### 1.3.4 Italianos em Araraquara

Apesar da grande massa dos imigrantes terem se dirigido ao trabalho nas lavouras de café, aqui pretendemos focalizar os imigrantes italianos que optaram por morar na cidade, cuja significativa presença pôde ser visualizada por meio de minuciosa análise



realizada no *Recenseamento de Araraquara, 1902* (APHRT), que listou todos (ou quase todos) os indivíduos que habitavam no meio urbano.

Esse Recenseamento foi realizado entre meados de abril e 15 de agosto de 1902, pelo médico brasileiro Aduacto Chastinet, que na época tinha 26 anos e era casado. Ele percorreu ruas e avenidas, casa por casa, e anotou de punho próprio, em um livro, a relação de todos os moradores da cidade. Nessa relação, constam os nomes de todos da família, dos agregados, a nacionalidade, a idade e a ocupação profissional. Chastinet visitou cerca de 910 casas (TELAROLLI, 2003). Desse montante de casas visitadas, podemos observar na Tabela 1.2 que os italianos representavam 37,3% dos habitantes, 81,1% em relação aos nacionais e 68,9% em relação aos estrangeiros.

**Tabela 1.2: Número de italianos em Araraquara no ano de 1902, no meio urbano, em relação aos habitantes, aos nacionais e aos estrangeiros**

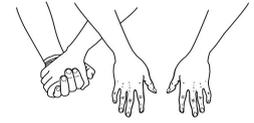
Italianos	Habitantes	%	Nacionais	%	Estrangeiros	%
1508	4046	37,3	1859	81,1	2.187	68,9

Fonte: APHRT, Recenseamento de Araraquara, 1902.

Vê-se, portanto, que os imigrantes italianos eram extremamente representativos em termos de etnia na cidade de Araraquara. Para se dar uma ideia, o *Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1910, pelo Prefeito Américo Danielli* (APHRT, p. 13), apesar de se tratar do município (ou seja, urbano e rural), apontava que, dos 1.251 nascimentos, 329 eram filhos de pais brasileiros e 922 de estrangeiros. Dado o montante constatado em 1902, pode-se presumir que a maioria era filho de pais italianos.

A esse respeito, Oliveira (2008, p. 59) bem observa que em diversos lugares do interior paulista, onde havia concentração de imigrantes italianos, o crescimento vegetativo entre eles geralmente era maior do que o de brasileiros. Ela cita os casos da cidade de Jaú e de Amparo, onde os italianos predominavam como etnia em comparação aos estrangeiros, assim como em Araraquara.

Em relação à faixa etária, o Recenseamento de 1902 aponta que, além do número significativo de crianças, houve uma concentração maior de indivíduos entre 31-40 e 41-50 anos, o que indica que foi uma emigração de adultos, mas ao mesmo tempo também de indivíduos que estavam no auge de suas capacidades produtivas e com perspectivas de longo prazo. Quanto aos sexos, nota-se que há um maior número de homens.

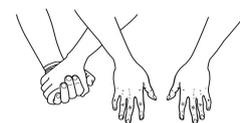


Deste Recenseamento, também foi possível constatar que a concentração maior de estrangeiros estava nas Ruas 1 (341 estrangeiros – 115 nacionais) e 2 (484 estrangeiros – 136 nacionais), com a liderança dos italianos. Cumpre dizer que as Ruas e Avenidas de Araraquara eram identificadas por números. Somente após um projeto apresentado pelos vereadores, colocado em votação no ano de 1914 e aprovado em seguida, é que começou a vigorar a denominação por nomes (CORRÊA, 1967, p. 313-314). Ressalte-se que as principais Ruas da cidade eram a Gonçalves Dias (Rua 1) e a do *Commercio* (Rua 2).



Figura 1.2: Araraquara, Rua do Commercio, 1928.  
Fonte: Museu da Imagem e do Som, Araraquara.

Em Araraquara, à semelhança de outros municípios, a chegada dos imigrantes não precisa ser necessariamente entendida somente como meio de suprir a mão de obra nas fazendas. Ela também pode ser vista por outro ângulo, pois, uma vez remunerados, os imigrantes contribuíam para a promoção de circulação de riquezas, o que resultava no desenvolvimento do núcleo urbano. Por sua vez, o crescimento urbano, condicionado pela atividade cafeeira, exigia maior diversificação dos segmentos profissionais, comerciais e industriais para suprir a demanda de um mercado consumidor ainda em gestação (LORENZO, 1979; TELAROLLI, 2003). O Álbum de Araraquara, publicado em 1915, nos mostra que os italianos estabelecidos na cidade tiveram destaque em diversos desses segmentos:



### Quadro1.1: Profissões, 1915

Profissões	Total	Origem italiana
Advogados	15	2
Agrônomos	1	1
Dentistas	7	-
Engenheiros	4	2
Empreiteiros/construtores	6	6
Médicos	5	1
Médicos operadores	3	1

Fonte: *Album de Araraquara, 1915* (FRANÇA, 1915, pp. 118-122).

### Quadro1.2: Indústrias, 1915

Indústrias	N Proprietários	Proprietários origem italiana
Cervejarias	9	4
Máquinas de beneficiar café e arroz	6	2
Olarias	13	7
Carpintarias	8	5

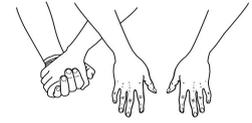
Fonte: *Album de Araraquara, 1915* (FRANÇA, 1915, pp. 118-122).

### Quadro 1.3: Comércio, 1915

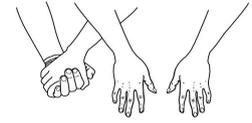
Comércio	N Proprietários	Proprietários origem italiana
Açougues	8	8
Alfaiatarias	13	10
Armazéns	65	18
Barbearias	15	9
Botequins	19	12
Confeitarias	3	2
Drogarias	2	-
Ferrarias	9	4
Hotéis	2	1
Livrarias	6	5
Lojas de fazendas, armarinhos, chapéus, roupas feitas	32	3
Padarias	5	3
Farmácias	6	-
Fotos	2	1
Relojoarias	5	4
Restaurantes e casas de pensão	18	8
Sapatarias	20	16
Selarias	5	1
Serrarias	5	1
Cocheiras	44	21

Fonte: *Album de Araraquara, 1915* (FRANÇA, 1915, pp. 118-122).

Além dos segmentos expostos, os italianos também compunham outros quadros profissionais, como os de funcionários públicos, professores de escolas privadas, componentes de bandas musicais etc. De maneira geral, o que vemos é uma demonstração da



participação dos italianos em quase todos os segmentos. Contudo, o que chama atenção é o baixo número de italianos no comércio de “lojas e fazendas, chapéus, armarinhos, roupas feitas” (somente três). Segundo consta, o monopólio esteve nas mãos dos sírios e libaneses, os quais fizeram desse segmento um nicho ocupacional (TRUZZI, 1997).



## 1.4 Catanduva



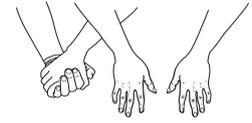
Figura 1.3: Catanduva, 1925

Fonte: *ACIC 70 anos*. Associação Comercial e Industrial de Catanduva, 2000 (Museu Padre Albino de Catanduva).

Catanduva está situada a noroeste do Estado de São Paulo, a 384 km da capital e 123 km de Araraquara. Para os estudiosos locais, a sua fundação é uma questão controvertida, pois não se sabe ao certo quem fundou a humilde povoação que se localizava às margens do ribeirão de São Domingos, afluente do rio Turvo, que levava o nome de Cerradinho (BOLINELLI, 2006; QUAGLIA, 2003).

Bolinelli (2006) acredita que duas hipóteses têm que ser levadas em consideração: a primeira é baseada na tradição e a outra na documentação. Pela tradição, por volta dos anos de 1850, José Lourenço Dias de Figueiredo, de Minas Gerais, comprou (ou herdou) propriedades nesta região. Seu filho, Joaquim Figueiredo, ao tomar posse efetiva das terras, em 1889, iniciou plantações. Foi então construída a primeira casa coberta de telhas, onde também foi celebrada a primeira missa, em 1892. No ano seguinte, começou a ser erguida a capelinha em louvor a São Domingos.

Já baseado na documentação, o também mineiro Antonio Maximiano Rodrigues, natural de Conceição do Rio Verde, adquiriu uma gleba de terras, nos anos de 1850, na atual



região de Catanduva, onde se radicou por volta da década de 80. Em 1899, ele fez a doação de 10 alqueires de sua propriedade para o patrimônio da paróquia de São Domingos. Consta que a documentação de compra das terras encontra-se registrada no cartório de Registro de Imóveis de Jaboticabal.

Segundo Bolinelli (2006) e Quaglia (2003), outros ainda dizem que foi Domingos Borges da Costa, conhecido vulgarmente como Minguta. Ele se estabeleceu nos arredores da povoação nascente, à beira de um riacho, atualmente denominado Minguta.

Controvérsias à parte, a respeito da criação da cidade de Catanduva, a historiadora e geógrafa Olga Pantaleão, num artigo publicado nos *Anais do XI Congresso Brasileiro de Geografia do Conselho Nacional de Geografia*, realizado na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1944, revela que ela foi edificada nas encostas de três colinas, as quais deram origem a três núcleos de povoamento. O primeiro surgiu ao que veio a ser chamado de bairro de São Francisco; o segundo, ao que se denominou Centro; e o terceiro, que foi nomeado de Higienópolis. O Mapa, a seguir, define com clareza esses núcleos:

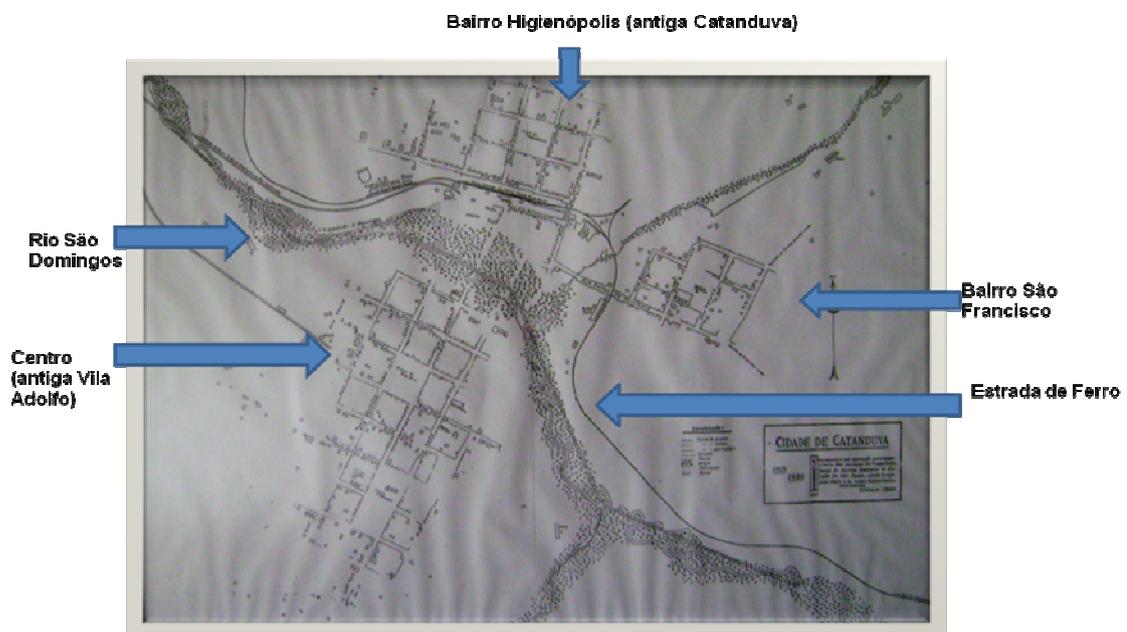
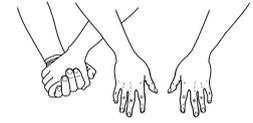


Figura 1.4: Mapa de Catanduva, 1919-1920.  
Fonte: Museu Padre Albino, Catanduva.

Foi no bairro de São Francisco, em 1866, que foi construída a primeira casa. A partir daí os habitantes começaram a chegar e a fixar moradia no local. Catanduva se originou como Vila de São Francisco e pertencia ao município de Monte Alto. Já entre 1892 e 1893, o



Centro, onde se localizam os principais estabelecimentos comerciais e administrativos, começou a ser habitado. No início ele era chamado de Cerradinho, mas, quando foi elevado à condição de Distrito de Paz (16/12/1909) do município de Rio Preto, na margem esquerda do Rio São Domingos, passou a ser denominado de Villa Adolpho, em homenagem ao prefeito riopretense Adolpho Guimarães Corrêa. Por sua vez, a terceira colina da cidade, denominada Catanduva, começou a ser povoada depois da passagem da estrada de ferro, em 1910. Com a criação da ferrovia, o escoamento das produções, sobretudo as de café, principal cultura do município, foi facilitado, o que alavancou seu crescimento. Em 1917, as três povoações se uniram formando uma única aglomeração urbana. Foi então criado o município de Catanduva, o qual foi instalado em 14 de abril de 1918 (data em que se comemora o aniversário da cidade). Já em 1919, a lei n. 1.675 instituiu a Comarca, que foi estabelecida em 7/02/1920 (PANTALEÃO, 1944).

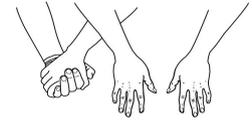
Em Catanduva existe o que se pode chamar de “divisão histórica”, que significa a divisão em bairros, os quais correspondem às antigas povoações que deram origem à cidade: São Francisco, Centro (antiga Vila Adolfo) e Higienópolis (antiga Catanduva). O São Francisco, que conservou o nome tradicional, é um bairro popular; já o Centro, como dissemos, concentra o comércio; e o bairro de Higienópolis tende a ser mais residencial. Ele se diferencia dos outros bairros pela forte presença espanhola, desde a sua formação. Segundo o sociólogo Carlos Fuentes da Silva (Museu Padre Albino de Catanduva, s/data), ele era chamado de “bairro da espanholada” o que “gerou um status diferente ao bairro e um estilo todo próprio de ser”: várias construções conservam as mesmas características arquitetônicas que foram trazidas pelas primeiras famílias de espanhóis que ali se estabeleceram.<sup>58</sup>

Para se dar uma ideia, o Recenseamento do IBGE do ano de 1920 registrou que Catanduva já contava com 16 mil habitantes, dos quais 2.060 eram espanhóis, 1.775 italianos, 589 portugueses, 460 japoneses, 14 alemães e 312 de nacionalidades não identificadas. Como se pode notar, a predominância não foi de italianos, como em Araraquara, mas de espanhóis.

Todavia, a presença italiana não foi insignificante e foi notada desde o ano de 1907. Parte deles migrou das fazendas de café situadas em Matão, Taquaritinga, Jaboticabal e do pequeno núcleo de São Lourenço do Turvo seduzidos pelas oportunidades que a nova frente de expansão podia oferecer, pois, temos informações que o preço das terras era trinta vezes menos do que o dos municípios de Araraquara e de São Carlos (ETTRURI, 2000).

---

<sup>58</sup> Destaque-se que o prédio da Sociedade Espanhola foi construído no ano de 1910 e inaugurado, oficialmente, em 1918.



Segundo relata Ettruri, os italianos foram se fixando e contribuindo para a formação da cidade.

Consta que o Sr. José Sartori, ex-administrador da fazenda do pai de Santos Dumont, em Santa Adélia, comprou 600 alqueires de terra em São Francisco (uma das Vilas que iriam compor a cidade de Catanduva), para o plantio de café. Essa propriedade foi vendida, em 1910, para os irmãos Lunardelli.

Em 1907, o Sr. Spanazzi e sua mulher, Adalgisa Prandi Spanazzi, chegaram ao povoado de São Domingos do Cerradinho com dois filhos. [Eles] vieram de Jaboticabal com carro de boi, levado alguns dias de viagem atribulada, passando por Taiúva, de onde trouxeram também o Sr. Pedro Celli, que lá residia. Encontraram um lugarejo com casas de pau-a-pique, por isso, o Sr. Spanazzi montou uma olaria, dando início à construção de modestas casas de tijolos cobertas de telhas. A primeira casa feita por ele foi à Rua Pernambuco, quase esquina da Rua Brasil, hoje ao lado do Banco do Brasil. [Ele também] abriu uma oficina de ferreiro e depois [comprou] uma máquina de beneficiar arroz. [Spanazzi] foi dono do primeiro cinema em nossa cidade, onde hoje é o Banco do Estado.

Em 1909, Gaspar Trazzi adquiriu grande área de terra em nossa região para o plantio de café: “Fazenda Dalmina”, exemplo de propriedade rural, com serraria a vapor e uma Escola Modelo. [Ele] fazia também importação de vinho, queijo e óleo direto da Itália. Em 1918, [Trazzi] foi o primeiro delegado suplente de Catanduva.

Em 1910, Erminio Franzini e sua mulher vieram de carro de boi e a cavalo. [Ele] tinha uma carroça que servia à população, principalmente para o transporte da lenha. [Mais tarde, Trazzi] abriu um moinho de lenha (...).

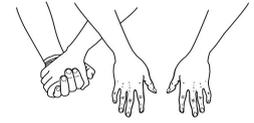
Não temos espaço suficiente para colocar nesta lista todos os nomes desses bravos homens que junto com suas mulheres, verdadeiras heroínas, constituíram famílias numerosas e, com muita luta e perseverança, contribuíram de modo decisivo para a formação de nossa cidade: Domingos Pellizzon, Nicola Facci, Aurelio e Giacomo Righini, Martino Pedreschi, Silvestre Ettruri, Adolfo Bolinelli, Adolfo Lorenzini, Augusto Manfrim, Armindo Accorsi, Domingos e Oswaldo Gregorin, Albano Chimello, Angelo Paulatti, Pernolasco Bottura, Eduardo Pinfildi, Nicola de Muzzio (o maestro), Arnaldo Debenedetti, Maffei Rosa, José Bellissimo, Angelo Martani, Liberato De Vito, Solfa Capone, Ceneviva, Menegon, Magoga, Tricca, Adami, Meneghelli, Di Maio, Mastrocola, Senise, Basaglia e tantos outros (ETTRURI, 2000).<sup>59</sup>

Quanto à classe política da região, ela se dividia em duas facções. Uma delas era a dos “nettistas” e a outra a dos “tourinhistas”, ambas pertencentes ao único partido da época, o Partido Republicano. As disputas eram acirradas e conseqüentemente dividiam as comunidades, mas independentemente de quem vencesse as eleições, em primeiro lugar colocavam-se os interesses da oligarquia agrária (LEITE, 2007). Observe-se que, ao contrário de Araraquara, na política de Catanduva, o italiano teve maior facilidade de acesso, como veremos adiante.

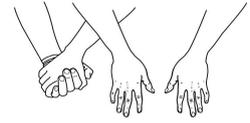
Por fim, é importante salientar que estamos diante de duas cidades que foram criadas em momentos históricos diferentes. Segundo Boris Fausto (1995, p. 23), em cidades de urbanização recente, cujo desenvolvimento aconteceu simultaneamente com a chegada dos imigrantes, como foi o caso de Catanduva, a inserção e a ascensão destes, especialmente na

---

<sup>59</sup> Todos esses italianos eram membros da *SIMS* “Gd’A”.



política, foram mais fáceis. Por sua vez, em Araraquara, a inserção do imigrante sucedeu de forma gradual. A estrutura pela qual ela foi desenvolvida ocorreu no contexto de prevalências de assimetrias de poder, encabeçada pelos “coronéis”. Em Araraquara, a sociedade era mais segmentada no étnico e no social e estratificada no econômico de acordo com as mesmas linhas. Portanto, as características da sociedade local e as condições de acolhimento dos imigrantes na mesma podem interferir nos modos de tecer relações.



---

“Nacionalidade”

(...) Um dia Ferruccio candidato do Governo a terceiro juiz de paz do distrito veio cabalar o voto do Tranquillo. Falou. Falou. Falou. Tranquillo escanhoando o rosto do político só escutava.

- *Siamo intesi?*

- *No. Non sono elettore.*

- *Non è elettore? Ma perchè?*

- *Perchè sono italiano, mio caro signore.*

- *Ma che c'entra la nazionalità, Dio Santo? Pure io sono italiano e farò il giudice!*

- *Stà bene, stà bene. Penserò.*

E votou com uma caderneta.

Depois gostou. Alistou-se eleitor. E deu até para cabalar.

A guerra europeia encontrou Tanquillo Zampinetti proprietário de quatro prédios na Rua do Gasômetro, dois na Rua Piratininga, cabo influente do Partido Republicano Paulista e dileto compadre do primeiro subdelegado do Brás; o Lorenzo interessado da firma Vanzinello & Cia. E noivo da filha mais velha do Major Antônio Del Piccolo, membro do diretório governista do Bom Retiro; o Bruno vice-presidente da Associação Atlética Pingue-Pongue e primeiranista do Ginásio do Estado.

Tranquillo agitou-se todo. Comprou um mapa das operações com as respectivas bandeirinhas. Colocou no salão o retrato da família real. Enfeitou o lustre com papel de seda tricolor.

- *Questa volta Guglielmone avrà il suo!*

Lorenzo noivava. Bruno caçoava.

Dona Clementina [mãe de Tranquillo] pouco ligava. Mas no dia em que o marido resolveu influenciado pelo Carlino subscrever para o empréstimo de guerra protestou indignada. Tranquillo deu dois gritos patrióticos. Dona Emília [esposa] deu três econômicos. Tranquillo cedeu. E mostrou ao Carlino como explicação a sua caderneta de eleitor.

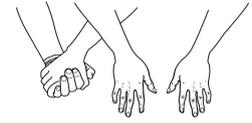
Aos poucos mesmo foi-se desinteressando da guerra. E chegou à perfeição de ficar quieto na tarde em que o Bruno entrou pela casa adentro berrando como um possesso:

*Il General Cadorna  
scrissse ala Regina:  
Si vuol vedere Trieste  
t'la mando incartolina...*

E o Bruno só para moer não cantou outra cousa durante três dias. (...)

*Antonio de Alcântara Machado*

---



## CAPÍTULO 2

# ASSOCIAÇÕES ITALIANAS NUM ESPAÇO PARTILHADO: SUAS FUNCIONALIDADES

---

Há trinta anos, mais ou menos, um fato [as associações de mútua assistência] de ‘iniciativa particular’, de ‘cooperação’ e de ‘associação popular’ ocorria na Itália, ao mesmo tempo e nas mesmas condições, como hoje no Brasil.

O povo, a massa, não entendia sua utilidade; não as viam como uma ação prática e eficaz; os intelectuais as tratavam com arrogância em seus livros, nas suas conferências e em seus artigos; geralmente se dizia e se pensava que elas eram belas na teoria, mas julgava-se que elas permaneceriam somente na teoria, como resultado de ato experimental.

(...) as instituições cooperativas de cada gênero e as associações populares, as mais variadas, estão disseminadas de um canto a outro da península. Elas são ativas, prósperas e alcançam todas as necessidades e interesses das classes trabalhadoras, e constituem, no conjunto, um enorme organismo econômico e financeiro, que, como posso dizer, criam admiração e inveja das nações mais cultas e são mencionadas como exemplo pelos agentes mais competentes no assunto.

O que foi feito na Itália, por que não se pode começar a fazer no Brasil, especialmente, no Estado de São Paulo, que conta com tantas cidades, com cidadãos inteligentes e de corações generosos?

*Conferenza popolare di Domenico Rangoni, São Paulo, 1902.<sup>60</sup>*

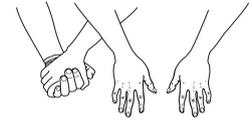
Na Itália, a vida associativa dos italianos teve início na década de 1850 nos centros urbanos do Piemonte, da Ligúria e da Toscana inspirada pelo republicanismo *mazziniano*<sup>61</sup>, o qual desempenhou um papel fundamental na difusão das sociedades mutualistas. As associações criadas nesta época dedicavam-se principalmente ao socorro mútuo, à educação de trabalhadores e ao estudo de melhores condições de trabalho. Diferentemente das corporações do Antigo Regime, elas eram regidas por regras e estatutos definidos. Grande parte delas serviu como meio de integração das classes operárias. Posteriormente, o fenômeno associativo se estendeu para outras regiões italianas e para as áreas rurais (BIONDI, 2002, p. 36-37).

Já no Brasil, as experiências associativas entre os italianos tiveram início ainda antes da grande imigração em massa. A necessidade de reunir-se em sociedades com fins de

---

<sup>60</sup> Segundo informações concedidas gentilmente por Angelo Trento, Domenico Rangoni era um personagem de esquerda, de tendência republicana, que chegou ao Brasil por volta do ano de 1890. Ele foi animador de alguns jornais (principalmente da Revista *Italia e Brasile*) e participou da vida associativa, na qual foi presidente, em 1903, da associação *Galileo Galilei*.

<sup>61</sup> O teórico mais importante do republicanismo italiano foi Giuseppe Mazzini (1805-1872). Segundo Biondi (2002, p. 35), as bases do republicanismo *mazziniano* tinham muitas características populares e de classe, entre elas, o associacionismo democrático e a importância do mutualismo.



mútuo socorro e de beneficência era uma “exigência imprescindível dos primeiros imigrantes” (TRENTO, 1989, 171).

Do mesmo modo, no interior do Estado de São Paulo, as formas associativas foram precoces devido ao peso numérico de imigrantes italianos que nesse Estado chegaram, permitindo, assim, sobretudo a partir dos anos de 1890, uma multiplicação de entidades associativas. Segundo Trento (1992a, p. 32), tratava-se de um “fenômeno exclusivamente urbano”.<sup>62</sup>

Diversas foram as razões para a multiplicação das associações, compreendendo desde a “finalidade patriótica, esportiva, aspiração religiosa, educação cultural ou artística ou simplesmente a organização do tempo livre, oferecendo ocasiões recreativas e momentos de lazer” (TRENTO, 1992a, p. 32). Além disso, outra razão muito corrente na historiografia sobre o tema está ancorada no abandono dos imigrantes, tanto por parte das autoridades italianas, como das brasileiras, e esse motivo teria levado os imigrantes a encontrar uma forma alternativa de preservar alguns de seus direitos básicos e buscar proteção na terra estrangeira (DE LUCA, 1990; TRENTO, 1992a).

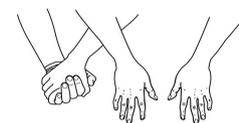
O fato é que tudo isso estava associado, sobretudo nos primeiros tempos, à “persistência e ao fortalecimento de identidades regionais e locais” (TRENTO, 1989, p. 172) e, posteriormente, à preocupação de manter os ideais de italianidade entre os italianos (TEIXEIRA, 2007 e 2008). É importante enfatizar que Biondi (2002), ao pesquisar as associações italianas paulistanas, revelou que dois fenômenos deram características específicas a elas: a relativa mobilidade social de um número razoável de artesãos e comerciantes, que chegaram a São Paulo antes da imigração em massa e conquistaram um pequeno pecúlio, e o grande fluxo de imigração subvencionada a partir de 1887.

Para se dar uma ideia de sua dimensão, a Tabela abaixo nos mostra o montante das associações italianas, assinaladas nos *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo* com o título de *Associações de Beneficência* (mas incluía, entre outras, as de socorros mútuos),<sup>63</sup> comparadas ao total de associações estrangeiras desse mesmo segmento, que existiram no Estado de São Paulo durante o período de 1907-1928.

---

<sup>62</sup> De fato, mas somente se analisarmos, pelo menos no caso brasileiro, do ponto de vista da obsoleta legislação brasileira. Na verdade, é problemática a distinção entre o rural e o urbano, tanto ao que se refere à metodologia e à conceituação quanto à legislação (REIS, 2006). E isso persiste há anos. É importante esclarecer que a legislação vigente atualmente no Brasil data do Estado Novo (Decreto-lei 311 de 1938), momento em que o país era vastamente rural (REIS, 2006). Segundo Reis (2006), “essa lei considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), **sem levar em conta suas características estruturais e funcionais**”. Do ponto de vista legal, portanto, não é incorreta a afirmação de Trento.

<sup>63</sup> Para fins desta Tabela, foram selecionadas somente as de beneficência e de socorro mútuo.



**Tabela 2.1: Comparação entre o número total de associações estrangeiras e o das italianas de beneficências do Estado de São Paulo, 1907-1928**

Anos	Estrangeiras	Italianas	%
<b>1907</b>	76	51	67,1
<b>1908</b>	80	58	72,5
<b>1910</b>	114	80	70,1
<b>1911</b>	109	76	69,7
<b>1912</b>	121	82	67,7
<b>1913</b>	136	96	70,6
<b>1914</b>	143	99	69,2
<b>1915</b>	140	89	63,6
<b>1916</b>	153	99	64,7
<b>1917</b>	155	98	63,2
<b>1918</b>	155	97	62,6
<b>1919</b>	156	104	66,7
<b>1921</b>	165	112	67,9
<b>1922/23/24/25/26</b>	104	66	63,4
<b>1927</b>	120	80	66,7
<b>1928</b>	139	96	69,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) - SP, *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo*

Nota:

\* As associações estrangeiras só começam a figurar nos Anuários a partir do ano de 1907.

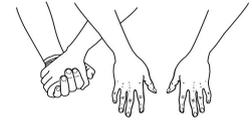
Obs: Não consta registro nos anos de 1909 e 1920.

Compilado pela autora.

Os dados acima foram baseados nos Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, editados pela Repartição de Estatística no período de 1898 a 1929 (DE LUCA, 1990). Ainda que seus dados estejam longe de ser desprezíveis, como observa De Luca (1990), contudo, é importante assinalar o critério de sua elaboração.

Entre os anos de 1898 a 1928, os Anuários Estatísticos possuíram uma seção dedicada à beneficência. Nesta seção, para cada associação eram especificados os seguintes itens:

- anos de existência;
- número de sócios: contribuintes, remidos, honorários, beneméritos e benfeitores;
- receita: contribuições, remissões, joias e diplomas, donativos e legados, subvenção do Estado, auxílios da municipalidade, juros, dividendos, aluguéis de prédios, outras procedências;
- despesas: socorros médicos e farmacêuticos, socorros pecuniários aos sócios, pensões, funerais, aluguel de casa e ordenados, expediente e mais despesas;
- condições financeiras - ativo em 31 de dezembro: ações de Estrada de Ferro, apólices, bens de raiz, móveis e semoventes, dinheiro em bancos, dinheiro no tesouro, dinheiro em caixa, dinheiro em hipoteca, letras.



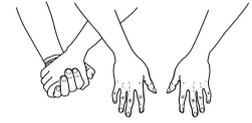
Para ter o nome figurado nos Anuários era necessário que a associação estivesse registrada na Repartição de Estatística e, provavelmente, isso não ocorria com todas. Este, por exemplo, foi o caso da *Società Italiana di Soccorso Mutuo “Gabriele d’Annunzio” (SIMS”Gd’A”)* de Catanduva, cujo período de existência compreende os anos de 1920 a 1942. Desta associação, não consta nenhum registro nos Anuários. Mas aquelas que estavam registradas recebiam uma vez por ano um formulário para preenchimento, no qual atualizavam os seus dados.<sup>64</sup> Porém, às vezes o formulário não era enviado à Repartição e, conseqüentemente, a associação deixava de figurar naquele determinado ano (ou anos). Ao analisar os Anuários, encontramos casos em que a associação aparece uma única vez, ou por curto espaço de tempo ou, ainda, por longo espaço de tempo. Não é possível, desse modo, saber se ela fechou ou, simplesmente, deixou de enviar os formulários à Repartição. Contudo, essa fonte é de grande valia para o estudo das associações mútuas, porque permite avaliar o número de sócios, como visualizaremos mais adiante, e outras informações, já especificadas acima.

Retomando a Tabela 2.1, percebe-se claramente nos anos em questão que, em relação ao montante de associações estrangeiras de beneficências existentes no Estado de São Paulo, as italianas sempre estiveram acima de 60%, com destaque para os anos de 1908, 1910 e 1913, onde alcançaram, respectivamente, o patamar de 72,5%, 70,1% e 70,6%.

Portanto, para os imigrantes italianos que se espalharam no Brasil, e de modo geral no exterior, o mutualismo foi uma “experiência que continuava”; a novidade, porém, era representada pela existência de um elemento que diferenciava as associações nascidas na Itália daquelas criadas em outras nações: o caráter étnico desta última. (DEVOTO, 1992a, p. 174).

---

<sup>64</sup> Conforme verificamos no Livro de Atas da *Società Italiana di Beneficenza (SIB)* de Araraquara.



## 2.1 As primeiras associações italianas de Araraquara

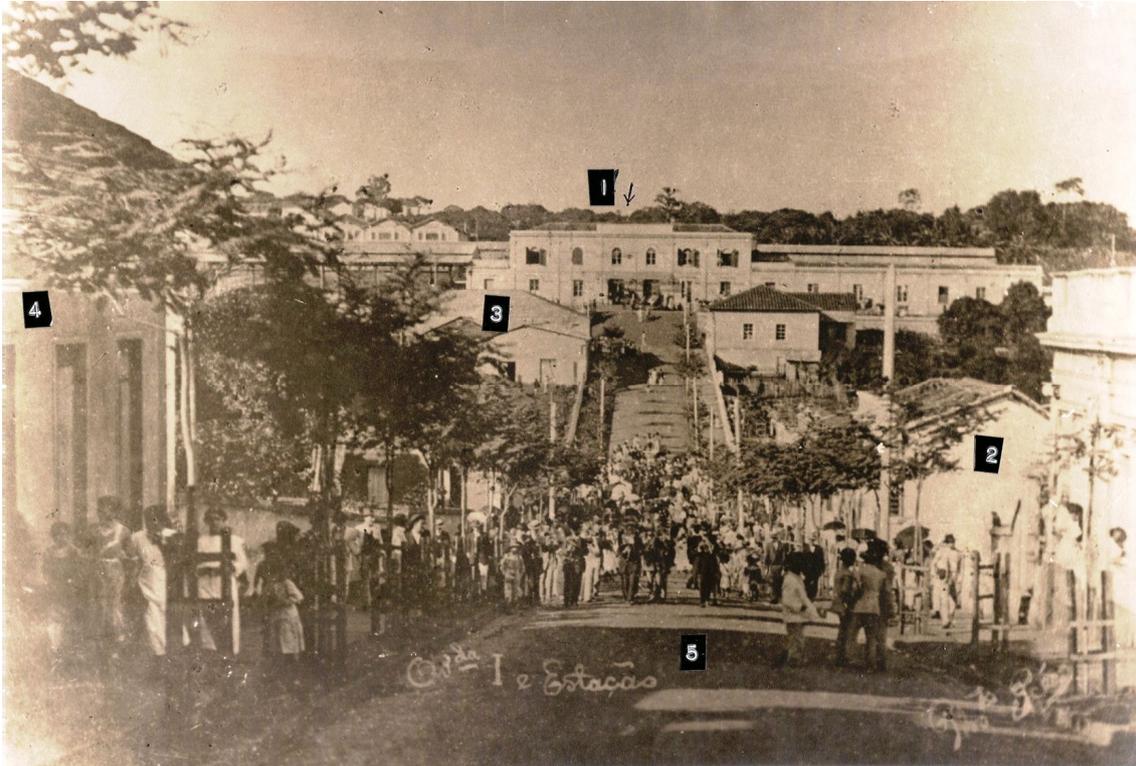
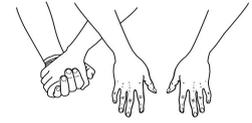


Figura 2.1: Araraquara, Avenida 1 (atual Avenida Brasil), 1912.

Fonte: Museu da Imagem e do Som, Araraquara.

Legenda: 1) Estação Ferroviária (EFA); 2) Sociedade Italiana (provavelmente a *Società Italiana di Beneficenza*); 3) Máquina de Beneficiar Café; 4) Casa Cezarino (hoje Logatti); 5) Avenida 1 (hoje Avenida Brasil).

Concentrando-se mais especificamente na *história local*, pode-se dizer que a “arte de associação”, como assinala Tocqueville (2000), começou a fazer parte da vida dos italianos de Araraquara, quando foi fundado o *Circolo Italiano*, em 1898. Brandão e Telarolli (1998, p. 39) dizem que ele “funcionava como um clube e mantinha uma sala pequena e aconchegante”. De fato, como assinala Biondi (2002, p. 57), o *Circolo Italiano* não é considerado uma associação de socorro mútuo, “porque ele era *stricto senso* um círculo”, ou seja, as suas finalidades estavam voltadas para a sociabilidade entre os associados e o mantimento e a difusão da cultura italiana. O autor observa que em São Paulo o *Circolo Italiano* “era a expressão da burguesia e da classe média italiana imigrada”. Este provavelmente não tenha sido o caso de Araraquara, pois há boas razões para acreditar que um razoável número de italianos só começou a ascender social e financeiramente, de fato, a partir do século XX, impulsionados, sobretudo, pelo desenvolvimento urbano e industrial da cidade, como demonstraremos detalhadamente no próximo capítulo.



Outra associação fundada por italianos em Araraquara foi o *Clube Socialista Avvenire*. Parece que sua fundação ocorreu no final do século XIX. Este *Clube* tinha por finalidade divulgar as ideias socialistas. Ele começou com uma palestra proferida por um famoso conferencista, Ettore Thomasini, a qual foi pronunciada em local público e tinha como objetivo a fundação na cidade de uma instituição de caráter socialista. Depois da palestra vários ouvintes fizeram adesão, totalizando vinte sócios. Poucos dias depois, a entidade já contava com cinquenta membros. Elegeu-se, então, uma diretoria, que foi constituída por Ettore Thomasini, Júlio Prestes e contava com três conselheiros. No dia 1º de maio, do ano de sua fundação, o *Clube* contava com oitenta sócios (CORRÊA, 1967).<sup>65</sup>

Os italianos também se reuniram num grupo chamado “o bando do sapateiro”. Não há referências de data, mas talvez seja também em fins do século XIX. Segundo Brandão e Telarolli,

O sapateiro, cujo nome se perdeu, reunia um grupo, saía do largo da Matriz e subia a rua 2 gritando palavras de ordem: ‘morte ao capitalismo’, ‘viva o Primeiro de Maio’, ‘viva os operários’. Juntando um dinheirinho, ele viajou para a Itália e, ao voltar, trazia uma máquina de macarrão. Em poucos anos enriqueceu. Dali para frente, no Primeiro de Maio ficava na calçada, debochando dos manifestantes: *Sono tutti bestie, fannuloni, farabuti, prigionie...*

- Pois não tiveram a coragem de me convidar para fazer parte da *Meridionali Uniti*?  
- Não vejo como juntar numa mesma associação a gente do sul e a gente do norte.  
Se nem se entende a língua que eles falam! (BRANDÃO e TELAROLLI, 1998, p. 43).<sup>66</sup>

A primeira associação de socorro mútuo<sup>67</sup> criada em Araraquara foi a *Società Meridionali Uniti*<sup>68</sup>, fundada em 1900. O pouco que se sabe é que ela também era chamada de *Clube dos Meridionais* e que seus sócios cultivavam a memória do rei Humberto, da Itália, cujo falecimento ocorreu no dia 29 de junho de 1900. É claro, ela era uma associação constituída pela maioria (senão pela totalidade) dos italianos oriundos do Sul da Itália e, ao que tudo indica, de tendência monarquista e conservadora. Corrêa (1967) assinala que, no ano de 1903, esta associação estava organizada da seguinte forma:

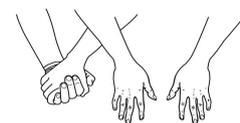
Presidente: Minervino Napolitano  
Vice-presidente: Di Mario Antonio  
Secretário: Vincenzo Satriano  
Tesoureiro: Travaglini Nicola

<sup>65</sup> A partir daí, não encontramos informações.

<sup>66</sup> Nessa citação fica claro a oposição entre republicanos e monarquistas.

<sup>67</sup> Consideramos como associação italiana de socorro mútuo aquela cujo princípio assentava-se na reciprocidade de ações e na entre-ajuda voluntária (solidariedade) entre os sócios. Ela funcionava através de um fundo comum, para o qual todos os sócios participavam com contribuições mensais, o que permitia acautelar o futuro dos associados ou dos seus familiares, por meio de benefícios pecuniários ou de assistência.

<sup>68</sup> Doravante *SMU*.



Conselheiros: Costa Antonio, Lia Raffaele, Brunetti Antonio, Colage Carmine, Morabito Pietro, Onofrio Pasquale e Galetti Giuseppe  
Suplentes: Maccioli Anselmo, Firmiano Pasquale e Pucciarelli Otavio  
Porta-bandeiras: Giglio Caetano e Castagna Antonio  
Porteiro: Bonomio Francesco  
Censores: David Francesco, Marino Albiano e Tropea Antonio (CORRÊA, 1967, p. 364).

Em pesquisas realizadas no SEADE-SP, localizamos, nos Anuários Estatísticos, pequenas informações sobre a sua fundação, número de sócios e até quando ela figurou nos Anuários.

**Tabela 2.2: Società Meridionali Uniti: número de sócios**

Anos	N. Sócios	Anos	N. Sócios
1900	*	1906	**
1901	*	1907	*
1902	91	1908	58
1903	*	1909	*
1904	*	1910	*
1905	*	1911	*

Fonte: SEADE-SP, *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo*.

Notas:

\*Aparece nos registros dos Anuários, porém, não constam os dados.

\*\*Não houve registro desta associação no referido ano.

Obs: A partir do ano de 1912 deixa de figurar nos Anuários.

Compilado pela autora.

Apesar da falta de mais informações, o que chama atenção é o número de sócios do ano de 1902, considerado, aliás, bem razoável.

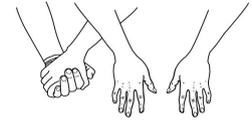
Já a outra desse mesmo segmento, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso*<sup>69</sup>, foi fundada em 1901. Assim como a *SMU*, poucas informações foram deixadas sobre ela. Sabemos que a *SIMS* era composta pela maioria dos italianos oriundos da Itália Central (APHRT, fundo particular de “José Ferrari Secondo”<sup>70</sup>). Em 1915, alguns membros de sua diretoria são citados no *Álbum de Araraquara* (FRANÇA, 1915), são eles: “Dr. Bellarmino Grossi (presidente), Caetano Cortez (vice-presidente), Nicola Galati (secretário) e Raphael Lia<sup>71</sup> (tesoureiro)”. Parece que os membros da *SIMS* mantinham boas relações com os membros da *Società Italiana di Beneficenza*<sup>72</sup>, pois em setembro de 1908, eles os convidaram para participar das comemorações do XX de Setembro, data em que se comemora a anexação de Roma ao Reino da Itália, que ocorreu em 1870, e, nesta ocasião, a maioria do Conselho aceitou e compareceu (*SIB*, Livro de Atas, p. 31). Na verdade, o XX de Setembro era

<sup>69</sup> Doravante *SIMS*.

<sup>70</sup> Ele era membro da *SIU* e, na época, era considerado como historiador local, pois tinha o hábito de anotar em livros todos os fatos pertinentes ao cotidiano de Araraquara e fazer colagem de recortes de jornais nestes livros.

<sup>71</sup> Nota-se que ele tinha exercido o cargo de conselheiro na *SMU*, conforme mostramos anteriormente.

<sup>72</sup> Doravante *SIB*, a qual será vista mais à frente.



celebrado por todos os italianos, independentemente de posicionamentos políticos vinculados à sociedade de origem (monárquicos x *mazziniani*, clericais x anticlericais, posteriormente, fascistas x antifascistas), mas cada um defendendo o seu ponto de vista: se, por um lado, comemorava-se a vitória da monarquia, por outro, segundo Biondi (2009, p. 54), em antagonismo a ela, os italianos republicanos, socialistas e anarquistas, conjunta e autonomamente, destacavam os aspectos antimonárquicos e anticlericais, considerando-se também que

Roma tinha sido, em 1848, uma das experiências republicanas radicais da Itália sufocada por uma dúplici reação da França e do Papado e a esta cidade, então, se ligava toda uma simbologia revolucionária, insurrecional, garibaldina e, [como já referido], anticatólica (BIONDI, 2009, p. 54).

Contudo, em novembro de 1909, um membro do seu Conselho fez uma proposta ao presidente da *SIB* que foi recusada. Tal proposta tinha como objetivo a união entre as duas associações (*SIB*, Livro de Atas, p. 56).<sup>73</sup>

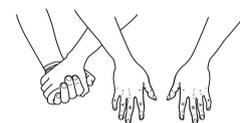
Ao pesquisarmos o fundo particular de “José Ferrari Secondo” (APHRT), encontramos um documento, registrado por ele, cujo conteúdo atesta que a *SIMS* se uniu à *SMU*. Provavelmente, essa união ocorreu no ano de 1912, justamente quando a *SMU* deixou de figurar nos anuários, o que demonstra que elas perderam suas características localistas. Na verdade, não era rara a união de italianos dessas duas regiões em associações de mútuo socorro. Informações disponíveis na tese de Biondi (2002, nota p. 87) revelam que na Itália, em 1894, cerca da metade dos membros das sociedades do Centro eram provenientes do Sul.

Lamentavelmente, não encontramos informações sobre a sua tendência política. Todavia, há boa razão para acreditar que a *SIMS* era de matriz republicana, pois como será visto no Capítulo 3, havia vinte e nove membros das associações que faziam parte da Loja maçônica local (*Loja Maçônica Caridade Universal Terceira*)<sup>74</sup>, os quais compunham uma maioria da região Sul, um número razoável do Centro e em menor quantidade do Norte da Itália. Segundo Biondi (2009, p. 53), “quase todos [os republicanos italianos] eram maçons”. Nesse sentido, vale a pena notar que

os republicanos italianos (...) foram por muitos anos entre os principais organizadores de associações políticas radicais e de sociedades de socorro mútuo, com participação também como lideranças em sindicatos de ofício e com uma certa difusão entre os trabalhadores mais qualificados e autônomos. O republicanismo italiano, por seu antimonarquismo popular, fazia ponte entre o nacionalismo revolucionário dos oitocentos, o socialismo e o anarquismo (...) sua postura

<sup>73</sup> Esse particular será explicitado ainda neste capítulo.

<sup>74</sup> Doravante LMCUT.



antimonárquica os tornava um elemento agregador dentro das associações étnicas em nome da oposição à monarquia, ao governo italiano e conseqüentemente ao consulado e aos membros da comunidade italiana que com eles se relacionavam e se identificavam (BIONDI, 2009, pp. 52-53).

De qualquer forma, a *SIMS* também estava incluída nos Anuários Estatísticos, mas, ao contrário da *SMU*, podemos visualizar um quadro de sócios, numericamente, mais completo.

**Tabela 2.3: Società Italiana di Mutuo Soccorso: número de sócios**

Anos	N. Sócios
1901-11	*
1912	**
1913	49
1914	38
1915	37
1916	70
1917	39
1918	**
1919	**

Fonte: SEADE-SP, *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo*.

Notas:

\*Durante esses anos ela não figura nos Anuários.

\*\*Aparece nos registros dos Anuários, porém, não constam os dados.

Obs: A partir do ano de 1920 deixa de figurar nos Anuários.

Compilado pela autora.

Nota-se, contudo, que ela era uma associação com poucos associados. A esse respeito, talvez não seja arriscado e nem arbitrário levar em conta que em Araraquara os italianos do Norte vieram em maior quantidade, como mencionamos no capítulo anterior.

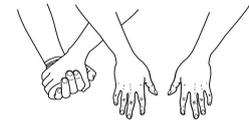
Foi somente na *SIB*, portanto, que encontramos informações relativamente completas, pois, ao contrário das outras associações, suas Atas ainda existem, embora não constem o estatuto e os primeiros sete anos de registro de suas Assembleias.<sup>75</sup>

### 2.1.1 Società Italiana di Beneficenza

A *Società Italiana di Beneficenza (SIB)* foi fundada no dia 5 de outubro de 1901 por cinco italianos: Luigi Selleri, Giuseppe Silvestri, Alberto Cestari, Domenico Carlini e Cesare Zapparoli. Ela era uma associação de beneficência<sup>76</sup> que congregava a maioria dos

<sup>75</sup> O período registrado é de 1908 a 1918.

<sup>76</sup> Entendemos como associação italiana de beneficência aquela que se destinava a prestar socorro com assistência médica e farmacêutica ou diversos tipos de auxílios aos trabalhadores patricios e suas famílias, sem necessariamente serem sócios; sua motivação estava ancorada nas ações de caridade. Assim como a associação de socorro mútuo, ela também dependia da contribuição mensal dos sócios, mas como o papel era de



italianos precedentes do Norte da Itália. Entretanto, ela também aceitava como sócios italianos oriundos das regiões Centro e Sul da Itália, ou seja, a *SIB* era uma associação aberta para toda a comunidade italiana imigrada. Todavia, as Atas das Assembleias indicam que para os cargos da diretoria somente eram aceitos sócios provenientes exclusivamente do Norte da Itália, o que demonstra que ela tinha como característica a regionalidade.

A *SIB* funcionou durante o período de 1901 a 1920. Além de socorrer seus próprios sócios em momentos de necessidades (doença, invalidez, funerais, auxílio aos familiares dos sócios após a sua morte etc.), ela atuava também com o fim de prestar socorro aos italianos, àqueles que se encontravam em estado de indigência, e funcionava como âmbito de socialização (TEIXEIRA, 2007). Ademais, a *SIB* fazia ações de caridade em prol de instituições carentes.

O processo de admissão para sócios era rigoroso. O proponente deveria ser apresentado por dois sócios da diretoria, ter até 50 anos de idade, ser italiano ou descendente deste, morar em Araraquara ou no município, pagar uma jóia no valor de dez mil-réis e um mil-réis referente ao estatuto. Ao contrário das outras duas associações, seu número de sócios era bastante razoável.

**Tabela 2.4: Società Italiana di Beneficenza: número de sócios**

Anos	N. Sócios	Anos	N. Sócios
1901	*	1911	153
1902	87	1912	***
1903	79	1913	*
1904	82	1914	171
1905	79	1915	*
1906	**	1916	75
1907	108	1917	75
1908	*	1918	*
1909	*	1919	58
1910	108		

Fonte: SEADE-SP, Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo.

Notas:

\*Aparece nos registros dos Anuários, porém, não constam os dados.

\*\*Foram registradas somente as despesas.

\*\*\*Aparecem somente dois sócios beneméritos.

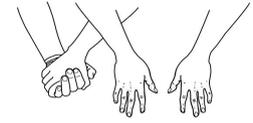
Obs: A partir de 1920 deixa de figurar nos Anuários.

Compilado pela autora.

De fato, se compararmos com as outras associações existentes, nota-se que o quadro social da *SIB* era bem mais numeroso. Observa-se que há variação no número de sócios. Isso pode ser atribuído, sobretudo, ao não pagamento das mensalidades, que implicava em expulsão como as que ocorreram na Assembleia do dia 6 de janeiro de 1916. Nessa

---

beneficência, esse tipo de associação geralmente contava com sócios numa melhor situação financeira, além de outras ajudas externas.



reunião, o tesoureiro apresentou a relação dos sócios com as mensalidades atrasadas e verificou-se que, entre eles, havia sócios com atrasos de até vinte e dois meses. Em consequência disso, foram cancelados do quadro social 39 sócios (*SIB*, Livro de Atas, p. 96v). Ademais, essas expulsões eram publicadas na imprensa local. Outro motivo, possivelmente se refere aos conflitos entre os sócios, que não foram poucos.

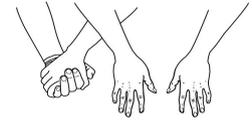
Percebe-se, ainda, nesta Tabela e na de número 2.3, a lacuna existente no ano de 1918. Neste ano, Araraquara foi atingida pela “gripe espanhola” (“influenza”), uma pandemia que se alastrou na cidade durante o segundo semestre de 1918 e parte de 1919, com períodos de maior e menor intensidade, o que ocasionou um número razoável de óbitos e um grande abalo nos setores públicos e privados (TELAROLLI, 2002). Esse fato, sem dúvida, afetou diretamente o funcionamento da *SIB* e da *SIMS*.

Retomando, o recurso financeiro da *SIB* advinha das joias pagas por ocasião das matrículas, das mensalidades no valor de dois mil-réis, que permaneceram sem alteração até 1918, eventuais doações e lucros advindos da promoção de jogos nos períodos de maiores necessidades. O abalo no fluxo de caixa era causado, sobretudo, pelo não recebimento das mensalidades. Contudo, mesmo com as dificuldades financeiras que frequentemente passava, quando ocorreu a fusão com a *SIMS*, em 1920, seu patrimônio consistia em: um imóvel, onde funcionava a sede social; um terreno com uma pequena casa; depósitos no *Banco de Araraquara*; dinheiro em caixa referente às mensalidades; e a mobília da sede social.

O histórico desta associação demonstra a necessidade do grupo em fazer cumprir o papel assistencial. Nesse sentido, mantinha um convênio com o Hospital *Umberto I*, em São Paulo, para o qual pagava uma cota anual de sessenta mil-réis. No dia 30 de agosto de 1910, por exemplo, foram apresentadas e deliberadas as despesas do sócio Giuseppe Cristiani: vinte e dois mil-réis referentes à viagem de ida e volta ao Hospital *Umberto I*, treze mil-réis referentes ao hotel e cinco mil-réis pelas despesas de viagem, totalizando quarenta mil-réis. As formas mais comuns de assistência, e que estão registradas em praticamente todas as Atas, são medicamentos, visitas médicas e subsídios em gêneros alimentícios. Para se dar uma ideia, na Ata da Assembleia do dia 1º de outubro de 1910 foram justificadas diversas ordens de pagamentos, entre elas: cinquenta mil-réis ao Dr. Antonio Picarone<sup>77</sup>, pelas visitas aos sócios, e quatro mil-réis destinados à Farmácia Raia, pelos medicamentos fornecidos. No ano anterior, na Assembleia do dia 23 de setembro, a viúva Mariana Alfonso de Giacomo foi

---

<sup>77</sup> Ele foi presidente da *SIU* durante o período de 1921 a 1922.



atendida em seu pedido para um subsídio. O valor deliberado foi o de vinte mil-réis em gêneros alimentícios.

Igualmente à *SIMS*, não há registros de sua tendência política, pois suas Atas são isentas de qualquer tema político. Todavia, alguns indícios nos levam a pensar que a *SIB* era de matriz nacionalista: a) “comportamentos politicamente neutros” (BIONDI, 2002, p. 70); b) por ser uma associação que integrava todos os italianos sem distinção de procedência regional; c) sua relação com o Hospital *Umberto I* e, por suposto, com o consulado italiano, pois, equiparando com duas sociedades beneficentes de São Paulo, pesquisadas por Biondi, pode-se entender que:

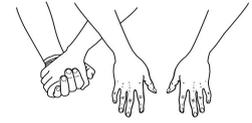
Escolhido o papel de beneficência, ou os sócios eram todos suficientemente ricos para financiar um fundo de beneficência, ou deviam ter outras entradas externas (“tais como doações de patrícios imigrados e de outras entidades brasileiras ou italianas, sobretudo, [...] o consulado geral do Reino da Itália em São Paulo, através do Ministério das Relações Exteriores”), uma vez que a maioria dos possíveis pacientes que usufruiriam da beneficência eram trabalhadores sem condição de pagar despesas hospitalares (BIONDI, 2002, p. 67).

Do mesmo modo, não há informações se a *SIB* auxiliava financeiramente na instrução dos filhos dos sócios, mas sabemos que ela concedia uma sala na sede social para o ensino da língua italiana. Isso demonstra sua preocupação em criar (ou manter e fortalecer) uma identidade nacional ligada à pátria de origem, por meio da aprendizagem da língua.<sup>78</sup> Além disso, manifestações de solidariedade étnica e de nacionalismo, expressadas pelos seus dirigentes, foram percebidas na reunião da Assembleia Geral do dia 6 de junho de 1908, quando “Rosolino Golfieri propôs um minuto de aplauso ao Dr. Barreto, pelos seus artigos publicados em favor de Angelo Lungaretti e pelos elogios em favor da Itália” (*SIB*, Livro de Atas, p. 14v).

O que surpreende no estudo dessas associações é o fato da *SIB* e da *SIMS* passarem praticamente duas décadas separadas institucionalmente, fato que se refletia em toda comunidade italiana residente, a ponto da imprensa local discutir abertamente:

Dissemos domingo passado que nós não pertencemos ao número dos pessimistas, ou seja, daqueles que não esperam que ocorra uma união sólida e fraterna dos diversos elementos que compõem a Colônia Italiana, e felizmente não estamos sós; outras pessoas de boa vontade e bem intencionadas nos acompanham nessa trabalhosa e difícil tarefa e esperam o momento no qual se possa discutir serenamente o importante problema; se verdadeiramente existir grupos desorganizadores, compostos de indivíduos nos quais a inspiração seja a de predominar sobre os outros, não será impossível guiá-los para um bom caminho, fazendo-lhes conhecer que os méritos necessários são dados a quem lhes pertence,

<sup>78</sup> Cabe enfatizar que, se uma nova identidade nacional se sobrepõe, ela não substitui aquela regional, visto que a sua resistência em não se unir à *SIMS* perdurou por muito tempo.



sem camuflar animosidade ou inveja, dando a César o que é de César; e, deste modo, as coisas caminharão na direção da desejada organização da importante Colônia desta cidade; tanto em São Paulo como na Itália as pessoas saberão que aqui também existe ótimos operários que trabalham para a boa reputação do nosso nome [dos italianos]. (...)

Não é o sentimento de amor à pátria que nos falta, mas aquele que nos separa (APHRT, jornal *L'Alpino – organo della colonia italiana*, Araraquara, 17/06/1917).

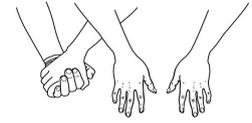
Já mencionamos anteriormente que, em 1909, um membro do Conselho da *SIMS* propôs ao presidente da *SIB* a união das duas associações. Pois bem, essa proposta foi levada à reunião da diretoria. Consta que o “Conselho exaltado acreditava na possibilidade de fusão agindo de maneira altamente patriota e mais merecedora de ser aceita do ponto de vista moral do que material” (*SIB*, Livro de Atas, p. 56). No entanto, a fusão não aconteceu. Outra tentativa ocorreu no ano de 1918, dessa vez por intervenção do Embaixador da Itália Vito Luciani, mas igualmente sem sucesso.

À primeira vista, nota-se que um sentimento nacional se sobrepôs a qualquer tipo de barreira, inclusive a econômica, como demonstra a passagem da Ata. A questão é: república ou monarquia e laicismo ou clericalismo? Os problemas da relação entre a *SIB* e a *SIMS* pareciam revestidos de sua dimensão explicitamente política. De fato, o ponto fundamental a ser considerado é o do forte indício de embate político entre as duas associações e, provavelmente, muito mais marcante na *SIB*, que, por duas vezes, recusou a proposta de fusão.

É importante levar em conta que a unificação italiana havia ocorrido poucos anos antes da grande imigração para o Brasil e, apesar do Reino da Itália ter nascido em 1861, como visto, ela somente se concretizou depois de três outros conflitos: Veneza é anexada em 1866, Roma em 1870 e a anexação das chamadas *terre irredente*<sup>79</sup>, que ocorreu apenas depois da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Com a tomada de Roma, o Papa Pio IX recusou-se a reconhecer o Estado unificado italiano, criando uma profunda barreira entre os católicos e o novo governo, o que obviamente significava que ser favorável à unificação era estar contra a Igreja Católica. Além disso, para a hierarquia católica, a unificação italiana tinha sido um projeto da maçonaria para destruir o catolicismo. Esse impasse só foi solucionado com a assinatura dos *Tratados de Latrão*, em 1929, no governo fascista, como já adiantamos no capítulo anterior. (POSSAMAI, 2005, pp. 37-40).

---

<sup>79</sup> Eram regiões habitadas por italianos que permaneciam sob o controle do império austro-húngaro: Trento e Trieste.



É difícil, portanto, com as fontes disponíveis, entender exatamente o que estava ocorrendo, mas certamente não se pode negar que um dos motivos prováveis da não união das duas associações devia estar ancorado diretamente nos vestígios do processo de unificação e esse fato influenciava demasiadamente na persistência do chamado “fenômeno do regionalismo”. A esse respeito, vale adiantar, que em outras localidades do interior de São Paulo, como Ribeirão Preto (FURLANETTO, 2007), o “fenômeno do regionalismo” entre as associações perdeu intensidade logo no início do século XX, como teremos a oportunidade de sublinhar, o que evidencia que as condições locais de cada colônia também têm um peso decisivo na qualidade distintiva dessas associações. Todavia, além da forte característica regionalista das associações, não se pode desprezar a possibilidade de cada elemento da elite italiana sentir a necessidade e desejo de fundar ou controlar uma associação, com o intuito de emergir dentro da colônia italiana em relação aos outros elementos importantes, como já apontado na historiografia sobre o tema.

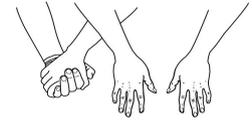
Outro ponto que vale a pena ser notado é o da entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, em 1914, que, apesar de ter causado um frenesi de nacionalismo na população imigrada<sup>80</sup>, conforme já assinalamos no primeiro capítulo, dividiu a opinião pública italiana entre os que eram favoráveis à neutralidade (os católicos, socialistas e parte dos liberais), na esperança de que o império austro-húngaro cedesse pacificamente os territórios reclamados (Trentino, Ístria e parte da Dalmácia), e aqueles que concordavam com a intervenção (os nacionalistas, os republicanos, os democratas e os ex-socialistas) (POSSAMAI, 2005, p. 216).

Em Araraquara, a *SIB* e a *SIMS* se “uniram” e formaram o comitê da *Croce Rossa Italiana* (Cruz Vermelha Italiana), que levou a denominação de *Pró Pátria* em todo o Brasil. Sua finalidade era a de auxiliar as famílias que ficaram desamparadas com a partida dos seus chefes, arrecadar auxílios e remeter remédios para Europa (TRENTO, 1989, p. 197). Mas pelo que se pôde observar, pouquíssimos italianos (ou descendentes) residentes em Araraquara deram suas contribuições. Entre aqueles que faziam parte das associações (tomando como referência a *SIU*, a qual veremos mais adiante) apenas quarenta e quatro membros cumpriram o seu dever para com a pátria.<sup>81</sup> No livro da *Croce Rossa Italiana* encontramos escrita, em

---

<sup>80</sup> Ver, entre outros: Gentile (1986); Franzina (2000); Devoto (1992); Trento (1989); Possamai (2005); Bertonha (1998b).

<sup>81</sup> É importante ressaltar que as contribuições não se restringiram à arrecadação de dinheiro, mas também ao envio de voluntários que partiram para os campos de batalha. No entanto, não temos informações se membros das associações (ou seus filhos) foram para o combate.



uma das folhas, uma justificação pela não contribuição, a qual enfatizava que determinado italiano não ia fazer a doação em dinheiro, porque a comissão não lhe agradava.

Diferentemente da cidade de São Paulo, onde os industriais de origem italiana obrigavam seus funcionários a fazer a sua contribuição *Pró Pátria*, mediante desconto na folha de pagamento (HALL, 2010, pp. 51-52), em Araraquara e, acredito, em outras cidades do interior paulista, o movimento a favor da pátria se processava em outro ritmo. Talvez pesquisas futuras pudessem contemplar, comparativamente, a reação dos imigrantes italianos na ocasião da Primeira Guerra Mundial no interior paulista, ou seja, numa perspectiva local, pois os numerosos estudos dedicados à comunidade italiana nos últimos anos ainda não acenaram para essa questão.

Retomando, em 1917, o jornal *L'Alpino* publicava:

**24 de maio**

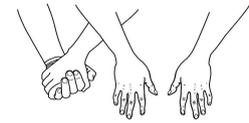
Aniversário da entrada da Itália na gloriosa guerra. O que farão os nossos conacionais de Araraquara? Existe uma sociedade italiana? Como pensa o seu presidente? Somos próximos uns dos outros? E o comitê “Pró Pátria”, o que fará?

Ergam-se por uma boa causa e mostrem que entre nós arde perene o fogo do amor à pátria. Que aqui também existe uma coletividade italiana capaz de sentir e de fomentar os vínculos mais santos e mais tenazes.

Italianos de Araraquara. Ergam-se!!! (APHRT, Jornal *L'Alpino – organo della colônia italiana – Araraquara*, 20/05/1917).

Não sabemos em que medida as associações e a colônia italiana responderam aos questionamentos e apelos do autor. O que podemos apontar é que, embora não faltassem esforços para exaltar sentimentos nacionalistas, os alinhamentos das motivações patrióticas seguiam tendências distintas. Seja como for, as dissensões entre a *SIB* e a *SIMS* somente foram apaziguadas quando ocorreu a fusão entre elas, em 1920, surgindo, então, a *SIU*. Provavelmente a união entre as duas tenha ocorrido por pressão tanto dos representantes do governo italiano quanto da sociedade local, influenciada, talvez, por uma parcela dos sócios e dirigentes que eram menos regionalistas e mais nacionalistas italianos.

Concentrando-se mais especificamente nas eleições da *SIB*, o próximo passo é demonstrar a representatividade dos dirigentes em relação ao conjunto de seus membros. Esse passo será importante para compreendermos, inclusive, o funcionamento da mesma, sob o ponto de vista do processo eleitoral. Para tal demonstração, tomamos como base as pesquisas realizadas por Fernando J. Devoto nas associações italianas localizadas na Argentina, as quais se apoiaram em três parâmetros fundamentais: 1) verificar o número de sócios que participavam das eleições; 2) qual era a rotação existente nos cargos diretores; 3) qual era o



perfil social dos mesmos. Desse modo, formulamos quadros de todas as eleições ocorridas na *SIB* (1908-1918). Cumpre dizer que na intenção de não sobrecarregar a sequência deste capítulo, disponibilizamos os quadros referidos respectivamente no Apêndice B.

### **2.1.1.1 A representatividade dos dirigentes da *SIB***

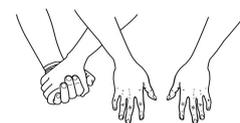
De imediato, é importante assinalar que a diretoria da *SIB* era composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um vice-secretário, um tesoureiro e seis conselheiros, todos escolhidos por votação secreta e de caráter voluntário, mas, como visto, exclusivamente nascidos no Norte da Itália, ou seja, os sócios de outras regiões italianas não podiam fazer parte da diretoria. Ela contava também com um zelador e um administrador, cujos cargos eram os únicos remunerados. Essa remuneração variava de cinco mil réis para o administrador e de quinze mil réis para o zelador (durante todo o período de 1908 a 1918).

Feito a ressalva, os quadros em questão (Apêndice B) sugerem, se levarmos em consideração o número total de componentes da *SIB* nos anos de 1907 (Quadro B1) e 1910 (Quadro B5) (ambos 108), cujos dados estão relativamente completos, que na maioria das Assembleias participavam aproximadamente 25% dos associados, exceto a do ano de 1911 (Quadro B6), cuja participação dos sócios foi superior, equivalendo a 41,8%. Essa eleição, entretanto, precisa de uma análise mais cuidada, pois ela se refere a um período muito conflituoso na associação. Para melhor compreendermos, na reunião do dia 8 de outubro de 1910, foi deliberada a criação de uma comissão para construção da sede social, cujo terreno tinha sido adquirido em janeiro de 1909<sup>82</sup>, pelo valor de um conto e quinhentos mil-réis. Esta comissão foi composta pelos sócios: Giuseppe Furlan, Nicola Florenzano, Giuseppe Silvestre, Cesare Zapparolli, Luigi Batelli, Ildebrando Pinotti, Domenico Carlini e Américo Danielli<sup>83</sup>. Posteriormente, na Assembleia do dia 6 de abril de 1911, o sócio Luigi Batelli se demitiu dessa comissão. Tal demissão levou a uma série de discussões e desentendimentos entre os sócios. Não se sabe qual o motivo, pois não há registros; o que as Atas indicam é que entre os sócios Giuseppe Silvestre e Luigi Batelli havia enorme hostilidade. A repercussão das discórdias chegou ao conhecimento da imprensa local por intermédio de uma carta escrita pelo sócio Luigi Batelli. Na Assembleia do dia 6 de maio de 1911, todos pediram demissão dos cargos e ficou proposta uma nova eleição com o empenho dos sócios para levar o máximo

---

<sup>82</sup> Foi nesse terreno que, posteriormente, foi construída a sede social da *SIU*.

<sup>83</sup> Como vimos, ele foi prefeito de Araraquara entre os anos de 1908 e 1910.



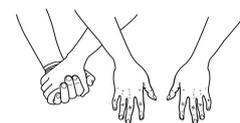
possível de votantes. Assim foi feito. Ocorreu, pois, um fato interessante, conforme podemos observar no quadro abaixo:

**Quadro 2.1: Gestão dos membros do Conselho Diretor da SIB, 1908-1918**

<b>Representante</b>	<b>Gestão</b>
Amabile Fattori	1908/1909/1910/1911a/1916/1918
Egisto Chini	1908/1911/
Innocenzo Redighieri	1908/1910/1911/1911a/1916/1918
Enrico Bonetti	1908/
Umberto Destefani	1908/
Paolo Alimonda	1908/1911a/
Luigi Selleri	1909/1910/1911/1911a/1916/1918
Giuseppe Silvestre	1909/1911/
Rosolino Golfieri	1909/1910/
Ildebrando Pinotti	1909/1910/1911/1916/1918
Alberto Cestari	1909/1910/1911/1916/1918
Alessandro Rossi	1909/1910/1911/1911a/
Domenico Carlini	1909/1910/1911/1911a/
Pietro Davoli	1909/1910/
Tommaso Lainetti	1909/
Santi Miari	1909/1911a/
Erminio Canton	1910/
Viuma Zecco	1910/
Luigi Michelini	1911/
Adolfo Valentini	1911/
Luigi Batelli	1911/
Américo Danielli	1911a/
Bruno Opice	1911a/
Pietro Galeazzi	1911a/
Enrico Lupo	1911a/
Antonio Zerbini	1916/
Luigi Golfieri	1916/1918
Augusto Bertani	1916/1918
Giovanni Pieri	1916/1918
Oziridi Lodi	1916/1918
Giuseppe Donzelli	1916/1918
Gaspare Goi	1918

Fonte: *SIB*, Livro de Atas, 1908-1918.

Nota-se que a segunda eleição para a gestão de 1911, representada no Quadro por 1911a, possibilita a entrada de novos elementos: Américo Danielli, Bruno Opice, Pietro Galeazzi e Enrico Lupo. Ela também elegeu sócios que tinham sido eleitos por apenas duas gestões: Paolo Alimonda e Santi Miari, assim como aqueles eleitos por três gestões: Alessandro Rossi e Domenico Carlini. Apesar de renovada, essa gestão também incluiu três sócios que já vinham de outras, consecutivamente. São eles: Amabile Fattori, Innocenzo



Redighieri e Luigi Selleri. Observa-se que os sócios Luigi Batelli e Giuseppe Silvestre não foram mais eleitos.<sup>84</sup>

Por meio dos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), os quais serão comentados no próximo capítulo, foi possível descobrir que a composição dessa nova diretoria era formada por dois grupos distintos, ligados por laços de compadrio.<sup>85</sup>

Leia-se: ➡ (mantinha laços de compadrio com)

1º Grupo:

Domenico Carlini ➡ Alberto Cestari e Luigi Selleri

Luigi Selleri ➡ Américo Danielli

2º Grupo:

Amabile Fattori ➡ Enrico Lupo, Giuseppe Donzelli e Innocenzo Redighieri

Enrico Lupo ➡ Bruno Opice e Giuseppe Donzelli

Innocenzo Redighieri ➡ Pietro Davoli e Giuseppe Donzelli

Pietro Davoli ➡ Giuseppe Silvestre

Giuseppe Donzelli ➡ Ildebrando Pinotti

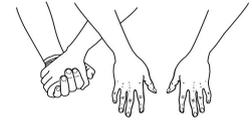
O primeiro grupo era formado por membros de peso dentro da *SIB*, pois, com exceção de Américo Danielle, foram os fundadores. O segundo grupo, por sua vez, sugere a existência de um articulador, Giuseppe Donzelli, pois ele mantinha laços de compadrio com a maioria dos seus membros.

Um ponto a ser notado nos Quadros B1, B3, B4 e B5 do Apêndice B é a distribuição dos números de votos para todos os cargos. O cargo para presidente, por exemplo, nunca foi ocupado por unanimidade de votos. Neste caso, a diferença para o total de votantes variava de 5 a 6 votos. Repara-se que os cargos mais disputados eram os de conselheiros. Já os demais cargos, praticamente, concentravam-se num rodízio dos eleitos em gestões anteriores.

Ainda em relação aos Quadros supracitados, pode-se dizer que a participação dos sócios nas eleições era pequena se comparada ao total de associados. Mas acreditamos que havia uma representação válida para o conjunto de membros da *SIB*, sobretudo se a dividirmos em três níveis de associados, assim como fez Estrada (1992) ao analisar uma associação italiana localizada em Santiago, no Chile. O primeiro corresponde aos sócios que

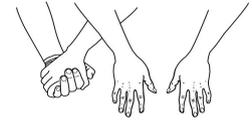
<sup>84</sup> Provavelmente para não dar margem a outras discórdias, que poderiam colocar em risco o bom nome da *SIB*, não só perante a colônia italiana, mas na sociedade local.

<sup>85</sup> Por meio dos *Autos de Casamentos* foi possível estabelecer uma rede de relações entre noivos e pais dos noivos com os padrinhos.



faziam parte da diretoria, os quais se reuniam mensalmente e tinham a responsabilidade de dirigir a associação. Eles eram pessoas destacadas dentro da comunidade italiana e local e desenvolviam atividades profissionais independentes, como teremos a oportunidade de verificar no próximo Capítulo. As posições de lideranças lhes permitiam alcançar posições de prestígio, deixando em aberto a possibilidade de ascenderem a um status mais elevado, como de fato ocorreu com boa parte deles, conforme será demonstrado posteriormente. É relevante notar, pois as Atas indicam, que, entre eles, a identidade de classe se mesclava à identidade étnica. Já o segundo congregava os associados que assistiam às Assembléias eleitorais e se interessavam pelo andamento da associação. O terceiro nível de associados, por sua vez, era o do grupo majoritário, cujos interesses não iam além dos benefícios que a associação lhes proporcionava. Por fim, salvo exceções, observa-se que havia pequena rotação dos cargos.

Até aqui, portanto, as discussões giraram em torno das primeiras associações italianas criadas em Araraquara entre as quais foi dado maior destaque para a *SIB*, cuja fusão com a *SIMS* resultou na constituição da *SIU*, a qual será analisada sistematicamente nas próximas páginas.



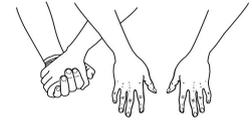
## 2.2 Società Italiani Uniti



Figura 2.2: Società Italiani Uniti, Araraquara, s/data.  
Fonte: Museu da Imagem e do Som, Araraquara.

Esta associação foi fundada em 5 de outubro de 1901, sob a denominação de *Società Italiana di Beneficenza*, posteriormente modificada, quando de sua fusão com a *Società Italiana di Mutuo Soccorso*, em 15 de novembro de 1920, para *Società Italiani Uniti*. A sua criação teve a influência do ex-ministro italiano Vittorio Emanuele Orlando, cujo discurso pregava que “a nova associação [seria] o lar dos italianos em Araraquara, onde [iria] florescer à sombra da unidade nacional” (*SIU*, Livro de Atas, p. 3).

Assim como a *SIB*, a *SIU* se caracterizava como uma associação de beneficência. Todavia, seu espaço era partilhado, pois, ao mesmo tempo, funcionava como centro de filiação ao *Fascio* italiano *all'estero*, cuja sessão se intitulava “Santino Calvi” (PISANI, 1937, p. 480), o qual, já em 1932, foi reconhecido como um dos mais importantes centros do PNF (TRENTO, 1989, p. 310) e, como já adiantamos, ela também era permeada pela maçonaria. Além disso, era defensora obstinada do nacionalismo e da italianidade. Como se não bastasse, Pisani (1937, p. 481) constatou que, em 1937, na sede social da *SIU* também funcionava a Agência Consular, cujo titular era o sócio Gaspare Abritta.



Portanto, ao contrário da *SIB*, a sua atenção principal não estava propriamente ancorada na funcionalidade da beneficência, em vista das necessidades materiais dos imigrantes, mas de conduzi-los a uma mesma forma de identidade: a nacional.

Desse modo, o primeiro passo a ser dado era o de defender a língua, sobretudo educar “italianamente” os filhos dos imigrantes (não somente eles, mas indiretamente os pais). A esse respeito, convém sublinhar, como argumenta Anderson (2005, p. 176), que “a característica mais importante das línguas é a capacidade que [elas] têm de gerar comunidades imaginadas, construindo, efetivamente, *solidariedades particulares*”. Portanto, para isso, a *SIU* tinha a preocupação em manter uma escola de língua italiana. Seus dirigentes, referindo-se aos trabalhos cumpridos no ano 1923, por exemplo, ressaltam que a escola italiana *Regina Elena*, auxiliada pela associação, “continua com um número sempre crescente de alunos e pelo último exame conferido pelo Sr. Presidente [da *SIU*], poucos estão sem estudo e o mesmo encontrou muita satisfação daqueles matriculados” (*SIU*, Livro de Atas, 5 de janeiro de 1924, p. 94). Já em 1925, a *Regina Elena* foi elogiada pelo jornal *Il Piccolo*, o qual publicou:

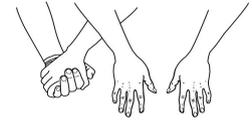
A *Escola Regina Elena* de Araraquara, fundada há quatro anos, cumpre uma obra admirável de difusão da nossa língua e, entre os responsáveis por tal empreendimento, destacamos o Dr. Aufiero (...). A partir de hoje, ela terá a contribuição e o incentivo da professora Sra. Norina Troletti Perez (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>86</sup>, jornal *Il Piccolo*, 25/10/1925).

Do mesmo modo, a *SIU* mantinha uma biblioteca e uma sala de leitura em sua própria sede, onde poderiam ser encontrados, além de farta bibliografia italiana, jornais italianos publicados no Brasil, dentre eles, o *Fanfulla*.

Ao mesmo tempo, tornava-se necessário valorizar a colônia, dando dignidade individual e coletiva aos imigrantes. Contudo, isso dependia de como ela mobilizava suas funções, as quais reunimos neste trabalho sob a denominação de construir, defender e fortalecer a italianidade no seio da colônia italiana. E tudo era feito no sentido de ter sempre uma colônia unida, coesa; quanto mais coesão tivesse a colônia, mais capacidade de pressão sobre a sociedade local, assim como maior a identificação da italianidade com o fascismo. O segundo estatuto da *SIU*, por exemplo, prescrevia: “o objetivo da Società é manter a coesão entre os componentes da colônia italiana de Araraquara, com os meios que mais se julguem idôneos” (*SIU*, Livro de Atas, II Estatuto aprovado em 1931, Capítulo I, Artigo 3º, 172-173).

---

<sup>86</sup> Doravante BNRJ.



Os imigrantes que se inseriam na *SIU* eram envolvidos por imagens, uma vez que suas paredes eram repletas de retratos dos heróis nacionais, como podemos visualizar na Figura abaixo. Essas imagens, certamente, proporcionavam-lhes os meios de ação da “imaginação nacional” (ANDERSON, 2005, p. 51), pois ao “produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais [eles poderiam se] *identificar*, [construíam-lhes] identidades” (HALL, 2003, p. 51).

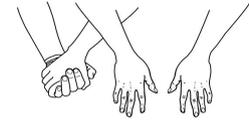


Figura 2.3: Parte interna da *Società Italiani Uniti*, Araraquara, s/data.

Fonte: Museu da Imagem e do Som, Araraquara.

Leia-se: 1- Antonio Nusdeo; 2- Raphael Barbieri; 3- Domingos Barbieri; 4- Dr. Giuseppe Aufiero Nipote; 5- Gaspar Abritta; 6- Dr. Giuseppe Aufiero; 7- Augusto Bignardi; 8- Nicola Barbato; 9- José Palamone Lepre; 10- Affonso Lombardi; 11- Oswaldo Negrini; 12- Agostino Tucci; 13- Corrosoni; 14- Marziali Billi; 15- Augusto Zenerin; 16- Guido Michetti; 17- Michele Loria; 18- Alberto Cestari; 19- Pedro Martini; 20- Caetano Mirabelli; 21- Enrico Somenzari; 22- Adolpho Criscini; 23- Pietro Galeazzi; 24- Antonio Blundi; 25- Caetano Passeto; 26- Janoario Arena; 27- Vincenzo Gravina; 28- Pietro Firminano; 29- Temistocles Fioretti; 30- Arturo Rizzoli; 31- Giuseppe Storino; 32- Enrico Lupo.

Eram nas comemorações de datas cívicas italianas, que os afiliados da *SIU* evocavam a “comunidade imaginada” e durante as mesmas a italianidade chegava ao seu ponto de esplendor. Estas datas, geralmente, eram comemoradas com bailes musicais, os quais incluíam hinos patrióticos, exaltação patriótica e inflamados discursos.



### **Società Italiani Uniti**

A laboriosa colônia italiana, desta localidade, realizou na sede social, cujo sumptuoso edifício se vê erecto à av. Portugal, desta cidade, e ainda em construção, o anunciado sarau dançante, em comemoração à gloriosa data – XX de Setembro. (...) A festividade, que se revestiu do maior entusiasmo e abrilhantada pela excelente corporação musical “Carlos Gomes”, terminou o seu acto commemorativo às 24 horas do referido XX de Setembro (APHRT, Jornal “Gazeta do Povo”, Araraquara, 23/09/1925).

De fato, tais comemorações sempre foram imprescindíveis, conforme ressalta o secretário da *SIU*, ao ler a “Relação moral e financeira” do ano de 1935: “Continuando o seu programa para manter sempre vivo o sentimento de italianidade na colônia de Araraquara, a *Società Italiani Uniti* fez, neste último ano, os seus meios para festejar e comemorar todas as datas históricas da pátria” (*SIU*, Livro de Atas, 15 de fevereiro de 1936, p. 228).

Igualmente, por razões de caráter patriótico, a diretoria da *SIU* ativava seu “imaginário nacionalista” (ANDERSON, 2005, p. 31), transformando-a em canal de mobilização popular como ocorreu na ocasião da morte do aviador italiano Carlo Del Prete, falecido no Rio de Janeiro. Ele foi homenageado com uma placa em seu nome colocada no pátio da sede, com todas as honras de um herói e na presença não só da colônia italiana, mas da população araraquarense (*SIU*, Livro de Atas, 18 de agosto de 1928).

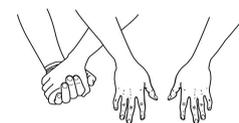
A *SIU* também funcionava como espaço de sociabilidade promovendo espetáculos teatrais e musicais, projeção de filmes, quermesses, conferências, jogos de futebol etc. Nesses eventos, a “comunidade imaginada” era evocada por meio de exposições que giravam sempre em torno de temas italianos:

Conforme noticiamos, a Sociedade Italiani Uniti fez exhibir hontem no Cine Central o filme “Vôo Orbetello Rio”, constituindo esse elegante espetáculo uma verdadeira apoteose dedicada à laboriosa colônia italiana aqui domiciliada. A casa, que estava cheia tanto na 1ª como na 2ª sessão, apresentava os maiores vultos da colônia amiga, assim como as mais representativas personagens do nosso “cast” social (APHRT, Jornal “O Imparcial”, Araraquara, 15/01/1932).

### **“Società Italiani Uniti”**

Esteve bastante animada a festa que sabbado p.p. esta sociedade offereceu aos seus sócios. A primeira parte esteve a cargo do Sr. Dr. Criscini, que numa bem feita conferência sobre a Itália política, mostrou o que tem sido a vida daquelle paiz de antes e apóz a guerra, fazendo, em breves palavras, um bem calçado perfil do grande estadista Benito Mussolini (APHRT, Jornal “O Imparcial”, Araraquara, 10/09/1931).

De fato, a influência da ideologia nacionalista é inegável. Quanto à beneficência, ela auxiliava seus sócios, reconhecidos como necessitados, com um fundo oriundo de uma porcentagem das contribuições mensais. Ademais, a *SIU* atuava com fins filantrópicos,



fazendo doações expressivas que eram anunciadas pela imprensa local e que lhe dava respeitabilidade. Da renda dos eventos, das taxas de admissão, das mensalidades dos sócios e dos donativos é que a associação formava seu fluxo de caixa. A cota única dos sócios perpétuos e beneméritos também reforçava o caixa e, se ela estava com problemas financeiros, a própria diretoria iniciava uma subscrição que se estendia aos sócios. A Tabela abaixo, apesar de incompleta, nos permite ter uma noção do número de sócios que participaram dela:

**Tabela 2.5: Società Italiani Uniti: número de sócios**

Anos	Nº Sócios
1920	*
1921	162
1922	*
1923	*
1924	*
1925	*
1926	*
1927	138
1928	125
1929-1939	**
1940	60

Fonte: SEADE-SP, *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo*.

Notas:

\*Aparece nos registros dos Anuários, porém, não constam os dados.

\*\*Não há exemplares.

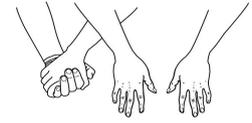
Compilado pela autora.

Nota-se que, apesar da junção das duas associações, a *SIU* era uma instituição de pequeno porte, aglutinando somente uma parcela exígua da comunidade italiana, a qual, segundo o recenseamento realizado pelo IBGE no município de Araraquara no ano de 1920, totalizava 5.775 italianos, dos quais 3.186 eram do sexo masculino.

### 2.2.1 Os Estatutos da SIU

A *SIU* constituiu três estatutos, os quais foram aprovados respectivamente em 1921, 1931 e em 1938. Seu histórico demonstra a necessidade de reformulá-los como forma de se adequar tanto à dinâmica interna do grupo, como para atender às mudanças de conjunturas do Brasil e do regime fascista. Desse modo, não se pode compreender a *SIU* separadamente de seus estatutos, pois eles registram a definição e execução dos objetivos sociais.

Ao mesmo tempo, não podemos analisar os anos de 1920 e 1930 sem privilegiar o impacto do fascismo sobre a vida comunitária italiana (TRENTO, 1992a). Deve-se ter em

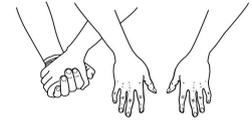


conta que, no transcorrer da década de 1920, o objetivo do regime fascista era o de expandir as fronteiras culturais e econômicas italianas por meio dos próprios italianos residentes em outros países. Já no decorrer dos anos de 1930, o regime fascista procurou expandir a ideologia do fascismo (BERTONHA, 1997; 1998b), de modo que a penetração fascista na coletividade italiana no Brasil processou-se de modo diferenciado nos anos 20 em relação aos anos 30 (TRENTO, 1989; BERTONHA, 1997; 1998b).

### **2.2.1.1 Anos de 1920: primeiro Estatuto**

Em seu primeiro estatuto, a *SIU* tinha como objetivo a união, a instrução, a educação moral e a beneficência entre os italianos. Ela também se propunha manter e desenvolver o sentimento de italianidade e o espírito de fraternidade entre os compatriotas (*SIU*, Livro de Atas, p. 41).

O perfil do grupo pode ser entendido por meio do processo de admissão. Assim, poderiam ser sócios apenas aqueles que tivessem bons costumes e reputação ilibada, que estivessem pelo menos há seis meses no município de Araraquara e que tivessem de 18 a 50 anos de idade. Do mesmo modo, poderiam ser admitidos sócios com idades mais avançadas, estes, porém, não tinham direito à beneficência. Os sócios eram divididos em cinco categorias: a) *fundadores* eram aqueles que faziam parte das duas associações na ocasião da fusão; b) *perpétuos* eram aqueles que, na condição de efetivos, pagassem uma contribuição de trezentos mil réis no ato da admissão, permanecendo isentos de contribuição mensal; c) *beneméritos* eram aqueles que, independentemente da nacionalidade, contribuíssem com uma cota não inferior a quinhentos réis, caso o conselho reconhecesse o merecimento; d) sócios *honorários* eram aquelas pessoas que, propostas pelo conselho, fossem dignas em virtude dos grandes serviços materiais ou morais que tivessem sido prestados aos patrícios, à Itália ou à humanidade; e) os sócios *efetivos* eram todos os cidadãos italianos, oriundos da província italiana ou filhos de pais italianos. Aos sócios beneméritos e honorários apenas cabia o direito de assistir às conferências e às festas da *SIU*, não podiam discutir nem votar na Assembleia. A admissão dos sócios efetivos e perpétuos era de competência da diretoria que, reunida em sessão, obedecia as seguintes formalidades: o candidato a fazer parte da *SIU* deveria apresentar pedido por escrito, firmado por dois sócios e pelo proponente indicando o nome, sobrenome, filiação, idade, profissão, estado civil e local de nascimento; o pedido era fixado num quadro da sala social por oito dias seguidos e era favoravelmente aceito se não houvesse



oposição por parte de um ou mais sócios. Em caso de oposição, o conselho deliberava com o voto secreto e, rejeitada a admissão, ele não era obrigado a dizer as razões pelas quais havia sido recusado o pedido (*SIU*, Livro de Atas, pp. 42-44).

Em relação às Assembleias, elas se dividiam em Ordinárias e Extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias ocorriam no primeiro sábado de janeiro, primeiro sábado de abril, primeiro sábado de julho, primeiro sábado de outubro e no primeiro domingo de dezembro. Nelas, eram discutidas e passadas por aprovação as gestões tanto financeiras como do ponto de vista moral das atividades que haviam sido desenvolvidas pela associação. Por sua vez, as Assembleias Gerais Extraordinárias poderiam ser convocadas pelo presidente, pelo conselho ou quando a quarta parte dos sócios achasse necessária sua convocação. Durante a existência da *SIU* foram convocadas quatorze Assembleias Extraordinárias, cinco delas quando ocorreu a fusão em 1920 e, as outras, distribuídas, sobretudo, no período referente ao primeiro estatuto (1921-1930).

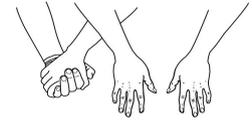
A meta da associação neste período foi a construção da casa social, cuja inauguração ocorreu no dia 8 de fevereiro de 1926.<sup>87</sup> O jornal “Gazeta do Povo”, do dia 7 de fevereiro deste mesmo ano, anunciava:

S. Exa. o Embaixador da Itália, junto ao governo do Brasil, Barão Giulio Cezare Montagna, acompanhado do real cônsul geral de São Paulo e do seu secretário, chegará no dia 8 de corrente a esta cidade em visita para trazer a saudação do Governo e da Pátria. Convidam-se todos os italianos de Araraquara e das cidades circunvizinhas para a recepção daquelles titulares, 12:30 horas daquelle dia, e a acompanhar os festejos que em seguida terão logar na sede da Sociedade *Italiani Uniti*, cujo edificio social por essa ocasião será inaugurado. Por ocasião dessa inauguração, que se realizará às 20:00 horas, fallará S. Exa. o Barão Cezare Montagna. Está, pois, de parabéns a digna colônia italiana que não deixará de prestar o seu concurso para o maior realce e brilhantismo dessas grandes solenidades e manifestação de apreço (APHRT, Jornal “Gazeta do Povo”, Araraquara, 7/02/1926).

Neste ano, devido à construção da sede social, as finanças da associação estavam em baixa e os ânimos dos sócios estavam alterados. Duas Assembleias Extraordinárias foram convocadas. A primeira, no dia 16 de janeiro, foi convocada por meio de uma carta, escrita pelo sócio Luigi Selleri<sup>88</sup>, e firmada por uma comissão composta por oito sócios, entre eles, Giuseppe Donzelli. Eles protestavam contra a deliberação da Assembleia do dia 2 de janeiro, que elevou a taxa de admissão de dez mil réis para cinquenta mil réis e a mensalidade de cinco mil réis para dez mil réis, em prol da construção da nova sede. Em meio a inflamadas

<sup>87</sup> Pisani (1937, p. 480) assinala que a sede social da *SIU* era “luxuosa e imponente” e estava classificada entre as melhores do exterior. É oportuno ressaltar que esse prédio (situado à Av. Portugal, nº 8) foi construído no terreno adquirido pela *SIB*, em 1909, como já adiantamos, e media 240 m<sup>2</sup>.

<sup>88</sup> Recordando, Luigi Selleri foi um dos fundadores da *SIB*.



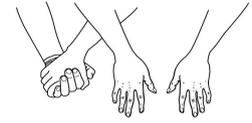
discussões, ficou estabelecido fazer uma nova votação. Antes, porém, o Vice-Presidente Sr. Augusto Bignardi, que substituíra o Presidente Giuseppe Aufiero, por ocasião de uma viagem à Itália, fez um longo discurso para tentar retomar a harmonia entre os sócios:

Senhores! (...) Sejam francos e conscientes para votar, ouçam todos a sua própria consciência, esqueçam os conselhos dos falsos amigos e vejam se podem, conscientemente, fazer um pouco de sacrifício, um sacrifício pelo bem de todos e da colônia em nome de nosso país. De que vale o dinheiro se não é empregado utilmente. Teremos sempre presente que a associação deverá ser como um altar da pátria, onde iremos segurar o irmão e perdoar os erros, derrotando a nossa ambição e reencontrando o ardor para vencer todas as adversidades. Esta sede deve ser digna de vocês e de todos nós, deixando os corvos de mau agouro lá fora, aqueles corvos que tentam desunir os nossos ânimos. Quem entrar com o sorriso nos lábios dará e encontrará a paz, o amor, a fraternidade, o repouso após o trabalho, a bondade e a palavra de conforto de todos e antes de acusar e de atirar a pedra, perguntem sempre: nós somos inimigos? Se estes estão presentes sabem quem são. (*SIU*, Livro de Atas, pp. 116-117).

O assunto foi posto em votação e resultou no seguinte: 31 sócios aprovaram os aumentos, 45 foram contra e houve 6 abstenções. Em vista do resultado, tanto a taxa de admissão quanto a mensalidade não sofreram aumentos. Contudo, o discurso e o resultado não bastaram para conter a desarmonia entre os sócios. Em Assembléia Extraordinária, realizada no dia 2 de junho de 1926, a segunda deste ano, o sócio Dr. Domenico Gatto fez uma grave observação:

Senhores! Em qualquer dia na cidade, e precisamente nos cantos, fala-se da *Italiani Uniti* de tal forma que parece que os sócios que a compõem se encontram em completo desacordo; que a associação é mensageira do caos e, se não bastasse, as pessoas que estão falando isso dos sócios são brasileiros e estrangeiros. Isso é uma inconveniência e prejudica o prestígio privado de todos nós. Devemos estar convictos que o único expoente da colônia italiana desta cidade é a nossa associação. Temos a obrigação de evitar, por qualquer razão, que falem mal e tomar as providências necessárias para evitar fazer a formação de grupos dissidentes na praça e, quando houver, vamos modificar o procedimento de criticar em sociedade (*SIU*, Livro de Atas, p.128).

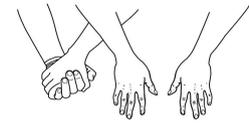
É claro que essas dissidências abalavam não apenas a associação como instituição, mas diretamente os seus componentes, que queriam manter uma performance de união perante a sociedade local. Um indício dessas desavenças já poderia ser vislumbrado desde a Assembleia Ordinária do dia 2 de janeiro do referido ano, como já mencionado, prolongando-se também na Assembleia Ordinária ocorrida em 10 de abril. Nessa, novamente Luigi Selleri e um grupo maior de sócios se enfrentaram verbalmente. Com isso, ficou visível a existência de duas facções no interior da *SIU*, que provavelmente se distinguiam de acordo com suas posses materiais. Para se dar uma ideia, nessa mesma Assembleia, com o intuito de compensar a derrota daqueles que queriam os aumentos, foi realizada uma subscrição entre os



sócios e arrecadaram-se um conto e novecentos e setenta mil-réis. Ela teve início com a subscrição do sócio Antonio Barra, no valor de quinhentos mil-réis. Nesse sentido, é razoável pensar que, quanto mais as identidades étnicas estiverem ligadas a fatores diferenciais de ordem econômica, menos permeáveis são as fronteiras entre os grupos (Poutignart e Streiff-Fenart, 1998, p.155). Ainda é relevante ressaltar que boa parte dos membros da *SIU* conseguiu se destacar tanto financeira como socialmente e esses desentendimentos podem sugerir, sobretudo, que a ascensão social de alguns se expressa nos conflitos internos da *SIU*. De qualquer forma, no próximo Capítulo, teremos a oportunidade de fornecer um panorama do percurso de ascensão social dos membros das associações e demonstrar que alguns episódios foram de mobilidades mais modestas em relação a outros.

Retomando, na convocação da Assembleia Extraordinária do dia 2 de junho, cujo pedido foi firmado por 73 sócios, e estavam presentes 87, seu objetivo consistia em “pacificar e restituir a consciência dos sócios em relação à retidão do Conselho e esclarecer as interpretações que [estavam] sendo dadas ao estatuto, no que se refere aos deveres e direitos sociais” (*SIU*, Livro de Atas, p. 124). Afora as desavenças pessoais, parece que todas as discussões resultaram no entendimento dos sócios. Mas vale ressaltar que a última eleição que Luigi Selleri conquistou um cargo na diretoria foi em 1924 (Apêndice C, Quadros C5 e C6). Depois não foi mais eleito.

Tanto nas Assembleias Ordinárias como nas Extraordinárias poderiam apenas ser discutidas a ordem do dia pela qual haviam sido motivadas, não podendo ser tratados outros assuntos. Como mencionado, todos poderiam discutir e votar nas Assembleias; a condição imposta era estar em dia com as mensalidades. Então, com o direito à palavra, os sócios podiam fazer propostas e perguntas ao conselho, assim como levantar questões obedecendo sempre à ordem do dia. A palavra ao sócio era concedida pelo presidente segundo uma ordem de inscrição, que se fazia levantando a mão; ao sócio, contudo, era vetado falar mais de três vezes sobre o mesmo argumento, e não podia desviar-se dele. Em caso de ofensas, o presidente pedia para o ofensor retirar a frase ofensiva e, não sendo obedecido, ele suspendia o uso da palavra, e, se os sócios não voltassem à calma nas Assembleias, a sessão era suspensa. Em caso mais grave, o presidente poderia suspender a sessão por até oito dias. Para ter validade, a Assembleia Geral, de primeira convocação, teria que contar com a presença da metade mais um dos sócios. Porém, se esse número não fosse alcançado, ela passava para segunda convocação, uma hora depois de estabelecida a primeira, com a presença de pelo menos trinta sócios. Caso não fosse possível, haveria a de terceira convocação, oito dias



depois, com qualquer número de sócios em pleno exercício de seus direitos sociais. No entanto, era comum não haver número de sócios suficientes para primeira convocação, tanto das Assembleias Ordinárias como das Extraordinárias. De um total de 89 Assembleias, durante a sua trajetória, verificou-se que 4 foram de primeira convocação, 39 de segunda convocação, 7 de terceira convocação e das 39 restantes não constam informações.

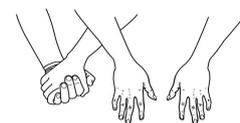
O capítulo do estatuto que trata da beneficência rezava que a associação teria um fundo social, que seria formado pela prevalência de vinte por cento sobre as contribuições mensais, para auxiliar os sócios reconhecidos como necessitados em casos de doença, desgraça ou morte. Para que os sócios fossem socorridos, estes teriam que fazer um pedido verbal, por escrito ou por meio de um sócio. O Conselho Diretor, tomando conhecimento de tal necessidade, decidiria qual o socorro poderia prestar, de acordo com a necessidade do sócio e com os fundos sociais, pelos quais a associação poderia dispor na ocasião.

Em outro capítulo, a língua oficial a ser adotada era a italiana. Além disso, a associação deveria conservar-se afastada de qualquer questão política, respeitando todas as crenças, opiniões e contribuições com todos os esforços para o progresso humano. E o seu último artigo rezava que a associação continuaria a existir até que tivesse sete sócios. Vindo a faltar um, seria considerada encerrada e os fundos sociais seriam encaminhados em benefício de um trabalhador italiano.

Usando os mesmos parâmetros de análise anteriormente utilizados na *SIB*, demonstraremos nas páginas seguintes a representatividade dos dirigentes da *SIU* em relação ao conjunto de seus membros, tomando como referência as eleições ocorridas entre 1921 e 1930, que equivalem ao primeiro estatuto. Como já dito, esse tipo de análise nos permite entender com mais clareza o funcionamento interno das associações sob o ponto de vista do processo eleitoral. Nesse sentido, para o que aqui nos interessa, será proveitoso que nos debrucemos também nas eleições referentes ao segundo estatuto (1931-1937), as quais proporcionarão contrastes úteis.

### **2.2.1.2 A representatividade dos dirigentes da SIU (1921-1937)**

De acordo com o primeiro estatuto, a administração da *SIU* era entregue a uma direção composta por vinte membros: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um vice-secretário, um tesoureiro, onze conselheiros, três censores (revisores de contas) e um administrador. Todos os cargos eram voluntários e eleitos por votação secreta. Como já



adiantamos, com exceção dos sócios *honorários e beneméritos*, todos os outros de qualquer categoria poderiam discutir e votar, desde que estivessem em dia com as mensalidades. Já no segundo estatuto, ficou extinto o cargo de vice-secretário e reduzido o número de conselheiros, mas determinou-se que três censores efetivos e dois censores suplentes colaborariam com o Conselho Diretor. Por sua vez, as eleições para os cargos da diretoria ocorriam todo mês de dezembro.

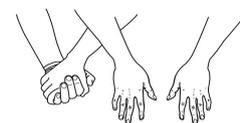
Durante o período em que a *SIU* se manteve ativa (1920-1941), passaram por sua administração 78 membros dirigentes. Contudo, apesar do número razoável de sócios na direção da associação, como será mostrado mais detidamente ainda neste capítulo, verifica-se que determinadas figuras concentraram nas mãos, por muito tempo, os cargos de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, administrador e conselheiro.

Portanto, ao observarmos o Quadro C1 (Apêndice C)<sup>89</sup>, primeira eleição da *SIU* (ano de 1921), nota-se que foi eleita uma maioria de italianos precedentes do Sul da Itália. O presidente eleito, Antonio Picaroni, ressaltou reconhecer “que a reunião eleitoral procedeu com a mais escrupulosa exatidão, mas, todavia, o seu resultado não deixou satisfeita uma parte dos sócios” (*SIU*, Livro de Atas, p. 34). Desse modo, ao considerar que o propósito da associação deveria ser a união e a completa confraternização de todos os italianos da Araraquara, o presidente expressou o desejo de encontrar um meio de conciliar a vontade de todos. Para colaborar, os eleitos Alfredo Boccucci, Gregório Angelieri, Nicola Barbato, Andréa Rosito e Caetano Mirabelli renunciaram aos cargos, “por amor à Pátria e à *Società*” (*SIU*, Livro de Atas, p. 35). Em vista desses atos, a diretoria eleita apresentou a demissão coletiva e uma nova foi eleita, mas dessa vez, por aclamação (Quadro C2). Como já tivemos a oportunidade de discutir neste capítulo, a *SIU* foi fundada a partir da união de duas associações que permaneceram praticamente vinte anos separadas pelo regionalismo, e outros embates, então, é claro que nesse primeiro momento o apaziguamento de antigas rixas não poderia passar além das aparências, o que foi comprovado no voto secreto. Observa-se, porém, que do total de associados (162), 58,7% participaram da primeira eleição, o que demonstra o interesse da maioria em eleger os dirigentes da *SIU*.

Nas eleições para gestão de 1922 (Quadro C3) e 1923 (Quadro C4), por sua vez, percebe-se a entrada de novos membros. Nelas, já se inicia a ascensão de Giuseppe Aufiero,

---

<sup>89</sup> A partir deste ponto, todos os quadros referentes às eleições estarão disponíveis no Apêndice C.



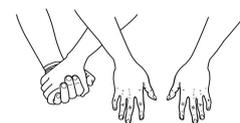
que permaneceu como presidente até o fechamento da *SIU*. Nota-se que os números de votantes são bem expressivos, respectivamente 107 e 80.

Para a gestão de 1924 (Quadro C5), há uma redução na entrada de novos membros, assim como um reduzido número de votantes (48). Ressalte-se que o sócio Giuseppe Marchiano, eleito para o cargo de secretário, foi inelegível, pois não estava em dia com as mensalidades. Do mesmo modo, outro caso semelhante ocorreu na reunião do dia 13 de outubro de 1923 com Américo de Checchi, que ocupava o cargo de fiscal, o qual foi expulso do cargo por não ter assistido às reuniões referentes ao mês de março. Isso é uma amostra de como as regras contidas nos regulamentos eram aplicadas com rigor.

Na verdade, as eleições para esta gestão foram complicadas, pois houve muitas reclamações. O presidente concluiu que isso era uma prova de que ela não tinha ocorrido com “disciplina de concórdias e de solidariedades, que são necessárias para o bom andamento da *Società*” (*SIU*, Livro de Atas, p. 85). Por isso, em comum acordo, todos renunciaram aos cargos e foi marcada nova eleição para o dia 16 de dezembro (Quadro C6), desta vez, porém, com um número maior de votantes (69). Contudo, na reunião do mês de janeiro de 1924, o presidente comunicou que o sócio Silvério Minervino, eleito nas duas eleições realizadas para essa gestão, para o cargo de conselheiro, recorreu a um advogado brasileiro com o objetivo de torná-la nula. Minervino alegava que não estava de acordo com a deliberação da última Assembleia, a qual autorizava a nova eleição. A perplexidade de tal ato tomou conta dos associados presentes e Minervino foi demitido do cargo. Não satisfeito, ele parou de frequentar a *SIU*. Algum tempo depois, na reunião do dia 4 de outubro desse mesmo ano, o sócio Nicola Barbato fez um apelo verbal ao presidente, em nome de diversos sócios, para que Minervino fosse readmitido. O pedido de Barbato foi posto em votação e, em seguida, aprovado.

Já para a gestão de 1925 (Quadro C7), poucos foram os sócios que não se reelegeram. A sessão eleitoral contou com a presença de um número satisfatório de votantes (59). Mas neste ano, o presidente lamentou a pouca frequência dos sócios nas Assembleias. Igualmente ocorreu para gestão de 1926 (Quadro C8), que também contou com 59 votantes, cuja maioria se reelegeu.

Por sua vez, para a gestão de 1927 (Quadro C9), nota-se que seis novos membros compõem a diretoria. O número de votantes foi bem expressivo (97). Já para a gestão seguinte, 1928 (Quadro C10), temos apenas três novos membros e um número mais baixo de



vosantes (58) em relação à eleição anterior, mas satisfatório em relação ao número total de sócios (138), ou seja, 42%.

Já nas eleições de 1928, gestão 1929 (Quadro C11), há praticamente a reeleição de quase todos os sócios, com exceção de três novos membros. O número de votantes foi relativamente baixo (39), se comparado ao número total de sócios (125), equivalente a 31,2%. Nesse ano de 1928, um fato considerado grave provocou a expulsão de um sócio. O Capítulo XII, “Da exclusão dos sócios”, de seu primeiro estatuto, continha regras rigorosas como aquelas que expulsaram o sócio Giuseppe Donzelli. Deste acontecimento, vale a pena fazer uma breve incursão.

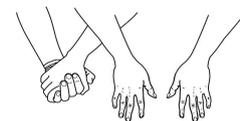
Em Assembleia Geral do dia 10 de novembro de 1928, o secretário Augusto Zenerin, substituindo a ausência do presidente e do vice-presidente, por motivos de viagem, colocou em pauta um incidente que, segundo suas palavras, “por amor à pátria não deveria divulgar, mas o sócio Giuseppe Donzelli seria expulso do rol social” (*SIU*, Livro de Atas, p. 150). Contudo, um grupo de sócios pediu que fosse feita a leitura dos documentos que motivaram a aceitação da demissão de Donzelli. O secretário fez a leitura de uma carta, a qual denunciava que o Sr. Donzelli, na ocasião da calamidade que atingiu a Itália com a erupção do vulcão *Etna*, expressou o desejo que a lava do vulcão destruísse toda a Itália ou todos os italianos, porque agora era naturalizado brasileiro. Além do mais, esse desejo foi proclamado em local público, onde estavam presentes diversas pessoas que confirmaram o ocorrido. Ao tomar conhecimento, a direção da associação formou uma comissão e um dos membros, o Sr. Loria, pediu para que o “Sr. Donzelli retirasse a expressão maldosa e fizesse uma declaração que provasse as suas desculpas” (*SIU*, Livro de Atas, p. 151). No entanto, ao contrário do que foi pedido, o Sr. Donzelli sustentou o que havia dito, deixando claro que renunciava a sua nacionalidade. Em vista disso, a Assembleia, por meio de diversos sócios, pediu a sua expulsão baseada nos Artigos 52º e 53º do estatuto:

Serão suspensos os direitos sociais e expulsos: os sócios (...)

Artigo 52º - b) declarados culpados por faltas graves com a *Società*, com a pátria e com a humanidade.

Artigo 53º - b) que causarem graves danos morais (...) à *Società* e voluntariamente renunciar, por via diplomática, a nacionalidade italiana (*SIU*, Livro de Atas, pp. 55-56).

Ressalte-se que Giuseppe Donzelli conquistou seu último cargo na eleição de 1925 (Quadro C8). Na verdade, as suas relações com a *SIU* já estavam abaladas desde os desentendimentos provocados pela deliberação de aumento da taxa de matrícula e da



contribuição mensal, como visto anteriormente. Não é sem razão que na ocasião de seu falecimento, em 1931, foi somente publicada uma pequena nota no jornal “O Diário” e não há registros dela nas Atas da *SIU*, o que indica que ele, de fato, foi renegado pelos “representantes da colônia italiana”.

Sem muitas novidades, o quadro de sócios eleitos na última eleição também se repete para a gestão de 1930 (Quadro C12). Do mesmo modo, houve a entrada de três novos sócios. A diferença é que o número de votantes foi mais alto (68). Já nas eleições de 1930, gestão 1931 (Quadro C13), o que se destaca é o número de votantes (94), aliás, bem expressivo. Em relação à composição da diretoria, quase não houve modificações. Todavia, foi uma eleição tumultuada, pois, alguns meses antes, um artigo publicado no jornal *La Difesa* questionava, em tom ofensivo, o presidente Giuseppe Aufiero, pelo modo com o qual ele conduzia a administração da *SIU*.

#### Correspondência do “viajante”

Ilmo. Sr. Dr. Aufiero, secretário e representante do *Fascio* e presidente da *Italiani Uniti*.

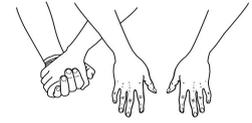
Peço-lhe permissão, antecipadamente, para recordá-lo dos deveres de convocação das assembleias eleitorais da “Italiani Uniti” que, segundo o estatuto, deverão ocorrer no mês de abril de cada ano<sup>90</sup>. Mas foi um engano acreditar que se tratava de um esquecimento seu e, talvez lendo esta carta, o Sr. resolva seguir o estatuto. É verdade que, como o Sr. gosta de afirmar, os sócios são um “bando de tolos”, motivo pelo qual o Sr. dirige a associação como bem quer. Mas é verdade que, sendo a associação legalmente reconhecida, ela deve seguir os critérios de clareza, os quais vêm impostos, não dos sócios que permanecem no silêncio em respeito à sua autoridade.

Resulta, pois, além da falta de convocação, outras irregularidades, outras infrações, semelhantes as que ocorrem com aqueles que dirigem as instituições públicas, os que também dizem cumprir as normas dentro de critérios éticos: acumulação de cargos, de funções e de ..... rendimentos, absolutamente incompatíveis com os critérios da “alcançada moral democrática”. É verdade que nessa nova era o fato do “prejuízo” moral tem sido muito revolucionado, mas, por acaso, estamos no Brasil, país livre e que ainda não renunciou às suas leis, às suas tradições, aos seus costumes, para adotar o mesmo regime instaurado na Itália desde 1922. Estamos então em pleno direito de protestar contra as “irregularidades”, chamando a atenção do público para um sócio que é ao mesmo tempo secretário, tutor, cobrador, organizador e não somente isso, mas que recebe, por cada uma destas funções, compensações, comissões ou outras formas de recompensas em dinheiro ou de outras naturezas.

Preocupe-se, portanto, respeitável doutor, com essas coisas e não com outras. Pare de mover investigações sobre a minha pessoa: são esforços e tempo desperdiçados. Deixe em paz os pobres, que na sua profissão, só sabem combinar pão com manteiga ou fazer tortas. Nada conseguirá. Para sua satisfação, eu mesmo mato a sua curiosidade: eu sou o viajante. O viajante é (atenção!) Vitaliano Ramperti. Vitaliano Ramperti, o bom italiano do “romantismo”. E feita a devida

---

<sup>90</sup> Não é verdade, como vimos, segundo o estatuto, as eleições ocorriam todo mês de dezembro.



apresentação, falando ao Sr., ao invés de falar com *Radetzky*<sup>91</sup>, defino-me assim: “falo em nome de cada italiano que ama a sua pátria de origem e a sua pátria de adoção, que luta contra a tirania que tem atormentado a Itália e contra aqueles que desejam aplicar o mesmo sistema aqui no Brasil”. Espero que esteja satisfeito. Quanto à minha identificação pessoal, física, esta não será necessária lhe dizer, pois, mais cedo ou mais tarde, é possível que o Sr. descubra.

Entretanto, é ou não verdade que as assembléias têm transgredido o estatuto? É ou não verdade que os mais privilegiados levam vantagens à custa dos bons sócios? Estes são os pontos.

O viajante (Arquivo do Estado de São Paulo<sup>92</sup>, jornal *La Difesa – organo settimanale dell’antifascismo*, São Paulo, 22/06/1930).

Trata-se, evidentemente, de um antifascista que, possivelmente, recebia informações de membros infiltrados na *SIU*. Todavia, para entendermos melhor esta questão, convém examinar rapidamente a passagem do antifascismo em São Paulo.

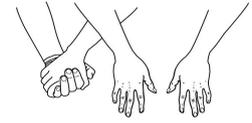
Os antifascistas começaram a chegar ao Brasil a partir da instauração do regime fascista na Itália. Eles pertenciam a partidos distintos (Partido Comunista Italiano, Partido Socialista Italiano e Partido Republicano Italiano), que foram reestruturados no Brasil com o objetivo de transmitir a mensagem antifascista (BERTONHA, 1999, p. 214), a qual enfatizava “constantemente o caráter imperialista e agressivo do nacionalismo fascista, tanto na pátria como no Brasil, insistindo sobre a necessidade de não inserir uma pátria italiana na pátria brasileira”. Além disso, os antifascistas negavam a “validade da equação antifascistas=antiitalianos” difundida em vários setores (TRENTO, 1989, p. 355-356).

Manifestações antifascistas começaram a ser percebidas já em 1919, por meio de artigos publicados em jornais de esquerda com vínculos na colônia italiana, mas o jornal *La Difesa* foi o mais importante instrumento de expressão de seus pontos de vista. Ele foi fundado em 1923, por iniciativa de Antonio Piccarolo, socialista moderado italiano radicado no Brasil desde 1908, ativo opositor do regime de Mussolini. No âmbito desse jornal agiam várias correntes antifascistas como a dos republicanos, dos socialistas e dos antifascistas ligados à *Lega Italiana dei Diritti dell’Uomo – LIDU* (BERTONHA, 1995, p. 61; 1999, p. 220).

A primeira instituição antifascista foi criada em 1925, por obra dos antifascistas italianos reunidos em torno do *La Difesa*. Ela intitulava-se *Unione Democratica*, a qual tinha como órgão oficial o próprio *La Difesa*. De modo geral, o antifascismo encontrou muitas dificuldades para atingir tanto a opinião pública brasileira quanto a aceitação da colônia

<sup>91</sup> Ele se refere, certamente, ao general *Josef Wenzel Radetzky von Radetz* que, entre outros fatos, é conhecido pela vitória na Batalha de Novara (região do Piemonte), em 1849, contra o Reino da Sardenha.

<sup>92</sup> Doravante AESP.



italiana, sobretudo, porque o fascismo agiu intensamente, especialmente por meio de seus cónsules (em São Paulo, destaca-se o cónsul Serafino Mazzolini, dedicado propagandista do regime, que chegou em 1928), com o propósito de conquistar a comunidade residente e de controlar escolas, jornais, associações, os quais, de fato, foram transformados em instrumentos de difusão dos valores fascistas (BERTONHA, 1995, p. 61; 1999, pp. 219- 220). Segundo Trento,

O antifascismo no Brasil sofreu as conseqüências, durante a maior parte [dos anos de 1920], da falta de apoio consistente e significativo da coletividade italiana. (...) depois de um período inicial de resistência à penetração fascista, as associações existentes posicionaram-se a favor do regime, e as que surgiram entre as duas guerras já eram decididamente favoráveis (TRENTO, 1989, p. 362).

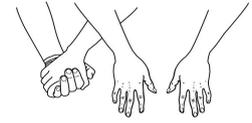
O antifascismo italiano de São Paulo começou a decair a partir do fechamento do *La Difesa*, em 1934, por motivos de conflitos internos, assim como por ocasião da guerra da Etiópia, em 1935, (que aumentou consideravelmente a popularidade fascista dentro e fora da colônia) e de novos jornais. Além disso, nessa época, o governo brasileiro fazia séria repressão contra a esquerda, o que ocasionou a expulsão de boa parte da liderança antifascista. Em 1942, houve uma tentativa de reestruturação do antifascismo, mas não houve êxito (BERTONHA, 1995, pp. 62-63; 1999, p. 221).

Retomando, dias depois da publicação do jornal *La Difesa*, mais precisamente na Assembleia Geral Ordinária do dia 12 de julho de 1930, um pequeno episódio tomou conta da pauta desta sessão. Nela, o Sr. Loria pediu a palavra e disse: “a casa deve ser procurada pelo fato de um jornal subversivo ter publicado uma coisa muito sem graça da nossa *Società* (provavelmente o artigo do *La Difesa*, exposto acima), que se ajustam as ideias muitas vezes expressadas pelo Sr. Mattalia” (*SIU*, Livro de Atas, p. 162). Em seguida, o Presidente Giuseppe Aufiero pediu a palavra e disse que

a direção tem procurado sempre manter a harmonia entre os sócios e a prova disso é o fato de ter aceitado no seio da *Società* o Sr. Mattalia, mesmo sabendo que ele é avesso ao princípio do regime do nosso governo, que é apreciado por quase toda unanimidade dos sócios (*SIU*, Livro de Atas, p. 163).

O Sr. Mattalia expressou seu arrependimento e a diretoria encerrou o assunto.

Mas bem próximo ao dia das eleições na *SIU*, o jornal “O Diário” publicou uma nota, na qual pedia aos associados que votassem em determinados membros para formar uma nova diretoria e nomear Giuseppe Aufiero como sócio honorário, por aclamação. Uma maneira explícita, portanto, de afastar Aufiero da presidência da associação, pois, como



vimos, segundo o estatuto da *SIU*, aos sócios *honorários* cabia somente o direito de assistir às reuniões e participar das festas, mas eles não podiam discutir e nem votar nas Assembleias.

#### **Nomeação da nova diretoria da Società Italiani Uniti**

Um grupo de sócios propõem, para a próxima Assembléia, a nomeação por aclamação do dr. Aufiero Giuseppe como presidente honorário e apresenta e recomenda aos sócios votar na seguinte lista: Presidente, Granata dr. Gennaro; Vice-Presidente, Bitelli Vitalino; Secretário, Alimonda Paolo; Vice-Secretário, Opice Francesco; Fiscal, Barbieri Raffaele; Tesoureiro, Zerbini Antonio; Conselheiros: Palamone Francesco, Lombardi Affonso, De Checchi Anselmo, Dall'Acqua Enrico, Lupo Romolo, Zaranella Alessandro, Masiero Giovanni, Furlan Amadeo Natalio, Graziato Giovanni, Rizzoli Arturo, Zini Abramo; Censores: Criscini dr. Adolfo, Aufiero dr. Giuseppe Nipote, Giorgetti dr. Celso (APHRT, Jornal "O Diário", Araraquara 5/12/1930).

Como resposta, certamente enviada pela *SIU*, o mesmo jornal publicou o resultado das eleições para gestão de 1931, especificando o número de votos de cada sócio eleito:

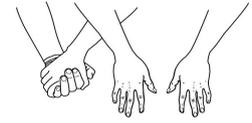
#### **Eleição do Conselho da Società Italiani Uniti de Araraquara VOTANTES 94**

Presidente – dr. Aufiero Giuseppe, 84 votos – Vice-Presidente – Ing. Bignardi Augusto, 78 votos – Secretário – Zenerin Augusto, 84 votos – Vice-Secretário – Loria Arc. Michelli, 56 votos – Tesoureiro – Galeazzi Pietro, 84 votos – Administrador – Barbato Nicola, 84 votos – Conselheiro – Lombardi Affonso, 90 votos – Conselheiro – Dall'Acqua Enrico, 83 votos – Conselheiro – De Checchi Anselmo, 81 votos – Conselheiro – Crescini dr. Adolpho, 78 votos – Conselheiro – Masiero Giovanni, 77 votos – Conselheiro – Furlan A. Natale, 68 votos – Conselheiro – Blundi Antonio, 67 votos – Conselheiro – Morganti Pietro, 65 votos – Conselheiro – Negrine Oswaldo, 62 votos – Conselheiro – Palamone Lepre, 60 votos – Conselheiro – Mirabelli Caetano, votos 60 – Censor – Temistocle Fioretti, 71 votos – Censor – Fermiano Pietro, 65 votos – Censor – Rizzoli Arturo, 37 votos. Araraquara, 7 de dezembro de 1930 (APHRT, Jornal "O Diário", Araraquara, 10/12/1930).

Esse assunto não parou por aí. Na Capital também comentava-se sobre o fato ocorrido na *SIU*, não se sabe se era de maneira distorcida ou reveladora, ao ponto do sócio Vitaliano Bitelle escrever, como forma de protesto, uma carta à imprensa:

#### **Mal entendido! O que há no seio da colônia italiana em Araraquara?**

No número do dia 15 do corrente mez, no jornal "Il Piccolo", da Capital, veio uma correspondência desta cidade onde, tratando-se das últimas eleições sociais, cita-se a existência de uma NEBULOSA cédula de "oposição", que se diz ter sido forjada anonimamente e sem consulta de diversos profissionais que a mesma continha. Pelos dizeres irrefletidos do illustre correspondente, quem não conhece bem os componentes da colônia italiana desta cidade, pode muito bem julgar que não existam italianos dignos a não ser os que obtiveram votação (alguns misericordiosa), para os cargos da Diretoria. Faz muito mal o sr. correspondente a tratar os da



“oposição” nesta forma muito pouco cavalheiresca, tanto mais que não é com processo dessa natureza que se coopera para a fallada concórdia geral da colônia. O sr. correspondente não deve ignorar que não é prudente para quem tem telhado de vidro mandar atirar pedras nos telhados dos vizinhos. Ao Sr. Presidente eleito da Sociedade e a quem eu admiro como um dos verdadeiros italianos que honram a sua Pátria aqui e em qualquer parte que se apresentam, tomo a liberdade de observar que o sr. correspondente e seu collega de Diretoria, não andou direito a querer “lavar a roupa não limpa”, em jornal da Capital. Eu, pelo menos em observação a intenção do sr. Presidente, utilizo-me do “Diário” da nossa terra e assim “fica tudo em casa”. Escrevi em língua portuguesa afim de evitar erros de composição, mas se preciso for, pode-se muito bem discutir em italiano, língua esta que graças a Deus, professo mesmo depois de muitíssimos annos de residência na maravilhosa terra do Cruzeiro do Sul.

Araraquara, 17 – XII – 930.

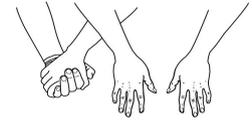
VITALIANO BITELLI (APHRT, Jornal “O Diário”, Araraquara, 17/12/1930).

O presidente, Giuseppe Aufiero, ao abrir a sessão da Assembleia do dia 10 de janeiro de 1931, disse aos presentes:

Lamento que alguns, fazendo elogio a minha pessoa, não reconheçam em todos os outros dirigentes a qualidade de querer prestar um justo serviço à coletividade, porque se deve reconhecer que os velhos dirigentes sempre, e em toda ocasião, são a alma da *Società* e os novos devem estar de acordo com isso, pois a concórdia entre os novos e os velhos será a garantia segura do progresso da *Società* (*SIU*, Livro de Atas, p. 170).

Cumpre dizer, primeiramente, que o jornal *Il Piccolo* era defensor ardente do regime fascista. Na verdade, até o ano de 1922, ele se distinguia pelo seu antifascismo, mas depois alinhou-se a favor de Mussolini, especialmente por volta da metade dos anos 20, quando se tornou órgão do *Fascio* paulista (Trento, 1989). O que vemos, em essência, é a ação de antifascistas contra fascistas, onde os primeiros tentam desacreditar particularmente o presidente da *SIU*, Giuseppe Aufiero, justamente porque ele era o representante do *Fascio* local. Esses episódios mostram, sem dúvidas, que havia antifascistas infiltrados no âmbito da *SIU*, mas é difícil com as fontes disponíveis poder apontar quem eram eles. Todavia, vale observar que três nomes novos (e que apareceram somente nessa lista) foram indicados para os cargos de dirigentes: Vitaliano Bitelli, Abramo Zini e Amadeo Natalio Furlan.

Quanto às eleições realizadas entre os anos de 1931 e 1937 (Quadros C14, C15, C16, C17, C18, C19 e C20), elas ocorreram com um número muito reduzido de votantes (média de 29) e, durante todo esse período, a *SIU* foi dirigida por determinados membros que se mantiveram na direção até o seu fechamento. São eles: Giuseppe Aufiero, Augusto Bignardi, Augusto Zenerin, Pietro Galeazzi, Caetano Mirabelli, Nicola Barbato, Giuseppe Palamone Lepre, Antonio Blundi, Affonso Lombardi, Oswaldo Negrini e Giovanni Masiero.



Portanto, os quadros analisados nos mostram que no período de 1921-1930 a participação dos sócios nas eleições teve um índice elevado, equivalendo à média de 72 votantes por pleito. Diferentemente ocorreu no período de 1931-1937, no qual houve uma redução considerável no número de votantes, passando à média de 29. Isso demonstra claramente que há uma diferença entre o número de votantes nos dois períodos, de cerca de 40%. Considera-se que tal fato está intrinsecamente ligado à penetração fascista na *SIU*<sup>93</sup>, que transcorreu em graus diferenciados nos anos de 1920 em relação aos de 1930<sup>94</sup>, como já haviam enfatizado Trento (1989) e Bertonha (1997; 1998b) em suas pesquisas sobre o fascismo no Brasil. Contudo, não podemos esquecer-nos da infiltração de antifascistas nas associações, como tudo indica, inclusive na *SIU*, entre os anos de 1921 e 1930, e suas tentativas frustradas de afastar os fascistas (TRENTO, 1989). Nesse sentido, é interessante destacar um trecho do artigo do antifascista Mário Mariani, publicado no jornal *La Difesa*, em 1930, o qual relatava:

Portanto, a palavra de ordem para todos os antifascistas do Brasil é uma: sair das sociedades ditas apolíticas em que são minorias; não contribuir mais, com as nossas mensalidades, para as comemorações realistas e fascistas; não dar mais nosso dinheiro para os consulados (*Apud* TRENTO, 1989, p. 363).<sup>95</sup>

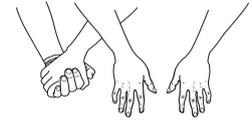
De modo que, consideramos que havia uma representação válida para o conjunto de membros da *SIU* nos dois períodos, 1921-1930 (em média: 140 sócios - 51% votantes) e 1931-1937 (em média: 116 sócios - 25% votantes). Note-se, entretanto, que é visível o decréscimo da porcentagem de votantes durante o segundo período, o qual é caracterizado pela predominância fascista. E a despeito da rotação dos cargos, constatamos que, assim como na *SIB*, era pequena. Ressalte-se que a limitada participação dos sócios nas Assembleias, de maneira geral já bem assinalada pela historiografia, por um lado, explica essa falta de rotatividade da diretoria, mas, por outro, testemunha que a maioria dos sócios pouco ligava para as gestões das associações e isso, inclusive, com os esforços que os dirigentes faziam para promover a italianidade. Na verdade, a maioria dos sócios estava mais interessada nos serviços que as associações ofereciam, ou seja, em termos materiais e de sociabilidade.

---

<sup>93</sup> Esse fato sugere que houve uma reação dos não fascistas e/ou daqueles que não se definiam ideologicamente como fascistas, mas somente como simpatizantes (BERTONHA, 1998b). E como tais, não desejavam se envolver em uma associação fascista.

<sup>94</sup> Esse ponto será mais amplamente desenvolvido ainda neste capítulo.

<sup>95</sup> Esse artigo pode ser encontrado, na íntegra, no exemplar do *La Difesa* (2/2/1930) depositado no AESP.

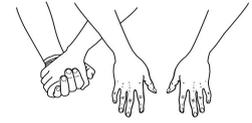


### 2.2.1.3 Anos de 1930: segundo Estatuto

Os anos 20, início da *SIU*, caracterizaram-se como um tempo produtivo tanto financeiramente como de prestígio para os membros dirigentes e também para a associação. Eles conseguiram cumprir sua meta principal, a saber, a construção da sede social. Também cumpriram outras metas mais gerais, tais como: a compra da mobília para a sede, um telefone, um piano, amplo espaço para jogos, uma diversificada biblioteca etc. Enfim, foram anos de grandes realizações. Além disso, é relevante destacar que as visitas das autoridades consulares foram tão frequentes no período do primeiro estatuto quanto no do segundo. Aliás, vale a pena notar a minúcia de um artigo publicado pela imprensa no ano de 1926, na ocasião da chegada do embaixador Barão Giulio Cesare Montagna:

**Embaixada Italiana**  
**A alma italiana vibrou em palpitações de júbilo à vinda do embaixador Sr.**  
**Barão Giulio Cesare Montagna.**

Consoante nossas últimas notícias, chegou ante-hontem a esta cidade, às 12:40 horas, o Sr. Giulio Cesare Montagna, embaixador da Itália junto ao governo brasileiro. Na gare da estação encontravam-se o Sr. Prefeito Municipal, os agentes consulares de outras colônias, representantes da imprensa local e grande número de membros da colônia italiana, que tendo à frente o Sr. **Felippe Mauro**, digno agente consular da Itália nesta cidade, receberam S. Excia., o Sr. Barão Cesare Montagna, que após ter sido apresentado às autoridades locais, foi conduzido ao Hotel Municipal. (...) Às 15:15 horas, dirigiram-se à Câmara Municipal onde foram recebidos gentilmente pelo Sr. Prefeito Municipal. Após esta visita foram levados à casa do Sr. **José Opice**, estimado proprietário de “A Mobiliadora”, onde beberam uma taça de fino “champagne”. Em seguida visitaram a Santa Casa de Misericórdia, patenteando a embaixada a sua admiração pela hygiene. (...) Seguindo, então, à fábrica pertencente ao **Dr. Gatto & Cia.**, de onde foram à residência clínica do Sr. **Dr. Aufiero Giuseppe**, especializado clínico da alta fama e renome. O Dr. Aufiero Giuseppe ofereceu-lhe uma taça de “champagne”, e allí permaneceram algumas horas, seguindo depois à Escola Italiana Regina Helena. Depois dirigiram-se à fábrica “Princesa d’Oeste”, bastante afamada e conhecida, de propriedade do Sr. **José Palamone Lepre**. Allí, fallou, em nome dos dirigentes da fábrica o representante do “Fanfulla”, diário italiano da capital, (...). Foram depois à casa do Sr. **Henrique Lupo**, do Sr. **Henrique Dall’Acqua** (...). Acompanharam o Sr. Barão Giulio Cesare Montagna, em automóveis, os Srs. **Felippe Mauro**, Dr. Aufiero Giuseppe, **Nicolau Barbato**, **Gaspar Abritta**, Luiz Raia, **Augusto Zenerin**, **Oswaldo Negrini**, Henrique Lupo, José Opice, **Bruno Opice**, **Henrique Somenzari**, **Pedro Galeazzi**, Henrique Dall’Acqua, **Carmelo Tenuta**, **José Ferrari**, Paschoal Papini, **Alexandre Zaranella**, **Paolo Alimonda**, Edmundo Lupo, José Palamone Lepre, **Francisco Palamone**, Bernardino Armento, Vicente Catanzaro, **Augusto Bignardi**, **Caetano Barbato** e muitos outros da colônia italiana, cujos nomes não nos vem todos a memória. Ao jantar íntimo realizado no Hotel Municipal, às 19 horas, teve a palavra o muitíssimo juiz de direito desta comarca o Sr. Dr. Eduardo de Oliveira Cruz, que espargiu o seu verbo adamantino elevando o mérito dos italianos, aplaudindo as suas iniciativas. Fallou em seguida o Sr. Dr. Emilio Fortes, talentoso advogado no foro desta comarca, actual promotor público interino (...). O Sr. Dr. Ramiro Garcia, comissário de polícia, representou



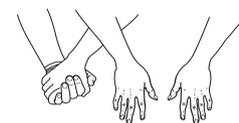
honrosamente o Sr. Prefeito Municipal. (...) Obs: Em nota o jornal corrige que o Prefeito Municipal estava presente no jantar (APHRT, Jornal “Gazeta do Povo”, Araraquara 10/02/1926).<sup>96</sup>

Na verdade, as visitas às colônias italianas localizadas no interior eram uma prática comum das autoridades diplomáticas italianas, com o propósito de fazer campanhas a favor do fascismo (TRENTO, 1989). Cervo (1992, p. 100) assinala que o embaixador Montagna, que frequentemente viajava para o interior de São Paulo, com o intuito de assegurar algum êxito para sua ação de propaganda, “procurou difundir o ‘grande conceito’ do fascismo, ligado à ordem, à eficiência, ao progresso, à solidariedade de classe, à coesão espiritual e moral”.

Retomando, a partir dos anos 30, a definição e execução dos objetivos sociais alteraram-se. A reformulação do estatuto social demonstra a preocupação por valores do grupo e princípios morais baseados, acima de tudo, num sentimento de italianidade e de amor à pátria distante. O segundo estatuto da *SIU* foi aprovado em junho de 1931. Agora bem mais ampliado, o mesmo trazia diversas modificações, entre elas: a extinção da categoria de sócio perpétuo, permanecendo apenas as outras, mas com algumas modificações; as taxas de admissão foram fixadas em vinte mil-réis e as mensalidades em cinco mil-réis; houve alteração no número de cargos dirigentes, como já adiantamos; as Assembleias Gerais ocorriam, agora, no primeiro sábado de janeiro, no segundo sábado de julho, no último sábado do mês de novembro e no segundo domingo de dezembro, desse modo, de cinco sessões por ano passou a ter apenas quatro; também ficou extinta a Assembleia de terceira convocação; a língua oficial permaneceria a italiana, mas em razão da autoridade local e com a terça parte do Conselho Diretor seria autorizado a fazer uso da língua portuguesa. Em compensação, aumentou a importância que o Conselho Diretor poderia reter para beneficência, que no primeiro estatuto era de vinte por cento, neste seria de vinte e cinco por cento. Quanto à duração da associação, esta seria ilimitada até que o número de sócios fundadores se reduzisse a seis componentes, sendo então extinta. Contudo, diferente do primeiro estatuto, o seu patrimônio passaria a ser de propriedade absoluta do Reino da Itália, o que demonstra declaradamente o seu forte vínculo com o governo italiano. Nessa fase, a associação já havia constituído um considerável patrimônio. É interessante destacar que esse estatuto só poderia ser modificado com a deliberação unânime da Assembleia Geral dos sócios, depois de ter

---

<sup>96</sup> Em grifo, todos os representantes da *SIU*.



obtido a “preventiva” (*SIU*, Livro de Atas, Artigo 57º, p. 196) aprovação do governo da Itália representado pelo Cônsul responsável pela zona de Araraquara.

O que chama a atenção nesse período é o reduzido número de sócios que participavam das Assembleias, em relação ao período anterior, que tinha uma média de participação em torno de 65 sócios. Para se dar uma ideia, em 1937, de acordo com Pisani (1937, p. 479), os italianos residentes no município de Araraquara giravam em torno de oito mil e seus filhos em aproximadamente treze mil, o que mostra uma diferença extremamente grande em relação ao mesmo ano no Quadro abaixo.

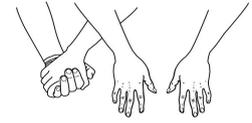
**Quadro 2.2: Participação dos sócios nas Assembleias, 1931-1937**

Mês/Ano	Nº Sócios	Mês/Ano	Nº Sócios
Janeiro/1931	46	Fevereiro/1934	26
Junho/1931	46	Novembro/1934	23
Julho/1931	23	Dezembro/1934	40
Outubro/1931	19	Fevereiro/1935	16
Dezembro/1931	34	Novembro/1935	20
Janeiro/1932	27	Dezembro/1935	21
Dezembro/1932	25	Fevereiro/1936	21
Dezembro/1932	27	Novembro/1936	17
Janeiro/1933	22	Dezembro/1936	26
Novembro/1933	20	Janeiro/1937	22
Dezembro/1933	30	Dezembro/1937	23

Fonte: *SIU*, Livro de Atas, diversas páginas.

De fato, o declínio nas participações dos sócios é inegável. Pode-se supor, entretanto, que uma das causas desses decréscimos possa ser fruto de uma geração de sócios que começou a envelhecer, adoecer e/ou falecer. As outras podem estar relacionadas à provável expulsão de elementos não desejáveis no âmbito da associação, os quais, como vimos quando tratamos das eleições, mesmo não compartilhando das ideias fascistas, frequentavam a associação (suspeita-se também da infiltração de antifascistas); e/ou ao afastamento dos sócios que consideravam a *SIU* não como um instrumento de difusão das ideias fascistas, já que as Assembleias eram repletas de retórica nacionalista, mas funcionalmente como um espaço de sociabilidade entre os italianos; e/ou a falta de interesse de ingresso de novos sócios, já que, como vimos, o número de italianos e descendentes no município era substancial. Outra possibilidade, tal qual sugerimos no caso da redução de votantes nas eleições, é o não envolvimento com uma associação fascista.

Todavia, a redução de sócios nas reuniões das Assembleias já era consequência da diminuição no quadro social. Nesse sentido, vale a pena notar que há um paradoxo entre o



que estava ocorrendo no seio da *SIU* e a grande virada fascista dos anos 30. Como bem assinala Trento (1989, pp. 338-339), “no seio da coletividade italiana, os anos 30 representaram uma reviravolta na popularidade do regime (...) os anos 30 infundiram nos italianos um maior orgulho pelas realizações internas e êxitos internacionais da mãe-pátria”. Uma compreensão que parece plausível pode estar ancorada ao modo como Araújo (2003) amplia o conceito de “fascismo difuso”, criado por Bertonha (1998b) para definir o grau de adesão ao regime fascista e medir a eficácia de sua propaganda em solo paulistano, abrindo espaço para a etnicidade. Na verdade, ele relaciona o “fascismo difuso” a sentimentos étnicos. Segundo Araújo (2003),

A positividade conferida pela imagem internacional da Itália nada tinha a ver com a complexa conversão ideológica ao fascismo<sup>97</sup>, sendo encarada como trunfo no jogo simbólico dentro de uma sociedade multiétnica como a paulistana (...). O fascismo difuso emergiria a partir da positividade que essa imagem concederia ao migrante em seu relacionamento societário cotidiano num ambiente social onde ser étnico era uma característica importante. (...) O fascismo difuso no Brasil (...) foi um fenômeno gerador de muito sentido no seio do grupo migrante em suas relações sociais no interior da sociedade receptora, mas que quase nenhum sentido gerou quando pensamos numa ligação mais orgânica com o regime fascista e até mesmo com a própria Itália. Afirmamos que esse tipo peculiar de filiação tinha muito mais elementos étnicos do que ideológicos para o grupo migrante, visto que essa adesão o transformava, pela primeira vez na sua trajetória, numa comunidade imaginada baseada no sentimento de pertença e que, por sua vez, alicerçava-se numa origem comum aos indivíduos que a compunham (ARAÚJO, 2003, pp. 241-243).

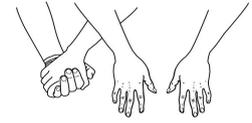
De fato, apesar do fascismo ter dado uma conotação ideológica à construção de uma identidade nacional (TRENTO, 2003, 152),<sup>98</sup> concordamos com Araújo que, para o imigrante, o “fascismo difuso” era mais dotado de elementos étnicos do que ideológicos, visto que, como ele mesmo notou (ARAÚJO, 2003, p. 242), no Brasil da década de 30, “a assimilação assumia características especiais, posto que o governo brasileiro entendia esse processo como saudável para uma jovem nação que forjava seu *espírito nacional*”.

As autoridades brasileiras começavam a ver com muito bons olhos o relacionamento com grupos de ‘origens étnicas’ fundadas em nações que se apresentavam como vanguardas da modernidade e pilares da civilização ocidental, já que para essas autoridades, a assimilação seria a maneira de o povo brasileiro incorporar as ‘qualidades’ morais e culturais dos grupos estrangeiros fixados no território (ARAÚJO, 2003, p. 242).

Retomando, a diminuição do quadro social começou a refletir economicamente, pois na Assembleia de janeiro de 1933, o tesoureiro apresentou o balanço anual com um alto

<sup>97</sup> Convém assinalar que Bertonha (1998b) entende que não houve uma conversão ideológica total dos imigrantes italianos ao fascismo, relativizando-a a uma simpatia ao regime.

<sup>98</sup> Note-se, contudo, que ele não alcançou o objetivo de doutrinar ideologicamente os italianos no Brasil (TRENTO, 1992b, p. 251).

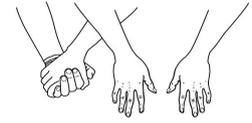


débito que precisaria ser saldado. Diversas propostas foram apresentadas para tentar solucionar o problema, entre elas, foi aprovada a do Sr. Rômulo Lupo, que tinha como objetivo a admissão de sócios numa nova modalidade, a de *frequentadores*. Esta proposta, além de abrir espaço para indivíduos de outras nacionalidades, contava com uma contribuição mensal de cinco mil-réis. Era imprescindível, contudo, que o candidato a sócio nutrisse um sentimento de simpatia pela Itália. Assim, foi estabelecida uma norma geral para tais sócios, cujo conteúdo incluía, por exemplo, que eles não poderiam votar e nem serem votados, assim como era expressamente proibido fazer propaganda ou discutir política na sede social. Os sócios *frequentadores* também deveriam permanecer completamente alheios à direção da *Società*, de forma que esta pudesse manter sempre intactos os princípios de italianidade. Além da aprovação da modalidade de sócios *frequentadores* foi proposta a readmissão dos sócios acometidos por doença ou falta de trabalho, os quais poderiam começar a pagar a partir do mês de janeiro. E ainda para dar um bom resultado, o Conselho propôs a formação de uma comissão para fazer propaganda entre os italianos de Araraquara.

Na Assembleia Geral de novembro deste mesmo ano, o Presidente se congratulou com os componentes do Conselho por terem obtido melhores condições financeiras e, do mesmo modo, liquidado o débito da associação (não está registrado, mas suspeitamos que essa melhora nas finanças tenha ocorrido devido às frequentes subscrições entre os sócios e não por um aumento substancial no quadro social). Nos anos posteriores, a associação conseguiu manter um saldo positivo, mesmo com um número de sócios sempre limitado, conforme informou Luigi Selleri, quando presidiu a Assembleia em fevereiro de 1936. De fato, a questão dos sócios ainda se constituía um problema. Nessa mesma Assembleia, o sócio, Dr. Granata, manifestou o desejo de reunir o maior número de afiliados em Assembleia Extraordinária, para saber deles os meses mais oportunos para frequentar a *SIU*, a fim de desenvolver maior propaganda de italianidade. A resposta dos Conselheiros foi a seguinte:

O Conselho já se ocupou com essa questão e, a saber, não é nova e nem de fácil atuação, pelo contrário. Para seu conhecimento, já foi deliberado pelo Conselho conceder a permissão para frequentar a *Società* diversos ex-sócios que não podiam mais pagar as respectivas mensalidades e iniciar uma nova campanha dos sócios abolindo a taxa de admissão até 30 de janeiro próximo, para facilitar a entrada. Todavia, o que se viu foi uma apatia total da colônia local (*SIU*, Livro de Atas, p. 232).

De qualquer forma, para elevar-se diante da colônia italiana, a *SIU* se utilizou da funcionalidade da beneficência, inaugurando em sua sede um consultório com atendimento médico gratuito aos mais carentes.



### Consultório médico gratuito da Società Italiani Uniti

Communica-nos a Directoria da Sociedade Italiana, que se acha funcionando o seu ‘Ambulatório Médico Gratuito’, e que nos diversos dias da semana, e das 14 às 15 horas, se acham de plantão os seguintes médicos: 2ª feira, dr. G. Aufiero; 3ª feira, dr. R. Mauro; 4ª feira, dr. G. Granata; 5ª feira, dr. F.L. Lombardi, (pediatra); 6ª feira, dr. A. Cariani e sabbado, dr. Aufiero Sobrinho (APHRT, Jornal “O Diário”, Araraquara, 29/02/1932).

Infelizmente as Atas não registram se houve ou não resultado positivo para *SIU*.

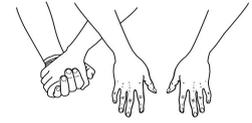
Nesse período do segundo estatuto, as questões norteadoras das reuniões se pautavam em ressaltar o sentimento de italianidade, que fervilhava nas comemorações de datas históricas italianas, como vimos, e nas recepções às autoridades consulares e aos membros do *Fascio*. Nos registros das Atas deste período, parece que há a necessidade de mostrar, por um lado, que a *SIU* era o *Fascio* e, por outro, que o *Fascio* era a *SIU*. Os trechos a seguir, extraídos respectivamente das Assembleias dos meses de fevereiro de 1934 e de 1935, nos permite entender, com mais clareza, os laços que a *SIU* mantinha com o *Fascio*:

A *Società* e o *Fascio*, que vivem na mais completa harmonia, têm feito todo o possível para dar uma agradável hospitalidade aos seus ilustres visitantes. (...) Em todas as ocasiões a *Società* fez o possível para continuar a tradição patriótica desta colônia, seja com a abertura de toda a sua sede, que recebe com fraternal apreço todos aqueles que sentem e pensam italianamente, ou com a propaganda de leitura em jornais e folhetos patrióticos e com a difusão da biblioteca circulante, oportunamente organizada pelo *Fascio*, que serve também para os sócios da *Società*. Dessa forma, queremos manter sempre viva a paixão pela italianidade (*SIU*, Livro de Atas, p. 213-215).

-----

Na medida das nossas forças, e sempre de acordo com o *Fascio* local, foi comemorada a data histórica da nossa Pátria, com conferência e entretenimento, que despertaram um vivo entusiasmo na grande quantidade dos conacionais que estavam presentes, e também simpatia da parte das autoridades e convidados brasileiros (...) Para festejar o 28 de outubro, data da Marcha sobre Roma, o *Fascio* e a nossa *Società* organizaram um entretenimento para honrar o nosso Cônsul Vecchiotti, com gentil pensamento mandado pelo comissário Salvatore Pisani, que fez brilhante dissertação sobre a data que deu início à Era Fascista (...) A nossa sede, que é também a do *Fascio*, constitui verdadeiramente a casa dos italianos e, seja na biblioteca, nas revistas e jornais, no esporte ou seja pelo desejo de viver em ambiente italiano, a nossa sede, geralmente, é frequentada por um bom número de conacionais e amigos que vêm provar da nossa retidão e vontade de fazer o bem (*SIU*, Livro de Atas, p. 220-222).

Sem sombra de dúvida, no período que compreende o segundo estatuto, o objetivo fundamental da *SIU* era o de utilizar as suas funções, baseada na ótica do nacionalismo e da italianidade, visando obter um consenso da colônia italiana residente, com o intuito de inculcar a ideologia fascista. No entanto, mesmo que as afirmações a seguir sejam

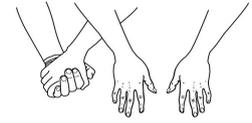


somente conjecturas plausíveis e não verdades demonstráveis, devido à falta de elementos para validá-las, acredita-se que a ideologia conscientemente defendida pelos seus dirigentes, estava longe de ser aceita pela maioria dos sócios e pela grande parte da colônia italiana residente. Isso, claro, porque entendemos, assim como Bertanha (1998b), que o consenso ao fascismo, tanto em Araraquara como em Catanduva, não teve uma implicação realmente ideológica.

#### **2.2.1.4 Terceiro Estatuto (1938-1941)**

A partir dos anos 30, percebe-se, portanto, que há uma ênfase muito maior nas questões que relacionavam a *SIU* ao *Fascio*. Concomitante a isso, o regime fascista aprofunda suas tendências imperialistas e totalitárias e reforça a ideia de um verdadeiro “Império italiano” no mundo (BERTONHA, 1997, p.111). Do lado brasileiro, a Revolução de 30 levou ao poder novos atores, sob o comando de Getúlio Dornelles Vargas. A política no Brasil toma outros rumos: moralização da vida pública, expansão das atividades urbanas, ampliação da economia assalariada, expansão das indústrias, reforço da segurança nacional (CERVO, 1992). A proposta brasileira para esse período “comportava uma dose elevada de nacionalismo”. E o confronto dos nacionalismos se agravaria ao longo desta década. Assim, “a italianidade deveria ser devorada pela brasilidade, esta era a proposta brasileira, inaceitável obviamente pelo lado oposto” (CERVO, 1992, p. 142).

O terceiro e último estatuto da *SIU* foi aprovado em Assembleia Extraordinária realizada no dia 8 de outubro de 1938. O estatuto anterior precisou ser reformulado e regularizado para obedecer ao Decreto-Lei de 18 de abril de 1938 publicado oficialmente pelo governo brasileiro (*SIU*, Livro de Atas, p. 251), o qual será explicitado mais adiante. Bem mais reduzido, o novo estatuto continha apenas 42 artigos, entre eles: o objetivo da *SIU* seria o de proporcionar aos cidadãos italianos, residentes em Araraquara, e que dela fizessem parte, recreio, instrução e assistência. Aqui vale a pena lembrar os objetivos dos dois primeiros estatutos. No primeiro (1921), o objetivo da associação era a união, a instrução, a educação moral e a beneficência entre os italianos. A *SIU* também se propunha a atuar entre a colônia italiana com formas de cooperação e com todas as instituições que pudessem manter o desenvolvimento do sentimento de italianidade e o espírito de fraternidade entre os conacionais. Por sua vez, no segundo estatuto (1931), seu objetivo era o de manter a coesão entre todos os componentes da colônia italiana; a difusão da língua e da cultura italiana; e



prover formas assistenciais de beneficência. Nota-se, portanto, claramente, como já tivemos a oportunidade de enfatizar, que eles vão se adequando *tanto à dinâmica interna do grupo, como para atender às mudanças de conjunturas do Brasil e do regime fascista.*

Prosseguindo, os cargos do Conselho Diretor agora tinham duração de dois anos; as reuniões seriam realizadas uma vez por ano, na primeira quinzena de janeiro; houve redução na administração, que passou a ser constituída por dez membros: um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário, um administrador, três conselheiros efetivos e dois substitutos; eram considerados sócios apenas os cidadãos italianos; a sociedade teria existência ilimitada, todavia, se o número de sócios fosse inferior a sete, os sócios remanescentes teriam a faculdade de dissolver a associação. Neste caso, o patrimônio seria doado ao Hospital *Umberto I* de São Paulo. Contudo, se ele não mais existisse, tal patrimônio se destinaria a um instituto de beneficência que, na ocasião, seria indicado pelos sócios remanescentes.<sup>99</sup>

Ocorre que com a publicação do Decreto-Lei n. 383, que vedava aos estrangeiros a atividade política no Brasil, as associações sofreram uma série de imposições por parte do governo brasileiro. Ressalte-se que, para nós, esse é o segundo momento em que a italianidade é colocada à prova.<sup>100</sup> Nele, são atingidos não os italianos em geral, como ocorreu no primeiro, mas as instituições que constroem, defendem e fortalecem a italianidade.

Art. 1º - Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país. (...)

Art. 2º - É-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem (...)

Art. 3º - É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica (...)

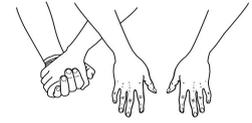
Art. 4º - As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

Art. 5º - Das entidades a que se refere o Art. 3º não podem, no entanto, fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros.

Art. 6º - As entidades referidas nos arts. 3º e 4º não poderão funcionar sem licença especial e registro concedido pelo Ministério da Justiça e Negócios, na forma do decreto-lei n. 59, de 11 de dezembro de 1937, e do regulamento aprovado pelo

<sup>99</sup> Note-se que, no primeiro estatuto, o patrimônio da *SIU* seria doado em benefício de uma obra italiana e, no segundo, ele passaria a ser de propriedade absoluta do governo da Itália.

<sup>100</sup> O primeiro, que será devidamente registrado no terceiro Capítulo, ocorreu com a questão das naturalizações em decorrência da promulgação da Constituição Republicana de 1891.



decreto n. 2229, de 30 de dezembro de 1937, cujas disposições lhes são aplicáveis.  
(...)

Art. 8º - O Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar a interdição das sedes e de todos os locais em que exerçam as atividades que ficam vetadas por esta lei (...) (AESP, COLEÇÃO DAS LEIS DE 1938. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1938, vol. II. pp. 53-54).

Dias depois da publicação do decreto, precisamente em 26 de abril, em correspondência à Embaixada Italiana no Rio de Janeiro, o *Ministro degli Affari Esteri* (Ministro das Relações Exteriores) comunicava que a “posição da coletividade [deveria] continuar, por enquanto, como sempre foi, ou seja, selando um espírito de leal colaboração e evitando campanhas e reações que [provocassem] contrareações e contracampanhas da parte daqueles que [tinham] o comando da situação” (ASMAE, *Inventario della serie affari politici, 1931-1945, Busta 5*). Já em setembro, parte da mensagem de Luigi Lojacono, da Embaixada Italiana do Rio de Janeiro, enviada a Roma, continha a seguinte frase: “É como transformar um quadrado em um círculo, porque cada instituição que continua italiana não pode acolher os filhos dos imigrantes e se torna-se brasileira não pode garantir a italianidade” (ASMAE, *Inventario della serie affari politici, 1931-1945, Busta 4*).

Na verdade, as autoridades italianas insistiam para que a coletividade evitasse qualquer tipo de atrito na expectativa de que tudo fosse resolvido, pois, em último caso, “era preferível que se procedesse ao fechamento das instituições do que aceitar a nacionalização de suas atividades” (ASMAE, correspondência de Galeazzo Ciano para Embaixada Italiana do Rio de Janeiro, 21/5/1938, *Inventario della serie affari politici, 1931-1945, Busta 5*).

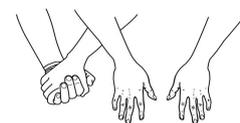
Note-se, porém, que, segundo Trento,

muitas Associações Dopolavoro<sup>101</sup>, entre as quais a de São Paulo, optaram por se nacionalizar, mantendo as características, o tipo e o nível de atividade precedente, e até o acrônimo – OND – que, agora, passava a significar Organização Nacional Desportiva, com ênfase, até no nome, da cultura física. A partir de então, a ex-Opera Nazionale Dopolavoro foi dirigida por um conselho de vinte membros eleitos pela assembleia dos sócios, mas, como lamentavam os órgãos de segurança, ‘não há um único brasileiro da velha raça e os que continuam à frente dessa Organização vieram todos do Dopolavoro’ (TRENTO, 2010, p. 265).

É óbvio, como enfatiza Trento (1989, p. 292), “que a medida teve o efeito de obrigar algumas sociedades a se tornarem brasileiras, mas a opção que prevaleceu foi a da italianidade”. Seja como for, o fato é que as cláusulas discriminatórias foram incluídas no estatuto da *SIU* em Assembleia Extraordinária de setembro de 1939; o Artigo 45º ficou com a seguinte redação: “Fica expressamente proibida a admissão de brasileiros natos ou

---

<sup>101</sup> Sobre ela, veremos rapidamente mais à frente.



naturalizados, ainda que filhos de estrangeiros, em qualquer categoria do quadro social” (*SIU*, Livro de Atas, p. 260). Em realidade, de acordo com Perazzo (1999, p. 42), “as leis nacionalizadoras complementavam o projeto nacionalista de Getúlio Vargas na medida em que estavam incumbidas de restringir as atividades estrangeiras consideradas nocivas à constituição da brasilidade”. Assim, a *SIU* teve suas atividades encerradas. Sua última Ata de convocação foi realizada, legalmente de acordo com os estatutos, no dia 8 de novembro de 1941. Ela só foi assinada pelo secretário Augusto Zenerin (*SIU*, Livro de Atas, p. 275).<sup>102</sup>

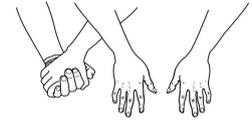
De modo geral, é claro que com o fechamento das instituições italianas, como escolas e associações, e a proibição do uso público da língua, os representantes das colônias não poderiam mais contar com as funções essenciais de construir, defender e fortalecer a italianidade no seio da colônia italiana. Como se não bastasse, logo depois que o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo - Itália, Alemanha e Japão, em 1942, diversos navios mercantes brasileiros foram bombardeados pela marinha alemã. Declarava-se, então, a guerra contra os países do eixo. Esse, em nosso entender, foi o terceiro momento em que a italianidade foi colocada à prova, mas como bem observa Constantino (2000, p. 76), ela “não era mais funcional, tornava-se até perigosa”. Portanto, qualquer tentativa de conferir profundidade histórica à nacionalidade, por meio da italianidade, enfrentava obstáculos inultrapassáveis.

Além disso, estabelecido o estado de guerra contra os países do Eixo, Vargas determinou, por meio de decretos, o confisco dos bens pertencentes aos seus inimigos em potencial - italianos, alemães e japoneses -, para servir como indenização aos atos de agressão praticados pelos países em guerra contra o Brasil.<sup>103</sup> Como consequência, a *SIU* teve seus bens bloqueados e sequestrados. Seu patrimônio social, um prédio no centro da cidade, como já comentado, estimado em trezentos mil cruzeiros, foi doado para Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, em 26 de julho de 1946, depois de repetidas tentativas judiciais para não o perder.

Aos vinte e seis de julho de mil novecentos e quarenta e seis (...) por Decisão de 19 de novembro de 1943, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores usando da faculdade conferida pelo Artigo 8º do Decreto-lei nº 383 de 18 de abril de 1938, declarou dissolvida e extinta para todos os efeitos, a *Società Italiani Uniti* (...)

<sup>102</sup> Segundo Trento (1989), em consequência das leis promulgadas pelo governo brasileiro, todas as organizações do PNF no Brasil cessaram suas atividades.

<sup>103</sup> Decreto-Lei n. 4.166, de 11 de março de 1942: “Art. 1º - Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália” (AESP, COLEÇÃO DAS LEIS DE 1942. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1942, vol. II. p. 323).



Confere ao Dr. Syrtes de Lorenzo (...) poderes para promover no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Cartório da Comarca de Araraquara o cancelamento da inscrição referente a *Società Italiani Uniti*, da mesma cidade, podendo ainda promover a lavratura da escritura de transferência do patrimônio social em favor da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara (...) (*SIU*, Livro de Atas, p. 270 e 274).

Já de posse da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, seu prédio foi vendido para o *Clube 22 de Agosto*. De acordo com as anotações de José Ferrari Secondo (*SIU*, Livro de Atas, p. 9), “os maiores representantes da *SIU* foram ludibriados pelas autoridades brasileiras e italianas, além de colocar a colônia em situação de desprestígio”. Não sabemos, ao certo, o que Secondo quis dizer com essa frase, mas tudo indica que eles foram mal orientados pelos advogados brasileiros e abandonados pelas autoridades italianas. Também corre um boato na cidade de que o prédio social foi perdido por força dos interesses políticos locais.

Retomando, em Araraquara, assim como em todo país, o estado de beligerância promoveu manifestações de violência contra os “súditos do Eixo”. Um exemplo disso pode ser visto, com clareza, na entrevista realizada com a Sra. Liliana Aufiero Lupo, filha de Giuseppe Aufiero Sobrinho, cuja participação na *SIU* se estende de 1929 (ano de sua chegada ao Brasil) até seu fechamento, que relatou:

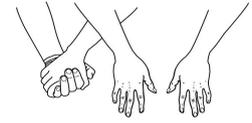
durante um tempo meu pai foi perseguido (...) Muitas vezes, pessoas ressentidas com os italianos mexeram no carro dele: tiravam o carburador, riscavam, quebravam lanternas etc. (...) Ele teve até que mudar seu primeiro nome – de Giuseppe para José. Meu pai se tornou brasileiro por lei<sup>104</sup>, como ele mesmo dizia, porque a situação estava insuportável para quem era italiano. Então, premido por isso, ele usou as condições de lei, porque era casado com uma brasileira, apesar de ela ser filha de italianos (entrevista, 2007).

A expressão - “meu pai se tornou brasileiro por lei” -, usada pela nossa entrevistada, causa um impacto muito forte de ligação com a “comunidade imaginada” e, ao mesmo tempo, exprime uma negação ao processo de assimilação à sociedade brasileira. Acredita-se que Giuseppe Aufiero Sobrinho somente se naturalizou para salvar os seus bens. De fato, segundo Trento (1989), com a lei do confisco dos bens houve uma maior tendência, por parte dos estrangeiros, à naturalização.

A Sra. Liliana nos informou que suspeitava que seu tio-avô, Giuseppe Aufiero, não havia se naturalizado. Essa suspeita pode ser possível, pois conforme o requerimento abaixo descrito, solicitação de um salvo-conduto encaminhado ao Delegado Especializado de

---

<sup>104</sup> Geralmente, a tradução do primeiro nome ocorria no ato da naturalização. (AESP, Decreto-lei n. 5.101, de 17 de dezembro de 1942. *In*: COLEÇÃO DAS LEIS DE 1942. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1942, vol. II).



Ordem e Política e Social de São Paulo, em 1943, constava que Aufiero era natural da Itália. Curiosamente, e certamente por questões de sobrevivência, neste pedido de salvo-conduto Aufiero omite que tenha praticado atividades fascistas ou qualquer outra de caráter político.

Encaminho a V. S. o incluso requerimento em que o Dr. Giuseppe Aufiero, natural da Itália, nascido em 12 de outubro de 1880, viúvo, filho de Giuseppe Aufiero e de D. Colomba de Joana, médico, residente nesta cidade, à Avenida José Bonifácio n.612, há mais de 30 anos, pede que sejam certificados os seus antecedentes político-sociais. O Dr. Giuseppe Aufiero, pessoa idônea e aqui radicada, não registra, nesta Delegacia, antecedentes político-sociais contrários ao regime vigente, nem favorável a qualquer ideologia estrangeira (AESP, Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social<sup>105</sup>, prontuário n° 48.403).

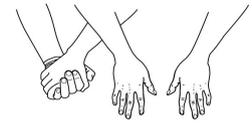
Em resposta, o Serviço de Salvo-Conduto respondeu:

Em 12 de junho de 1943, o Sr. Delegado Regional de Araraquara informou que o mesmo [Giuseppe Aufiero] não registra antecedentes. No entanto, nome idêntico, acha-se fichado neste Serviço como “fascista” de Araraquara (AESP, Acervo do DEOPS, prontuário n°48.403).

De acordo com os dados obtidos por Viviane Terezinha dos Santos (2001), em sua influente obra, as alegações por parte dos italianos envolvidos com o fascismo, geralmente, eram as mesmas: eles negavam ter ligação com qualquer elemento fascista. Para finalizar, há fortes indícios de que alguns membros da *SIU* retomaram suas atividades entre os anos de 1951 a 1962, reunindo-se, porém, em lugares cedidos por amigos ou nas próprias casas (*SIU*, Livro de Atas, pp. 246-249 e 280-283).

---

<sup>105</sup> Doravante DEOPS.

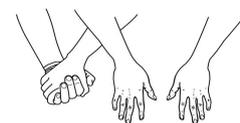


## 2.3 Società Italiana di Mutuo Soccorso “Gabriele d’Annunzio”



Figura 2.4: Prédio social da *Società Italiana di Mutuo Soccorso “Gabriele d’Annunzio”*, Catanduva, s/data.  
Fonte: Sociedade Ítalo-Brasileira Gabriele D’Annunzio, Catanduva.

Como visto, os imigrantes italianos estão ligados à história de Catanduva desde os primórdios de sua formação no final do século XIX, participando indistintamente de seu desenvolvimento. Isto é, seu modo de inserção na sociedade catanduvense era inerente ao



padrão de relações que eles construíram juntamente com os demais habitantes. Logo, foi nesse contexto que nasceu a *SIMS”Gd’A”*. Como estampado em seu nome, ela era caracterizada como uma associação de socorro mútuo; sua fundação ocorreu no dia 22 de fevereiro de 1920, poucos dias depois da instalação solene da comarca da cidade (07/02/1920). Ou seja, ela nasceu num espaço urbano ainda embrionário e, diferentemente da *SIU*, sua criação não partiu da pacificação de antigas divergências. Contudo, semelhante à *SIU*, a *SIMS”Gd’A”* era partilhada pelo fascismo e permeada pela maçonaria. A diferença, porém, é que ela só começou a partilhar efetivamente o seu espaço quando foi transformada em *Casa d’Italia*<sup>106</sup>, em 1937.

A *SIMS”Gd’A”* possuiu somente um estatuto, que foi aprovado no dia 13 de maio de 1920, até a sua transformação em *Cd’I*. Cabe dizer que não sabemos ao certo quem foram os seus fundadores, pois os dados colhidos na *Sociedade Ítalo- Brasileira Gabriele d’Annunzio* (Catanduva)<sup>107</sup> não coincidem com a documentação coligida.<sup>108</sup>

Ela tinha como objetivo o socorro mútuo entre os associados, a união, a fraternidade, a instrução e a educação moral. Ademais, ela deveria conservar-se alheia a qualquer questão política. A sua administração era composta por vinte e dois membros, como visto, e, não na mesma proporção que a *SIU*, alguns deles assumiram cargos na direção continuamente até a sua interrupção, em 1942 (*SIBGd’A*, Livro de Estatutos da *SIMS”Gd’A”*, 1920). De maneira geral, os sócios que a representavam eram pessoas ilustres e bem sucedidas financeiramente. Eles se destacavam, principalmente, nas atividades profissionais de fazendeiros, industriais, comerciantes e médicos.

Para ser admitido como sócio, o estatuto prescrevia que o proponente não poderia ter menos de dezessete anos e não mais de cinquenta. Além disso, requeria-se a apresentação feita por dois sócios em pleno gozo dos seus direitos. Depois de aceita a admissão do novo sócio, o secretário preenchia um “Certificado de Admissão”, conforme pode ser visualizado:

---

<sup>106</sup> Doravante *Cd’I*.

<sup>107</sup> Doravante *SIBGd’A*.

<sup>108</sup> Ressalte-se que o Livro de Atas das Assembleias, de que dispomos, inicia no ano de 1926 e o das Atas da Diretoria em 1931.

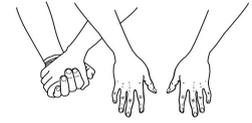
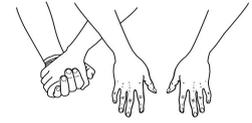


Figura 2.5: Livro do Estatuto da SIMS "Gd'A", Catanduva, 1920.  
Fonte: Sociedade Ítalo-Brasileira Gabriele d'Annunzio, Catanduva

Os sócios, por sua vez, eram divididos em sete categorias: 1<sup>a</sup>) *fundadores* eram aqueles que promoveram a fundação da associação; 2<sup>a</sup>) *efetivos* eram todos os sócios que contribuíssem com uma cota de entrada de dez mil-réis e uma mensalidade de três mil-réis; 3<sup>a</sup>) *auxiliares* eram todos os sócios que doassem cinquenta mil-réis; 4<sup>a</sup>) *protetores* eram todos os sócios que doassem cem mil-réis; 5<sup>a</sup>) *perpétuos* eram todos os sócios que doassem duzentos mil-réis; 6<sup>a</sup>) *benemérito* e 7<sup>a</sup>) *honorário* eram todos aqueles, de qualquer nacionalidade, que, pelos grandes serviços prestados e atitudes generosas, fossem dignos destes títulos. Nas Assembleias, porém, os sócios *auxiliares*, *perpétuos*, *protetores*, *beneméritos* e *honorários* somente teriam direito ao voto do conselho. Caso eles quisessem fazer parte ativa de toda a vida social e administrativa, deveriam contribuir com a cota mensal estipulada e ser proposto como sócio *efetivo*, mas esse era um privilégio apenas para os oriundos da Itália (SIBGd'A, Livro do Estatuto da SIMSGd'A, 1920). Contudo, não sabemos quantos sócios compuseram o quadro social da SIMS "Gd'A" durante a sua trajetória, mas informações disponíveis nas Atas dão a entender que ela tinha o mesmo porte da SIU.

A renda da SIMS "Gd'A" era oriunda das taxas de admissão pagas por ocasião das matrículas, das mensalidades, das quermesses e das constantes subscrições dos sócios. Além disso, para aumentar seu fluxo de caixa, ela organizava uma sessão denominada "Seção Baile", na qual podiam ser sócios pessoas de qualquer nacionalidade, mediante o pagamento



da mensalidade. Todavia, essa categoria não dava o direito ao associado de participar da vida administrativa da associação. De mais a mais, a idéia era bem original e lucrativa. Consta que essa seção ficou suspensa durante algum tempo e foi reorganizada em 1934.

#### **Sociedade Italiana M. S. “Gabriele D’Annunzio”**

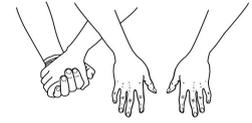
A comissão da Seção Baile da Sociedade Italiana M. S. “Gabriele D’Annunzio”, desta cidade, avisa aos Srs. associados que o baile inaugural realizar-se-á no dia 4 do mez vindouro, nos salões da mesma Sociedade e que será abrilhantado pelo optimo *Jazz-Band* São Paulo sob a regência do maestro Sr. Osório Ferreira de Oliveira. Aos sócios servirá de ingresso o recibo do mez de agosto e, aos convidados, é indispensável a apresentação do convite especial. A comissão já está fazendo a distribuição dos convites, reinando grande interesse nas rodas dos amantes da arte choreographica pelas próximas reuniões da sympathica Sociedade (MPA, Jornal “A Cidade”, Catanduva, 5/08/1934).

Já em 1935, foi criada a “Seção Recreativa”, com os mesmos pré-requisitos da “Seção Baile”. Esta, porém, destinava-se à música, dança e teatro. Ressalte-se que a *SIU* somente abriu espaço para as pessoas de outras nacionalidades na ocasião em que seu quadro de sócios estava bem limitado e suas finanças começaram a ficar abaladas, como já tivemos oportunidade de mostrar. O que demonstra que, para *SIMS”Gd’A”*, além de questões financeiras, ela também estava ligada à efetivação de uma representatividade não apenas da colônia italiana, mas do público local.

Quanto ao socorro mútuo, o seu estatuto determinava que a associação deveria amparar todos os associados em casos de doenças, seja moral ou materialmente. Ela também poderia fazer obras beneficentes e estender às pessoas estrangeiras, contudo, apenas quando se tratasse de casos excepcionais de extrema necessidade (*SIBGd’A*, Livro de Estatutos da *SIMS”Gd’A”*, 1920). Assim como a *SIU*, além dessas funcionalidades, para construir, defender e fortalecer a italianidade no seio da colônia italiana, ela mantinha uma biblioteca e uma escola de ensino da língua italiana em sua sede e comemorava todas as datas nacionais, com discursos e bailes.

Como já tivermos a oportunidade de comentar, existe uma diferença entre os anos de 1920 em relação aos anos de 1930, quando se trata da penetração do regime fascista nas associações italianas. De fato, as Atas da *SIMS”Gd’A”* mostram que ela foi aos poucos modificando o conteúdo de suas reuniões e, especialmente, a partir do final dos anos 20, nota-se um discurso totalmente voltado às grandes conquistas e vitórias obtidas pelo regime de Mussolini.

Contudo, enquanto a *SIU* era um espaço partilhado, ou seja, além da beneficência, a sua sede tinha outras funções, a *SIMS”Gd’A”*, até a sua transformação em



*Cd'I*, como já adiantamos, funcionava especificamente como socorro mútuo e espaço de sociabilidade. Mas isso, claro, não eximia a qualidade de fascistas de alguns membros que a dirigiam. Percebe-se, porém, que, durante um bom tempo, os associados tiveram certa resistência em aglutinar no mesmo espaço sociabilidade e orientações políticas. Na reunião da diretoria do dia 27 de janeiro de 1927, por exemplo, o sócio Alcimondonte Bonfigli pediu a palavra e disse: “quero a minha demissão do quadro social, porque não desejo mais continuar como sócio e o motivo é o seguinte: aqui se trata somente de um partido fascista” (*SIMS”Gd’A”*, Livro de Atas da Diretoria, p. 33v). Ou seja, parece que o espaço de sociabilidade estava sendo substituído por um espaço de posições ideológicas.

A esse respeito, vale a pena notar que a postura de Bonfigli também se refletia no posicionamento tomado pelos demais sócios. Isso ficou perceptível, quando ocorreu a proposta de união da associação com o *Fascio* local, *Michele Bianchi*, na Assembleia de agosto de 1931, apresentada pelo Sr. Aristides Muscari,<sup>109</sup> secretário deste em Catanduva. Enquanto o presidente, Giuseppe Zaccaro, não colocou obstáculos, um grupo de sócios, entre eles, Martino Pedreschi, Domenico Pellinzon, Edoardo Cacciari, Elbo Basaglia e Giovanni Gervasi fizeram algumas observações:

Não vemos na proposta do Sr. Muscari nenhuma utilidade prática para continuação de uma boa harmonia da nossa colônia; ao contrário, efetuando-se tal fusão vai-se criar um motivo seguro de inevitável discórdia (*SIMS”Gd’A”*, Livro de Atas das Assembleias, p. 20v-21).

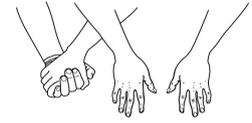
Em vista de tal proposta, o secretário, Vincenzo Lanzieri, que era incondicionalmente favorável à fusão, sugeriu a nomeação de uma comissão encarregada de estudar, com a devida ponderação, o que foi proposto. Assim, na reunião do dia 6 de setembro de 1931, a comissão apresentou uma longa relação de opiniões obtidas dos próprios sócios com o seguinte parecer:

Que a *Società Italiana Gabriele D’Annunzio* continue a desenvolver seu próprio programa fundamental, assim como está estabelecido no estatuto, que é um guia eficaz e de honra; que a *Società* continue seu trabalho de confraternização de todos os italianos residentes nessa cidade; que a sua sede continue a ser como sempre foi até agora, um templo de italianidade, cultuando sua paixão pela Pátria, pelo Rei e pelo Duce, Benito Mussolini, que com trabalho e vontade tenaz, tem elevado ao nome da Pátria todo respeito (*SIMS”Gd’A”*, Livro de Atas das Assembleias, p. 23).

Aristides Muscari lamentou que a maioria não aceitasse a sua proposta, pois segundo os seus argumentos, a fusão da associação com o *Fascio* era muito desejada pelo

---

<sup>109</sup> Desconfiamos que a penetração fascista na *SIMS”Gd’A”* ocorreu na ocasião da presidência de Aristides Muscari em 1926. Contudo, nossa desconfiança se baseia apenas em informações indiretas.



governo e pelo *Duce*, a qual teria um significado moral e político para o nome da colônia de Catanduva, e da Itália.

Contudo, convém ressaltar que, mesmo com a derrota do *Fascio* local, ela não se tornou um caso emblemático de resistência ao regime, como ocorreu com certas associações do Estado de São Paulo (TRENTO, 1989; BERTONHA, 1998b). Pelo contrário, as reuniões das Assembleias eram acaloradas com os grandes discursos, sobre a Itália fascista, proferidos pelo presidente, Giuseppe Zaccaro. As discussões giravam em torno, sobretudo, dos ofícios recebidos dos representantes do *Fascio* e do consulado, em São Paulo.

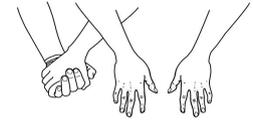
Pede a palavra o secretário do *Fascio* local, Sr. Aristide, o qual comunica que, por indicação do Secretário Geral do *Fascio all'estero*, de Roma foi proposto que o nome do nosso *Fascio*, *Michele Bianchi*, fosse substituído pelo nome de *Giuseppe Del Ponte*, mártir fascista, trucidado por um inimigo do regime, no dia 20 de julho de 1924. A proposta foi aceita por unanimidade (*SIMS" Gd'A"*, Livro de Atas das Assembleias, p. 97).

Do mesmo modo, as comemorações de festas nacionais eram realizadas juntamente com o *Fascio* local como, por exemplo, a que ocorreu na ocasião do 20º aniversário da entrada da Itália na grande guerra mundial (*SIMS" Gd'A"*, Livro de Atas das Assembleias, 28/04/1935, p. 164v).

Na Assembleia realizada no dia 28 de junho de 1937, porém, o presidente, Giuseppe Zaccaro, relata aos dirigentes

que o regime fascista, o qual gloriosamente guia o destino brilhante da pátria, deseja que a união e a disciplina, que imperam dentro de seus confins, deve se constituir entre todos os italianos que vivem no exterior. Portanto, as autoridades consulares se empenham com insistência para que todas as sociedades de antiga constituição existentes no exterior sejam transformadas em *Casa d'Italia* com um programa único: assistencial, instrutivo, esportivo etc. Ora, da nossa parte não deverá existir motivo de não seguir tal direção, porque certamente o nosso governo não deixará de se interessar eficazmente pelos nossos sodalícios, prestando auxílio aos que necessitam, pela própria eficácia do programa patriótico (*SIMS" Gd'A"*, Livro de Atas da Assembleias, p. 190).

Após uma breve troca de ideias entre os participantes, a proposta foi aprovada por unanimidade e, como será visto mais à frente, a *SIMS" Gd'A"* se transformou em *Casa d'Italia*. Por ora, rapidamente, parece-nos de fundamental importância poder verificar a representatividade dos dirigentes da *SIMS" Gd'A"* em relação ao conjunto de seus membros e compará-la à *SIU*. Repetimos, mais uma vez, que esse tipo de análise ajuda a entender o funcionamento interno das associações na perspectiva das eleições. Nesta análise, usaremos os mesmos parâmetros já estabelecidos para as outras associações, abordando as eleições ocorridas entre 1928 e 1942.



### 2.3.1 A representatividade dos dirigentes da SIMS" Gd'A" (1928-1942)<sup>110</sup>

Como já adiantamos, a *SIMS" Gd'A"* foi fundada em 1920. Diferentemente da *SIU*, ela possuiu somente um estatuto durante a sua existência (1920-1942)<sup>111</sup>, no qual constava que sua diretoria se constituía por vinte e dois membros: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um vice-secretário, um tesoureiro, três fiscais, três revisores de contas, seis conselheiros, três conselheiros suplentes e dois porta-bandeiras. A respeito das eleições, elas ocorriam todo mês de janeiro e eram de caráter secreto.

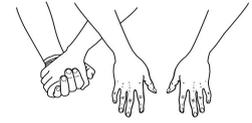
De acordo com os Quadros inseridos no Apêndice D, percebe-se que, em relação à *SIU*, na *SIMS" Gd'A"* poucas figuras concentraram nas mãos os cargos da diretoria, consecutivamente. São Eles: Giuseppe Zaccaro, Vincenzo Lanzieri, Ettore Bertelli, Domenico Mignoni, Martino Pedreschi e Guerino Sola. Exceções à parte, o que se verifica é uma rotatividade na direção da associação. Além disso, os cargos eletivos são ocupados por um número maior de associados (83), se compararmos à *SIU* (78). Já a participação dos sócios nas eleições pode ser dividida em dois momentos: o primeiro que abrange o período em que a associação ainda tinha a denominação de *SIMS" Gd'A"* (até 1937, Quadros D1-D9) e, o segundo momento, que transcorre de 1938 até 1942 (Quadros D10-D14), cuja denominação da associação passou a ser *Casa d'Italia (Cd'I)*.

No primeiro momento, supondo que ela mantivesse uma média de 130 sócios, então o número de participantes oscilava em torno de 34% (média de votantes: 44), que consideramos ser um índice de representação válida para o conjunto de sócios. No segundo, por sua vez, percebe-se que houve um acentuado decréscimo no número de participantes nas eleições (média de 20 votantes).<sup>112</sup> Todavia, apesar da exígua participação, bons motivos nos levam a crer que há uma representação válida para o conjunto de membros da associação. É importante assinalar que concepções fascistas já haviam penetrado em seu âmbito desde os anos de 1920. No entanto, diferentemente da *SIU*, acredita-se que o motivo principal da redução de votantes foi decorrente das leis promulgadas pelo governo brasileiro, em 1938, que proibia aos filhos de italianos nascidos no Brasil ou aos italianos naturalizados de participarem de associações estrangeiras, como será visto mais detidamente no próximo capítulo. Nesse sentido, portanto, a análise comparativa entre as duas associações nos leva a

<sup>110</sup> Ver Apêndice D.

<sup>111</sup> Note-se que ela foi transformada em *Casa d'Italia*, em 1937, mas não há menção de um novo estatuto.

<sup>112</sup> Observe-se que na *SIU* esse decréscimo começou a ocorrer a partir dos anos de 1930, quando a penetração do fascismo no âmbito da associação se tornou explícita.



concluir que é legítimo argumentar que o resultado da penetração fascista no seio das associações está intrinsecamente relacionado às condições locais de cada colônia italiana.

### 2.3.2 Casa d'Italia



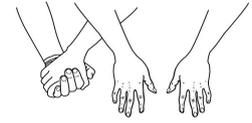
Figura 2.6: Casa d'Italia, Catanduva, 10/07/1937.

Fonte: Sociedade Ítalo-Brasileira Gabriele d'Annunzio, Catanduva (SP).

Assim, passado seis anos, a contar da proposta de fusão com o *Fascio* local, a *SIMS* "Gd'A" foi modificada. Na Assembleia do dia 10 de julho de 1937, com a presença de ilustres autoridades, tanto do consulado como locais, ocorreu a sua transformação em *Casa d'Itália* (Cd'I).

O senhor presidente [Giuseppe Zaccaro] comunica ao Conselho que, conforme previsto, dia 10 será inaugurado o novo salão social e a união com o *Fascio Giuseppe Dal Pont*<sup>113</sup>, com a bênção do pároco local Reverendo Monsenhor Albino Silva e a presença do Cônsul Geral Giuseppe Castroccio, do Sr. Renato Bifano [secretário de zona do *Fascio*], autoridades locais e grande massa de italianos, associados e convidados, onde terá lugar a instalação da *Casa d'Itália* em sucessão à

<sup>113</sup> Como visto, o nome do *Fascio* foi mudado por indicação do Secretário Geral do *Fascio all'estero*.

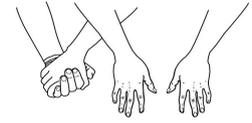


*Società Italiana di Mutuo Soccorso "Gabriele d'Annunzio"*, de conformidade com a deliberação da Assembléia Geral do dia 3 do corrente mês (*SIMS"Gd'A"*, Livro de Atas das Assembleias, p. 191).

Acredita-se que a intenção de transformar a *SIMS"Gd'A"* em *Cd'I* já estava sendo articulada havia algum tempo, pois constantemente os dirigentes faziam subscrições para a reforma do prédio. É óbvio que tal transformação requeria um local apropriado e em plena condição de funcionamento, em virtude da extensão de suas atividades. Nesse sentido, para entendermos melhor o funcionamento de uma *Cd'I*, vale a pena demonstrar o que Bastianini relata:

o italiano, qualquer que seja sua condição, encontra uma atmosfera de fraternidade mais aconchegante entre as pessoas da mesma raça, que sabem compreendê-lo e sabem ajudá-lo quando ele necessita. Para as mulheres, existe os serviços médicos gratuitos ou semigratuitos e serviços ambulatoriais de assistência da infância e da maternidade, desenvolvidos em qualquer lugar dos *Fasci* feminino. [Existe também] seções de *dopolavoro*, nas quais se cultivam diversas formas de entretenimento: grupos de ginástica, banda musical, grupos de teatro e, onde é necessário, [há] cozinha popular gratuita. É uma obra de entusiasmo e de iniciativa, um trabalho harmônico, que se realiza a cada dia sobre a vigilância dos cônsules e dirigido pelos secretários dos *Fasci* (Bastianini, *Apud* GUERRINI e PLUVIANO, 1992, p. 386).

Por sua vez, Guerrini e Pluviano (1995, pp. 518-519) enfatizam que as *Cd'I* foram construídas para dar margem ao projeto fascista da *OND - Opera Nazionale Dopolavoro* (Organização Nacional dos Trabalhadores) -, que tinha como objetivo ocupar o tempo livre dos italianos e de seus descendentes por meio de diversas atividades culturais, com o intuito de difundir a propaganda fascista, conservar a italianidade, entre outros, sob a direção fascista e o permanente alerta do consulado. Este projeto teve origem na Itália e foi criado pelo engenheiro Mario Giani (nos anos de 1919), um dos primeiros estudiosos italianos da organização científica do trabalho. Ele sustentava que havia necessidade de afastar os trabalhadores dos ambientes de vício, nocivos à saúde física, moral e econômica das classes subalternas tais como os bares, as casas de tolerâncias, os jogos de azar, os círculos socialistas etc. A teoria de Giani oferecia um certo melhoramento das condições morais e materiais na vida dos trabalhadores, todavia, propunha um modelo de subordinação social e seguia uma motivação antissocialista e antissindical, decididamente contrária a qualquer possibilidade de reforma sociopolítica. O regime fascista assumiu uma posição favorável a *OND* em 1925, inserindo-a em seu programa social e político, dentro e fora da Itália. Ela foi a iniciativa que mais influenciou na construção de um consenso e desempenhou um papel fundamental de socialização política das classes populares. Guerrini e Pluviano (1995, p. 520) também enfatizam que, além do *Fascio* e do *Dopolavoro*, as *Cd'I* também aglutinavam a *Dante*



*Alighieri*, a *Associazione Nazionale Combattenti* e o próprio consulado. Desse modo, elas “forneciam para a colônia italiana um símbolo físico, de raro prestígio, pronto a estimular o orgulho nacional”.

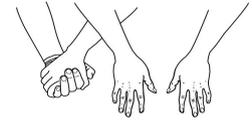
Contudo, Guerrini e Pluviano (1995, p. 519-520) observam que esse projeto não era visto com bons olhos pelos dirigentes das associações, mesmo aqueles não hostis ao governo Italiano, pois corriam o risco de perder a liderança já consolidada, uma vez que, como já assinalamos, era uma iniciativa controlada pelos representantes fascistas e mantinha estreitas relações com as autoridades consulares.<sup>114</sup>

No caso da *Cd'I* de Catanduva, porém, não temos informações que indiquem que lá funcionou alguma seção do *Dopolavoro*. Mas parece que havia a intenção para que ela funcionasse, pois na reunião da Assembleia do mês de fevereiro de 1938, atendendo a um pedido do consulado, os dirigentes da *Cd'I* mandaram três jovens (Irany Mei, Rocco di Maio e Flavio Florio), filhos de membros da diretoria, para participar de um curso de exercícios físicos, programado para rapazes que aspirassem ao posto de comando na organização *Dopolavoro*. Segundo consta, eles ficaram hospedados na *Dante Alighieri*, de São Paulo, durante quinze dias e, conforme relatou Giuseppe Zaccaro, “os rapazes voltaram entusiasticamente impressionados tanto com o tratamento quanto com a instrução recebida” (*SIMS”Gd’A”*, Livro de Atas das Assembleias, pp. 149-149v). De qualquer modo, Pisani (1937, pp. 1290-1294) também não inclui Catanduva como uma das cidades de seu funcionamento. Num recente artigo, Trento (2010) constatou que no interior paulista, nos anos de 1930, chegou a existir mais de vinte e quatro *OND*. Talvez pesquisas futuras possam nos mostrar a sua dimensão, pois esse ainda é um tema pouco pesquisado.

Prosseguindo, já é sabido que no decorrer do Estado Novo, implantado em 1937, os nacionalismos, brasileiro e italiano, esbarraram-se devido às medidas nacionalizadoras decretadas por Getúlio. Como explicitado, uma série de decretos, que vão cerceando a vida dos estrangeiros no Brasil, atinge as associações. Enquanto na *SIU* há mudança nos estatutos, na *Cd'I* não há alteração. Ela continua a funcionar normalmente, mas com o prejuízo do pedido de demissão sucessiva daqueles sócios que eram funcionários públicos e não podiam ser associados de uma instituição estrangeira, pois eles receavam sofrer sanções das autoridades brasileiras. Pelo mesmo motivo, muitos sócios que exerciam outras profissões

---

<sup>114</sup> Sobre as *OND*, recomendam-se, além das obras de Guerrini e Pluviano (1992 e 1995), Trento (1989, pp. 339-346); Trento (2010, pp. 256-266).



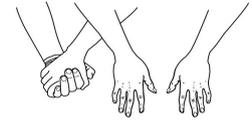
também pediram demissão. Desse modo, para conquistar a adesão dos ex-sócios, na Assembleia do dia 2 de fevereiro de 1941, ficou deliberado que os italianos que já haviam feito parte da associação e se retiraram por motivo justificado, sem prejuízo moral para a instituição, poderiam ser readmitidos na qualidade de sócios *efetivos*, independente de novo pagamento da taxa de admissão. Outra deliberação da mesma Assembleia estabeleceu um novo valor da mensalidade reduzindo-a de cinco mil-réis para três mil-réis.

Mas o que parecia solução foi parar no âmbito da justiça, conforme relata Giuseppe Zaccaro na Assembleia do dia 4 de maio de 1941:

Por deliberação do Ministro da Justiça foi negado o registro dos nossos sodalícios e fomos intimados a fechar a associação até o dia 30 de julho próximo. O motivo alegado foi o de estarem eliminados do quadro social os sócios, filhos de italianos, considerados por lei brasileiros. Nesse meio tempo, nós tratamos de justificar, na presença do Juiz de Direito, e na forma legal, que os filhos dos sócios nascidos no Brasil, e que faziam parte do quadro de sócios, cumprindo obediência ao decreto do Governo Federal, que diz respeito ao funcionamento de sociedade estrangeira no Brasil, demitiram-se por vontade própria. Então, eu mesmo fui a São Paulo e pelo trâmite do consulado consegui ser apresentado ao Ministro da Justiça, o qual passou uma ordem à delegacia local suspendendo o fechamento da associação, que continua a funcionar legalmente (*SIMS "Gd'A"*, Livro de Atas das Assembleias, p. 175v).

A última Assembleia da *Cd'I* foi realizada em janeiro de 1942, ano em que o Brasil rompeu relações com os países do eixo, como já foi abordado, e permaneceu fechada durante a guerra. Nesse intervalo, foi nomeado um interventor, Sr. Sidiney D'Avila, sócio *benemérito*, que a cedeu para a Legião Brasileira de Assistência, sob a presidência do Sr. José De Franchi. A *Cd'I* voltou a funcionar em 1951, após reiterados pedidos às autoridades brasileiras e ficou ativa até 1966, quando foi novamente fechada. Desta vez, por aproximadamente trinta anos. Em 1993, por iniciativa da comunidade italiana de Catanduva, ela foi reaberta e funciona atualmente com a denominação de *Sociedade Ítalo-Brasileira Gabriele d'Annunzio* (SIBGd'A, Histórico Sintetizado da Sociedade Ítalo-Brasileira "Gabriele d'Annunzio" de Catanduva).

Para finalizar, reafirmamos que *o resultado da emergência do fascismo no âmbito das associações, e conseqüentemente na trajetória de seus dirigentes, está intrinsecamente relacionado às condições locais de cada colônia italiana*. De fato, ainda nos anos de 1920, a *SIU* não se opôs à penetração fascista no seu seio, e após fortes dissídios internos ocorridos no ano de 1930, tudo leva a crer que ela conseguiu expulsar os elementos não desejáveis de seu quadro social. Certamente, houve pressão das autoridades italianas para que tal fato ocorresse, uma vez que ela partilhava seu espaço social com o *Fascio* local e com a Agência Consular. Parece evidente que sua fasticização tenha acontecido por vontade



natural de um grupo de sócios, que tinha poder de ação dentro dela, e não por aprovação de uma maioria.

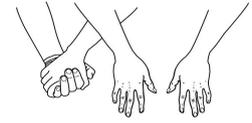
No caso da *SIMS''Gd'A''*, já nos deparamos com outro tipo de procedimento. Como visto, primeiramente, houve a proposta de fusão entre o *Fascio* local e a associação. Em seguida, houve uma consulta aos sócios e venceu a opinião da maioria. Ou seja, venceu a funcionalidade da coesão, para alcançar (ou não perder) o consenso da colônia residente, baseado na ótica do nacionalismo e da italianidade, como ficou claro na passagem da Ata. Mas isso não deixou de aproximar o fascismo da *SIMS''Gd'A''*. Tanto é que ela se transformou em *Casa d'Italia*. Essa transformação a levou a se tornar a entidade oficial (e única) da italianidade em Catanduva, já que tanto o *Fascio* quanto a Agência Consular<sup>115</sup> funcionavam no mesmo local.

Quanto à *SIU*, tudo indica que ela era mais forte como associação, ou seja, resistiu mais do que a *SIMS''Gd'A''* à assimilação ao governo italiano para manter a sua autonomia. Por causa disso, ela não se submeteu ao *Fascio* e à Agência Consular, embora compartilhasse com estes os ideais da italianidade, tal como definida pelo fascismo.

Este Capítulo, portanto, delineou o âmbito das associações, desde as suas criações até os seus desfechos, com destaque especial para as funcionalidades. No entanto, para tornar o estudo mais completo, pareceu-nos apropriado buscar traçar o perfil de seus dirigentes. Logo, este é o assunto que será abordado no próximo Capítulo.

---

<sup>115</sup> Segundo Pisani (1937, p. 575), o titular da Agência Consular era Guisepe Zaccaro.



---

“Nacionalidade”

(...) Proprietário de mais dois prédios à Rua Santa Cruz da Figueira Tranquillo Zampinetti fechou o salão (a mão já lhe tremia um pouquinho) e entrou para sócio comanditário da Perfumaria Santos Dumont.

Então já dizia em conversa no Centro político do Brás:

- Do que a gente *bisogna* no Brasil, *bisogna* mesmo, é *d'um buono* governo, mais nada!

E o único trabalho que tinha era fiscalizar todos os dias a construção da capela da família no cemitério do Araçá.

Quando o Bruno, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo, ao sair do salão nobre no dia da formatura, caiu nos seus braços, Tranquillo Zampinetti chorou como uma criança.

No pátio a banda da Força Pública (gentilmente cedida pelo doutor secretário da Justiça) terminava o hino acadêmico. A estudantada gritava para os visitantes:

- Chapéu! Chapéu-péu-péu!

E maxixava sob as arcadas.

Tranquillo empurrou o filho com fraque e tudo para dentro do automóvel no Largo de São Francisco e mandou tocar a toda para casa.

Dona Emília estava mexendo na cozinha quando o filho Lorenzo gritou no corredor:

- Vovó! Vovó! Venha ver o Tio Bruno de cartola!

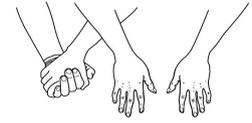
Tremeu inteirinha. E veio ao encontro do filho amparada pelo Lorenzo e pela nora.

- *Benedetto pupo mio!*

Vendo os cinco chorando abraçados, o filho do Lorenzo abriu também a boca.

O primeiro serviço profissional do Bruno foi requerer ao Ex<sup>o</sup>. Sr. Dr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil a naturalização de Tranquillo Zampinetti, cidadão italiano residente em São Paulo.

*Antonio de Alcântara Machado*



## CAPÍTULO 3

# POR UMA HISTÓRIA LOCAL: OS DIRIGENTES DAS ASSOCIAÇÕES ITALIANAS

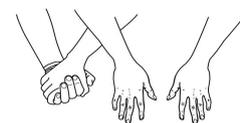
---

No prefácio à edição italiana de *O queijo e os vermes*, Carlo Ginzburg, com muita perspicácia, faz a seguinte observação:

No passado, podia-se acusar os historiadores de querer somente as ‘gestas dos reis’. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. ‘Quem construiu Tebas das sete portas?’ – perguntava o ‘leitor operário’ de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o seu peso (GINZBURG, 1987, p. 15).

Quando comecei a pesquisar as Atas das associações italianas de Araraquara, deparei-me com um acúmulo de nomes de pessoas (ao todo são 275) que vagamente eu conhecia por terem sobrenomes de famílias tradicionais da sociedade ítalo-araraquarense. Evidentemente, uns eram mais conhecidos e outros menos. Não obstante a quantidade de nomes, achei que pudesse encontrar com certa facilidade informações sobre a vida e trajetória desses italianos, não de todos, é claro. Aqui não se trata de *pedreiros anônimos*, mas de pessoas que tiveram um importante papel no crescimento econômico da cidade. Apesar disso, eles ainda não foram suficientemente reconhecidos pelos próprios contemporâneos ou, em grande parte, nem sequer lembrados. Foi preciso então reconstruir as vicissitudes biográficas de cada membro que tinha deixado vestígios documentados, especialmente por meio do trabalho exaustivo em arquivos.

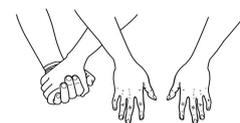
Portanto, o ponto de partida deste terceiro capítulo é pontuar quem eram os dirigentes das associações e mostrar os seus perfis, pois esses discernimentos são fundamentais por três motivos. O primeiro, como bem observa Devoto (1991, p. 170), porque “a importância do estudo do grupo dirigente de uma comunidade emigrada tem notórias implicações para a existência e o comportamento do grupo étnico”. O segundo, porque essa análise pode trazer elementos importantes para compreendermos de maneira mais abrangente a trajetória dos dirigentes no âmbito das associações. O terceiro, com Martins (2010, pp. 119-120), para trazer à tona a trama da sociabilidade observada a partir do mundo daqueles aos quais as contradições da vida social nem sempre deram uma aparência significativa e cuja história permanece oculta. Pressupomos que suas realidades históricas, sociais, econômicas,



políticas e culturais não “são resíduos desprezíveis” (MARTINS, 2010, p. 135), pois, além de revelar pistas preciosas sobre as associações, podem revelar sociologicamente pistas sobre a sociedade local da época. Ressalte-se, porém, que, a respeito dos dirigentes da *Società Italiana di Mutuo Soccorso "Gabriele d'Annunzio"*, o material disponível é bastante limitado, pois nos próprios arquivos de Catanduva há uma carência de documentação devido a uma grande enchente que abalou a cidade e destruiu boa parte delas. Desse modo, será dispensada maior atenção aos dirigentes das associações de Araraquara.

### 3.1 Os dirigentes das associações

Como já assinalamos, a proposta deste Capítulo é fazer um perfil dos dirigentes das associações. Contudo, é indispensável que conheçamos primeiramente seus integrantes, de modo geral, para tão somente nos concentrarmos especificamente neles. Assim, começamos por demonstrar a origem regional de vários integrantes das associações italianas de Araraquara. Isso só foi possível porque utilizamos uma fonte de inestimável valor: os *Autos de Casamentos*, ou seja, os processos de casamentos realizados no civil. Eles foram especialmente significativos enquanto registros históricos, pois fornecem pistas de grande valia a respeito das pessoas. Neles encontramos a qualificação tanto dos noivos (inclusive dos pais) quanto dos padrinhos (geralmente dois e, na época pesquisada - 1889-1932 -, somente do sexo masculino) e indicações de uma rede de relações de compadrio, como já tivemos a oportunidade de expor no Capítulo anterior. É claro que, para utilizar esta fonte, foi necessário o conhecimento prévio dos nomes dos associados. Para isso, foi realizada uma minuciosa varredura dos nomes dos sócios nas Atas das Assembleias das associações e em fontes diversas. Assim, a partir da consulta nos *Autos de Casamentos*, construímos um Quadro da relação quantitativa da origem dos membros das associações, que pode ser visualizado a seguir.



**Quadro 3.1: Relação quantitativa da origem dos italianos das associações de socorro mútuo e beneficência de Araraquara (SMU, SIMS, SIB e SIU)<sup>116</sup>, 1900-1941**

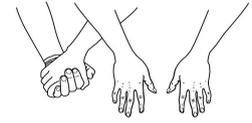
Itália do Norte	Nº	Itália Central	Nº	Itália do Sul	Nº	Registrados como italianos/brasileiros	Nº	Nascidos no Brasil	Nº
<b>Friuli-Venezia Giulia</b>		<b>Toscana</b>		<b>Molise</b>		Italianos	73	Araraquara-SP	11
Udine	1	Lucca	2	Campobasso	5	Brasileiros	2	Matão-SP	1
Trieste	2	<b>Úmbria</b>		<b>Campânia</b>				Faxina-SP	1
<b>Vêneto</b>		Terni	1	Nápoles	1			Dourado-SP	1
Verona	1	Perúgia	1	Salerno	3			São Carlos-SP	3
Treviso	1	<b>Lácio</b>		Avellino	2			Ribeirão Preto-SP	1
Rovigo	1	Rieti	1	Benevento	3			Mococa-SP	1
<b>Lombardia</b>		Roma	2	<b>Basilicata</b>				São Paulo-SP	1
Milão	1			Potenza	2			Vassouras-RJ	1
Mântua	8			<b>Calábria</b>				Mirim-MG	1
Cremona	1			Cosenza*	10				
<b>Emília Romana</b>				Catanzaro	8				
Ferrara	4								
Bolonha	1								
Módena	1								
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>Total</b>	<b>22</b>
<b>Total de nomes identificados: 160</b>									
<b>Total de nomes pesquisados: 275</b>									

Fonte: APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932.

\*Dos dez membros oriundos de Cosenza, quatro deles vieram da *comune* (equivalente ao município no Brasil) de *Spezzano Albanese* juntamente com suas famílias, cujos sobrenomes são: Tucci, Longo, Gullo e Blundi.

Dos italianos que estavam inscritos nos Autos de Casamentos (160), não foi possível identificar a origem regional de todos, pois, como vimos, 73 deles foram registrados somente como originários de seu país (italianos). Isso, provavelmente, deve-se ao fato de nem sempre o escrivão entender a língua italiana. Mas, daqueles que tiveram registros, nota-se que há um número expressivo de italianos do Norte e do Sul da Itália e, em menor quantidade, da região central. É bem significativo o número de filhos de italianos que nasceram em

<sup>116</sup> Na sequência: *Società Meridionale Uniti (SMU)*; *Società Italiana di Mutuo Soccorso (SIMS)*; *Società Italiana di Beneficenza (SIB)*; *Società Italiani Uniti (SIU)*.

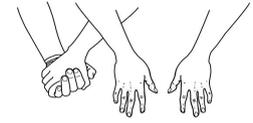


Araraquara, o que demonstra o caráter de uma emigração que se estabeleceu na cidade. O deslocamento espacial também é outro ponto a ser percebido. Esse deslocamento deu-se não apenas de cidades da região, mas de outros Estados. É importante dizer que desse montante levantado (160) não encontramos nenhum deles qualificado como analfabeto.

O processo imigratório segue determinadas peculiaridades que vão além de explicações de ordem econômica. Estas se referem às particularidades socioculturais de cada região da península e sua representatividade em termos de inserção do imigrante nas cidades do interior paulista. Na cidade de Jaú, por exemplo, Oliveira (2008) assinala que os imigrantes italianos das regiões do Vêneto e da Calábria compunham o maior contingente. Em Araraquara, como já mencionamos, Gobatto (1997, p. 88) afirma que os italianos do Norte, sobretudo vênnetos e mantuanos, vieram em maior quantidade. De fato, e, por isso, naturalmente, a associação que tinha o maior número de sócios era a que pertencia aos italianos oriundos do Norte da Itália, como tivemos a oportunidade de observar. É importante, pois, enfatizar que um pequeno indício, o número de sócios (91) da *Società Meridionale Uniti* referente ao ano de 1902 (Tabela 2.2) e o resultado do Quadro em questão (3.1), sugere que os sulinos também tiveram bastante representatividade em Araraquara.

Segundo Trento (1989) e Alvim (1986), existe uma discussão entre os estudiosos da emigração/imigração sobre a predominância da emigração meridional como a primeira a chegar ao Brasil a partir dos anos setenta do século XIX. Contudo, esses dois autores asseguram que não é verdade, mas deixam claro que isso não significa que a emigração meridional estava ausente ou tenha sido inexpressiva. Para eles, alguns fatores devem ser observados, entre os quais destacamos dois. O primeiro, de mais relevância, refere-se à transição capitalista italiana que se processou sucessivamente por regiões e, concomitante a isso, a emigração acompanhava essa transformação. Nota-se que o *fenômeno expulsor* teve seu início em algumas áreas da Lombardia e do Piemonte, seguida pelo Vêneto e terminou no Sul. O segundo deve-se à preferência manifestada pelos fazendeiros paulistas quanto à procedência regional, os quais optavam, especialmente, pelos setentrionais (TRENTO, 1989, pp. 40-42; ALVIM, 1986, pp. 62-65). Para dar uma ideia desse movimento emigratório para o Brasil, Alvim (1986) apresenta alguns dados: “Até 1901: Vêneto 326.793; Lombardia 86.585; Campânia 108.301; Calábria 67.944. Após 1902: Vêneto 38.917; Lombardia 19.388; Campânia 57.779; Calábria 63.211” (Alvim, 1986, p. 63).

Nota-se que num primeiro momento, antes de 1901, o Vêneto tem o maior número de emigrados, seguido pela Campânia, Lombardia e pela Calábria. E, após 1902,



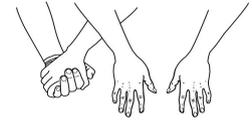
quem toma a primazia é a Calábria, seguida pela Campânia, Vêneto e pela Lombardia. O caso de Araraquara parece ajustar-se perfeitamente aos dados apresentados por Alvim, pois os setentrionais chegaram aqui por volta do final do século XIX e somente no início do século XX começaram a chegar os meridionais (GOBATTO, 1997, p. 88).

Outro ponto relevante a ser observado no Quadro 3.1 está relacionado às redes migratórias. Como já mencionamos, constatamos que quatro italianos eram oriundos da mesma *comune* (município no Brasil), cujo nome é *Spezzano Albanese*. Ela está localizada na província de *Cosenza*, região da Calábria. Na época da grande emigração, ela devia ser um pequeno povoado, pois, ao pesquisarmos sua população atual, atestamos que essa *comune* tem apenas 7.038 habitantes. De lá, portanto, vieram às famílias Tucci, Longo, Gullo e Blundi, o que nos faz pensar na possibilidade de cadeias familiares, que aos poucos foram se deslocando do local de origem. Tal possibilidade pode ser reforçada pelo fato de habitarem na mesma *comune* e já se conhecerem entre si.

Curioso observar que, além dessas famílias, também havia outras provenientes do mesmo local, *Spezzano Albanese* (o que reforça ainda mais a ideia de cadeias familiares), como, por exemplo, a dos Guaglianone, a dos Nocite, a dos Rinaldi (não foram integrantes das associações) etc. Mas acredita-se que um estudo mais aprofundado possa desvendar uma “pequena *Spezzano Albanese*” localizada em Araraquara no período da grande emigração.

Aliás, a esse respeito, é conveniente mencionar um interessante estudo que Truzzi e Volpi Scott (2009) realizaram com os emigrantes do município de Lousã, região da Beira Litoral, em Portugal. O deslocamento de uma massa de emigrantes desse município para o Brasil se inicia quando, em 1867, o português João Elisário de Carvalho Monte-Negro torna-se proprietário de uma fazenda localizada no atual município de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, denominando-a de Nova Lousã. Os trabalhadores desta fazenda eram todos oriundos de Lousã, contratados pelo próprio Monte-Negro, que vinham em busca de mobilidade sócioeconômica. A fazenda Nova Lousã foi um caso excepcional em sua época, pois em plena economia escravocrata, ela era tocada apenas por trabalhadores lousaneses e com mão de obra livre e assalariada. Truzzi e Volpi Scott (2009) argumentam

que a experiência da Nova Lousã situa-se a meio termo entre uma imigração acionada a princípio pela via formal de um agente recrutador, no caso o próprio empresário, e uma imigração sustentada por informações difundidas por redes de parentes e de conterrâneos (TRUZZI e VOLPI SCOTT, 2009, p. 39).



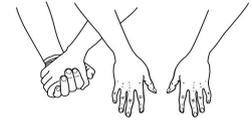
De maneira geral, o caso da Nova Lousã coloca em foco a importância das redes de acolhimentos e as de informações, cuja disseminação condicionou às pessoas, que estavam envolvidas num processo social, a decisão de emigrar.

Ainda em relação ao Quadro 3.1, é preciso ressaltar que foi uma emigração bem diversificada (italianos das regiões Norte, Centro e Sul da Itália), a qual irá se refletir na composição das associações, pois fora do seu país (e não raro dentro) o italiano não possuía uma identidade comum, como já assinalado no primeiro capítulo. Os seus limites não passavam do território onde viviam: eles se sentiam vênéticos, calabreses, lombardos etc. Somente a partir do século XX que a identidade regional ou local, que lhes caracterizavam, foi, aos poucos, sendo substituída por uma identidade italiana. Três fatores foram fundamentais nesse processo: a força do nacionalismo que se espalhava da Itália até as coletividades italianas do exterior (sobretudo, como vimos, a partir da Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, da emergência do fascismo); a tomada de consciência de se reconhecerem com estrangeiros; e a designação de italianos atribuída pela população brasileira (BERTONHA, 1998b; TRENTO, 1989; MARTINS, 1973).

Nesta perspectiva, é relevante dar atenção ao “fenômeno do regionalismo”<sup>117</sup> (TRENTO, 1989, p. 162), pois, como já assinalado, entendemos que ele foi um dos fatores principais da não união entre a *SIB* e a *SIMS*, o qual perdurou por aproximadamente duas décadas. De modo geral, convém sublinhar que este “fenômeno” ocorreu de maneira diversa, dependendo do município. Nas associações italianas localizadas em Ribeirão Preto, pesquisadas por Furlanetto (2008), que foram fundadas a partir do ano de 1895, por exemplo, logo no início do século, elas foram perdendo a característica localista. Vamos entender. Ao todo foram cinco: *Società Operaia di Mutuo Soccorso Unione Italiana* (fundada em 1895), *Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Fratellanza* (fundada em 1898), *Società Unione Meridionale* (fundada em 1900), *Società di Mutuo Soccorso e Beneficência Patria e Lavoro* (surge da fusão das duas últimas associações mencionadas, em 1903) e *Società Dante Alighieri* (fruto da transformação da última associação citada, em 1910). Com exceção da *Unione Meridionali*, a diretoria das outras associações era **composta por italianos de qualquer região da Itália**, ou seja, não havia segregação para os cargos dirigentes. No decorrer de sua análise, Furlanetto encontrou uma multiplicidade de conflitos, contradições e

---

<sup>117</sup> Vasta literatura tem discutido os motivos das diferenças regionais entre os italianos, as quais deram margem ao “fenômeno do regionalismo”. Para fins deste trabalho, avaliamos que seria extenuante uma revisão bibliográfica referente ao tema.



incongruências no seio das associações. Mas é compreensível, uma vez que elas aglutinavam italianos de diversas regiões da Itália. Segundo ela, a organização das associações aponta que:

num primeiro momento a questão étnica é determinante na estratégia da organização associativa, mas que, dentro desse espaço, com o desenvolver da própria dinâmica do jogo social, a questão de representação social torna-se imperante, no sentido da necessidade de uma separação gradual entre o prestígio social e a preservação de uma identidade nacional (FURLANETTO, 2008, p. 104).

Todavia, não está claro como a questão étnica perde sua força num espaço de tempo tão curto, se, ainda em 1899, segundo Trento, um jornal de Ribeirão Preto publicava que: ‘Nós aqui não nos sentimos italianos, mas piemonteses, calabreses, sículos, vênetos, toscanos etc., conforme a região em que nascemos’ (TRENTO, 1989, p. 162).

Em Jaú, por sua vez, Oliveira (2008) identificou somente uma associação italiana. Apesar de ter sido fundada por italianos oriundos do Sul da Itália (em 1894), ela tinha como sócios italianos de todas as regiões. Nota-se, porém, que, segundo a autora, esta associação era o “principal espelho refletor” das desavenças entre eles.

Em outro enfoque, pudemos perceber as redes de lealdades imbricadas em uma cultura comum por meio das altas taxas de endogamia.

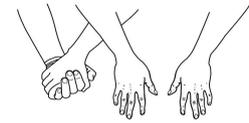
**Quadro 3.2: Demonstrativos de casamentos dos membros das associações italianas de Araraquara, 1889-1932**

Total pesquisado	275 nomes
Não encontrado	209 nomes
Casaram em Araraquara	66
• com italianas	31
• com filhas de italianos nascidas no Brasil	23
• com filhas de brasileiros	4
• com portuguesas	4
• com espanholas	3
• com suecas	1

Fonte: APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932.

Nossa pesquisa se baseou apenas nos *Autos de Casamentos*, por isso, o número de nomes não encontrados foi bastante alto. Para fazer um levantamento mais completo, teríamos que utilizar também os registros de casamentos realizados na igreja, porém, eles se encontram depositados na Cúria em São Carlos (SP) e há certa dificuldade na concessão da consulta. Mas o montante encontrado já nos revela que aqueles que se casaram em Araraquara fortaleciam suas “relações tradicionais”<sup>118</sup> (OLIVEIRA, 2008), consubstanciadas pelo

<sup>118</sup> Entendidas como relações fortalecidas pelo casamento com patricios.



matrimônio. De modo que, para essas pessoas, o processo imigratório não enfraqueceu a instituição do matrimônio, da vizinhança, da parentela e do compatriótico. Em resumo, não dispomos de maiores informações a respeito dos matrimônios, por isso, não podemos inferir se o restante dos italianos já estava casado quando se fixou em Araraquara.

Enfim, por meio dos *Autos de Casamentos* também foi possível verificar a faixa etária de parte dos membros da *SIU* no ano de sua constituição, 1920. Neste caso, foi necessária a complementação com pesquisa bibliográfica. É importante assinalar que, se por um lado, não dispomos do número total de sócios neste ano, por outro, temos disponível no Livro de Atas da *SIU*, os nomes de boa parte dos afiliados. Contudo, se tomarmos por base o ano de 1921, cujo número de afiliados foi 162, pode-se dizer que o total de membros da Tabela 3.1 (135) equivale a 83%.

**Tabela 3.1: Faixa etária de parte dos membros da SIU, 1920**

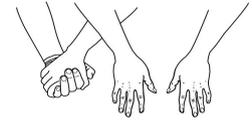
<b>Faixa etária*</b>	<b>Número de membros</b>	<b>(%)</b>
<b>21-30</b>	28	20,7
<b>31-40</b>	37	27,4
<b>41-50</b>	35	25,9
<b>51-59</b>	27	20,0
<b>61-68</b>	8	6,0
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>100,0</b>

Fonte: APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932; Telarolli, 2002.

\*Nascidos entre o período de 1852 a 1899.

Observa-se que a *SIU* foi constituída por uma maioria de indivíduos que tinham uma faixa etária entre 31-40 e 41-50, as quais representavam juntas 53,3% dos membros. De maneira geral, ela era formada por homens adultos, o que sugere que já tinham atravessado todo o processo de inserção, adaptação e estavam em plena ascensão social.

Como visto, Araraquara cresceu graças à riqueza produzida pela cafeicultura e pouco se fazia sem o dinheiro dos fazendeiros, também chamados “coronéis”, pois os recursos destinados aos municípios pela constituição e pela lei eram insuficientes. Até 1908, Araraquara era formada por um aglomerado de casas arruadas, sem calçamento ou qualquer preparo urbano. Os prédios que existiam nessa época eram o da Câmara, o da cadeia e o do primeiro grupo escolar. Foi somente a partir deste ano que a cidade começou a sofrer uma transformação, pois o grupo que assumiu o poder era movido por uma nova mentalidade



administrativa, a qual proclamava uma evolução urbana. Como é sabido, os fazendeiros participavam ativamente da vida política local dominando os órgãos administrativos e absorvendo todas as suas funções. Na verdade, eles manobravam a política de conformidade com os seus interesses (CORRÊA, 1967; TELAROLLI, 2003). Ademais, apesar das disputas pelo domínio local, eles formavam um grupo hegemônico quando se tratavam de imigrantes, os quais eram colocados à margem do processo eleitoral.<sup>119</sup>

Inseridos neste contexto, estavam os imigrantes italianos, que, como se sabe, representavam o maior contingente. Não se pode excluir a possibilidade de que, no começo, quando os italianos começaram a se fixar na cidade, eles foram vistos como uma ameaça à ordem, pois eram considerados intrusos e providos de marcas de inferioridade social (CASTALDI, 1960)<sup>120</sup>. A bem dizer, eles chegaram sob um prisma desfavorável, onde suportaram preconceito (ARAÚJO, 2003) e discriminação. Portanto, os italianos tiveram que se adaptar a uma sociedade hostil e relativamente fechada, cuja participação estava intrinsecamente condicionada aos interesses mais imediatos das poderosas elites rurais. Assim sendo, foi necessário recriar formas de atuação social e elevar-se do *status* inferior que lhes era atribuído.

Elias (2000, p. 165), em seus estudos sobre a comunidade de Winston Parva, nos diz com propriedade que “as pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas”.

De fato, os dados de que dispomos levam a suspeitar que as manifestações de engajamento nos problemas públicos, sem buscar mudanças drásticas na ordem vigente, e a sociabilidade favoreceram a entrada dos italianos em novos sistemas de relações sociais, uma vez que elas foram responsáveis pela atenuação do sectarismo da elite local.<sup>121</sup> Sem dúvida, a intenção em cooperar com a construção da nova igreja de Santa Cruz, por exemplo, ampliava os contatos do grupo com a sociedade local.

É pensamento de um grupo de honestos e religiosos commerciantes, do nosso bairro, a construção de uma nova Igreja de Santa Cruz, nesta cidade, no local immediato donde existe, em ruínas, a Igrejinha velha.

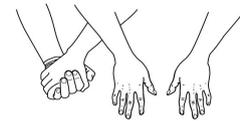
De parte a fê ardorosa que move essa plêiade de homens dignos a essa bellissima iniciativa, podemos commentar o enorme proveito publico que vem trazer para o

---

<sup>119</sup> Retomaremos esse assunto ainda neste capítulo.

<sup>120</sup> Quando o imigrante chegou ao Brasil como substituto do negro, apesar de ser considerado pela sociedade superior ao seu antecessor, por ser branco, ele foi colocado no nível inferior da camada social devido à sua condição de trabalhador manual (CASTALDI, 1960, p. 347).

<sup>121</sup> Aqui estamos nos referindo aos italianos em geral, exceto aqueles que viviam à margem do meio social.



nosso importante bairro, a criação dessa Igreja e a consequente nomeação de um padre para zelar-a.

Em primeiro lugar citaremos o crescente movimento commercial das ruas 1, 2 e 3, desde a avenida 6 até a avenida 24, ruas e avenidas essas, as mais importantes de Araraquara, pertencentes ao mesmo bairro.

Incontestavelmente, a parte da cidade que circunda o largo da Santa Cruz é a maior e mais populosa.

O nosso importante commercio, na maioria composto de italianos aqui residentes a annos bastantes e amorosos de Araraquara, tanto ou mais que os Araraquarenses, unidos e fortes, valorosos e firmes, formando um conjunto bellissimo, com harmonia de vistas sem prevenções de espécie alguma contra homens e cousas, conseguirá, em muito pouco tempo, por meio de subscrições populares, Kermesses, leilões etc., o levantamento da nova Igreja, da Santa Cruz, que virá encher de vitalidade o nosso bairro.

Estamos certos que, mediante combinação com o digno vigário da paróchia, ou mesmo se dirigindo directamente ao governo diocesano, teremos o auxilio imprescindível de um padre para a execução desse importante melhoramento (APHRT, “Jornal de Notícias”, Araraquara, 22/03/1908).

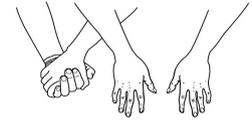
Esse assunto, aliás, também pode ser visto sob outra perspectiva, isto é, do ponto de vista daqueles que almejavam conciliar seus interesses econômicos com o alargamento de suas relações, e agora voltamos a falar directamente dos italianos que pertenciam às associações.

No início do século XX, aqueles que se dedicavam ao comércio, por exemplo, usavam de mecanismos para aumentar seu faturamento e ao mesmo tempo ampliar seu ciclo de amizades. Um desses mecanismos foi a formação de Clubes, já muito bem aceitos nos Estados Unidos e na Europa e com ótimos resultados no Brasil (APHRT, “Jornal de Notícias”, Araraquara, 14/11/1907).

Clube era o nome que se dava a um grupo de lojistas que se organizavam para promover vendas a prestação, com sorteios semanais, até a entrega de bens a todos os prestamistas. Ou seja, o embrião dos consórcios e dos créditos. Modalidade muito disseminada no começo do século [XX] e altamente regularizada, tanto que o Código Tributário de 1902 a acoplava numa das modalidades de tributação (...). O sorteio era por intermédio da loteria federal. Cada Clube recebia uma denominação (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998, p. 46).

Semanalmente, os jornais anunciavam os ganhadores. Nesses Clubes, não havia distinção de etnia e nem de cor, qualquer pessoa podia participar. É claro, desde que tivesse possibilidade de pagar as prestações. Muitas vezes, também, as pessoas ficavam sócias de diversos Clubes. Desse modo, são vários os anúncios de ganhadores divulgados pela imprensa.

No *Club* cooperativo de roupas da conhecida “Alfaiataria das Modas”, do Sr. Bruno Opice, foi premiado hontem o n. 31 pertencente ao Sr. Paschoal Firmiano. (...) Foi premiado hontem no *Club* de jóias da acreditada relojoaria do Sr. João Lupo, o n. 31 pertencente ao sócio Sr. Antonio Angeroni (APHRT, “Jornal de Notícias”, Araraquara, 19/05/1907).



Nos *Clubs* da “Alfaiataria das Modas”, “1° de Janeiro” e “Alfaiataria Giglio”, foi premiado o n. 3 pertencente aos sócios Paschoal Papini, no primeiro, Epaminondas França, no segundo, e Miguel Ayello (APHRT, jornal “Correio do Américo”, Américo Brasileiro, 23/06/1907).

Nos *Clubs* cooperativo da acreditada “Alfaiataria das Modas” do sympático e amável Bruno Opice, e da “Confiança” do estimado João Lupo, foram premiados, no sorteio, hontem, o n. 71 pertencentes aos sócios Sr. Francisco Nusdeo e Plínio de Carvalho (APHRT, jornal “Correio do Américo”, Américo Brasileiro, s/data, 1907).

É interessante observar que, além dos patrícios como os senhores Paschoal Firmiano, Antonio Angeroni, Paschoal Papini, Miguel Ayello e Francisco Nusdeo, também participavam dos Clubes pessoas ilustres e de posses, como os políticos Epaminondas França e Plínio de Carvalho. Como visto, este foi prefeito de Araraquara durante todo o período de 1917 a 1930. Seja como for, isso mostra o bom relacionamento que determinados italianos mantinham com a elite local. A propósito, ficou constatado que, em 1928, quando começou a se tornar pública a estreita relação da *SIU* com o Partido Nacional Fascista, a prefeitura lhe enviou uma circular fazendo as cobranças dos impostos desde o ano de 1924 (provavelmente a partir do ano em que a *SIU* começou a funcionar também como sede local do *Fascio*). Como resposta, ela expediu um ofício à Câmara Municipal solicitando a isenção desses impostos.

A Sociedade Beneficente Italiani Uniti (...) vem por seu presidente expor e requerer a V. V. Exxas. o seguinte: (...)

Terminada a sua construção, deixou a Sociedade de pedir os favores pela edilidade concedida a todos os que com suas construções concorrem para o embelesamento da cidade, pelo facto de nunca ter sido cobrada de imposto predial, o que lhe fez acreditar que a Municipalidade assim procedia, por tractar-se de uma sociedade beneficente, e, que difundia a instrução entre os filhos de colonos italianos, para o que mantêm escolas.

Há pouco porém, recebeu a Sociedade Italiani Uniti, uma circular de cobrança de impostos pela sociedade devidos a contar do anno de 1924 pelo que, tomando sua directoria conhecimento dessa circular, resolveu em Assembléia de 22 de maio do corrente anno, representar a V. Exxas, no sentido de pedir isenção de impostos, em vista dos fins a que Ella se destina, e acima enumerados, eis porque vem respeitosa e solícita solicitar da Ilma. Câmara Municipal de Araraquara, essa isenção a título de auxílio a obra meritória que vem desenvolvendo, tendo em vista que os seus rendimentos são reduzidos e representado pelo immovel onde está installada a sua sede social, e pela mensalidade de seus associados, o que mal dá para as despesas forçadas que tem com o cumprimento do programa a que se obrigou pelos seus estatutos.

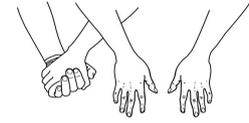
Confiada no altruísmo com que sempre age a Câmara Municipal de Araraquara, espera o Suppte. que seja concedida a sociedade que representa os favores pedidos, o que muito lhe beneficiará, servindo de incremento para a realização de seus esforços.

Araraquara, 12 de junho de 1928.

Giuseppe Aufiero (Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Araraquara<sup>122</sup>, Ofício avulso, 1928).

---

<sup>122</sup> Doravante APMPA.



Tendo em vista as boas relações que os integrantes das associações sempre procuraram manter com os políticos locais, e não são poucos os indícios,<sup>123</sup> não surpreende saber que eles conseguiram a isenção dos impostos. Esta veio anotada no próprio ofício.

A comissão é de parecer que seja concedida a isenção dos impostos predial somente pelo tempo em que o edifício for utilizado para o presente fim que se destina.  
Sala das sessões, 28 de julho de 1928.  
Sebastião Lacerda Corrêa, João Ignácio do Amaral Gurgel (APMPA, Ofício avulso, 1928).

Deixando de lado a demonstração do quadro geral dos membros das associações, vamos nos deter agora especificamente em seus dirigentes.

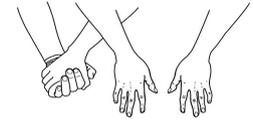
### 3.1.1 Ascensão social e financeira de parcela dos dirigentes

Segundo Bertran Hutchinson (1960, p. 13), “o estudo do imigrante italiano revela de maneira fascinante o processo pelo qual o imigrante, de um começo insignificante, edifica um negócio lucrativo (...), que lhe permite, ou aos seus filhos, ascender a nível mais elevado da hierarquia de *status*”. De fato, vale lembrar que na *SIU* o início do ano de 1926 foi demasiadamente conturbado em virtude das contestações de elevação das taxas de admissão e de mensalidade. Houve dissidências entre dois grupos que, ao que tudo indica, diferenciavam-se por suas posses materiais. Esse episódio chamou a atenção para a questão da ascensão social e financeira de seus membros e como ela se expressava nos conflitos internos da associação. Desse modo, esta seção se ocupa em fazer o perfil social e econômico de parte dos integrantes das associações. Para tal, reabrimos uma questão muito controversa na literatura que trata da imigração italiana em São Paulo: a da posse da propriedade como meio de ascensão social.

A concentração de estudos sobre este tema está mais situada no setor rural, dada a importância da questão da transição das relações de trabalho no setor cafeeiro e a existência de um número maior de documentação. Assim, não foi por menos que a longa discussão sobre a natureza das relações de produção vigente no colonato se constituiu num eixo claro de controvérsias a respeito da possibilidade de ascensão social da família trabalhadora imigrante. Tais controvérsias acabaram por dividir os estudiosos em duas linhas de opiniões, que

---

<sup>123</sup> Note-se, por exemplo, que não era incomum o ato de fazer doações à Câmara Municipal. Aparecem arrolados no *Livro de Distribuição da Escrituras do Cartório de 1º Ofício* (APHRT, respectivamente nº 3 e nº 4) Américo Danielle, cuja doação ocorreu no dia 10/03/1911, no valor de cem mil-réis, e Giuseppe Aufiero, no dia 05/03/1919, com a quantia de duzentos mil-réis.



passaram a ser chamadas de “otimistas” (grosso modo, aqueles que acreditam que a posse da terra garantiu a ascensão social) e “pessimistas” (os que não acreditam) (FAUSTO, 1991).<sup>124</sup>

Já para a área urbana, menor atenção foi dispensada pela historiografia, sobretudo pela carência de fontes (ALVIM, 1986). Destaca-se, porém, o trabalho da historiadora Zuleika M. F. Alvim. Entre os seus estudos, distinguimos, resumidamente, o que tem como base o ano de 1910, no qual ela constatou que, entre os estrangeiros, os italianos ocupavam o primeiro lugar como proprietários de imóveis nos centros urbanos. Mas em relação ao valor desses imóveis, a posição deles caía para o oitavo lugar, numa lista de onze nacionalidades identificadas. Além disso, no caso da Capital, a grande maioria das propriedades italianas se concentrava em bairros pobres como o Brás, o Bom Retiro, a Barra Funda, o Belenzinho e a Bela Vista, que eram bairros industriais. Baseada, então, nesses dados, Alvim argumenta que a posse da propriedade urbana em São Paulo, ou em qualquer outra parte do interior, não garantiu uma forma de ascensão social para o imigrante (ALVIM, 1986, pp. 142-143).

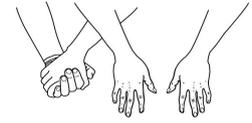
Controvérsias à parte, o que nos interessa aqui, é mostrar no âmbito do particular, ou seja, da *história local*, os índices de propriedades concentradas nas mãos de uma parcela dos dirigentes das associações, pois, ao contrário de Alvim, somos da opinião que eles podem ser indicativos de suas ascensões sociais. As razões que nos levam a pensar assim estão ancoradas, primeiramente, no desenvolvimento da atividade industrial no município de Araraquara, em decorrência da dinâmica da expansão cafeeira e das necessidades surgidas devido ao bom desempenho da acumulação no café, a qual proporcionou uma situação de expansão econômica e de prosperidade (LORENZO, 1979, p. 73). Convém lembrar que um quadro semelhante começou a surgir na Capital em fins do século XIX. Os amplos recursos financeiros proporcionados pela atividade cafeeira impulsionaram o desenvolvimento industrial. Segundo Hutchinson,

O imigrante pobre torna-se abastado de um dia para o outro; o brasileiro próspero torna-se rico; e o migrante rural não especializado consegue ter um nível de vida melhor com o salário que percebe como operário semi-industrializado ou especializado. O empreendimento econômico foi, e continua a ser, um meio importante de obter *status* social na cidade de São Paulo (HUTCHINSON, 1960, pp. 208-209).

De modo que, “grande parte da mobilidade social verificada na cidade [São Paulo] é produto, naturalmente, da extraordinária velocidade do desenvolvimento industrial” (HUTCHINSON, 1960, p. 207). A outra razão, por sua vez, que ocorre simultaneamente à

---

<sup>124</sup> Segundo Boris Fausto (1991), entre os “brasilianistas” que seguem a linha dos “otimistas” destacam-se Thomas Holloway e Maurício Font e na dos “pessimistas” Michael Hall e Warren Dean.

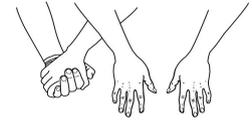


primeira, sustenta-se na hipótese de que não se pode descartar que o associativismo aumentou consideravelmente as chances de mudança na condição social dos dirigentes à medida que enriqueceu o leque de interações e de vivências que extravasaram o círculo social de origem, uma vez que os dirigentes estavam em constante contato com a elite local, inclusive via maçonaria. Ainda vale sublinhar, como bem observou Estrada (1992, p. 71), que “as aquisições de imóveis se constituíam em mecanismos de estabilidade, respaldo provisional e financeiro e, ao mesmo tempo, um elemento de fixação”.

Assim, utilizamos como fonte as escrituras de compras e de vendas de imóveis, que estão registradas nos *Livros de Distribuições das Escrituras dos Cartórios* (APHRT), cujo período pesquisado se estendeu de 1895 até 1928. Antes, porém, é preciso ter em conta que tais Livros não informam se as propriedades adquiridas são urbanas ou rurais. Especificamente, neles é anotada toda a movimentação financeira ocorrida nos Cartórios, assim como hipotecas, cessões de direito, penhores, compras de máquinas agrícolas, contratos públicos, permutas, arrendamentos etc. Na verdade, eles são preciosos documentos históricos que informam, entre outras, todas as transações de compras e de vendas de imóveis, as quais constituem uma demonstração de capital que, por força das circunstâncias, foi posto em movimento. Além disso, eles representam um “termômetro” na escala de poder (ou na perda dele).

Todavia, antes de entrarmos na discussão essencial, é indispensável dizer que anterior ao ano de 1900 há registros dos italianos pesquisados no *Livro de Distribuição das Escrituras do 1º e 2º Ofícios*, nº 2 (APHRT), que datam dos anos de 1895 e 1896. Porém, neles não estão registrados os valores de compras e de vendas, mas demonstram que certos italianos já negociavam imóveis antes do século XX.

Há de se ressaltar que partimos do pressuposto que diversos caminhos levaram esses italianos a alcançar o *status* de proprietário de imóveis urbanos ou rurais: com o fruto do trabalho nas fazendas de café; após ter passado por uma situação intermediária em outras cidades, como negociantes; como empreiteiros ou mesmo exercendo profissão extra-agrícola; ou mesmo já ter vindo da Itália com alguma economia e experiência comercial e até mesmo certo grau de instrução (ALVIM, 1986, p. 155). Exemplos concretos dessas situações foram identificados aos cruzarmos as informações contidas no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), o *Álbum de Araraquara, 1915* (APHRT), os *Autos de Casamentos, 1889-1932* (APHRT), entre outros, com as escrituras de compras e vendas de imóveis, as quais já foram mencionadas. Na intenção de não sobrecarregar a leitura



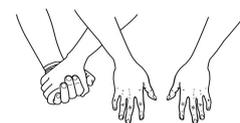
com longas citações, no Apêndice A estão disponibilizadas todas as trajetórias em que foram possíveis a historicidade. Todavia, oportunamente antecipamos algumas:

Luigi Selleri nasceu na província de Bolonha, região da Emilia Romagna (Norte da Itália), no ano de 1875. Nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), ele foi registrado doze vezes no período que se estende de 1898 a 1910. Todas como padrinho de casamento. Consta no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) que, entre os anos de 1901 e 1902, ele exercia a profissão de sapateiro. Em 1908, além de sapateiro, Luigi está cadastrado como possuidor de um botequim. Já em 1911, parece que ele ampliou mais os seus negócios, pois está inscrito como proprietário de confeitaria e botequim. Alguns anos depois, Luigi torna-se proprietário de uma fábrica de bolachas e de uma loja denominada “Casa Bologna” (Álbum de Araraquara, 1915). Sabe-se que ele fez transações de compras de imóveis entre os anos de 1911 a 1923. A aquisição mais alta foi no valor de seis contos de réis, em 1912. Além de ter sido um dos fundadores da *SIB*, Luigi foi presidente desta associação por diversas vezes. Também participou como membro da *SIU*, ocupando cargos na diretoria durante cinco gestões. Consta que ele foi nomeado para o cargo de Agente Consular da Itália em Araraquara no dia 17 de março de 1950 (AESP, Acervo do DEOPS, prontuário nº 103974).

Oswaldo Negrine nasceu na província de Mântua, região da Lombardia (Norte da Itália), no ano de 1885. Ele foi registrado oito vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) no período que se estende de 1898 a 1929. Um desses registros foi o do seu casamento no ano de 1906. Consta que ele morava em Rincão (perto de Araraquara) e, em 1904, possuía um comércio de secos e molhados (APHRT, *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913*). No *Álbum de Araraquara, 1915*, Oswaldo está classificado como “empresário da limpeza pública” e fazendeiro, ambos em Rincão. É possível que ele tenha fixado residência em Araraquara por volta do ano de 1917, pois temos conhecimento de que ele era proprietário de uma empresa que comercializava cereais e gêneros, situada na Rua Itália (APHRT, *Jornal L’Alpino*, Araraquara, 27/05/1917). Já em 1929, último registro de casamento, ele foi inscrito como capitalista e naturalizado brasileiro. Sabe-se que ele fez diversas transações de compras e vendas de imóveis. Ao todo foram sete, entre os anos de 1924 a 1928. Todas elas de valores relativamente altos. Oswaldo teve participação ativa na *SIU* e começou a ocupar cargos na diretoria a partir da gestão de 1923 até o fechamento da mesma, consecutivamente.

Agostino Tucci nasceu em *Spezzano Albanese* (província de Cosenza, região da Calábria) em 1859. Ele era de família rica, proprietária de *sorgenti minerali* (fonte de água mineral). Agostino estudou engenharia na *Università di Napoli*, onde se diplomou. Casou-se com Maria Vicencia Bevaqua e tiveram oito filhos, dos quais um deles nasceu no Brasil. Ele migrou para o Brasil em 1894, juntamente com seu filho mais velho, Albino Tucci, e morou, primeiramente, em São Paulo na Vila Mariana. Um tempo depois, ele voltou à Itália para buscar a família. Não se sabe ao certo a data do retorno. Em São Paulo, Agostino trabalhou como engenheiro civil e participou da equipe que construiu o Teatro Municipal. Ele sofria de asma e o clima da Capital não era apropriado para sua saúde. Então, mudou-se para Cezario Bastos, bem perto de Araraquara.<sup>125</sup> Lá, conforme consta no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissões, 1899-1913* (APHRT), ele montou um comércio de roupas e armário e também trabalhava como construtor. Isso ocorreu durante o período de 1908 a 1912. Provavelmente, Agostino veio para Araraquara em 1913. Aqui, além de trabalhar como construtor, ele também tinha uma fábrica de ladrilhos. Estabeleceu-se na Rua 3 (São Bento), nº 70, onde funciona atualmente o conhecido

<sup>125</sup> Essas informações foram obtidas na entrevista realizada com o Sr. Carmini Tucci, neto de Agostino Tucci, em 21/11/2007.

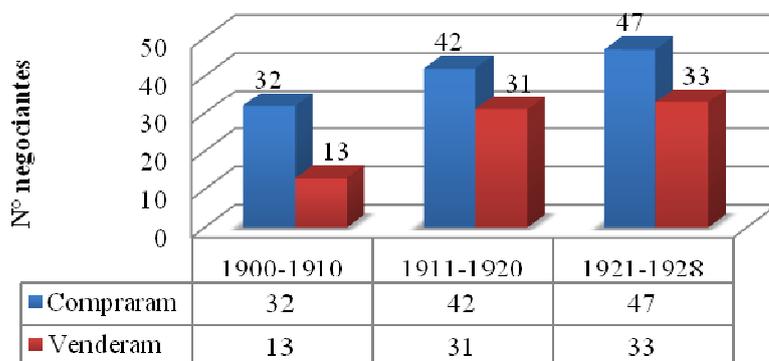


*Foto Tucci*, cujo prédio sempre pertenceu a sua família. Agostino foi registrado duas vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). A primeira, no casamento de sua filha, em 28 de julho de 1917, e, a segunda, no casamento de seu filho no dia 7 de março de 1923. Neste último, ele já estava com 64 anos. Sabe-se que ele adquiriu uma propriedade, em 1919, no valor de treze mil-réis, e vendeu duas, respectivamente nos anos de 1907, de cinco contos e duzentos mil-réis, e de 1927, no valor de um conto e quinhentos mil-réis. Ele participou da fusão da *SIB* com a *SIMS* e foi membro da *SIU*. Desta última, ocupou cargos nas gestões de 1921 e 1922. Agostino foi um dos fundadores da *Loja Maçônica Caridade Universal Terceira*, de Araraquara.

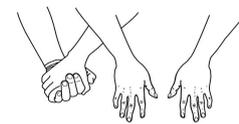
Cabe aqui enfatizar que nem todos os dirigentes estavam incluídos nos *Livros de Distribuição*. Da *SIU* foram encontrados trinta e nove membros registrados, de um total de setenta e oito integrantes que passaram pela diretoria durante a sua existência (1920-1941), ou seja, cinquenta por cento. Igualmente à *SIU*, o número da *SIB* também foi bem expressivo. Dos trinta e dois membros que integraram a diretoria no decorrer dos anos de 1908 a 1918 (período referente às Atas), localizou-se dezenove, isto é, quase sessenta por cento. Já da *SIMS* e da *SMU* não conhecemos todos os seus integrantes. Então o montante pesquisado ficou reduzido: de quatro membros da *SIMS*, encontramos dois e, da *SMU*, de vinte pesquisados, situamos quatro. Abstraindo do baixo resultado dessas duas últimas associações, não há dúvida de que a *SIB* e a *SIU* nos fornecem condições de avaliarmos, mesmo que parcialmente, a escalada econômica de boa parte dos dirigentes.

Assim, para melhor visualizarmos as informações, dividimos a exposição em dois gráficos: o Gráfico 3.1, que se refere ao número de dirigentes que negociaram imóveis; e o Gráfico 3.2, que demonstra o valor pago na negociação desses imóveis.

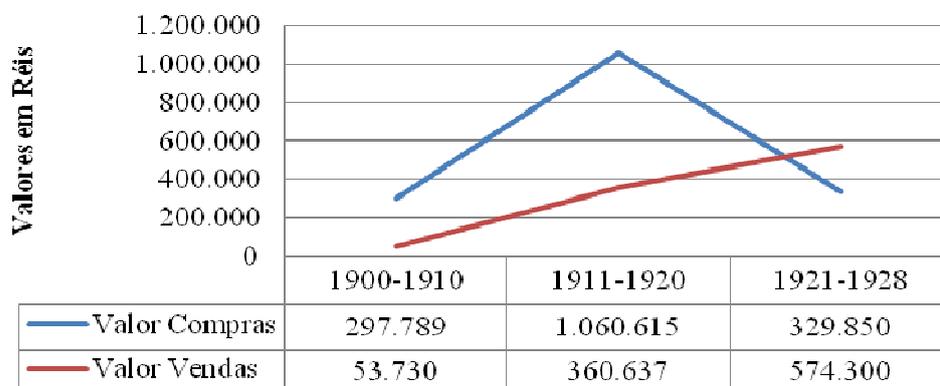
**Gráfico 3.1: Número de dirigentes que compraram e venderam imóveis (1900-1928)**



Fonte: APHRT, Livro de Distribuição das Escrituras do Cartório de 1º Ofício, nº 3; Livro de Distribuição das Escrituras do Cartório de 1º Ofício, nº 4; Livro de Distribuição das Escrituras do Cartório de 2º Ofício, nº4. Livro de Distribuição das Escrituras do 1º e 2º Ofícios, nº 2.



**Gráfico 3.2: Compras e vendas de imóveis efetuadas por parcela dos dirigentes (1900-1928)**

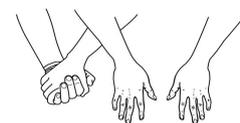


Fonte: APHRT, Livro de Distribuição das Escrituras do Cartório de 1º Ofício, nº 3; Livro de Distribuição das Escrituras do Cartório de 1º Ofício, nº 4; Livro de Distribuição das Escrituras do Cartório de 2º Ofício, nº 4. Livro de Distribuição das Escrituras do 1º e 2º Ofícios, nº 2.

Obs: os valores estão expressos na moeda da época: Réis

Como demonstra o Gráfico 3.1, no período que se estende de 1900 a 1910, ou seja, num intervalo de dez anos, o número de dirigentes que efetuaram compras de imóveis (32) foi superior aos que venderam (13). Essa constatação também é visível para o período de 1911-1920, que equivale a um intervalo de nove anos, onde 42 membros pertencentes às diretorias adquiriram imóveis e 31 venderam. Igualmente aos períodos anteriores, o mesmo ocorreu entre os anos de 1921-1928, intervalo de sete anos, em que 47 deles compraram e 33 venderam imóveis. Ou seja, durante todos os períodos o número de compradores foi sempre superior ao de vendedores, o que indica que cada vez mais dirigentes conquistavam uma mudança positiva em sua condição econômica.

Por sua vez, o Gráfico 3.2 evidencia que, no período que compreende os anos de 1900 a 1910, o volume de compras foi superior ao de vendas. Neste período, em decorrência da expansão cafeeira, a população araraquarense começou a aumentar e, conseqüentemente, surgiram as pequenas empresas produtoras de bens de consumo (de 1901 a 1910 foram 40) voltadas, principalmente, para a satisfação das necessidades locais (LORENZO, 1979, p. 55). Como já tivemos oportunidade de mostrar no primeiro capítulo, os imigrantes italianos estavam inseridos nos diversos segmentos comerciais da cidade. Todavia, para demonstrarmos como os dirigentes se inserem nesse contexto, tomamos como exemplo as atividades profissionais dos italianos que ocuparam cargos na *SIB*, durante a sua existência, com base no ano de 1908.



**Quadro 3.3: Atividades profissionais dos membros que representaram a diretoria da SIB, 1908**

<b>Representantes</b>	<b>Atividade profissional</b>
Amabile Fattori	Alfaiate
Egisto Chini	Sapateiro
Innocenzo Redighieri	Fabricante de charutos
Enrico Bonetti	Músico
Umberto Destefani	Proprietário de restaurante
Paolo Alimonda	Comércio de salsicha
Luigi Selleri	Sapateiro
Giuseppe Silvestre	Marceneiro
Ildebrando Pinotti	Lavrador*
Alberto Cestari	Pintor
Alessandro Rossi	Fabricante de cerveja
Domenico Carlini	Fabricante de gasosa
Pietro Davoli	Carroceiro
Santi Miari	Comerciante
Erminio Canton	Ferreiro e carpinteiro
Viuma Zecco	Fabricante de cadeiras
Luigi Batelli	Comércio aguardente
Américo Danielli	Torrefador de café
Bruno Opice	Alfaiate
Pietro Galeazzi	Comerciante
Enrico Lupo	Joalheiro
Antonio Zerbini	Comerciante
Luigi Golfieri	Professor
Augusto Bertani	Comerciante
Giuseppe Donzelli	Alfaiate
Gaspare Goi	Pintor

Fonte: Livro de Atas da SIB; APHRT, *Autos de Casamentos, 1889-1932 e Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Album de Araraquara, 1915.*

Notas:

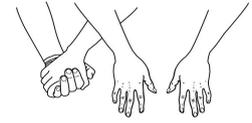
\*Não há informação se ele era proprietário ou empregado da fazenda.

Obs: Não foram incluídos seis dirigentes por falta de informação sobre suas profissões (Como visto, a SIB teve 32 dirigentes durante a sua existência).

Nota-se, com base no ano de 1908, que a diretoria que representou a SIB era composta por uma maioria de trabalhadores semiquilificados e do comércio.<sup>126</sup> Verifica-se, além disso, a quase inexistência de membros dedicados às tarefas agrícolas, o que pode ser justificado pela distância do centro social e pela maior taxa de analfabetismo, tão comum no espaço das fazendas. Supõe-se, portanto, que no período de 1900 a 1910, o volume maior das compras pode estar ligado ao estabelecimento dos dirigentes no município.

No período seguinte, 1911-1920, há um crescimento vultoso no volume das compras. No entanto, apesar do montante de vendas ter ficado abaixo, seu valor não é desprezível, sobretudo se compararmos ao período anterior. Observando o Gráfico 3.1, pode-se verificar que neste mesmo período também aumenta o número de dirigentes que fizeram

<sup>126</sup> Não há informações se esses italianos passaram primeiramente pelas fazendas de café da região.

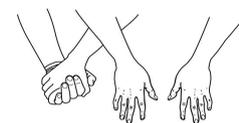


transações de vendas. Supõe-se, entretanto, que o montante de vendas pode ter sido incentivado pela vinda de pessoas procedentes de outras regiões em razão do crescimento urbano. Certamente não se pode negar que foi um período altamente positivo para o desenvolvimento de Araraquara, pois nele firmaram-se e diversificaram-se as atividades iniciadas na região desde os primeiros anos do século. Para se dar uma ideia, o número de estabelecimentos industriais saltou de 40, como já mencionado, para 126 (LORENZO, 1979, p. 56) e isso numa economia capitalista tende a elevar o nível geral do poder aquisitivo que, para o indivíduo, pode manifestar-se sob a forma de aumento de oportunidades de êxito econômico e de possibilidade de progresso (HUTCHINSON, 1960, p. 3). Com bem observa Hutchinson (1960, p. 4), o desenvolvimento industrial produz mobilidade econômica, ocupacional e, como já assinalamos, social.

De modo que a concentração dos negócios foi elevada tanto para os que compraram quanto para os que venderam propriedades. O volume de compras, portanto, pode ser indicativo da ascendência econômica dos dirigentes. Nesse sentido, vale a pena notar que não eram raras as viagens a passeio para Europa empreendidas por eles. Entre outros exemplos constatados, citamos o de retorno de Vincenzo Puchantti:

Regressou de sua viagem à Itália, onde fora a passeio, o Sr. Vicente Puchantti, próspero e adeantado pomicultor, residente em Américo Braziliense. Visitamol-o cordeal e effusivamente, dando-lhe as boas vindas (APHRT, Jornal “O Comércio”, Araraquara, s/data, 1911).

Ainda é importante salientar que a cúpula da *SIU* já era formada por membros influentes e financeiramente bem sucedidos, cujas atividades profissionais eram bem diversificadas, conforme podemos verificar:



**Quadro 3.4 Atividades profissionais dos sócios que compuseram a diretoria da SIU, 1921-1938**

Atividades profissionais	Nome do sócio	Total
médicos	Antonio Piccaroni, Giuseppe Aufiero, Luigi Palamone e Gennaro Granata	4
engenheiros	Augusto Bignardi e Gianelli Ferruccio	2
construtores	Agostino Tucci e Arturo Rizzoli	2
Procurador do Banco Francês-Italiano	Adolfo Criscini	1
industriais	<b>Enrico Lupo</b> , Andrea Vigorito, <b>Luigi Selleri</b> , <b>Domencio Carlini</b> , Giuseppe Opice, Affonso Lombardi, Giovanni Masiero, Pietro Martini, Alessandro Zaranela, Rolando Lupo e <b>Paolo Alimonda</b> .	10
banqueiros	Silverio Minervino	1
barbeiros	Gregório Angelieri	1
alfaiates	Domenico Rosito e Adolfo Lainetti	2
guarda-livros	Mario Golfieri e Pietro Firmiano	2
açougueiros	Americo de Checchi	1
fazendeiros	Vincenzo Puchantti, Francesco Palamone e Francesco Ferrarezi	3
comerciantes	Felippe Mauro, Augusto Zenerin, Gaspare Abritta, Eugenio Casale, Antonio Blundi, Caetano Mirabeli, Giuseppe Palamone Lepre, Alfredo Boccucci, Andrea Rosito, <b>Giuseppe Donzelli</b> , Luigi Gaetani, Nicola Barbato, Pietro Galeazzi, Antonio Zerbini, Amabile Fattori, Vincenzo Gravina, Oswaldo Negrini, Carmelo Tenuta, Enrico Somenzari, Francesco Gravina, Enrico Dall'Acqua, Michelle Loria, Temistocle Fioretti, Anselmo de Checchi, Vincenzo Gullo, e <b>Bruno Opice</b>	27

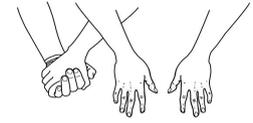
Fonte: APHRT: *Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913*; Telarolli (2002).

Notas:

a) Como é sabido, ao todo foram 78 sócios que assumiram cargos de direção na *SIU*, mas não foi possível identificar as atividades profissionais de todos eles; b) Os nomes em negrito são daqueles que já tinham ocupado cargos na diretoria da *SIB*.

Deste quadro, é relevante ressaltar (em relação ao quadro 3.3) a mobilidade social, devido à ampliação dos negócios, dos italianos: Luigi Selleri (sapateiro); Domenico Carlini (fabricante de gasosas); Bruno Opice e Giuseppe Donzelli (alfaiates); Paolo Alimonda (fabricante de salsichas). Destaque-se, entretanto, Enrico Lupo, que era joalheiro e se tornou industrial no ramo de meias. Além disso, destacam-se diversas profissões de prestígio. Logo, o quadro demonstra que houve desde as mobilidades mais modestas até as mais acentuadas.

Já no último período, 1921-1928, há uma redução considerável no volume de compras em relação ao período anterior. Nele, o volume de vendas ultrapassa o de compras. Mas, se observarmos mais atentamente, o número de dirigentes que compraram foi superior ao número dos que venderam (Gráfico 3.1, 1921-1928), o que sugere que os valores das propriedades foram menores. Enfim, o elevado volume de vendas pode indicar um sinal de acúmulo de capital patrimonial. Portanto, os gráficos de compras e vendas de imóveis



apontam que no decurso dos períodos analisados, sobretudo em decorrência do desenvolvimento urbano e industrial, os dirigentes ascenderam tanto financeira como socialmente. Sociologicamente, a ascensão social e econômica dos dirigentes pode apontar um rearranjo nas relações sociais entre imigrantes e sociedade local.

### 3.1.2 A questão da naturalização

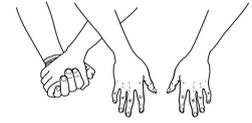
Outro ponto que merece ser discutido no contexto dos dirigentes das associações é a questão da naturalização. Ela foi um dos grandes dilemas enfrentados pelos italianos no Brasil, sobretudo, porque, em nosso entender, pela primeira vez em terras brasileiras o sentimento de italianidade, conforme já a definimos no primeiro capítulo, foi colocado à prova.<sup>127</sup> Por isso, é preciso ponderá-lo. Informações disponíveis em Savoldi (1998) atentam, primeiramente, para os diferentes significados entre as terminologias nacionalidade e cidadania no Direito Constitucional de ambos os países, Brasil e Itália. No Brasil, a nacionalidade é definida como “o laço jurídico-político de direito público interno, que faz da pessoa um dos elementos componentes da dimensão pessoal do Estado”. Ou seja, o nacional é o brasileiro nato ou naturalizado. Por sua vez, o cidadão é conceituado como “o nacional no gozo dos direitos políticos e que participa da vida do Estado” (SAVOLDI, 1998, p. 9).

Já no caso italiano, a nacionalidade significa o pertencimento do indivíduo a uma determinada nação, que é compreendida como uma comunidade onde as pessoas têm a mesma origem étnica, linguística, histórica e cultural, e possuem consciência de sua identidade. A cidadania é conceituada como “uma situação jurídica subjetiva de pertencimento a uma comunidade política institucionalizada (o Estado), que contempla um complexo de direitos e deveres”. Isto é, ela está associada a questões jurídico-administrativas (SAVOLDI, 1998, p. 9).

Logo, os critérios que definem a nacionalidade e a cidadania nesses dois países expressam realidades sociais diversas. São eles: o *jus sanguinis* e o *jus soli*. O primeiro se baseia no direito de sangue e, geralmente, é adotado em países de emigração, como a Itália, com o pressuposto de que, mesmo reduzindo sua população, o número de nacionais não diminui; quem tem sangue italiano é italiano. E o segundo segue o critério da origem

---

<sup>127</sup> Como já tivemos a oportunidade de demonstrar no capítulo anterior, a segunda vez ocorreu especificamente com as instituições italianas, em 1938, na ocasião da publicação dos decretos-lei publicados no governo Vargas e, a terceira, quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial.



territorial. São exemplos dele os países da América do Sul, onde se insere o Brasil, que recebem constantemente correntes emigratórias; brasileiro é quem nasce no Brasil (SAVOLDI, 1998, p. 10 e 35).

Quando foi promulgada a Constituição Republicana de 1891, em seu Artigo 69, consideravam-se brasileiros:

Parágrafo 4º - os estrangeiros que, se achando no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;

Parágrafo 5º - os estrangeiros que possuem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891).

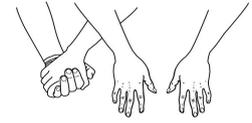
Tratava-se, porém, de uma naturalização tácita<sup>128</sup> (ou, como assinala Rios [1959, p. 19], uma “naturalização a toque de tambor”). O texto da lei foi publicado em 1889, ano da Proclamação da República, causando grande preocupação para a diplomacia italiana. O ofício emitido em 14 de outubro desse mesmo ano, pelo consulado italiano do Rio de Janeiro, discorria uma série de dificuldades a serem enfrentadas pelos imigrantes italianos se porventura essa lei fosse aprovada, entre as quais: a ignorância da lei por parte da maioria dos imigrantes; a carência dos meses; o tempo para cumprir as formalidades requeridas; e as dificuldades de comunicação da comunidade. Como consequência, muitas circunstâncias concorreriam para fazer com que um número substancial de imigrantes perdesse a sua nacionalidade de origem, praticamente sem saber e compreender a importância do fato, sem poder, ao menos, tentar opor-se à lei. Somando-se a isso, ainda havia os preceitos do código civil italiano que prescrevia que a aceitação de outra nacionalidade incorria na perda da cidadania italiana, mas não da isenção de prestar o serviço militar. Nesse caso, os indivíduos se tornariam desertores do Reino e, como tal, proibidos de retornar à pátria. Ainda, segundo o ofício em questão, para a Itália, haveria grandes danos tanto para seu exército, que perderia milhares de soldados, quanto para sua economia, que poderia ser abalada pela redução da exportação (Biblioteca do *Ministero degli Affari Esteri*<sup>129</sup>, *Documenti Diplomatici, 1889-90*, Rio de Janeiro, 14/10/1889, pp. 6-9).

Por sua vez, o Cônsul de Porto Alegre, Mario Marefoschi Compagnoni, acreditava que os danos seriam menos graves para os italianos que viviam na cidade devido à maior facilidade de comunicação. Ademais, eles estariam menos sujeitos às pressões e

---

<sup>128</sup> É aquela que independe de requerimento ou manifestação do indivíduo, sendo adquirida por meio de lei especial, de caráter geral.

<sup>129</sup> Doravante BMAE.



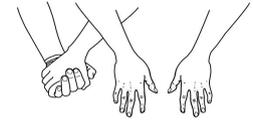
opressão como geralmente ocorria nas colônias, onde a implantação da lei se anunciaria como uma verdadeira desgraça (BMAE, *Documenti Diplomatici*, 1889-90, Porto Alegre, 31/10/1889, p. 11).

De fato, assinala Conte Rozwadowski, Cônsul de São Paulo, o operário residente na cidade certamente será informado das disposições contidas na nova lei e fará sua declaração dentro do prazo indicado. Todavia, o número de trabalhadores rurais espalhados pelas diversas fazendas do interior é muito superior e eles dificilmente terão conhecimento dos fatos. É quase certo que os fazendeiros não lhes informarão. Em sua opinião, os resultados desta lei viriam favorecer unicamente os candidatos a deputado que poderiam contar, seguramente, com um aumento considerável de votos dados pelos imigrantes, forçadamente ou com nenhum conhecimento da vida política. Na verdade, ele estava se referindo aos italianos que, mediante um pequeno presente, se prestavam a votar sem nunca ter sido verificado se eram legalmente eleitores ou mesmo por extorsão (BMAE, *Documenti Diplomatici*, 1889-90, São Paulo, 2/11/1899, pp. 12-13).<sup>130</sup>

Em março do ano seguinte (1890), Conte Rozwadowski relatava suas dificuldades em divulgar os termos da lei aos conacionais. Ele expõe que as publicações nos jornais italianos da cidade de São Paulo, além de apresentar um efeito muito limitado, dariam margem a interpretações insensatas e malévolas. Foi então que ele decidiu fazer uma circular. Foram produzidos setenta e nove exemplares, todos escritos manualmente e expedidos em quarenta e cinco localidades diferentes de São Paulo e do Paraná, por intermédio de italianos que tinham contato frequente com os colonos espalhados pelas fazendas. Nas cidades menores, a primeira impressão que o Cônsul teve com os comerciantes foi de certo pânico, pois seus negócios sofreriam graves represálias se eles declarassem não aceitar a naturalização brasileira. Para encobrir essa luta interna entre interesses e afeto à pátria, eles alegavam que estavam aguardando um pronunciamento do governo italiano. Já com os

---

<sup>130</sup> Um caso típico de extorsão, e que aqui vale a pena registrar, resume-se no conteúdo principal de uma carta emitida ao *Ministero degli Affari Esteri*, em Roma, pelo Consulado Italiano, a qual descrevia uma séria agitação ocorrida na cidade de Jundiá (SP), no ano de 1894, entre os conacionais. Ela foi motivada pela publicação de uma circular do chefe de polícia, e também coronel da Guarda Nacional, o qual ordenava que todos aqueles que se encontravam inscritos na lista de eleitores políticos deveriam se alistar, no prazo de dez dias, na Guarda Nacional. Consta que, na época das últimas eleições, em 1892, dois irmãos italianos de péssima índole, condenados na Itália à revelia, pelo crime de apropriação indébita, naturalizados brasileiros, prestavam serviços para o chefe de polícia em troca de dinheiro. Pois bem, a mando deste, eles percorreram as fazendas localizadas no município de Jundiá, onde residia uma quantidade enorme de italianos, e extorquiram de muitos deles assinaturas em papel em branco, que serviram posteriormente para compor a lista eleitoral da cidade e, com ela, pedir a naturalização brasileira. Nessa lista, encontrava-se um grande número de trabalhadores rurais, inclusive analfabetos e menores de idade (ASMAE, *Inventario Serie P- Política (1891-1916)- Brasile*, Busta 281).



trabalhadores rurais, o temor era mais agudo, pois diversos fazendeiros ameaçavam despedi-los caso eles não quisessem se tornar brasileiros (BMAE, *Documenti Diplomatici*, 1889-90, São Paulo, pp. 74-75).

Ainda em seu relato, Conte Rozwadowski enfatizava que o sistema público que tratava das declarações dos estrangeiros era muito precário e quando funcionava era cobrada uma taxa de um mil réis para a expedição dos papéis. Além disso, a cada dia, acentuava-se a animosidade dos brasileiros contra os italianos que declaravam não querer mudar de nacionalidade (BMAE, *Documenti Diplomatici*, 1889-90, São Paulo, 1890, p. 102).

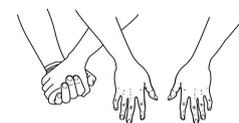
A respeito da negação dos imigrantes italianos em aceitar a naturalização, é interessante observar a passagem (ocorrida no início do século XX) narrada por Biondi:

O problema fundamental para os socialistas italianos foi o de criar, também no Brasil, um correspondente do partido que eles integravam na Itália, o PSI. Em diversos momentos tentaram fazer viver um partido socialista brasileiro que participasse das eleições locais e nacionais (...) pelo menos em São Paulo, o problema residia no fato de que os imigrantes italianos recusavam a naturalização, o que impedia qualquer processo de concretização deste partido, uma vez que eram eles que constituíam sua majoritária base de apoio (BIONDI, 2009, p. 51).

É oportuno observar que, segundo Rios (1959), a colônia italiana olhava os naturalizados com olhos de reprovação. Em vista disso, os italianos desenvolveram uma ideologia com o propósito de fugirem à pecha de traidores que lhes era atribuído pela colônia: “a italianidade seria um sentimento que pairava acima da condição jurídica. Não se devia confundir a *qualidade* de italiano e a *cidadania* italiana” (p. 20). Ressalte-se que, como visto anteriormente, a preservação da nacionalidade italiana era especialmente importante para os dirigentes da *SIU*. Segundo seu estatuto, o sócio que renunciasse voluntariamente à sua nacionalidade, por via diplomática, seria expulso do quadro social. Essa cláusula, de fato, era cumprida.

Seja como for, a pressão exercida pelas nações que tinham interesse em seus emigrados, não foi pouca. Tanto é que, em 13 de junho de 1890, foi publicado no *Diário Oficial* o Decreto n. 480 que prorrogava até 31 de dezembro, desse mesmo ano, o prazo para a declaração da não aceitação da naturalização brasileira (BMAE, *Documenti Diplomatici*, 1889-90, Petrópolis, 1890, p. 116). No entanto, com a inscrição do imigrante como eleitor, a lei brasileira fazia com que ele automaticamente passasse a ser cidadão brasileiro (Oliveira, 2008).

Entre os italianos das associações, conseguimos fazer um levantamento por meio dos livros de alistamentos eleitorais do município de Araraquara, referente aos anos de 1890 a



1927, nos quais consta a condição jurídica do alistado na ocasião do alistamento. É importante ressaltar que, a partir do ano de 1917, cujo número de alistamento deu um salto impressionante, os *Livros de Serviço Eleitoral* foram originários da Lei n° 3.139, do dia 6 de agosto de 1916, que modificava o regime eleitoral, de modo que nas eleições estaduais e municipais vigorasse o alistamento federal. Caso o cidadão se alistasse em mais de uma cidade, incorreria em multa e pena de prisão por seis meses. Ademais, perderia seus direitos políticos. Ela foi regulamentada pelo Decreto 12.193, do dia 6 de setembro do mesmo ano (Senado Federal). Então, partindo da consulta desses livros, foi pesquisado um total de 275 nomes e encontrados 88, o que equivale a 32%. Apesar do número não ser tão expressivo, ele também não é insignificante e pode perfeitamente nos dar uma noção de como parte dos membros das associações estavam divididos em relação à sua condição jurídica.

**Tabela 3.2: Condição jurídica de alguns sócios da SMU, SIMS, SIB e SIU (1890-1927)**

<b>Condição jurídica</b>	<b>Número de alistados</b>	<b>(%)</b>
<b>italianos</b>	49	55,7
<b>naturalizados brasileiros</b>	14	15,9
<b>sem registro</b>	10	11,4
<b>brasileiros*</b>	15	17,0
<b>Total de alistados</b>	<b>88</b>	<b>100,0</b>

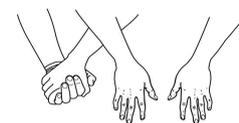
Fontes: APHRT, Livro de Alistamento Eleitoral do Município de Araraquara (n° 168 e n° 169); Livro Serviço Eleitoral, 1917-1927, n° 210; Livro Serviço Eleitoral, 1902-1912, n° 205; Livro Serviço Eleitoral, 1899-1912, n° 207; Livro Serviço Eleitoral, 1902-1919, n° 209; Livro Serviço Eleitoral da 1° seção, 1927-1929, n° 211; Livro Serviço Eleitoral da 3° seção, 1927-1928, n° 219.

Nota:

\*Filhos de italianos nascidos no Brasil.

Como se pode observar, o número de italianos que permaneceu com a naturalidade de origem (55,7%) foi bastante superior ao daqueles que optaram (ou “optaram”) por se naturalizar brasileiros (15,9%). Ainda em 1940, segundo os dados do IBGE, havia 185 homens italianos naturalizados brasileiros no município de Araraquara, para um total de 1.464 italianos deste sexo, ou seja, apenas um pouco mais de 12%.

Em relação aos dirigentes das associações, de um total de 88 membros foram identificados 38 deles. Isto é, 43,2%; um número, diga-se de passagem, bem razoável, conforme pode ser visualizado na Tabela abaixo:



**Tabela 3.3: Condição jurídica de parte dos dirigentes da SMU, SIMS, SIB e SIU (1890-1927)**

Condição jurídica	Número de alistados	(%)
italianos	25	65,9
naturalizados brasileiros	5	13,1
sem registro	5	13,1
brasileiros*	3	7,9
<b>Total de alistados</b>	<b>38</b>	<b>100,0</b>

Fontes: APHRT, Livro de Alistamento Eleitoral do Município de Araraquara (n° 168 e n° 169); Livro Serviço Eleitoral, 1917-1927, n° 210; Livro Serviço Eleitoral, 1902-1912, n° 205; Livro Serviço Eleitoral, 1899-1912, n° 207; Livro Serviço Eleitoral, 1902-1919, n° 209; Livro Serviço Eleitoral da 1° seção, 1927-1929, n° 211; Livro Serviço Eleitoral da 3° seção, 1927-1928, n° 219.

Nota:

\*Filhos de italianos nascidos no Brasil.

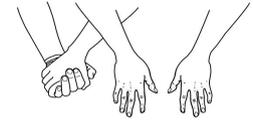
Nota-se que a diferença entre os que se mantiveram como italianos (65,9%) é altamente expressiva em comparação àqueles que se naturalizaram brasileiros (13,1%). Portanto, de modo geral, os participantes das associações não manifestaram o desejo de mudar de nacionalidade.

Deixando de lado a questão da naturalização, já suficientemente analisada, cabe agora questionar a pouca participação dos italianos na política local, com especial destaque para os dirigentes das associações.

### **3.1.3 Os dirigentes e suas escassas participações na política local**

Em Araraquara, no período entre 1890 e 1942, a participação dos italianos na política local foi muito reduzida. Sabe-se que foram eleitos apenas quatro até 1942. São eles: Luiz Minervino (vereador nas legislaturas: 1892-1894; 1902-1904), Américo Danielli (prefeito na legislatura de 1908-1910), Pedro Galeazzi (vereador nas legislaturas: 1926-1928; 1929-1930) e Benevento Colombo (vereador na legislatura de 1936-1937), sendo que os três primeiros pertenciam às associações e ocuparam cargos nas diretorias.

Sobre a pouca inserção dos italianos na política há autores que se apoiam na tese de que o problema está ancorado no sistema político brasileiro, baseado em oligarquias locais, cujo fundamento está na posse da terra (por exemplo, RIOS, 1959; e TELAROLLI, 1997) e, segundo argumenta Leite (2007), ao pesquisar os imigrantes italianos na política de Catanduva, aqueles que conseguiram se inserir foi exclusivamente porque a possuíam (seu argumento, entretanto, já não funcionaria para o caso de Araraquara). Por sua vez, para



Truzzi, Kerbuay e Barbosa (2010), que pesquisaram a inserção dos imigrantes na política dos municípios de Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara, Bauru e São José do Rio Preto, os fatores que mais contribuíram para a conquista da liderança política foram: o sucesso econômico, o diploma de nível superior ou os vínculos familiares. Todavia, eles constataram que, de fato, até 1945, há uma relativa escassez de elementos de origem imigrante na composição das Câmaras Municipais.

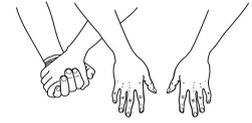
Já para Fausto (1995, p. 9), o problema estava na elite oligárquica, que barrava “eventuais tentativas de acesso dos imigrantes ao mundo político”. Contudo, Rios (1959, p. 21) prefere sustentar que foi o “individualismo dos italianos” que minou todas as tentativas de aglutinação e ação política.

Em que pesem esses argumentos, queremos aqui lembrar que, pelo menos no caso italiano, um dos problemas mais relevantes de sua escassa participação na vida política estava centrado na recusa à naturalização, como vimos atrás. Outro problema, não menos relevante, pode estar intrinsecamente relacionado às condições locais de cada colônia italiana pois, ao contrário de Araraquara, em Catanduva o quadro de inserção do imigrante italiano na política se mostrou diferente. Dez italianos ocuparam cargos de liderança política entre o período de 1918 e 1942<sup>131</sup> quase consecutivamente, incluindo dois dirigentes da *SIMS* “*Gd’A*”: Ricardo Lunardelli e Antonio Stocco. Isso, de certa forma, não condiz com o que Pisani (1937, p. 1053) enfatizou quando revelou que, em 1902, o *Fanfulla* promoveu uma pesquisa para saber da participação dos italianos na vida política local e constatou, salvo algumas exceções, que eles “preferiam manter-se afastados, conservando íntegro o caráter de origem e a sua independência”. Portanto, parece evidente, como já mencionado, que em Catanduva havia maior permeabilidade de inserção, enquanto que em Araraquara os italianos foram inseridos num contexto de prevalências de poder.

Nesse sentido, mais um aspecto a ser destacado na política araraquarense, entre os já assinalados em páginas anteriores, é o da violência. Durante o governo de Plínio de Carvalho (1917-1930, ininterruptos) eram frequentes os “atos de capangismo, arbitrariedades e intolerância a qualquer manifestação de oposição política” (Telarolli *Apud* SOUZA, 2003, p.

---

<sup>131</sup> Foram eles: José Zancaner (suplente vereador, 1918); Luis Basseto (vereador, 1925); Alfredo Minervino (vereador, 1926/1928/1929/1931; vice-presidente da Câmara, 1936; prefeito, 16/1/1937 a 30/5/1938); Ricardo Lunardelli (vice-presidente da Câmara, 1926/1928; presidente da Câmara, 1929/1931; Conselheiro do Conselho Consultivo, 16/3/1932 a 21/5/1932; presidente da Câmara, 1936); Antonio Stocco (vereador, 1929/1931); Antonio Zaccaro (prefeito, 30/9/1932 a 7/10/1932); Quirino Gastaldi (prefeito, 28/8/1933 a 5/9/1933); Angelo Zancaner (vereador, 1936-1937); Alcides Mazzoni (prefeito, 30/05/1938 a 10/6/1938); João Lunardelli (prefeito, 24/5/1941 a 5/9/1943) (Quaglia, 2003, pp. 14-18; Leite, 2007).



41). Segundo consta em Souza (2003), os fiscais municipais, que eram capangas de Plínio e portavam sempre armas na cintura, aplicavam surras exemplares nos cidadãos que não “seguiram a cartilha” e intimidavam os adversários, publicamente, a ponto de ninguém nunca ousar enfrentar o chefe do executivo, nem ao menos fazer críticas aos serviços municipais. Em 1931, depois de seu afastamento no ano de 1930, alguns políticos locais, por meio do jornal “O Imparcial”, lhe fizeram críticas severas:

#### A propósito de uma entrevista do Sr. Plínio de Carvalho

A ‘Folha da Noite’, do dia 7 do corrente, estampa uma entrevista que lhe concedeu o Sr. Plínio de Carvalho, a qual, além dos factos inverídicos por elle relatados, quanto à organização política dos actuaes dirigentes de Araraquara, traz a verdade, que elle agora confessa, de que **o alistamento eleitoral de Araraquara, feito sob o seu predomínio político**,<sup>132</sup> ‘foi o mais bandalho de que se tem notícia’, assim como de que o último pleito eleitoral para Presidente e Vice Presidente da República e para Deputados Federaes, effectuado neste município, ainda sob o seu predomínio e sob sua immediata direcção, não exprimiu realmente a vontade do eleitorado, porque foi distribuído arbitrariamente.

O mais interessante é que o Sr. Plínio envolve nessa maroteira toda a antiga política do 9º Districto, ‘houve accordos entre perrepistas e democráticos com prejuízo das chapas presidenciais, isto é, da Aliança Liberal’.

É possível que, a estas horas, já os antigos chefes políticos do 9º Districto estejam protestando contra semelhante accusação, que, nesse sentido, lhes é feita pelo entrevistado.

Aliás, qualquer commentário sobre os processos políticos do Sr. Plínio de Carvalho seriam o mesmo que ‘chover no molhado’, pois que, não só o próprio entrevistado confessa os seus pecados, como é também sabido que, em virtude de taes processos, arbitrários e offensivos à vontade livre do eleitor, havia em Araraquara uma abstinência quase completa dos cidadãos nas urnas, por ser inútil qualquer manifestação de voto pró ou contra a vontade soberana do antigo mandante.

Ainda estão na memória as aggressões e espancamentos que, antes da revolução, celebrisaram tristemente esta importante cidade. Agora podem attestar os habitantes e visitantes de Araraquara si reina, ou não, em nosso meio, um período de paz, de tranqüilidade de espírito e de reabilitação de costumes políticos e administrativos.

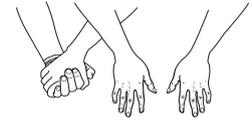
Não é verdade, como affirma o Sr. Plínio em sua entrevista que, com a Victória da revolução, o governo de Araraquara tenha cabido aos seus antigos partidários. A junta governativa deste município foi aclamada pelo povo em massa, no dia 25 de outubro de 1930, e ninguém poderá affirmar sem faltar com a verdade, que qualquer dos seus componentes tenha figurado, por qualquer título, no extinto Partido do entrevistado. As pessoas escolhidas pelo povo, além de possuir tradições em Araraquara, foram distinguidas pela sympatia e pela confiança popular, e espontaneamente, desde os primeiros momentos da libertação, e o modo porque as mesmas se conduziram no desempenho de seus encargos, pode ser attestado pela população desta cidade. (...)

Quanto à política, este município não é mais terra de senhores escravos, pois cada um terá as convicções políticas que entender, sem que ninguém o mande espancar, por isso. (...)

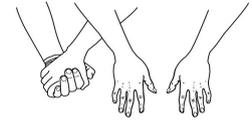
Araraquara, 14 de dezembro de 1931.

Augusto Freire da Silva Junior, Christiano Infante Vieira, Mário Arantes de Almeida, José Maria Paixão, Francisco Vaz Filho e José Abreu Isique (APHRT, jornal “O Imparcial”, Araraquara, 19/12/1931).

<sup>132</sup> Em uma das páginas anteriores já havíamos assinalado que, em 1917, o número de alistamentos eleitorais “deu um salto impressionante”.



Disso tudo, pode-se perceber os meandros que os imigrantes percorreram para se inserir na sociedade local, onde as eventuais tentativas de acesso à política poderiam criar dissensões, inimigos e desafetos. Todavia, o envolvimento político de vinte e nove integrantes das associações de Araraquara era ativado pela participação na Loja maçônica local. Certamente, não se pode negar que esse é um sintoma da pouca liberdade política e da excessiva regulação (SIMMEL, 1986, p. 409), o que nos leva a hipótese de que a maçonaria, para eles, além de fortalecer os laços entre seus pares, era uma forma alternativa de fazer política, pois muitos dos *irmãos* eram os mais notórios políticos locais. E essa forma talvez passasse pela condição social dos italianos e pelas suas capacidades de pressão enquanto empresários, comerciantes etc. A respeito dos integrantes da *SIMS" Gd'A"*, verificou-se que apenas cinco eram maçons. Contudo, não há pistas que indiquem quais eram suas principais bases de agregação: posição social, opção ideológica, interesses econômicos, interesses políticos etc. Portanto, o passo seguinte é nos aproximarmos do campo específico da maçonaria e verificar a participação de membros das associações, tanto as de Araraquara como a de Catanduva, na Loja maçônica local.



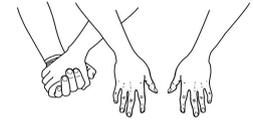
### 3.1.4 A participação de membros das associações na loja maçônica local



Figura 3.1: Templo da Loja Maçônica Caridade Universal Terceira, Araraquara, 2008.  
Fonte: Loja Maçônica Caridade Universal Terceira, Araraquara.

O segredo é uma determinação sociológica que caracteriza as relações recíprocas entre os elementos do grupo, isto é, que, juntamente com outras formas de referência, constitui uma relação total. No entanto, ao nascer as ‘sociedades secretas’, o segredo se estendeu para o grupo inteiro. Quando o ser, fazer e ter de um indivíduo é secreto, a significação sociológica de tal indivíduo adquire três características: isolamento, oposição, individualização egoísta. O sentido do segredo é aqui meramente externo; é formado pela relação entre aquele que detém o segredo e o que não o possui. Mas quando um grupo faz do segredo uma forma de existência, o sentido sociológico do sigilo torna-se interno e determina as relações entre aqueles que o possuem em comum (SIMMEL, 1986, p. 393).

Ao tratar da significação sociológica do segredo, Simmel a vincula ao modo de sua realização, na capacidade ou inclinação do sujeito para guardá-lo, ou em sua resistência ou debilidade diante da tentação de trair a confiança de quem o contou. Todos os elementos que determinam a função sociológica do segredo são de natureza individual. Todavia, na medida em que as disposições e as complicações das personalidades vão se formando, tal função passa a depender da estrutura social em que a vida se desenvolveu. Para Simmel, o



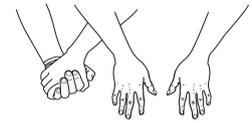
segredo constitui um elemento individualizador de primeira ordem, em um duplo sentido: quanto maior a adaptação cultural, os assuntos da generalidade tornam-se mais públicos e os do indivíduo ficam cada vez mais secretos.

Já o segredo nas sociedades secretas, Simmel (1986, p. 393-410) o tem em conta como um fato sociológico primário, um modo particular de convivência e uma qualidade formal de referência, que, em ação recíproca imediata ou mediada com outras, determina o semblante ou o elemento do grupo. Ele afirma que nesse tipo de sociedade a relação de confiança mútua entre os seus membros é essencial, pois ela possui valor moral que servirá de base para sustentar o segredo. Logo, a sociedade secreta será constituída a partir da junção de dois elementos: a confiança e o segredo.

No caso da maçonaria, Simmel (1986, pp. 406-407) declara expressamente que ela não é uma sociedade secreta, pois não há nenhum motivo para atribuí-la tal pertinência. Ademais, não são secretas suas intenções e suas atividades, e que o juramento do segredo se refere exclusivamente às formas do ritual maçom. Contudo, como bem observa o autor, o que chama a atenção no seu ritual é o cuidado com que se guarda seu segredo, como se o descobrimento dele fosse tão perigoso quanto os fins e as atividades da sociedade ou de sua própria existência. Esta seção, portanto, pretende colocar em foco a maçonaria. Especificamente, examinar a participação de membros das associações na Loja maçônica local.

Em Araraquara, temos notícias da fundação de quatro Lojas maçônicas que datam do final do século XIX ao início do XX. A primeira foi fundada em 1875, permaneceu aberta até 1884 e denominava-se *Loja Maçônica Cruz D'Oeste* (BARATA, 1999); a segunda, por sua vez, existiu durante o período de 1894 a 1901, com o nome de *Loja Maçônica Deus e Caridade* (Barata, 1999); a terceira chamava-se *União e Fraternidade*, mas dela sabemos apenas sua data de fundação, 1901 (Jornal “O Estado de São Paulo”, São Paulo, 20/01/2001, acervo do Sr. Luiz Carlos Bedran); e a quarta, que funciona até hoje, intitula-se *Loja Maçônica Caridade Universal Terceira* (LMCUT) e foi fundada no dia 5 de março de 1915. Ao contrário das associações italianas, que tinham como características a cisão e logo em seguida a nova fundação, o que se percebe em relação às Lojas maçônicas de Araraquara é seu fechamento e posteriormente, supõe-se, a abertura de uma nova Loja, sem ser uma extensão de outras anteriores.

Segundo o Sr. Luiz Carlos Bedran (LMCUT, entrevista, 2008), consta nas Atas na LMCUT, as quais não foi possível termos acesso por uma questão de princípios da instituição,



que a primeira reunião de fundação ocorreu na residência do Sr. Jorge Pedro, situada na Rua 2, nº 25, em lugar vedado aos profanos<sup>133</sup>, na data *supra* citada. Entre os presentes estavam os italianos **Belarmino Grossi**, **Agostino Tucci**, Gelislau Grecco e Valentin Aiello, todos participantes das associações italianas existentes nesta época, a *SIB* e a *SIMS*. Também outros membros destas associações ingressaram na Loja, são eles: Evaristo Fioretti, Antonio Giusti, Vittorio Bonini, Michele Barbato, **Caetano Giglio**, Francisco Lofredo, Pietro Maraccini, Andrea Onófrío, Vincenzo Barbato, **Nicola Barbato**, **Augusto Bignardi**, Giuseppe Mucci, Vincenzo Lucca, Pietro Rossi, Vincenzo Montoro, Antonio Scalamandrê, Caetano Piccolo, Michele de Lorenzo, **Nicola Lagrotta**, Perontide Fioretti, **Michele Loria**, Luiz Stuchi, Viago Pirolla, Luiz Bento Palamone e Mario Barbugli. Nota-se que todos eles marcaram suas presenças tanto como participantes da LMCUT quanto da *SIU*, como visto, posteriormente fundada.<sup>134</sup>

No dia 14 de outubro de 1915, o jornal “O Araraquarense” publicava uma matéria sobre a sua regularização e filiação ao *Grande Oriente do Brasil*<sup>135</sup>:

#### Loja Caridade Universal III

De São Paulo (Grande Oriente do Brasil), chegaram, com o fim de regularizar esta Loja, os distintos cavalheiros, Srs: Adelmo Pelegrini, Vicente Ferraiollo, Antonio Giusti, digno director da revista maçônica que se publica em São Paulo, e D. Guzzo, que dignamente veio representar a Loja Maçônica Eterno Segredo, de São Carlos, e cujos trabalhos hontem iniciaram com grande brilhantismo. Visitamos os distintos cavalheiros e fazemos votos pela fecundidade dos seus esforços (APHRT, Jornal “O Araraquarense”, Araraquara, 14/10/1915).

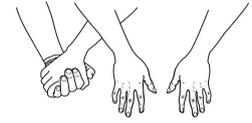
Já no início de janeiro do ano seguinte acontecia a primeira festa de adoção de *lowtons*, ou seja, a primeira cerimônia aberta ao público em que a Loja colocava sob sua responsabilidade uma criança, até certa idade, filho ou filha de maçom (LMCUT, Sr. Luiz Carlos Bedran, entrevista, 2008).

Conforme noticiamos, realizou-se no dia 7 do corrente na sede da “Caridade Universal” uma sympática festa de adoção de *lowtons*. O templo, caprichosamente adornado na forma do ritual, estava repleto de famílias e cavalheiros visitantes. Uma orchestra executou peças musicais durante as cerimônias de adoção, as quaes se revestiram de impressionante pompa. (...) Em seguida fizeram ingresso no templo, os *lowtons* Luis Onofre, filho de Paschoal Onofre, Benedicto de Q. Cardoso, filho de Theodoro de Queiroz Cardoso, Dimas Mac-Intyer Silva, filho de Benedicto V. da Silva, e Ada Bonini, filha de Vittorio Bonini, e acompanhados de seus respectivos padrinhos, Pedro Rossi, Adolpho Cardoso, Nicolau Barbato e José Felix dos Santos. (...) Em seguida, ao rito de adoção, o venerável proclamou os *lowtons* filhos adoptivos da “Loja Caridade Universal III”, expondo, em rápida, mas eloqüente

<sup>133</sup> Significa sociedade civil.

<sup>134</sup> Em negrito, italianos que ocuparam cargos nas diretorias.

<sup>135</sup> Doravante GOB.



synthese, os seus direitos e os seus deveres, bem como a eficaz proteção que lhes deve ser dispensada por todos os maçons espalhados pela superfície da terra e, muito especialmente, pelos obreiros da que os adptou, cada um dos quaes tem o estreito dever de considerá-los como filhos dilectos da Instituição (APHRT, Jornal “O Araraquarense”, Araraquara, 13/01/1916).

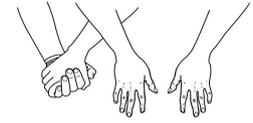
Após três anos de sua existência foi publicado em um pequeno livro, de quatorze páginas, o regulamento interno, o qual constava, por exemplo, que a Loja deveria “socorrer moral e materialmente os irmãos de seu Templo e todos os maçons em geral” (Regulamento Interno da Augusta e Respeitável Loja Caridade Universal III, 1918, acervo pessoal do Sr. Luiz Carlos Bedran). Na verdade, a maçonaria se constituía também como um sistema de ajuda mútua. Desde o ano de 1912, o GOB criou a *Beneficência Maçônica*, que era dividida em duas seções: Montepio e Assistência. Sua função era a de conceder aos familiares dos sócios falecidos uma pensão mensal, assim como uma soma em dinheiro paga em uma única parcela, para colaborar com os beneficiários por ele indicados (MOREL e SOUZA, 2008). Para Morel e Souza (2008, p. 184-185), a *Beneficência Maçônica* “associada ao modelo de ajuda mútua estabelecido entre a instituição e o Estado foram, sem sombra de dúvidas, poderosos instrumentos de arrematação de novos membros para ordem”.

É fundamental compreender que a Maçonaria, como uma instituição privada, não age na sociedade civil em seu nome; o que ela faz é dar condições para seus membros de se aperfeiçoar eticamente (LMCUT, Sr. Luiz Carlos Bedran, entrevista, 2008). Seu poder encontra-se, principalmente, na capacidade de inserção e influência de seus membros na sociedade *profana* (Morel e Souza, 2008). Como nos disse o maçom Sr. Fuad Issa (*Grande Oriente de São Paulo*<sup>136</sup>, entrevista, 2008), a maçonaria nunca libertou escravos, mas os *irmãos* é que faziam as ações. Do mesmo modo, quando, no final dos anos de 1920, a *Associação dos Empregados do Comércio* pediu o apoio da LMCUT para instituir em Araraquara o descanso dominical, a ação partiu dos seus membros, não da Loja (LMCUT, Sr. Luiz Carlos Bedran, entrevista, 2008). Desse modo, pode-se dizer que a Maçonaria funciona como um canal de influência e de mediação paralela e talvez até superior aos partidos políticos.

De fato, isso pode ser percebido quando a LMCUT recebeu uma intimação para pagar os impostos de seu prédio, localizado na av. D. Pedro II, nº 3, em meados do ano de 1931. A Loja recebeu com espanto a intimação e, como resposta, argumentava em seu pedido de isenção, que nunca havia pagado impostos municipais e que a Empresa Elétrica nunca lhe

---

<sup>136</sup> Doravante GOSP.



havia cobrado um vintém, entre outras coisas. O prefeito encaminhou o pedido ao *Departamento das Administrações Municipais*, em São Paulo, o qual estava encarregado pelas decisões das prefeituras do Estado, com os seguintes dizeres iniciais: “os requerentes bem sabem que o prefeito não pode conceder isenção de impostos” (Rodolpho Telarolli, acervo pessoal do Sr. Luiz Carlos Bedran). Nota-se que este fato ocorreu após a Revolução de 1930<sup>137</sup> e um novo grupo assumia o poder. O governo que se instaurou com Getúlio Vargas era fortemente centralizado; para governar as cidades nomeavam-se prefeitos interventores. Em Araraquara, até então, o poder era exercido pelo Partido Republicano Paulista no comando de Plínio de Carvalho, como vimos. De modo que, se para Plínio de Carvalho a isenção dos impostos era algo pacífico, para o novo prefeito era motivo de uma atitude contrária.

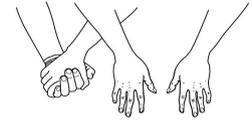
Neste caso, é impossível não notar que havia um arranjo entre a LMCUT e o poder local, no qual este, por meio da concessão de favores, possivelmente garantia o apoio político e aquele, por suposto, assegurava maior proximidade com as questões locais e, conseqüentemente, com o poder regional. Cumpre dizer que a LMCUT era composta, segundo o Sr. Luiz Carlos Bedran (LMCUT, entrevista, 2008), por “comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, e em menor escala empresários, pessoas muito respeitadas pela sociedade araraquarense”.

Com a ascensão do fascismo ao poder, a maçonaria viveu momentos dramáticos. Na verdade, a hostilidade de Mussolini no confronto com a maçonaria começou a se delinear na ocasião do *XIV Congresso Nazionale del Partito Socialista* (Congresso Nacional do Partido Socialista), em 1914, no qual ele propunha a incompatibilidade entre o socialismo e a maçonaria. Mussolini, que nessa época era socialista, argumentava, sobretudo, que não se poderia confundir o humanitarismo dos socialistas com o humanitarismo elástico, vazio, ilógico, defendido pela maçonaria e que, ao contrário de outros países em que os maçons formavam uma confraternidade beneficente e filantrópica, na Itália a maçonaria se constituía como uma organização política secreta (VENZI, 2008, p. 54).

Em fevereiro de 1923, o *Gran Consiglio del Fascismo* (Grande Conselho do Fascismo) inicia formalmente a sua repulsa pela maçonaria ao convidar todos os fascistas que eram maçons a escolher entre pertencer ao Partido Nacional Fascista ou à maçonaria,

---

<sup>137</sup> É importante dizer que, segundo Gonçalves (1998, p. 86), “a Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio desfecharam um rude golpe na Maçonaria, que entrou numa fase de estagnação. (...) A Maçonaria sempre foi vista como temível inimiga pelas ditaduras de direita e de esquerda que sempre fizeram o possível para destruí-la”.



deixando claro que a disciplina e a hierarquia válidas eram somente a do fascismo. Do mesmo modo, a única obediência que existia era aquela absoluta, devotada e cotidiana ao *Duce* e aos chefes do partido. O Grande Oriente não criou obstáculos e muitos dos seus membros abandonaram a maçonaria e juntaram-se aos fascistas. Em dezembro deste mesmo ano começou a ocorrer a destruição dos Templos maçônicos. Pouco depois, em janeiro de 1924, o *Gran Consiglio* proibiu a maçonaria de exercer sua função legislativa argumentando que se tratava de defender o patrimônio moral e ideal da juventude fascista, reconhecendo no grupo maçônico uma escola de corrupção política (MOLA, 2008, pp. 526-595).

O grande impasse, entretanto, deu-se quando os *squadristi*<sup>138</sup> sequestraram e assassinaram o secretário do Partido Socialista Unitário (PSU), Giacomo Matteoti, em 10 de junho de 1924, por ele ter feito um discurso na Câmara contra o fascismo, denunciando o clima de ilegalidade durante as eleições (TRENTO, 1986, p. 28). A maçonaria, por sua vez, respondia às agressões fascistas à medida do possível. Mas em 3 de janeiro de 1925, Mussolini, ao anunciar formalmente o nascimento do Estado Totalitário, apresentava na Câmara um esboço de lei sobre a disciplina das associações, entidades, instituições, as quais seriam submetidas à tutela do Estado. Essa lei determinava o fechamento de todas as sociedades secretas. Em virtude dela, o Grande Oriente, por meio de seu representante, dissolveu todas as Lojas sob a sua obediência. No dia 9 de janeiro de 1926, os fascistas ocuparam todos os prédios maçônicos (MOLA, 2008, pp. 526-595). Segundo Antonio Gramsci, ao proferir um discurso no Parlamento no dia 16 de maio de 1925,

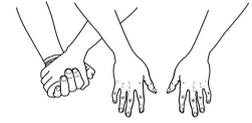
O texto da lei contra as sociedades secretas foi apresentado à Câmara como um texto de lei contra a Maçonaria: esse é o primeiro ato real do Fascismo para afirmar aquilo que o partido chama de sua revolução. Nós, do Partido Comunista, queremos indagar não apenas o porquê da apresentação do texto da lei contra as organizações em geral, mas, sobretudo, o significado do por que o Partido Nacional Fascista apresentou essa lei dirigida especialmente contra a Maçonaria. Nós estamos entre os poucos que tem levado a sério o Fascismo, mesmo quando ele parecia que fosse somente uma farsa sanguinolenta, quando sobre ele se replicavam somente situações comuns sobre ‘psicose de guerra’, quando todos os partidos procuravam enfraquecer as populações trabalhadoras apresentando o Fascismo como um fenômeno superficial, de brevíssima duração. Desde novembro de 1920, já tínhamos previsto que o Fascismo subiria ao poder, coisa inconcebível até para os próprios fascistas.

O Fascismo, portanto, declara hoje que almeja ‘conquistar o Estado’. O que significa esta expressão? E qual o significado dela na luta contra a Maçonaria?

Porque nós pensamos que esta fase da ‘conquista fascista’ seja uma das mais importantes atravessadas pelo Estado italiano e é por isso que preocupa a burguesia, assim como a nós que representamos os interesses da grande maioria do povo italiano, os operários e os camponeses. Acreditamos, assim, ser necessária uma análise, mesmo que rápida da questão.

---

<sup>138</sup> Eles “constituíam uma milícia revolucionária a serviço da nação (...) em obediência a três princípios: ordem, disciplina e hierarquia” (Gentile, 1989, *Apud* MANN, 2008, p. 137).



O que é a Maçonaria? Vocês têm falado muito sobre o seu significado espiritual, sobre a corrente ideológica que ela representa etc., mas essas são formas de expressão que servem apenas para enganar-lhes reciprocamente. A Maçonaria, dada ao modo como ela foi constituída na formação da unidade italiana e da fraqueza inicial da nossa burguesia capitalista, foi o único partido real e eficiente que a classe burguesa teve por um longo período. Não podemos esquecer que há pouco menos de vinte anos, depois da entrada dos piemonteses em Roma, o Parlamento tornou-se livre e o eleitorado de aproximadamente três milhões de pessoas ficou reduzido a oitocentos mil.

Esse foi o reconhecimento manifestado à burguesia, por ser uma minoria da população, e durante os vinte anos de unidade ela foi compelida a lançar mão dos meios extremos da ditadura para manter-se no poder e para esmagar os seus inimigos de classe, os quais eram os inimigos do Estado unitário.

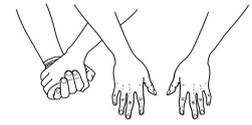
Quem eram esses inimigos? Eles eram principalmente o Vaticano e os jesuítas (...)

Porque a Maçonaria na Itália representou a ideologia e a organização real da classe burguesa capitalista; quem é contra a Maçonaria, é contra o liberalismo e a tradição política da burguesia italiana. A classe rural, que no passado era representada pelo Vaticano, hoje é representada especialmente pelo Fascismo. É lógico, portanto, que o Fascismo seja o substituto do Vaticano e dos jesuítas no exercício histórico, pelo o qual as classes mais carentes da população colocam-se a seu controle pelo progressivo desenvolvimento da civilização (...).

O Fascismo não conseguiu absorver completamente todos os partidos para a sua organização. Com a Maçonaria empregou a tática política da *noyautage* (infiltração), depois o sistema de terror com o incêndio das Lojas e, enfim, emprega hoje a ação legislativa, determinada pela alta banca ou pela alta burocracia, as quais chegam a um acordo para não perder seus postos. Mas com a Maçonaria o governo fascista foi obrigado a chegar a um compromisso. Como se faz quando o inimigo é forte? Primeiro, quebramos-lhe as pernas, depois se faz um compromisso em condições de evidente superioridade (VENZI, 2008, pp. 145-149 e p. 157).

As atitudes de Mussolini atingiram diretamente os maçons paulistanos. No GOSP, por exemplo, segundo o maçom Sr. Fuad Issa (GOSP, entrevista, 2008), a maçonaria não aceitava homens fascistas. A forma de seleção para o ingresso era (e ainda é) rigorosa: mesmo com a prescrição de recrutar os membros por meio de convite, os maçons ativos na Loja faziam uma sindicância da vida pregressa da pessoa. No caso daqueles que já estavam inseridos, havia uma espécie de “tribunal maçônico” que, aliás, conforme nos disse o Sr. Fuad, existe até hoje. Também em São Paulo, na *Loja Maçônica Quintino Bocaiuva*, consta nas suas Atas, que havia uma “Liga Antifascista”. Essa, no ano de 1927, queria expulsar do seu quadro um *irmão* acusado de ser espião fascista. No ano seguinte, 1928, há o registro de várias falas em apoio aos estudantes da Faculdade de Direito, que empastelaram o jornal fascista *Il Piccolo* (GONÇALVES, 1998).

Informações disponíveis indicam que nas cidades do interior, como Araraquara e Catanduva, a questão maçonaria-fascismo se processou de modo diferente, pois o que contou foram os laços de amizade, que tinham um papel fundamental para o bom relacionamento com a sociedade em geral. Segundo o Sr. Bedran (LMCUT, entrevista, 2008), “não se tem



conhecimento de que a Loja [LMCUT] tenha sido palco de conflitos ideológicos”. Do mesmo modo, não encontramos registros desta questão nas obras sobre as Lojas maçônicas *Líbero Badaró*, de Taquaritinga (BEDUSCHI, 2000) e a *Eterno Segredo*, de São Carlos (LOTÚMULO JR. e TOLENTINO, 2000).<sup>139</sup>

É claro que o assunto, no âmbito da Loja maçônica, era comentado. Na sessão realizada em fevereiro de 1924, conforme nos informou o Sr. Luiz Carlos Bedran (LMCUT, entrevista, 2008), baseado nos Livros de Atas da LMCUT, Vicente Lucca “pediu esclarecimentos sobre a atitude da Maçonaria perante o fascismo na Itália”. Em outra ocasião, em junho de 1925, na ocasião em que a LMCUT recebeu um convite da *SIU* para comemorar os vinte e cinco anos do reinado de Vittorio Emanuele III, rei da Itália, Michele Loria também questionava os problemas da Maçonaria na Itália fascista. Já em uma das sessões ocorridas no ano de 1927, o assunto em pauta foi o combate ao fascismo em São Paulo.

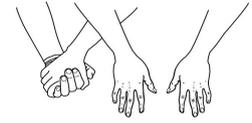
Mas o que, de fato, interferiu no funcionamento das Lojas maçônicas de todo Brasil foi decorrente do cenário político nacional do ano de 1937, que consolidou a ditadura Vargas, com a implantação do Estado Novo. Quinze dias após o golpe, o general Newton Cavalcanti, membro do Conselho de Segurança Nacional, aconselhou ao governo o fechamento da Maçonaria. Segundo Gonçalves (1998, p. 96), “o Grão-Mestre do GOB conseguiu, pagando alto preço de uma adesão parcial ao regime, manter abertas as Lojas do Distrito Federal”. Contudo, mesmo se mostrando subserviente ao regime, conforme assinala Gonçalves (1998), o GOB não conseguiu impedir o fechamento das Lojas nos Estados. No caso da LMCUT, por ordem do Ministro da Justiça, ela paralisou suas atividades em 1937, somente retornando em 1940.

Como já assinalamos, o número de integrantes da *SIMS”Gd’A”* que participavam da Loja maçônica local foi bem inferior ao da *SIU*, sendo apenas cinco. Temos notícias de que em Catanduva a *Loja Maçônica “Lauro Sodré”*<sup>140</sup> foi a mais antiga. Não há informação precisa da data de sua fundação, mas sabe-se que suas atividades oficiais e regulares iniciaram no ano de 1923. Ela era jurisdicionada ao GOB. Contudo, a LMLS teve vida curta. Em 1929, por questões de ordem política nas esferas Nacional e Estadual, ela foi fechada. O seu Templo, que havia sido construído por um grupo de nove pessoas, foi doado à *Associação Beneficente de Catanduva* e logo em seguida ela foi transformada no *Asilo dos Velhos* (QUAGLIA, 2003; GIMENES, 1982). Nesta Loja, participaram como membros Guiseppe

---

<sup>139</sup> Agradecemos a gentileza do Sr. Luiz Carlos Bedran, por nos ter concedido a consulta dessas duas obras.

<sup>140</sup> Doravante LMLS.



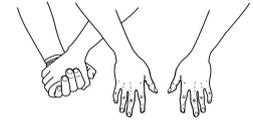
Zaccaro (sabe-se que ele iniciou sua vida maçônica em Monte Alto, SP; depois ele participou da *Loja Maçônica Fé e Perseverança*, de Jaboticabal, SP; e na ocasião em que ele era membro da *SIMS''Gd'A''*, participava da *Loja Maçônica Líbero Badaró*, de Taquaritinga, SP)<sup>141</sup> e Francesco Guzzo, ambos ocuparam cargos na diretoria da *SIMS''Gd'A''*.

Três anos após o fechamento da LMLS, precisamente no dia 18 de março de 1932, um grupo de maçons fundou a *Loja Simbólica Dr. Carlos Reis* sob os auspícios e jurisdição do GOSP. Assim como tantas outras em todo o país, ela funcionou até 1937 e foi reativada somente no final da Segunda Guerra Mundial. Fizeram parte desta Loja: Donato di Pretoro (ele já havia pertencido a uma Loja Maçônica na cidade de Brotas, SP), Aldo Goldoni e Domenico Ranaudo (eles já tinham sido membros da *Loja Maçônica Deus, Pátria e Amor*, de Pindorama, SP). Os três foram dirigentes da *SIMS''Gd'A''*.

Para concluir, é importante enfatizar que, contrariamente ao que se diz e crê (BERTONHA, 1998b, p. 190), a existência de uma loja maçônica local **nem sempre** é chave para determinar a presença de um núcleo de antifascistas nas localidades do interior. Apesar da evidência de relacionamentos de grupos antifascistas com a maçonaria (BERTONHA, 1994, p. 139), no âmbito da *história local* cada acontecimento adquire um significado próprio.

---

<sup>141</sup> Sua biografia encontra-se disponibilizada no Apêndice A.



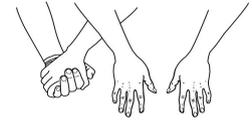
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Este estudo voltou-se para a compreensão da trajetória de dois grupos de dirigentes que tiveram a preocupação de manter vivos os laços que prendiam a colônia italiana à pátria. Ao se propor estudar comparativamente esses dois grupos no âmbito de suas associações partilhadas pelo fascismo, permeadas pela maçonaria e defensoras do nacionalismo e da italianidade, a *SIU* e a *SIMS* "Gd'A", diferenciou-se das análises que contemplam as formas e o conteúdo de processos históricos mais amplos. Traçou-se aqui, então, uma *história local*. Buscou-se responder como a emergência do fascismo no espaço dessas associações marcou essas trajetórias, a partir de um ângulo que fizesse aflorar o particular. Desse modo, como Martins (2010, p. 119), procurei trazer para Ciências Sociais "a realidade de um mundo ocultado pelas grandes categorias explicativas e pelas grandes abstrações".

Ao estruturar esta análise, tomei como base o modo pelo qual os imigrantes italianos haviam se inserido na sociedade local, dando ênfase às condições locais de cada colônia italiana. A fundação de Araraquara ocorreu por volta do ano de 1790-1795 e ela foi elevada à condição de cidade em fevereiro de 1889. Araraquara se desenvolveu no contexto do coronelismo, sua sociedade era hostil e relativamente fechada. Quando os imigrantes chegaram, eles sentiram a necessidade de recriar formas de atuação social. Suas inserções sociais só foram aos poucos conquistadas. Já as inserções na política, o modo alternativo encontrado por alguns foi o de participar da Loja maçônica local. Catanduva, ao contrário, é uma cidade relativamente nova. Ela foi fundada por volta dos anos de 1850 e sua Comarca foi instalada em dezembro de 1920. Seu desenvolvimento ocorreu simultaneamente com a chegada dos imigrantes. Lá havia maior permeabilidade de inserção tanto social como política. Evidentemente, os tempos em que uma cidade e outra se inseriram no desenvolvimento urbano são distintos. Foram, portanto, esses tempos distintos que marcaram, distintamente, as relações entre os imigrantes italianos com o restante da sociedade local.

Centrei a pesquisa em dois conceitos fundamentais: o de italianidade e o de nacionalismo, que perpassaram toda a trajetória dos grupos. No contexto das associações, uma das propostas levantadas foi a de compreender como elas mobilizavam suas funções para manter a colônia coesa, visando alcançar o consenso. Começando pela *SIB*, acredito que ela tenha conseguido a coesão da colônia apenas parcialmente. Dois fatores contribuíram para



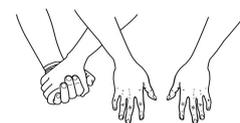
que ela não chegasse ao consenso: sua divergência com a *SIMS* e sua característica regional. Além disso, não descartei a possibilidade de seus dirigentes sentirem a necessidade e desejo de fundar ou controlar as associações para emergir dentro da colônia em relação aos outros italianos importantes. Mas, em compensação, as Atas sugerem que a funcionalidade da beneficência era exemplarmente cumprida. Do mesmo modo, a da aprendizagem da língua italiana. Contrariamente ao que concluiu Biondi (2002), ao estudar as sociedades étnicas localizadas na cidade de São Paulo, entre 1890 e 1920, a *SIB* estava voltada, sobretudo, à defesa de seus interesses beneficentes. No seu âmbito, não havia espaço para processos de organização sindical, o que, aliás, é bom deixar claro que em Araraquara<sup>142</sup> houve uma única mobilização organizada pela *União Operária*, que resultou na greve dos ferroviários em outubro de 1919, mas de duração efêmera. As orientações desses trabalhadores não faziam parte do meio ferroviário, pois lhes faltava a devida vivência e militância. Eles estavam empenhados em resolver seus problemas imediatos de sobrevivência, não havendo, entretanto, nenhuma contestação ao poder do Estado e à elite cafeeira (GOBATTO, 1997).

Já na *SIU* os dados sugerem que ela manteve a colônia coesa durante os anos vinte e talvez tenha alcançado o consenso da maioria, nesse mesmo período. Cabe aqui enfatizar que entendo, assim como Bertonha (1998b), que o consenso ao fascismo, tanto em Araraquara como em Catanduva, não teve uma implicação realmente ideológica. Retomando, todavia, a partir dos anos trinta até o seu fechamento, a *SIU* parece ter sido abatida por um “recoo apático” (COSER, 1996, p. 132), por parte da colônia residente. Tudo leva a crer que, por razão do seu espaço ter sido partilhado já pouco tempo depois da sua criação, e isso influenciou demasiadamente em várias passagens de sua trajetória, a funcionalidade da *SIU* estava muito mais ancorada em conduzir os italianos a uma mesma identidade nacional do que, por exemplo, auxiliá-los em vista de suas necessidades materiais. Por sua vez, na *SIMS* “*Gd’A*”, ao contrário das duas primeiras, os dados apontam que durante toda a sua trajetória ela conseguiu manter a colônia coesa num clima de progressivo consenso.

Outro questionamento proposto se refere à decadência ou crescimento dessas associações sob o domínio fascista. Nesse sentido, ficou evidente que a *SIU* foi decaindo a partir dos anos de 1930, enquanto a *SIMS* “*Gd’A*”, depois da sua transformação em *Casa d’Italia*, tornou-se a única instituição oficial da italianidade de Catanduva.

---

<sup>142</sup> Pelo menos até o ano de 1920 podemos afirmar com certeza.

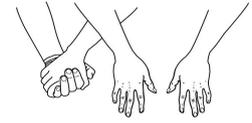


Entre um contexto e outro das associações, organizei tabelas referentes a todas as eleições (*SIB*, *SIU* e *SIMS* "Gd'A"), com o intuito de descobrir em que medida seus dirigentes eram representativos do conjunto de membros das associações. Constatei que para as três associações havia sim uma representação válida para o conjunto de membros. Quanto à rotatividade dos cargos, os resultados apontaram que somente na *SIMS* "Gd'A" havia rotação.

O perfil dos dirigentes também foi delineado. Assim, comecei por refutar os estudos que afirmam que as aquisições de propriedades não garantiram uma forma de ascensão social para o imigrante. Para isso, tive respaldo, sobretudo, no desenvolvimento da atividade industrial no município de Araraquara, em decorrência da dinâmica da expansão cafeeira e das necessidades surgidas devido ao bom desempenho da acumulação no café, a qual proporcionou uma situação de expansão econômica e de prosperidade. Devido aos constantes contatos dos dirigentes com a elite política local, também não descartei a hipótese de que o associativismo teve um papel de suma importância nas possibilidades de mudança da condição social à medida que enriqueceu o leque de interações e de vivências que extravasaram o círculo social de origem. Desse modo, sob a perspectiva da *história local* e utilizando como fonte os *Livros de Distribuições das Escrituras dos Cartórios* (1895-1928, APHRT), demonstrei, por meio das compras e vendas de imóveis, que o grupo investigado conseguiu ascender social e financeiramente, embora tenha havido casos de mobilidades mais modestas.

No exame do perfil dos dirigentes ainda coloquei em foco a questão das naturalizações e constatei como, de fato, ela foi importante na vida dos italianos, inclusive para definir seus posicionamentos políticos, conforme Trento (1989) e Biondi (2002) já haviam acenado. No entanto, entendi que essa questão colocou à prova, por três vezes, o sentimento de italianidade dos imigrantes italianos em solo brasileiro. A primeira, na ocasião da Constituição Republicana de 1891 (cujo texto da lei foi publicado em 1889). A segunda, que se refere não aos italianos em geral, mas especificamente às instituições de italianidade, com a publicação dos decretos-lei de 1938. E a terceira, quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, em 1942. Nas duas primeiras, o que prevaleceu foi a italianidade, porém, na terceira, a italianidade não era mais funcional. Especificamente em relação aos dirigentes, demonstrei que, pelo menos até 1927, uma boa parcela deles não se naturalizou.

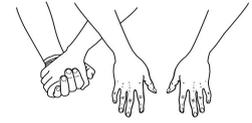
Também foi abordada neste contexto, a pouca inserção dos italianos na política local araraquarense. Constatei que, entre o período entre 1890 e 1942, somente quatro italianos foram eleitos para cargos nas esferas da política local, e três deles eram dirigentes



das associações. Em Catanduva, a situação foi diferente. Lá, nesse mesmo período, dez italianos ocuparam cargos de liderança política, incluindo dois dirigentes da *SIMS* "Gd'A", o que contradiz a pesquisa realizada pelo *Fanfulla*, em 1902, a qual, segundo Pisani (1937, p. 1053), constatou que eles "preferiam manter-se afastados, conservando íntegros o caráter de origem e a sua independência". Ainda vale assinalar que o envolvimento político de vinte e nove integrantes das associações localizadas em Araraquara era ativado pela participação na Loja maçônica local. Assim, concluí que não era tanto a falta de interesse dos italianos que os afastava da política local, mas as condições locais de cada colônia italiana. Além disso, a recusa à naturalização era outro fator de relevância.

A respeito da participação de integrantes das associações nas Lojas maçônicas locais, dois fatores ficaram evidentes. O primeiro revela claramente suas aproximações com a elite local. E, o segundo, que nem sempre a existência delas é chave para determinar a presença de um núcleo de antifascistas nas localidades do interior, como afirmou João Fábio Bertonha (1998b) em sua tese de doutorado. Reafirmo, portanto, que no âmbito da *história local* cada acontecimento adquire um significado próprio. Ademais, vale lembrar que Giuseppe Zaccaro, além de maçom, era inscrito na seção do *Fasci* localizada no Brás, o que contraria uma das prescrições ditadas pelo *Duce*, que é a de "não pertencer às sociedades secretas" (PISANI, 1937, 1246).

Certamente não se pode negar que, para as associações promoverem a italianidade, elas deveriam dedicar-se à tarefa da lenta edificação da identidade nacional. Para isso, as funções de construir, defender e fortalecer a italianidade no seio da colônia italiana exerceram um papel fundamental. Assim, uma longa série de iniciativas foi desempenhada pelos seus dirigentes na busca constante do processo de reconstrução da pátria no novo local de residência. As mais difusas dessas iniciativas se concentravam nas celebrações das festas nacionais italianas, nas quais tanto os afiliados quanto a colônia residente evocavam a "comunidade imaginada". Na verdade, as celebrações criavam oportunidades de estender e reforçar a construção da italianidade também fora do âmbito da própria associação. Do mesmo modo, a construção e a edificação da sede social tinham como objetivo, entre outros, a identificação dos italianos com o espaço nacional. Além do seu papel aglutinador, as associações funcionavam como o elo permanente dos afiliados com a pátria, preparando-os constantemente para a (re)valorização da nacionalidade e para a construção, defesa e fortalecimento da italianidade. Concluindo, tanto a *SIU* como a *SIMS* "Gd'A" deram uma importante contribuição para a consolidação da italianidade nas colônias italianas.



## FONTES CITADAS

---

### Ícone do cabeçalho

Lígia Teixeira de Oliveira, graduada em Publicidade e Propaganda, Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), São Paulo.

### Arquivos brasileiros

#### *Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli”, Araraquara (APHRT)*

- Jornais:

- *L’Alpino – organo della colonia italiana*, Araraquara, 1917;
- “O imparcial”, Araraquara, 1931, 1932, 1934;
- “Gazeta do Povo”, Araraquara, 1925, 1926;
- “O Diário”, Araraquara, 1930, 1932;
- “Jornal de Notícias”, Araraquara, 1907, 1908;
- “O Comércio”, Araraquara, 1911;
- “O Araraquarense”, Araraquara, 1915, 1916;
- “O Diário de Araraquara”, Araraquara, 1932;
- “O Correio do Américo”, Américo Brasiliense, 1907.

- Recenseamento de Araraquara, 1902;

- Autos de Casamentos (1889-1932);

- Livros de Distribuições das Escrituras dos Cartórios (1895-1928);

- Livro de Coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913;

- Livro de Alistamento Eleitoral do Município de Araraquara (1890-1927);

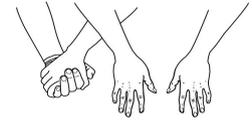
- Fundo particular de “José Ferrari Secondo”;

- Biografia: *Um homem e suas realizações*, s/data;

- *Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1910*;

- *Relatório do Prefeito Municipal Dario Alves de Carvalho referente ao exercício de 1913, apresentado à Câmara Municipal, na sessão de 15 de janeiro de 1914*;

- *Código Legislativo do município de Araraquara – Lei n. 1 de 15 de janeiro de 1920*, Prefeito Plínio de Carvalho;



- *Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1910, pelo Prefeito Américo Danielli.*

#### **Arquivo Público Municipal da Prefeitura de Araraquara (APMPA)**

- Ofício avulso, 1928.

#### **Arquivo pessoal do Sr. Luiz Carlos Bedran, Araraquara**

- Jornal “O Estado de São Paulo”, 20/01/2001;

- Livro de regulamento interno da Augusta e Respeitável *Loja Caridade Universal Terceira*, 1918.

#### **Arquivo Museu Padre Albino, Catanduva (MPA)**

- Jornal “A Cidade”, 1934;

- Jornal “O Regional”, 1993;

- Revista Agrícola de Catanduva, 1925.

#### **Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)**

- Jornal *La Difesa*, 1930;

- Acervo do DEOPS, prontuário 48.403;

- Acervo do DEOPS, prontuário 10.3974;

- Acervo do DEOPS, prontuário 27804, 2º vol.;

- COLEÇÃO DAS LEIS DE 1938. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1938, vol. II;

- COLEÇÃO DAS LEIS DE 1942. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1942, vol. II.

#### **Arquivo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (BNRJ)**

- Jornal *Il Piccolo* (1922, 1925, 1927).

#### **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, São Paulo (SEADE)**

- *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo* (1898-1929).

#### **Arquivo italiano**

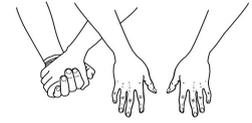
##### ***Archivio Storico Ministero degli Affari Esteri, Roma (ASMAE)***

- *Inventario della serie affari politici, 1931-1945, Busta 5; Busta 4;*

- *Inventario Serie P-Politica (1891-1916), Brasile, Busta 281.*

#### **Bibliotecas brasileiras**

##### ***Biblioteca Pública Municipal Mario de Andrade, Araraquara (BPMMA)***



- *Recenseamento do Brazil, 1920*;

- *Recenseamento do Brasil, 1940*.

#### **Biblioteca *Circolo Ítalo-Brasileiro de Araraquara***

- Livro de Atas das Assembléias da *Società Italiani Uniti* (1920-1941);

- Livro de Atas das Assembléias da *Società Italiana di Beneficenza* (1908-1918);

- Livro da *Croce Rossa Italiana* (1914).

#### **Biblioteca *Sociedade Ítalo-Brasileira Gabriele d'Annunzio, Catanduva (SIBGd'A)***

- Livro de Atas das Assembléias da *Società Italiana di Mutuo Soccorso "Gabriele d'Annunzio"* (1931-1942);

- Livro de Reuniões do Conselho Diretivo da *Società Italiana di Mutuo Soccorso "Gabriele d'Annunzio"* (1926-1942)<sup>143</sup>;

- Livro do Estatuto da *Società Italiana di Mutuo Soccorso "Gabriele d'Annunzio"*, 1920;

- *Histórico Sintetizado da Sociedade Ítalo-Brasileira "Gabriele d'Annunzio"*;

- Livro de *Serviço de registro de estrangeiros*, Delegacia de polícia de Catanduva, 1941.

#### **Bibliotecas italianas**

##### ***Biblioteca Ministero degli Affari Esteri, Roma (BMAE)***

- *Documenti Diplomatici*, 1889-90.

##### ***Centro Studi Emigrazione, Roma (CSER)***

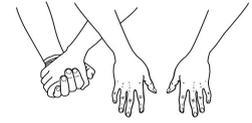
- RANGONI, Domenico. *Il lavoro collettivo degli italiani all Brasile. Conferenza popolare di Domenico Rangoni*. São Paulo, 1902.

#### **Fontes Orais (entrevistas)**

- Senhora Diva Prando - Aposentada - Presidente do *Circolo Ítalo-Brasileiro de Araraquara* (12/09/2007).
- Senhor Ivo Giraldi (91 anos, falecido em 2009) e família - Antes de vir para Araraquara, ele morou em Catanduva e, apesar de não ter participado da *Società Italiana di Mutuo Soccorso "Gabriele d'Annunzio"*, conheceu diversos membros

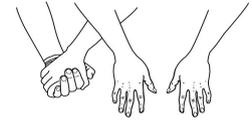
---

<sup>143</sup> O xerox deste livro foi gentilmente cedido pela Profa. Dra. Silva Ibiraci de S. Leite, a quem agradecemos.



dessa associação, inclusive Giuseppe Zaccaro. O Senhor Ivo pertenceu ao núcleo integralista das cidades de Catanduva e de Araraquara (14/09/2007).

- Senhor Osvaldo Zaniolo - Advogado - Conhece a história de diversas famílias italianas de Araraquara (21/09/2007).
- Senhor Wilson Martini Neto - Advogado - Seu avô, Pietro Martini, foi membro da *Società Italiani Uniti* (02/10/2007).
- Senhora Liliana Aufiero Lupo - Presidente da Fábrica de Meias Lupo (Araraquara)- Filha de Giuseppe Aufiero Sobrinho e sobrinha-neta de Giuseppe Aufiero, ambos foram membros da *Società Italiani Uniti* (08/10/2007).
- Senhor Antonio Longo - Aposentado - Seu avô, Ângelo Longo, foi membro da *Società Italiani Uniti* (17/11/2007).
- Senhor Carmine Antonio Tucci - Aposentado - Seu avô, Agostino Tucci, foi membro da *Società Italiani Uniti* e um dos fundadores da Loja Maçônica Caridade Universal Terceira de Araraquara (21/11/2007).
- Senhor Luiz Carlos Bedran - Aposentado - Grão-Mestre do Grande Oriente Paulista, membro da Loja Maçônica Caridade Universal Terceira de Araraquara (28/02/2008).
- Senhor Fuad Issa - Aposentado (falecido em 2009) - Oficial da Grande Secretaria de Cultura e Educação Maçônica do Grande Oriente de São Paulo (11/03/2008).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ABATE, Anna Stori. Introduzione. In: CORRADINI, Enrico. *La patria lontana*. Manziana (Roma): Vecchiarelli Editore, 1989, pp. I-XVI.

ALMEIDA, Nelson Martins de. *Álbum de Araraquara, 1948*. Composto e impresso pela Empresa O Papel Ltda.: São Paulo, 1948.

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANDERSON, Benedict. Apresentação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 7-22.

\_\_\_\_\_. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa (Portugal): Edições 70, 2005.

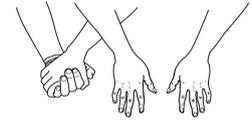
ARAÚJO, José Renato de Campos. *Migna Terra. Migrantes italianos e fascismo na cidade de São Paulo (1922/1935)*. 269 p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2003.

BAILY, Samuel. Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana em Buenos Aires, 1858-1918. *Desarrollo económico*. Buenos Aires, v. 21, n. 21, p. 484-514, ene-mar 1982.

BARBOSA, Agnaldo de Souza. A propósito de um estatuto para a história local e regional: algumas reflexões. In: *Anais da XII Semana de História da UNESP*, Franca, out. 1998.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1999.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.



BATALHA, Cláudio H. M. Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, p. 41-68, 1999.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 45-83.

BEDUSCHI, Luiz Carlos. *Cem anos de tradição*. Taquaritinga/SP: Augusta e Respeitável Loja Simbólica “Líbero Badaró”, 2000.

BERTONHA, João Fábio. Burgueses e operários: a representatividade social do antifascismo socialista italiano. São Paulo, 1923-1934. In: *História Social*, UNICAMP, n. 1, 1994, pp. 117-144.

\_\_\_\_\_. A resistência além oceano: os “fuorisciti” italianos e a experiência antifascista brasileira dos anos 30. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 4, 1995, pp. 59-76.

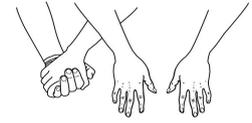
\_\_\_\_\_. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília-DF: UNB, vol.40, n. 2, 1997, pp. 106-130.

\_\_\_\_\_. O antifascismo no mundo da diáspora italiana: elementos para uma análise comparativa a partir do caso brasileiro. In: *Altreitalie*, n. 17, jan-jun, 1998(a). Disponível em: [http://www.altreitalie.it/Pubblicazioni/Rivista/Numeri\\_Arretrati/N\\_17/Altreitalie\\_17\\_Gennaio\\_Giugno\\_1998.kl](http://www.altreitalie.it/Pubblicazioni/Rivista/Numeri_Arretrati/N_17/Altreitalie_17_Gennaio_Giugno_1998.kl) Acesso em janeiro 2011.

\_\_\_\_\_. *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943*. 424 p. Tese de Doutorado em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1998(b).

\_\_\_\_\_. Libero Battistelli e *giustizia e libertà* no Brasil: um aspecto da luta antifascista italiana na América do Sul. In: *Diálogos*, DHI/UEM, vol. 3, n. 3, 1999, pp. 213-234.

BESTENE, Jorge O. Formas de asociacionismo entre los sírio-libaneses em Buenos Aires (1900-1950). In: DEVOTO, Fernando J. y MIGUEZ, Eduardo J. (compiladores). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada. Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS, 1992.



BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. 567 p. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora (MG): Programa de Pós-Graduação em História, vol. 15, n. 01, 2009, pp. 41-66.

BOLINELLI, Sergio Luiz de Paiva. Catanduva: breve histórico. In: *Boletim...pesquisando sobre a história de Catanduva*. Catanduva, Ano I, n. 4, 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, L & TELAROLLI, R. *Addio bel campanile. A saga dos Lupo*. São Paulo: Global, 1998.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 155-184.

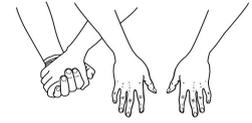
CASTALDI, Carlo. O ajustamento do imigrante à comunidade paulistana: estudo de um grupo de imigrantes italianos e seus descendentes. In: HUTCHINSON, Bertram. *Mobilidade e trabalho – um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960, pp. 281-359.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. 2ª ed. Fac-similar comemorativa do centenário da imigração italiana no Brasil, 1875-1975. São Paulo: Martins, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.

CHARTTERJEE, Partha. Comunidade Imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 227-238.

CHIARINI, Ana Maria. *Imigrantes e italiani all'estero: os diferentes caminhos da italianidade em São Paulo*. 174 pp. Dissertação de Mestrado em Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1992.



CONSTANTINO, Núncia Santoro de Constantino. Italianidade(s) imigrantes no Brasil meridional. In: CARBONI, Florence & MAESTRI, Mario (org.). *Raízes italianas do Rio Grande do Sul 1875-1997*. Passo Fundo/RS: UPF, 2000. pp. 67-82.

CORRADINI, Enrico. *La patria lontana*. Manziana (Roma): Vecchiarelli Editore, 1989.

CORRÊA, Ana Maria M. *História social de Araraquara*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1967.

COSER, Lewis A. Consenso. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 131.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. 2ª ed. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

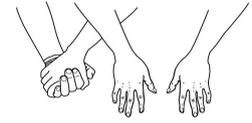
DE FELICE, Renzo. Il problema dell'identità nazionale. In: *Breve storia del fascismo*. Milano (Italy): Oscar Mondadori, 2002, pp. 127-135.

DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Pesquisa Histórico-Sociológica, relatos orais e imigração. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, TRUZZI, Oswaldo M. S. (org.). *Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 87-113.

DEVOTO, Fernando J. Participación y conflictos em las sociedades italianas de socorros mútuos em Buenos Aires y Santa Fé. In: DEVOTO, Fernando J. *Estudios sobre la emigracion italiana a la Argentina em la segunda mitad Del siglo XIX*. Collana: Publicación del Seminario di Studi Latinoamericani dell'Università di Sassari, Serie Studi – I Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1991, pp. 143-197.

\_\_\_\_\_. La experiencia mutualista italiana en la Argentina: un balance. In: DEVOTO, Fernando J. y MIGUEZ, Eduardo J. (compiladores). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada. Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS, 1992a, pp. 169-266.



\_\_\_\_\_. Spazio sociale ed identità nelle società italiane di mutuo soccorso dell'Argentina. In: BLENGINO, Vanni; FRANZINA, Emilio; PEPE, Adolfo. *La riscoperta delle Americhe. Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina 1870-1970*. Atti Del Convegno storico Internazionale promosso dalla Camera Del Lavoro Territoriale/Cgil di Brescia: Brescia, 25/26/27 novembre, 1992b. pp. 219-229.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

ESTRADA, Baldomero. La colectividad italiana de Santiago de Chile a través de la sociedad de mutuos socorros 'Italia' (1880-1910). In: DEVOTO, Fernando J. y MIGUEZ, Eduardo J. (compiladores). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada. Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS, 1992, pp. 59-75.

ETTRURI, Isabel. A saga dos imigrantes italianos em Catanduva. In: *O Jornal*, Catanduva, 21/12/2000.

FRANZINA, Emilio. La guerra lontana: il primo conflitto mondiale e gli italiani d'Argentina. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires: CEMLA, ano 15, n. 44, 2000, pp. 57-83.

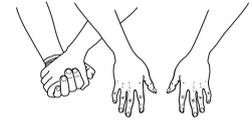
FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1991.

\_\_\_\_\_. Imigração e participação política na primeira república: o caso de São Paulo. In: FAUSTO, Boris *et al.*. *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995, pp. 7-26.

FERNÁNDEZ, Alejandro E. El mutualismo español en un barrio de Buenos Aires: San José de Flores, (1890-1900). In: DEVOTO, Fernando J. y MIGUEZ, Eduardo J. (compiladores). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada. Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS, 1992, pp.135-168.

FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, pp. 171-220.

FRANÇA, Antonio M. *Álbum de Araraquara 1915*. São Paulo: João Silveira, 1915.



FREUD, Sigmund. O Moisés de Michelangelo. In: *Obras Completas V*. Rio de Janeiro: Imago Editora. vol. XIII.

FURLANETTO, Patrícia G. *O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)*. Tese (Doutorado em História Social), 305 p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 2007.

GABACCIA, Donna R. L'Italia fuori d'Italia. In: CORTI, Paola; SANFILIPPO, Matteo. *Storia d'Italia. Migrazioni*. Annali 24. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2009, pp. 225-248.

GAETA, Franco (a cura di). *La stampa nazionalista. Antologia*. Brescia (Italy): Cappelli Editore, 1965.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

\_\_\_\_\_. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 107-154.

GENTILE, Emilio. Emigracion e italianidad em Argentina em los mitos de potencia Del nacionalismo y de fascismo (1900-1930). In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires: CEMLA, ano 1, n° 2, abril 1986, pp. 143-180.

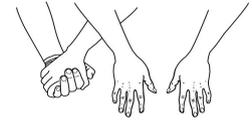
\_\_\_\_\_. *La Grande Italia. Il mito della nazione nel XX secolo*. Roma-Bari (Italy): Editori Laterza, 2006.

GIMENES, Augusto. Maçonaria: um capítulo à parte na história de Catanduva. *Revista Feiiceira*, Catanduva, março de 1982.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria B. Amoroso (et. al.). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOBATTO, Osmar Osis. *Mutualismo e resistência operária em Araraquara*. Dissertação (Mestrado Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho, 1997.

GONÇALVES, Ricardo M. *Quintino Bocaiúva n° 10: a trajetória de uma loja maçônica paulistana (1923-1998)*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.



GOOCH, John. *A unificação da Itália*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1991.

GUERRINI, Irene; PLUVIANO, Marco. L'organizzazione del tempo libero nelle comunità italiane in America Latina: l'Opera Nazionale Dopolavoro. In: BLENGINO, Vanni; FRANZINA, Emilio; PEPE, Adolfo (a cura di). *La riscoperta delle Americhe: lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina 1870-1970*. Atti del Convegno storico Internazionale promosso dalla Camera del Lavoro Territoriale/Cgil di Brescia, Brescia, nov. 1992, pp. 378-389.

\_\_\_\_\_. L'Opera Nazionale Dopolavoro in Sud America: 1926-1941. In: *Studi Emigrazione*. Roma: Centro Studi Emigrazione, anno XXXII, settembre, 1995, pp. 518-536.

GUIBERNAU I BERDUN, M. Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Trad. Mauro Gama e Cláudia M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 8º ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

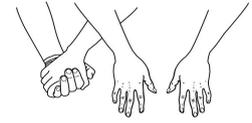
HALL, Michael M. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In: TUCCI, Maria L. Carneiro; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do Trabalho e Histórias da Imigração: trabalhadores italianos e sindicato no Brasil (Séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010, pp. 49-63.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUTCHINSON, Bertram. *Mobilidade e trabalho – um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.



LEITE, Silvia I. de S. *Os italianos no poder, cidadãos catanduvenses de virtude e fortuna: 1918-1964*. Tese (Doutorado em Sociologia), 202 p. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho, 2007.

LORENZO, Helena Carvalho de. *Origem e crescimento da indústria na região “Araraquara – São Carlos” (1900-1970)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1979.

LOTÚMOLO JR., José e TOLENTINO, Mário. *O centenário de um ideal: a história da Loja Maçônica “Eterno Segredo”*. Piracicaba: C. N. Editora, 2000.

MANN, Michael. *Fascistas*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MANN, Peter H. *Métodos de investigação sociológica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1983.

MARTINS, José de Souza. Trabalho e comunidade. In: MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

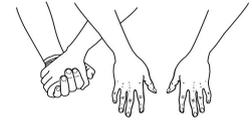
\_\_\_\_\_. Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914 – O caso de São Paulo. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 2, 1981, pp. 237-264.

\_\_\_\_\_. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2010.

MARUCCO, Dora. Lavoro e solidarietà popolare: forme, modelli, rapporti Del mutuo soccorso italiano. In: DEVOTO, Fernando J. y MIGUEZ, Eduardo J. (compiladores). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada. Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS, 1992, pp. 9-29.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4ª ed. Campinas-SP: Pontes, 1990.

MOLA, Aldo. *Storia della massoneria italiana dalle origini ai giorni nostri*. Milano (It.): Tascabili Bompiani, 2008.



MONTEIRO, Rosane C. M. *Criadores, cafeicultores, terra e mão de obra*. Araraquara e São Carlos na era da transição, 1830-1888. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Campus Araraquara, 2000.

MOREL, Marco e SOUZA, Françoise J. de O. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Friburgo, 2008.

MUSSOLINI, Benito. Dottrina politica e sociale del fascismo. *In: Bollettino del Ministero degli Affari Esteri*. Anno 1938-XIV, n. 1, pp. 433-440.

NASCIMENTO, Paulo César. Dilemas do nacionalismo. *In: BIB*, São Paulo, n. 56, 2º semestre, 2003, pp. 33-53.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. *Impasses no novo mundo: imigrantes italianos na conquista de um espaço social na cidade de Jaú, (1870-1914)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

PANTALEÃO, Olga. A cidade de Catanduva. *In: Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia do Conselho Nacional de Geografia*. Rio de Janeiro, vol. III, 1944, pp. 599-608.

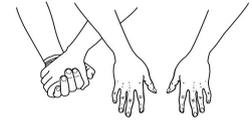
PATRIARCA, Silvana. *Italianità. La costruzione del carattere nazionale*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2010.

PISANI, Salvatore. *Lo Stato di San Paolo nel cinquantenario dell'Immigrazione*. San Paolo, 1937.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.



POSSAMAI, Paulo César. *“Dall’Italia siamo partiti”*: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo (RS): UPF, 2005.

POUTGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

QUAGLIA, Vicente Celso. *A história de Catanduva de A a Z*. São José do Rio Preto (SP): Editora Riopretense, 2003.

REIS, Douglas S. dos. O rural e o urbano no Brasil. In: *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambú, 18 a 22 de setembro de 2006.

RIOS, Arthur. Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil. *Revista Sociologia*. Publicações avulsas, São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, n. 4, 1959.

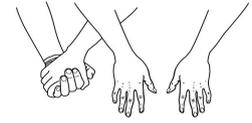
ROSOLI, Gianfausto. L’associazionismo cattolico degli emigrati italiani in América tra ‘800 e ‘900. In: DEVOTO, Fernando J. y MIGUEZ, Eduardo J. (compiladores). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada. Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS, 1992.

SANTOS, Viviane Terezinha dos. *Os seguidos do Duce*: os italianos fascistas no Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

SAVOLDI, Adiles. *O caminho inverso*: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). 149 p. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

SIMMEL, Georg. El secreto y La sociedad secreta. In: *Sociologia 1. Estudios sobre las formas de socialización*. Madri: Alianza Editorial, 1986, pp. 357-423.

SILBERSTEIN, Carina Frid de. Lãs opções educativas de la comunidad italiana em Rosário: Lãs escuelas mutualistas y el colégio Salesiano (1880-1920). In: DEVOTO, Fernando J. y MIGUEZ, Eduardo J. (compiladores). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada. Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS, 1992, pp. 101-133.



SILVA JR., Adhemar L. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889). In: *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora: EdUFJF, vol. 5, n. 2, 1999.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: *República em migalhas. História regional e local*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990, pp. 43-49.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: questão de método. In: *República em migalhas. História regional e local*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990, pp. 43-49.

SOUZA, José Maria Viana de. *Araraquara 212 anos de história*. São Carlos-SP: Editora Compacta, 2003.

TEXEIRA, Rosane Siqueira. Imigrantes italianos e a *Società Italiani Uniti*: algumas considerações preliminares. *História Unisinos*, São Leopoldo-RS, vol. 11, n. 1, 2007, pp. 58-71.

\_\_\_\_\_. Nacionalismo-fascismo-italianidade. *Locus: Revista de História*, UFJF, MG, vol. 14, n. 2, 2008, pp. 187-204.

TELAROLLI, Rodolpho. *Poder local na república velha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

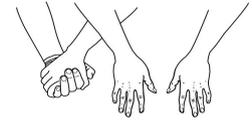
\_\_\_\_\_. *História dos médicos e da medicina em Araraquara*. São Paulo: Legnar Informática & Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. *Para uma história de Araraquara: 1800 a 2000*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial, 2003.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. Do uso que os americanos fazem da associação na vida civil. In: \_\_\_\_\_. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 131-136.

TRENTO, Angelo. *Fascismo italiano*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.



\_\_\_\_\_. Le associazioni italiane a São Paulo: 1878-1960. In: DEVOTO, Fernando J. y MIGUEZ, Eduardo J. (compiladores). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS, 1992a, pp.31-57.

\_\_\_\_\_. Il Brasile, gli immigrati e il fenômeno fascista. In: BLENGINO, Vanni; FRANZINA, Emilio; PEPE, Adolfo. *La riscoperta delle Americhe. Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina 1870-1970*. Atti Del Convegno storico Internazionale promosso dalla Camera Del Lavoro Territoriale/Cgil di Brescia: Brescia, 25/26/27 novembre, 1992b. pp. 251-264.

\_\_\_\_\_. I Fasci in Brasile. In: FRANZINA, Emilio; SANFILIPPO (a cura di), Matteo. *Il fascismo e gli emigrati. La parabola dei Fasci italiani all'estero (1920-1943)*. Roma: Editora Laterza, 2003, pp. 152-166.

\_\_\_\_\_. Organização Operária e Organização do Tempo Livre entre os Imigrantes Italianos em São Paulo (1889-1945). In: TUCCI, Maria L. Carneiro; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do Trabalho e Histórias da Imigração: trabalhadores italianos e sindicato no Brasil (Séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010, pp. 233-266.

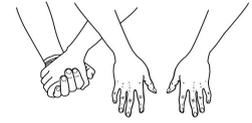
TRUZZI, Oswaldo M. S. *Patrícios – Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TRUZZI, Oswaldo M. S. & VOLPI SCOTT, Ana S. Redes de conterrâneos: a imigração de lousanenses ao Brasil imperial. In: *Portuguese Studies Review*, n. 14, vol. 2, 2009, pp. 39-61.

TRUZZI, Oswaldo M. Serra; KERBAUY, Maria Tereza Miceli; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Incorporações de extratos de origem imigrante ao poder local no interior paulista (1920-1950). *Anais do X Congresso Internacional da BRASA*, Brasília (DF), 2010.

VENZI, Fabio. *Massoneria e Fascismo. Dall'intesa cordiale Allá distruzione delle Logge: come nasce una "guerra di religione", 1921-1925*. Roma (It.): Alberto Castelvechi Editore, 2008.

VISCARDI, Cláudia. M. R. Proteção e Socorro: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa: Associação Nacional de História e Universidade Federal da Paraíba, 2003. v. 1.

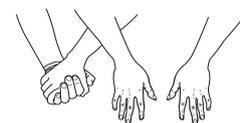


\_\_\_\_\_. Mutualismo e filantropia. In: *Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG*, UFJF, Juiz de Fora, 2004.

\_\_\_\_\_. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: UFJF Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, 2010, pp. 23-39.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria (RS)*, Santa Maria (RS): Ed. da UFSM, 2006.



# APÊNDICE A

## BIOGRAFIAS

---

Pierre Bourdieu falou acertadamente de ‘ilusão biográfica’, considerando que era indispensável reconstruir o contexto, a ‘superfície social’ em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante.

*Giovanni Levi*

Neste Apêndice, disponibilizamos as biografias de dirigentes das associações, as quais, como já adiantamos, foram possíveis a historicidade. É importante assinalar que todo o contexto de reconstrução das trajetórias foi extraído de diversas fontes, portanto, nos eximimos de eventuais divergências.

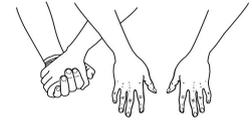
### Biografias

#### **ABRITTA**, Gaspare

Gaspare Abritta nasceu na província de *Cosenza*, região da Calábria (Sul da Itália), no ano de 1874. Ele foi registrado nove vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). A primeira delas foi no seu casamento, em 1902, com Angela Croci, nascida em Piracicaba, mas filha de italianos. Na ocasião, Gaspare tinha 28 anos. Consta no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), que, em 1904, ele possuía um comércio de “fazendas, chapéus, calçados, armarinhos, livros e papeis e louças”. Já no período entre 1908 e 1913, Gaspare amplia seu comércio e coloca gêneros alimentícios. Gaspare ocupou cargos na *SIU*, consecutivamente, entre os anos de 1921 e 1928.

#### **ALIMONDA**, Paolo

Paolo Alimonda nasceu na Itália no ano de 1875. Não sabemos a província, mas, provavelmente, ele era oriundo da região Norte, pois teve participação na diretoria da *SIB*. Nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), ele foi registrado apenas duas vezes. A primeira, em 1904, Paolo ainda era solteiro, comerciante e residia em Araraquara. A segunda foi na ocasião de seu casamento no ano de 1912. Segundo o *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), em 1913, ele possuía um comércio de salsichas, carnes e salames, na cidade de Rincão (perto de Araraquara). Já em 1916, Paolo era proprietário de uma fábrica de gelo denominada “A Polo Norte”, localizada em Araraquara



(APHRT, jornal “O Araraquarense”, Araraquara, 10 de fevereiro de 1916).<sup>144</sup> Sabe-se que ele fez uma única compra de imóvel no valor de dois contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Como dissemos, ele participou da diretoria da *SIB*. Paolo foi membro da *SIU* e ocupou cargos na diretoria em sete gestões.

**ANGELIERI**, Gregório

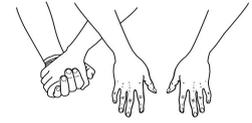
Gregório Angelieri nasceu na província de *Catanzaro*, região da Calábria (Sul da Itália), em 1886. Ele foi inscrito nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) nove vezes, sendo a primeira na ocasião de seu casamento com a italiana Carmela Fabrizio, no ano de 1902. Ele tinha 19 anos. Em seu registro no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), consta que ele exercia a profissão de barbeiro. Gregório ocupou cargos na diretoria da *SIU* em cinco gestões (1921-1922, 1928-1930).

**AUFIERO**, Giuseppe

Giuseppe Aufiero, um dos homens mais importantes da *SIU*, nasceu na *comune* de *Santa Paolina*, província de *Avellino*, na região da Campânia (Sul da Itália), no dia 12 de outubro de 1880. Ele se graduou em medicina na Universidade de Nápoles e, chegando ao Brasil no início do século XX, convalidou o seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Aufiero morou em Matão, pequeno município perto de Araraquara, durante dois anos. Em 1908, ele retornou à Europa e lá permaneceu por dois anos, para fazer uma especialização em cirurgia geral, em Paris. Após ter concluído a especialização, ele retornou ao Brasil, em 1910, e fixou residência em Araraquara. Segundo consta, em 1914, a situação de Aufiero já era de franca prosperidade. Ele construiu uma clínica, em Araraquara, localizada na Rua 4 - “Clínica Aufiero” -, cujo prédio possuía acomodações espaçosas e era muito elegante. Ele era estudioso por vocação e gosto e, além do português, Aufiero também falava o latim, o alemão e o francês. Nas horas vagas, ele lia Balzac e recitava D’Annunzio. Frequentemente, ele ia a São Paulo e periodicamente à Europa. Aufiero veio casado da Itália. Sua esposa chamava-se Concheta, com a qual teve dois filhos: Roberto e Colomba. Em 1918, quando ocorreu uma grande epidemia de febre amarela em Araraquara, Concheta a contraiu e faleceu nesse mesmo ano. Posteriormente, Aufiero se casou com outra italiana, mas não teve filhos. Ele faleceu em Araraquara no dia 28 de agosto de 1972 (TELAROLLI, 2002). Ele foi secretário do PNF (Partido Nacional Fascista) em Araraquara. O seu nome encontra-se registrado na “Relação dos fascistas inseridos no Partido Fascista Italiano, na seção do Braz”, conforme documentos

---

<sup>144</sup> Sabe-se que essa fábrica foi fundada por Americo Danielli e que Paolo Alimonda começou como gerente.



do DEOPS (AESP, Acervo do DEOPS, Prontuário n. 27.804, 2º vol.). Em relação às transações de imóveis, verificou-se que ele fez compras e vendas entre os anos de 1912 a 1919. No total foram quatro e de valores abaixo de um conto de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Aufiero assumiu a presidência SIU em 1923 e ocupou esse cargo até o fechamento da mesma. Não temos informações de sua participação nas associações que antecederam a SIU.

### **BARBATO, Nicola**

Nicola Barbato nasceu na província de *Campobasso*, região de *Molise* (Sul da Itália), no ano de 1882. Ele foi registrado nove vezes nos *Autos de Casamentos*, sendo o primeiro na ocasião de seu casamento com Ernestina de Oliveira Fava, em 1904. Ele era filho de Vincenzo Barbato (no casamento do filho, ele já era falecido) e Margarida Lero, ambos nascidos em *Campobasso* (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), Nicola está inscrito como alfaiate entre os anos de 1908 e 1913. Consta no *Álbum de Araraquara, 1915* (França, 1915) que a razão social de sua alfaiataria era “Nicolau Barbato &Irmão”<sup>145</sup>. Junto com a alfaiataria também funcionava um comércio de fazendas, armarinho, chapéus, roupas feitas etc. Consta que ele fez apenas uma transação de venda em 1921, no valor de quatro contos de réis (APHTR, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Nicola participou ativamente da SIU, ocupando cargos por quase toda a existência dela e também era membro da LMCUT. Sobre ele, é interessante registrar uma publicação do jornal “O Imparcial”:

#### O Barbato

O Barbato mora em Araraquara há muito tempo. Antes de aqui chegar o automóvel, a luz e o telefone, chegou o Barbato. Ele e a alfaiataria. Mas em todo esse tempo não perdeu ele a pronúncia italiana. Toda tarde lá está o Barbato, na esquina, “aspetando uno vagabundo pra mechere”.

E o ‘vitimo’ sou sempre eu. Logo que me vê berra ele:

- Ma, per Dio, quando que você pára de escrever aquelas bobagens do jornal?

E, dedos unidos, sacudindo a mão perto do meu rosto, lança a sua eterna recriminação:

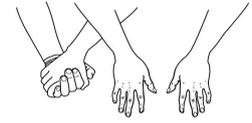
- Sempre parlare de meninas, dos bailes, de tutas essas besteitas. Francamente, na Itália, você já teria apanhado. Fala de coisa séria, homem.

Mas falar de quem? Do Góes, do Getúlio, da Bancada Paulista, da ‘crise que nos sufoca’? Mas tudo isso é maior tolice do que as que digo diariamente e o Barbato lê...inevitavelmente...Lê só para falar mal depois, mas lê.

‘Salute’

DUKE (APHRT, jornal “O Imparcial, Araraquara, 18/05/1934)

<sup>145</sup> Ele era irmão de Michele (mais velho três anos e exercia a profissão de barbeiro), de Vincenzo (mais velho um ano e possuía um armazém de secos e molhados) e de Caetano (dez anos mais novo), seu sócio na alfaiataria. Todos eram maçons.



### **BARBIERI, Rafaele**

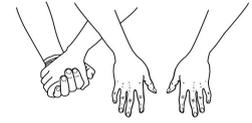
Rafaele Barbieri nasceu na Itália no dia 10 de outubro de 1890 (não há informações sobre o local de nascimento). Ele foi registrado nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) somente uma vez, na ocasião de seu casamento. Ele se casou com Ida Benatti, brasileira, mas filha dos italianos Leonardo Benatti e Corina Lanzoni. Rafaele era filho de Giuseppe Barbieri e Annunciata Tucci Barbieri e era comerciante. Ele participou da diretoria da *SIU* apenas nas gestões de 1937 e 1938.

### **BATELLI, Luigi**

Luigi Batelli nasceu na *comune* de *Cordignano*, localizada na província de Treviso, região do Vêneto (Norte da Itália), no ano de 1861. Ele foi registrado quatro vezes como padrinho de casamento entre os anos de 1894 e 1906 (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). Em 1899, seu nome consta do *Livro de coleta de imposto de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) como possuidor de um depósito de aguardente. Já em 1913, além do depósito, ele era proprietário de uma cocheira. Luigi está incluído nos registros de imóveis desde o ano de 1895, fazendo uma única transação de compra, a qual foi realizada no ano de 1909, no valor de seiscentos mil-réis. Em relação às vendas, ele fez quatro, sendo a mais alta no valor de um conto e quinhentos mil-réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Luigi era membro da *SIB* e foi eleito como conselheiro na gestão de 1911, mas ocupou o cargo por pouco tempo, pois, neste mesmo ano, houve outra eleição, como já tivemos a oportunidade de asinalar. Ele também foi membro da *SIU*, mas não participou da diretoria.

### **BERTELLI, Ettore**

Ettore Bertelli nasceu na *comune* de *Paggio Rusco*, província de Mântova, região da Lombardia (Norte da Itália), no ano de 1880. Ele veio para o Brasil em 1913, onde se estabeleceu, primeiramente, na cidade de Jaboticabal, com a profissão de agricultor. Mudou-se, então, para Catanduva, onde trabalhou algum tempo como agricultor e, no ano de 1920, instalou a primeira casa de material de construção da cidade. Ele faleceu em 25 de julho de 1958 (SIBGd'A; QUAGLIA, 2003, p. 92). Ettore foi um dos fundadores da *SIMS" Gd'A "* e ocupou cargos na diretoria durante quase toda sua existência.



### **BIGNARDI, Augusto**

De Augusto Bignardi temos poucas informações. Tudo indica que ele era oriundo da província de *Ferrara*, região da *Emilia Romagna* (Norte da Itália).<sup>146</sup> No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) está registrado, no ano de 1911, um restaurante e artigos para fumantes em nome de “A. Bignardi e irmão”. Talvez ele fosse sócio, pois nessa época também existia Angelo Bignardi. O que podemos afirmar é que ele era engenheiro e diretor da Repartição de Obras Públicas da Prefeitura de Araraquara. Ele começou a fazer parte do quadro de funcionários a partir de 1913 (APHRT, Relatório do Prefeito Municipal Dario Alves de Carvalho referente ao exercício de 1913; diversos jornais pesquisados). Augusto fez transações de compras de imóveis, as quais foram realizadas nos anos de 1908, no valor de quatro contos e quinhentos mil-réis, e 1925, de dezoito contos e quinhentos mil-réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Ele foi membro da LMCUT e da SIU. Sabe-se que, desta última, ele teve participação ativa, inclusive ocupando cargos na diretoria praticamente durante toda a sua existência.

### **BOCCUCCI, Alfredo**

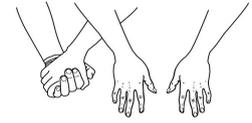
Alfredo Boccucci nasceu na província de Roma, região do Lácio (Itália Central), no ano de 1891. Nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), ele foi registrado cinco vezes entre os anos de 1911 e 1921. Consta que Alfredo era casado, artista e residente em Araraquara. Ele foi proprietário da “Alfaiataria Moderna” que, além de fazer roupas sob medida, vendia brins e casimiras nacionais e estrangeiras (APHRT, Jornal “Gazeta do Povo”, Araraquara, s/data, 1925). Sabe-se que ele fez transações de compras e vendas de imóveis. Uma compra em 1925, no valor de um conto e quinhentos mil-réis. E duas vendas, sendo a de maior valor realizada no ano de 1921 na quantia de dezessete contos e quinhentos mil-réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Alfredo foi membro da SIU, mas ocupou cargo na diretoria em apenas uma gestão.

### **BORELLI, Pasquale**

De Pasquale Borelli há escassas informações. Sabe-se apenas que ele nasceu na *comune* de *Malito*, província de *Cosenza*, região da Calábria (Sul da Itália), no ano de 1879, e era casado e comerciante (SIBGd’A, Serviço de Registro de Estrangeiros – Delegacia de Polícia de

---

<sup>146</sup> Esse dado foi baseado no Auto de Casamento da filha de Giuseppe Bignardi. Ele era natural da *comune* de *Argenta*, província de Ferrara, na região da Emilia Romana. Pelo fato de terem o mesmo sobrenome, presume-se que ele e Augusto eram parentes. É interessante notar que em Araraquara geralmente quando o italiano tinha o mesmo sobrenome, mas era oriundo de região diferente, acrescentava-se o nome da região de procedência depois do sobrenome. Todavia, esse não foi o caso dos Bignardi.



Catanduva, 1941). Paschoal começou a ocupar cargos na *SIMS* "Gd'A" a partir do ano de 1932.

**BLUNDI**<sup>147</sup>, Giuseppe

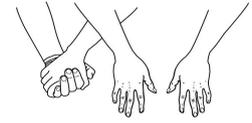
Giuseppe Blundi nasceu em *Spezzano Albanese*, província de *Cosenza*, região da Calábria (Sul da Itália), não se sabe a data, assim como não há informações de quando ele chegou a Araraquara. Há quatro registros dele nos *Autos de Casamentos*, nas datas: 29/01/1898, 7/06/1903, 22/5/1914 e 13/11/1916. As duas primeiras são como padrinho e as outras duas são dos casamentos dos seus filhos (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). Consta no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissões, 1899-1913* (APHRT), que no período de 1899 a 1904, ele possuía uma propriedade que funcionava como ferraria, carpintaria e fábrica de torrar café. Entre 1900 e 1901, seu capital estava registrado no valor de cinco contos de réis. Nos *Autos de Casamentos* do ano de 1903, por exemplo, ele foi qualificado como industrial. Percebe-se, portanto, que Giuseppe era um homem bem-sucedido. Ele teve participação na fusão da *SIMS* com a *SIB* e foi membro da *SIU*, porém, não ocupou cargos na diretoria.

**BLUNDI**, Antonio

Antonio Blundi nasceu em Araraquara no dia 16 de maio de 1890 e se casou com Thereza Passerine, natural de Jaboticabal e filha de italianos. O pai de Antonio chamava-se Ferdinando Blundi, que nasceu em *Spezzano Albanese* (*Cosenza*), região da Calábria, no ano de 1850. Ele era casado com Maria Guaglianoni, da mesma cidade. Não se tem notícias de quando eles vieram para Araraquara, mas consta que sua mulher faleceu na Itália em 1899. Antonio foi registrado quatro vezes nos *Autos de Casamentos*: 29/01/1898, 07/06/1903, 13/11/1916 e 28/06/1920 (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). A última é o do seu casamento. Consta no *Álbum de Araraquara de 1915* (França, 1915), que ele ocupava o cargo de 1º suplente na Delegacia de Polícia e também era Agente Geral de Araraquara da "Companhia de Seguros de Acidentes Terrestres e Marítimos", cuja sede era em São Paulo. Verificou-se que ele fez transações de compras e de vendas de imóveis entre os anos de 1916 a 1922. Ao todo foram seis, sendo três compras no ano de 1916; uma delas no valor de dez contos de réis. Destaca-se, ainda, uma venda no valor de quinze contos de réis efetuada no ano de 1920 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Antonio

---

<sup>147</sup> Com o sobrenome Blundi há duas famílias que provavelmente deviam ser parentes, pois vieram do mesmo local, conforme já explicitado.



participou ativamente da *SIU*, ocupando cargos na diretoria durante as gestões de 1921 e 1926-1938.

#### **CARLINI, Domenico**

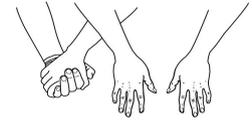
Domenico Carlini nasceu na Itália no ano de 1870. Não há informações sobre a província de procedência, mas, provavelmente, ele era oriundo da região Norte, pois foi um dos fundadores da *SIB*. Domenico foi registrado seis vezes nos *Autos de Casamentos*, entre os anos de 1900 e 1922. O primeiro registro é o do seu casamento. Neste, consta que ele residia em Araraquara há mais de seis anos (antes de 1894) (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), ele foi cadastrado como possuidor de uma fábrica de gasosas, em 1899. Já de 1908 em diante, consta que Domenico era proprietário de uma fábrica de cervejas e gasosas. No último *Auto de Casamento*, ano de 1922, ele foi inscrito como industrial. Verificou-se que Domenico realizou duas transações de compras de imóveis e ambas no ano de 1912. A primeira, no valor de quinze contos de réis e, a segunda, de oito contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Além de Domenico ter sido um dos fundadores da *SIB*, ele também ocupou cargos na diretoria, inclusive na presidência. Ele foi membro da *SIU*, mas participou da diretoria em apenas uma gestão.

#### **CASALE, Eugenio**

Eugenio Casale nasceu na província de *Catanzaro*, região da Calábria (Sul da Itália), no ano de 1884. Ele foi registrado somente duas vezes nos *Autos de Casamentos*: em 1908 e 1922. A primeira delas, na ocasião de seu casamento. Consta que, neste ano, ele residia em São Carlos e era “viajante” (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). Já em 1910, Eugenio está cadastrado no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) como possuidor de um comércio de “chapéus, papéis e outros artigos”, na cidade de Araraquara. O mesmo registro se repete no ano de 1911. Ao que tudo indica, ele se casou e fixou residência em Araraquara. Verificou-se que ele fez uma venda de imóvel no ano de 1921, no valor de quinze contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Eugenio foi membro da *SIU* e participou da diretoria na gestão de 1921.

#### **CESTARI, Alberto**

Alberto Cestari nasceu na Itália no ano de 1870. Não há informações sobre a província de procedência, mas certamente ele era oriundo da região Norte, pois foi um dos fundadores da *SIB*. Nos *Autos de Casamentos*, ele foi registrado seis vezes no período que se estende de



1907 a 1928. Consta que Alberto era casado, pintor e residia em Araraquara (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). De fato, os mesmos dados estão inscritos no *Recenseamento de Araraquara, 1902* (APHRT). Sabe-se que ele fez uma compra de imóvel, realizada no ano de 1921, no valor de um conto e quinhentos mil-réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Ele foi um dos fundadores da *SIB*, como já dissemos, e ocupou cargos na diretoria por diversas vezes. Alberto também foi membro da *SIU*, mas não participou da diretoria.

#### **CHECCHI, Americo**

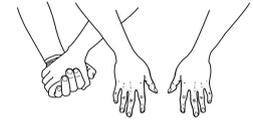
De Americo de Checchi as informações são escassas. Dele, não se pode afirmar nem a nacionalidade. Ele teve apenas um registro nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), mas não houve qualificação. Sabe-se apenas que, nos anos de 1912 e 1913, ele foi cadastrado no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) como possuidor de um açougue. Verificou-se que Americo fez uma venda de imóvel no ano de 1927, no valor de três contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Ele foi membro da *SIU* e participou somente da gestão do ano de 1923.

#### **CHECCHI, Anselmo**

Anselmo de Checchi nasceu no Brasil no ano de 1894, mas não se sabe o local. É possível que haja algum grau de parentesco entre ele e Americo de Checchi, contudo não há dados que comprovem. Ele teve um registro nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) no ano de 1924. Consta que ele era solteiro, comerciante e residente em Araraquara. Sabe-se que Anselmo fez uma transação de compra e outra de venda de imóveis, respectivamente nos anos de 1927 e 1928. Na primeira ele adquiriu um imóvel no valor de três contos de réis. E, na segunda, ele fez uma venda na quantia de um conto de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Anselmo participou da *SIU* e ocupou cargos nas gestões de 1929 a 1931.

#### **DAVOLI, Pietro**

Pietro Davoli nasceu na Itália no ano de 1867, porém, não se sabe a província. Possivelmente, ele era oriundo da região Norte, pois participou da diretoria da *SIB*. Ele foi registrado cinco vezes dos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) no período que se estende de 1895 a 1908. Consta que Pietro casou no ano de 1898 com uma italiana. Ele está inscrito como carroceiro. No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), Pietro foi cadastrado nos anos de 1908 e 1910 como proprietário de uma cocheira. Sabe-se que Pietro fez poucas movimentações de compras e vendas de imóveis. Ele adquiriu dois



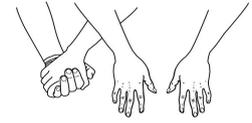
imóveis de baixos valores, respectivamente nos anos de 1909 e 1924. E fez uma venda, no ano de 1918, no valor de três contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Como já dissemos, ele ocupou cargos na *SIB*, mas não há informações de sua participação na *SIU*.

#### **DESTEFANI, Umberto**

Umberto Destefani nasceu na província de *Mantua*, região da Lombardia (Norte da Itália), no ano de 1885. Encontramos quinze vezes seu registro nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), no período que se estende de 1902 a 1919. Uma delas refere-se ao seu casamento no ano de 1906, quando ele ainda era empregado no comércio. Ele foi cadastrado no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão*, 1899-1913 (APHRT) a partir do ano de 1908, como possuidor de um restaurante. Já em 1913, ele estava inscrito como proprietário de um “restaurante, botequim e artigos para fumantes”. Consta que ele fez cinco transações de compras de imóveis e duas de vendas entre os anos de 1908 a 1922. A mais alta foi uma venda de vinte contos de réis realizada no ano de 1914 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Ele foi membro da *SIB* e ocupou o cargo de conselheiro, em 1908. Também participou da fusão da *SIB* com a *SIMS* e foi sócio da *SIU*. Umberto faleceu no ano de 1924.

#### **DONZELLI, Giuseppe**

Giuseppe Donzelli nasceu na província de *Mantua*, região da Lombardia (Norte da Itália), no ano de 1883. Ele foi registrado vinte e uma vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) durante o período que se estende de 1906 a 1929. A primeira, em 1906, na ocasião de seu casamento. E, as outras, como padrinho de casamento. Consta, entre os anos de 1908 e 1913, no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão*, 1899-1913 (APHRT), que ele exercia a profissão de alfaiate. Em 1913, Giuseppe já possuía estabelecimento próprio, com comércio de roupas, bengalas e chapéus. Sua loja era denominada “Alfaiataria Ítalo-Brasileira” e localizava-se na Rua do Comércio (França, 1915). Verificou-se que ele fez transações de compras de imóveis: um total de seis durante os anos de 1919 a 1924. A de maior valor foi realizada no ano de 1914, no montante de sete contos e quinhentos mil-réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Giuseppe participou da diretoria da *SIB* em duas gestões. Ele também foi membro da *SIU* e ocupou cargos na diretoria por sete gestões.



### **FERMIANO, Pasquale**

Pasquale Fermiano nasceu na Itália (não se sabe a província) no ano de 1868. Ele foi registrado duas vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). A primeira, em 1917, no casamento do seu filho, e, a segunda, em 1927, no casamento da sua filha, ambos já nascidos em Araraquara. Consta no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) que, em 1899, ele tinha o ofício de carpinteiro e ferreiro. Anos mais tarde, precisamente em 1911, ele foi cadastrado como proprietário do seu próprio estabelecimento, ainda com a mesma profissão. Pasquale fez quatro transações de imóveis entre os anos de 1905 e 1921. Três delas comprando e a outra vendendo. O maior valor foi o da compra realizada no ano de 1921: cinco contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Ele participou da fusão da *SIB* com a *SIMS*, mas não há referências de sua participação na *SIU*.

### **FERMIANO, Pietro**

Pietro Fermiano nasceu em São Carlos (SP) no dia 18 de março de 1894. Ele era filho dos italianos Pasquale Fermiano e Rosina Benincasa e exercia a profissão de guarda-livros. Pietro foi registrado nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), apenas uma vez, na ocasião de seu casamento. Ele ocupou cargos na *SIU* em seis gestões.

### **FERRAREZI, Giuseppe**

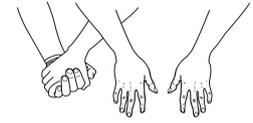
Giuseppe Ferrarezi nasceu na província de *Rovigo*, região do Vêneto (Norte da Itália), no ano de 1887. Ele foi registrado nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) sete vezes. A terceira foi na ocasião de seu casamento com a italiana Macedonia Pauerini, em 1909. Até essa data consta que ele exercia a profissão de sapateiro. Já nos registros posteriores (1918, 1921, 1925 e 1926), Giuseppe foi inscrito como comerciante. Ele participou de duas gestões da *SIU*, respectivamente 1923 e 1924.

### **GALEAZZI, Pietro**

Pietro Galeazzi nasceu na Itália no ano de 1873, mas não se sabe a província. Provavelmente, ele deve ser da região Norte, pois ocupou cargos na *SIB*. Ele foi inscrito oito vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) durante o período de 1896 a 1923. O primeiro registro é o do seu casamento com a italiana Lucia Pazelle.<sup>148</sup> Consta que ela faleceu dois anos depois, em 1898, e após algum tempo ele se casou novamente. Entre os anos de 1896 e 1897, ele foi registrado como lavrador e residente no município. O nome de Pietro somente começou a

---

<sup>148</sup> Esse Auto de Casamento está muito incompleto.



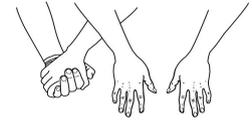
aparecer no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) a partir de 1908, no qual constava que ele tinha um comércio de aguardente. Já em 1913, ele está cadastrado como proprietário de um comércio de “aguardente, material para construção, ferragens etc.” Já no *Álbum de Araraquara, 1915* (FRANÇA, 1915) o seu comércio está registrado como “armazém de secos e molhados, louças, cristais etc.” O nome do seu estabelecimento era “Casa da Ancora” e estava situado na Rua do Comércio, 86. Verificou-se que, em 1907, ele adquiriu um imóvel no valor de oitocentos mil-réis, talvez para fixar residência na cidade. Ele fez diversas transações de compras e vendas de imóveis durante o período de 1907 a 1928, a maioria de valores consideráveis como, por exemplo, uma venda de trinta e cinco contos de réis, em 1919 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Pietro participou da política de Araraquara no cargo de vereador nas gestões de 1926-1928 e 1929-1930 (Souza, 2003). Como dissemos, ele fez parte da diretoria da *SIB*. Sua atuação na *SIU* foi intensa. Ele ocupou cargos, sobretudo o de tesoureiro, durante toda a existência desta associação (1920-1941).

#### **GIGLIO, Caetano**

Caetano Giglio nasceu na Itália no ano de 1871. Apesar de não sabermos a província de procedência, desconfiamos que ele era oriundo da região Sul, pois participou da diretoria da *SMU*. Ele foi registrado nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) apenas duas vezes. Uma delas em 1907, e a outra em 1914. No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), ele foi cadastrado, entre os anos de 1899 e 1904, como possuidor de um comércio de secos e molhados. A partir de 1909, Caetano foi inscrito como alfaiate. Na verdade, no Auto de Casamento do ano de 1907, ele já constava com tal profissão. Verificou-se que ele fez uma venda de imóvel, a qual foi realizada no ano de 1914, no valor de trezentos mil-réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Como dissemos, Caetano foi membro da *SMU* e ocupou cargos na diretoria. Ele também foi membro da LMCUT. Sabe-se que ele faleceu no ano de 1917.

#### **GOLFIERI, Mário**

Mário Golfieri nasceu na *comune* de Modena, região da *Emilia-Romagna* (Norte da Itália), no ano de 1867. Seu nome foi inscrito nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) apenas três vezes. A segunda foi na ocasião de seu casamento com a italiana Genoveza Zanella, em 1912. Consta no terceiro registro, ano de 1920, que ele exercia a profissão de guarda-livros. Mário foi presidente da *SIB* e ocupou cargos em algumas gestões. Na *SIU*, ele participou da diretoria nas gestões de 1923 e 1926.



### **GRANATA, Gennaro**

Gennaro Granata nasceu na *comune* de *Malito (Cosenza)*, região da Calábria (Sul da Itália), no dia 7 de fevereiro de 1900. Formou-se em medicina, em 1923, na Universidade de Nápoles. Nesta cidade, casou-se com Lydia Gravina, radicada em Araraquara (filha de Vincenzo Gravina e de Maria Luiza Gaetani Gravina), no ano de 1928 e, nesse mesmo ano, veio para o Brasil. Em Araraquara Gennaro montou a *Clínica Esperança* (Telarolli, 2002). Ele ocupou cargo na *SIU* somente no ano de 1932.

### **GRAVINA, Vincenzo**

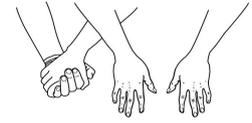
Vincenzo Gravina nasceu em *Salerno*, região da Campânia (Sul da Itália), no ano de 1869. Ele foi duas vezes padrinho de casamento, respectivamente nos anos de 1898 e 1910. Na primeira, Vincenzo ainda era solteiro (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). Ele foi um homem de muitas posses e diversificou bastante os seus empreendimentos. Consta no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) que, desde o ano de 1901, Vincenzo era proprietário de um comércio de “fazendas, armarinhos, ferragens, louças e arreios”. Nessa época, ele já pagava um imposto equivalente a quinhentos e quarenta mil-réis. Em 1908, além do comércio, ele também está cadastrado como proprietário de máquina de beneficiar café e arroz. Ademais, ele possuía uma gráfica. No *Álbum de Araraquara, 1915* (França, 1915) consta que Vincenzo era proprietário de uma fazenda situada no município de Araraquara, com trezentos e sessenta mil pés de café.<sup>149</sup> Durante todo o período em que ele foi inscrito no *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios* (1895-1928, APHRT), Vincenzo efetuou oito compras de imóveis. As mais altas ocorreram nos anos de 1910, no valor de cem contos de réis, e em 1912, de setecentos e quarenta contos de réis, valor altamente expressivo. Ele foi membro da *SIU* e durante as gestões de 1923 e 1924 ocupou o cargo de conselheiro.

### **GRAZIATO, Giovanni**

De Giovanni Graziato pouco se tem notícias. Sabe-se que ele era italiano, mas não há informações da província de procedência e nem tão pouco de sua idade, pois em seu único registro nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) não consta a qualificação. Verificou-se, entretanto, que ele fez duas transações de compras nos anos de 1925 e 1926. A de valor mais alto, um conto de réis, foi realizada neste último ano (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Giovanni participou da fusão da *SIB* com a *SIMS*.

---

<sup>149</sup> Comenta-se na cidade que ele também se dedicava à agiotagem.



Ele foi membro da *SIU*, mas teve uma única participação na diretoria, especificamente na gestão de 1930.

### **GROSSI, Belarmino**

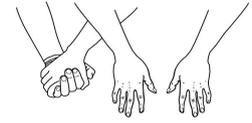
De Belarmino Grossi não consta nenhum registro nos *Autos de Casamentos*. Mas ele foi cadastrado no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT). Sabe-se que, no período de 1900 a 1901, ele tinha uma ferraria e serralheria, cujo capital era de duzentos réis. A partir do ano de 1904, Belarmino está registrado como engenheiro, carpinteiro e ferreiro. Em 1909, ele está inscrito, além de engenheiro, também como possuidor de uma pedreira. Tomamos conhecimento, por meio de Corrêa (1967, p. 196), que ele também foi encarregado dos serviços fúnebres no ano de 1891. A saber, esse serviço era subordinado ao governo municipal. No *Álbum de Araraquara, 1915* (França, 1915), por sua vez, Belarmino está classificado apenas como engenheiro. Consta que ele realizou diversas obras para a prefeitura de Araraquara. O mesmo *Álbum* também informa que ele foi presidente da *SIMS*, o que sugere que a sua região de procedência era a do Centro da Itália. Belarmino apareceu várias vezes negociando imóveis, desde 1895 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Pode-se imaginar que ele era proprietário de terras extensas e as fracionasse para efetuar vendas menores, fazendo, assim, lucrativos negócios.<sup>150</sup> Não encontramos seu nome como integrante da *SIU*, porém, verificamos que ele foi membro da LMCUT.

### **GULLO, Vincenzo**

Vincenzo Gullo nasceu no ano de 1889 na *comune* de *Spezzano Albanese (Cosenza)*, região da Calábria. Ele era filho de Giuseppe Gullo e Carolina Lucci. Vincenzo teve um único registro nos *Autos de Casamentos* durante o período pesquisado (1889-1932), justamente o do seu casamento, que se realizou no dia 22 de maio de 1914, com Dominga Blundi, filha de Giuseppe Blundi e de Antonietta Pezze. Sua profissão está inscrita apenas como comerciante. Não há informações de quando e com quem ele emigrou. Sabe-se apenas que na ocasião de

---

<sup>150</sup> Cumpre dizer que em Araraquara havia um elevado número de pequenas e médias propriedades em relação aos latifúndios e às grandes propriedades (Lorenzo, 1979, p. 146). Segundo Monteiro (2000, p. 79), “a distribuição acentuada de pequenas e médias propriedades foi causada pelo contínuo desmembramento de suas sesmarias em pequenas partes até o final do século XIX (...) tudo leva a crer que esse processo seguiu até o início do século XX”.



seu casamento seus pais residiam na Itália (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). Ele foi membro da *SIU*, mas ocupou cargo de diretoria somente no ano de 1936.

**LAINETTI, Adolfo**

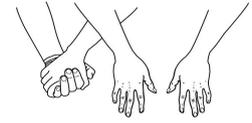
Adolfo Lainetti nasceu em Araraquara (SP) no dia 15 de julho de 1891. Ele era filho dos italianos Thomaz Lainetti e Thereza Galbiatti (*Fichas eleitorais de Araraquara*, escrita em 7 de novembro de 1957, APHRT). Ele foi registrado duas vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). A primeira foi na ocasião do seu casamento com Rosa Lombardi, filha de italianos. Adolfo exercia a profissão de alfaiate. Ele participou da diretoria da *SIU* nas gestões de 1937 e 1938.

**LANZIERI, Vincenzo**

Vincenzo Lanzieri nasceu na *comune* de *Sapri*, província de *Salerno*, na região da Campânia (Sul da Itália), no ano de 1875. Ele chegou ao Brasil em 1892 e fixou residência em Rio Claro, onde possuía uma joalheria. Nesta cidade, participou durante vinte anos da Sociedade Italiana local, que o declarou sócio *honorário*. Em 1918, mudou-se para Catanduva e estabeleceu-se no comércio como proprietário da primeira joalheria da cidade, que se intitulava “A pérola oriental”. Vincenzo faleceu em Catanduva no dia 14 de novembro de 1950 (SIBGd’A; QUAGLIA, 2003, p. 143). Ele foi um dos fundadores da *SIMS”Gd’A”* e ocupou cargos na diretoria praticamente durante toda sua existência.

**LEPRE, Giuseppe Palamone**

Giuseppe Palamone Lepre nasceu na *comune* de *Sant’Angelo à Fasanella*, província de *Salerno*, região da Campânia (Sul da Itália), no dia 29 de março de 1884. Ele chegou ao Brasil no ano de 1904 e, depois de passar pela Hospedaria dos Imigrantes, seguiu para Araraquara. Primeiramente, instalou-se na Estação do Chibarro (na época chamava-se Fortaleza) e, anos mais tarde, mudou-se para Araraquara, onde fixou residência e começou a trabalhar no armazém do seu tio Francesco Palamone. Deste, logo tornou-se sócio (APHRT, *Um homem e suas realizações*, s/data, p. 12-13). No decorrer do período que se estende de 1912 a 1920, Giuseppe foi registrado nove vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). A primeira, em 1912, no seu casamento. Em 1913, ele foi cadastrado no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) como proprietário de um “comércio de aguardente e querosene”. Consta que Giuseppe possuía uma fábrica de sabão e sabonetes, caramelos e balas, bebidas e bolachas, denominada “Fábrica e Panificadora Princesa D’Oeste”. Dedicou-se também à indústria de cortume e foi agente da “Banca Italiana” em Araraquara (APHRT, *Um homem e suas realizações*, s/data, p. 14). Sabe-se que ele fez duas



transações de compras e vendas de imóveis. A primeira, em 1912, foi uma venda de um conto e quinhentos mil-réis, coincidentemente no mesmo ano do seu casamento. E, a segunda, refere-se a uma compra no valor de vinte contos de réis realizada no ano de 1921 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Giuseppe teve participação ativa na *SIU*, ocupando cargos na diretoria praticamente durante toda a existência dela.

#### **LIA, Raphael**

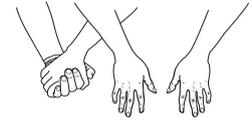
De Raphael Lia há escassas informações. Consta no *Recenseamento de Araraquara, 1902* (APHRT) que ele era natural da Itália, casado, sapateiro e tinha 45 anos. Desconfiamos que Raphael era oriundo da região Sul da Itália, pois participou, primeiramente, da diretoria da *SMU* e depois da *SIMS*. Sabe-se que ele fez duas transações de vendas, respectivamente nos anos de 1911 e 1915. A primeira, no valor de três contos de réis. E, a segunda, de quatro contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Seu nome não consta nas Atas da *SIU*.

#### **LOMBARDI, Affonso**

Affonso Lombardi nasceu na Itália no ano de 1891. Há poucas informações a seu respeito. Ele foi registrado somente três vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) entre os anos de 1922 e 1928. Consta que Affonso era casado, industrial e residente em Araraquara. Verificou-se que ele fez uma compra de imóvel no ano de 1924, no valor de um conto de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Ele foi membro da *SIU* e ocupou cargos na diretoria entre as gestões de 1927 e 1938, exceto a de 1937.

#### **LONGO, Luigi**

Luigi Longo nasceu em 1881 e era natural de *Spezzano Albanese (Cosenza)*, região da Calábria. Seus pais chamavam-se Antonio Longo e Rosina Nocite. Durante o período pesquisado, ele foi padrinho de casamento por diversas vezes e de famílias diferentes, nas datas: 24/03/1900, 21/11/1908, 19/11/1910, 13/04/1912, 10/12/1917, 21/03/1919 e 23/08/1919, o que demonstra seu amplo ciclo de amizades. Luigi se casou em Araraquara, aos 37 anos, com Ignez Traldi, filha de italianos nascida em São Paulo, Capital. Seu casamento aconteceu no dia 27 de fevereiro de 1918. Não sabemos quando ele chegou a Araraquara, mas pequenas pistas dão a entender que foi no final do século XIX. Também não há informações se ele veio para o Brasil com os pais ou se veio sozinho. O que consta é que seus pais faleceram na Itália. Até o ano de 1912, Luigi é qualificado como negociante nos *Autos de Casamentos*. A partir daí, ele já começa a constar como comerciante (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). De fato, no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissões*,



1899-1913 (APHRT), ele está registrado como proprietário de comércio de “fazendas, armarinho, chapéus e bengalas”, cuja firma denominava-se “Luiz Longo e Irmão”. Isso foi confirmado na entrevista que tivemos com o Sr. Antonio Longo, cujo pai, que era irmão de Luigi Longo, chegou à Araraquara por volta do ano de 1913.<sup>151</sup> Luigi Longo participou da fusão da *SIB* com a *SIMS* e fez parte do quadro de sócios da *SIU*, mas não teve participação nas diretorias.

#### **LORIA, Michele**

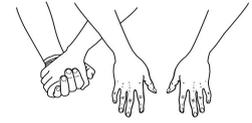
Michele Loria nasceu na província de *Catanzaro*, região da Calábria (Sul da Itália), no ano de 1888. Ele foi registrado oito vezes nos *Autos de Casamentos*. A primeira, em 1909, na ocasião de seu casamento com Maria Romana de Renzo. Ele era filho de Francisco Loria e de Filomena Ascoli, ambos naturais de *Catanzaro*. Consta que Michele possuía uma alfaiataria com comércio (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). Michele era integrante da *SIU* e ocupou cargos na diretoria em oito gestões. Ele também era membro da LMCUT.

#### **LUPO, Enrico**

Enrico Lupo nasceu na *comune* de *Strigno*, província de Trento, região do Trentino-Alto Ádige (Norte da Itália). No ano de seu nascimento, 1877, *Strigno* ainda integrava a área de Trieste, pertencente ao Império Austro-húngaro. Sua família emigrou para o Brasil no ano de 1888. Eles não foram trabalhar nas fazendas de café, pois o seu pai, Theodoro, já tinha a profissão de relojoeiro e ourives. A família Lupo chegou a Araraquara no dia 13 de maio de 1888, dia em que foi assinada a Lei Áurea (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998, p. 9-25). No período que se estende de 1895 a 1921, Enrico foi registrado doze vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), todas como padrinho. Já no *Livro de coleta de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), ele foi cadastrado de 1904 a 1913 exercendo a profissão de ourives. Enrico foi o criador da conhecida “Fábrica de Meias Lupo”, cuja fundação ocorreu em 1921 (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998, p. 65). No campo político, ele foi candidato a vereador em 1920, mas como obteve somente 30 votos ficou como segundo suplente na legislatura de 1920-1922 (SOUZA, 2003, p. 73). Sabe-se que Enrico fez transações de compras de imóveis entre os anos de 1910 e 1928. A de maior valor, quarenta e cinco contos de réis, foi realizada no ano de 1927 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Ele participou ativamente da *SIB* e da *SIU*, em ambas ocupando cargos na diretoria.

---

<sup>151</sup> Esta entrevista foi realizada no dia 17/11/2007.



### **MASIERO, Giovanni**

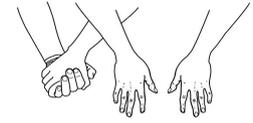
Giovanni Masiero nasceu na Itália no ano de 1878. Dele, não há referências da província de procedência. Ele foi registrado nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) somente no ano de 1926. Consta que ele era industrial. Segundo o jornal “O Diário de Araraquara”, editado em 10 de julho de 1932 (APHRT), Giovanni começou suas atividades em Jaboticabal dedicando-se à manipulação de sabão. Em 1908, ele veio para Araraquara, onde fixou residência, mas deixou a filial de uma fábrica de sabão em Jaboticabal, que funcionou até 1922. Em Araraquara, além da fábrica de sabão, denominada “Yolanda”, ele exportava vinho e vinagre, de fabricação própria. Giovanni consta no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) como possuidor de tal fábrica entre os anos de 1911 e 1913, data limite do *Livro*. Sabe-se que ele fez transações de compras de imóveis durante os anos de 1915 a 1923. A maioria foi realizada em 1915 e a de valor mais alto no ano de 1918: quinze contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Giovanni foi membro da *SIU* e ocupou cargos na diretoria nas gestões de 1928 a 1938.

### **MAURO, Felipe**

Felipe Mauro nasceu na *comune de Tramutola*, província de *Potenza*, região da Basilicata (Sul da Itália), no ano de 1881. Nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) constam que ele foi registrado nove vezes entre os anos de 1912 e 1924. Ele está cadastrado no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) como possuidor de um comércio de “aguardente, querosene e fazendas”, no ano de 1908. Verificou-se que, em 1925, ele era proprietário de um armazém de secos e molhados, localizado na Rua 4. Ademais, neste mesmo ano, ele era Agente Consular da Itália (APHRT, Jornal “Gazeta do Povo”, Araraquara, s/data, 1925). Sabe-se que Felipe fez uma venda de imóvel na quantia de quatorze contos de réis, em 1924 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Ele foi membro da *SIU* e ocupou cargos na diretoria durante cinco gestões.

### **MIARI, Santi**

Santi Miari nasceu na Itália no ano de 1870. Não há informações sobre o local de nascimento, mas provavelmente ele era da região Norte, pois foi membro da *SIB*, com participação na diretoria. Nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), ele consta duas vezes. A primeira, como padrinho de casamento, em 1913; e, a segunda, no casamento de sua filha. Ela nasceu em Araraquara no ano de 1902, o que indica que Santi já havia se fixado na cidade. Em 1913, ele está cadastrado no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913*



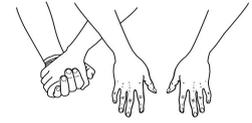
(APHRT) como comerciante, proprietário de um botequim e artigos para fumantes. Nos anos de 1903 e 1905, ele fez duas aquisições de imóveis que totalizaram o valor de nove contos e quinhentos e vinte sete mil-réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Dois anos depois, em 1907, ele fez mais uma no valor de cinco contos e duzentos réis. Como já dissemos, Santi fez parte da *SIB*. Ele ocupou o cargo de vice-secretário na gestão de 1911. Contudo, ele não aparece nas Atas da *SIU*.

#### **MINERVINO, Luigi**

Luigi Minervino nasceu na província de Nápolis, região da Campânia (Sul da Itália). Segundo Telarolli (2002, p. 247), ele emigrou para o Brasil ainda jovem, provavelmente por volta da Proclamação da República. Por certo tempo, permaneceu na cidade de Rio Claro, onde se casou. Lá, já morava um seu irmão. Depois de algum tempo, mudou-se para Araraquara. Seu nome não está inscrito nos *Autos de Casamentos*, mas consta no *Recenseamento de Araraquara, 1902* (APHRT), que ele tinha trinta e dois anos e exercia a profissão de banqueiro e capitalista. Algumas pistas dão a entender que para se diferenciar de um patrício que levava o mesmo sobrenome e era da mesma região, como veremos em seguida, foi acrescentado “Napolitano” ao final do seu sobrenome. Tudo indica que ele conseguiu se integrar desde cedo com os políticos locais, visto que foi vereador nas legislaturas de 1892-1894 e 1902-1904 (SOUZA, 2003, p. 71-72). Consta que Luigi fez nove transações de imóveis, todas de vendas, no período que se estende de 1896 a 1916. Com exceção de um, os valores variam de um conto de réis até seis contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Sabe-se, por meio de Corrêa (1967, p. 364), que, em 1903, Luigi foi presidente da *SMU*. Ele retornou a Nápoles, por volta de 1916, depois de ter acumulado riquezas no Brasil. O jornal *Il Piccolo* (BN, São Paulo, 18/04/1922) registrou que, em passagem pelo Brasil no ano de 1922, Luigi fez a doação de um terreno de 2.000 m<sup>2</sup> ao hospital “Gota de Leite” de Araraquara, onde, posteriormente, foi edificada a sua sede. Ele fez essa doação em memória de seu filho Pasquale, que era médico na cidade de Araraquara e faleceu muito jovem.

#### **MINERVINO, Silverio**

Silvério Minervino levava o mesmo sobrenome de Luigi, o qual vimos anteriormente. Ele nasceu na província de *Benevento*, região da Campânia (Sul da Itália), no ano de 1861. Silvério foi inscrito nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) em 1927, por ocasião do casamento de sua filha. Consta que ele era brasileiro por lei e era chamado de “capitão”. Verificou-se que Silvério possuía uma Casa Bancária localizada na Rua 2, esquina da Av. 10



(APHRT, “Jornal de Notícias”, Araraquara, s/data, 1908). Segundo Leite (2007, p. 65), ele primeiro viveu na Argentina, depois fixou-se em Araraquara e, posteriormente, não se sabe a data, também em Catanduva, onde fundou um banco no ano de 1922 denominado “Casa Bancária Silvério Minervino”. Acreditamos que ele tivesse residência nas duas cidades, pois não era raro encontrá-lo em notícias de jornais da cidade de Araraquara. Silvério, apesar de seu poder aquisitivo, foi cadastrado somente três vezes fazendo transações de compras de imóveis no período pesquisado (1895-1928); a de maior valor foi feita no ano de 1905, num montante de dez contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Ele foi membro da *SIU* e ocupou cargos na diretoria durante o período de 1921 a 1928, exceto nos anos de 1922 e 1927.

#### **MONICI, Umberto**

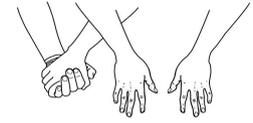
Umberto Monice nasceu em Espírito Santo do Pinhal (SP), no dia 10 de julho de 1894. Ele era filho de italianos. Casou-se com Odyssea de Souza Foz, em 1927. Ele foi registrado nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), apenas uma vez, na ocasião de seu casamento. Não há registros da sua profissão. Umberto ocupou cargos na *SIU* em três gestões.

#### **MORABITO, Pietro**

Pietro Morabito nasceu na Itália no ano de 1864. Apesar de não haver informações sobre a província de procedência, é quase certo que ele era oriundo da região Sul, pois participou da diretoria da *SMU*. Seu nome foi registrado somente duas vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). A primeira vez, em 1898. E, a segunda, no ano de 1923, casamento do seu filho, que nasceu em Araraquara em 1897, o que indica que Pietro já estava estabelecido nesta cidade desde esse ano. Seu registro no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) consta a partir de 1900, com a profissão de marceneiro. Em 1908, ele também foi inscrito como empreiteiro de obras e continuou com as mesmas profissões até 1913, data limite do *Livro*. Jornais de diversos anos informam que Pietro foi empresário e proprietário do cinema “Iris Theatre”. Sabe-se que ele fez transações de compras e vendas de imóveis durante os anos de 1909 a 1921. Na verdade, foram quatro de compras e uma de venda, a maioria de valores significativos (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Como já dissemos, Pietro teve participação na diretoria da *SMU*. Ele também foi membro da *SIU*, mas não ocupou cargos na diretoria.

#### **MUSCARI, Aristide**

Aristide Muscari nasceu na *comune* de *Cittanova*, província de *Reggio Calabria*, região da Calábria (Sul da Itália), no ano de 1884. Chegou ao Brasil em 1905 e dirigiu-se para a cidade



de Ribeirão Preto, onde ministrava aulas numa escola italiana. Lá permaneceu por quinze anos. Em 1921, foi para Catanduva e estabeleceu-se. Dedicou-se à fotografia e possuía um ateliê (MPA, *Revista Agrícola de Catanduva*, 1925; QUAGLIA, 2003, p. 163). Ele ocupou cargos na diretoria da *SIMS* "Gd'A" durante diversos períodos. Aristides também foi secretário do *Fascio* local.

#### **MUZZIO**, Nicola de

Nicola de Muzzio nasceu na província de *Teramo* (*Abruzzo*), Centro da Itália, no ano de 1886. Foi o fundador das bandas "Carlos Gomes" de Analândia, em 1908, e de Corumbataí, em 1918. Chegou a Catanduva no ano de 1928, onde se ocupou da organização da banda "Carlos Gomes" desta cidade e lecionava aulas de música (QUAGLIA, 2003, p. 200). Ele participou da diretoria da *SIMS* "Gd'A" na gestão de 1932.

#### **OPICE**, Bruno

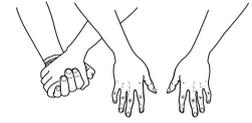
Bruno Opice nasceu na Itália no ano de 1881. Embora não se saiba a província de procedência, certamente ele era oriundo da região Norte, pois teve participação na diretoria da *SIB*. Ele foi registrado onze vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), num período que se estende de 1897 a 1926. O primeiro registro, 1897, foi o do seu casamento com a italiana Concetina.<sup>152</sup> No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), Bruno foi registrado a partir do ano de 1904 como alfaiate. Já em 1912, junto com a alfaiataria também consta um comércio de roupas, armarinho, chapéu etc. Conforme informa o *Álbum de Araraquara, 1915* (APHRT), sua loja chamava-se "Casa da Moda". Sabe-se que, em 1906, ele fez uma transação de compra de imóvel no valor de três contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Bruno participou da diretoria da *SIB*, na gestão de 1911, ocupando o cargo de vice-presidente. Ele foi membro da *SIU*, mas somente participou de sua diretoria na gestão de 1937, na qual ocupou o cargo de conselheiro.

#### **OPICE**, Giuseppe

Giuseppe Opice nasceu na Itália no ano de 1872. São escassas as informações a respeito dele. Acreditamos que ele era irmão de Bruno Opice, visto anteriormente. Nesse caso, ele também era oriundo da região Norte. Giuseppe foi registrado somente duas vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). No primeiro, em 1921, consta que ele era casado, comerciante e residente em Araraquara. Já no segundo, em 1926, ele está inscrito como

---

<sup>152</sup> Os papéis deste *Auto* estão muito envelhecidos e não há visibilidade. Além disso, estão faltando diversas páginas.



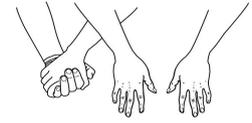
industrial. Sabe-se que ele era proprietário de uma fábrica de móveis denominada “A Mobiliadora”, situada na Rua 6 (APHRT, Jornal “Gazeta do Povo”, Araraquara, 30/09/1915). Verificou-se que Giuseppe realizou três compras de imóveis entre 1924 e 1925. A maior delas custou-lhe quinze contos de réis, em 1924 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Ele foi membro da *SIU* e ocupou cargos na diretoria em três gestões. Giuseppe faleceu num acidente de carro ocorrido no ano de 1927 (BN, jornal *Il Piccolo*, São Paulo, 26/04/1927).

**PALAMONE, Francesco**

Francesco Palamone nasceu na *comune* de *Sant’Angelo a Fasanella*, província de Salerno, região da Campânia (Sul da Itália), no ano de 1865. Há quatro registros de seu nome nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). O primeiro deles, em 1895, é o do seu casamento com a italiana Joana Lero. Os outros três datam dos anos de 1909, 1912 e 1927. Ele está inscrito no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) desde o ano de 1904, com a profissão de comerciante. Seu comércio era bem diversificado, pois além de “fazendas, armarinho, roupas feitas chapéus, ferragens”, ele também vendia “secos e molhados, artigos para fumantes, querozene, aguardente etc”. Consta no *Álbum de Araraquara, 1915* (FRANÇA, 1915) que Francesco possuía uma fazenda situada na cidade de Américo Brasiliense, com cinquenta mil pés de café. Sabe-se que no decorrer dos anos de 1907 a 1915, ele fez oito transações de compras e vendas de imóveis, cujo maior valor foi o de quarenta contos de réis referente a uma compra realizada no ano de 1907 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Francesco foi membro da *SIU* e teve participação ativa. Durante o período de 1922 a 1929, ele ocupou cargos na diretoria, consecutivamente. Tem-se conhecimento de que ele faleceu no ano de 1934.

**PICARONI, Antonio**

Antonio Picaroni nasceu na *comune* de *Viggiano*, província de *Potenza*, região da Basilicata (Sul da Itália), no ano de 1864. Diplomou-se médico na Universidade de Nápoles em 1888. Ele chegou no Brasil em 1889 e fixou-se, primeiramente, no Rio de Janeiro. Depois foi para Rio Claro, onde permaneceu até o ano de 1892. Em seguida, estabilizou-se em Araraquara. Em 1922, ele retornou à Itália e até o ano de 1937 vinha constantemente para o Brasil, quando mudou-se definitivamente para Itália (TELAROLLI, 2002). Ele foi registrado duas vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). A primeira, em seu casamento no ano de 1896; consta que ele era viúvo. A segunda vez foi como padrinho, em 1920. No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), Antonio foi cadastrado de 1899 a



1913, sempre com a profissão de médico. Além de médico, ele também era fazendeiro, pois possuía uma fazenda com sessenta e cinco mil pés de café, localizada na Estação do Ouro. Ademais, ele era proprietário de uma máquina de beneficiar café e arroz, que funcionava na Rua do Comércio (FRANÇA, 1915). Antonio fez transações de compras e vendas de imóveis durante o período de 1906 a 1921, a maioria acima de um conto de réis. Sua maior compra foi realizada em 1912, no valor de vinte contos de réis, e sua maior venda foi no valor de vinte e cinco contos de réis, em 1916 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Antonio ocupou o cargo de presidente da *SIU* nas gestões de 1921 e 1922. Antes dela, não há informações de sua participação nas outras associações.<sup>153</sup>

#### **PINOTTI, Ildebrando**

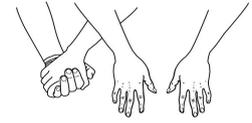
Ildebrando Pinotti nasceu na Itália no ano de 1871. Não sabemos a província de procedência, mas possivelmente ele era oriundo da região Norte, pois participou da diretoria da *SIB*. Ele foi registrado nove vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) entre os anos de 1900 e 1928. Sete delas, na ocasião dos casamentos de seus filhos. Nota-se que um deles nasceu em Jundiá no ano de 1891, o que indica que Ildebrando se fixou em Araraquara depois desta data. Consta que ele era casado e lavrador. Verificou-se que ele fez uma transação de compra de imóvel. Esta foi negociada no ano de 1923, no valor de dois contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Ildebrando participou da *SIB* e, como adiantamos, ocupou cargos na diretoria. Não há referências dele na *SIU*.

#### **PINOTTI, Primo**

De Primo Pinotti não há registros nos *Autos de Casamentos*. Sabe-se, contudo, por meio do *Recenseamento de Araraquara, 1902* (APHRT), que ele era italiano, casado, negociante e, nessa ocasião, tinha trinta e sete anos. Consta que ele fez transações de compras e vendas de imóveis de valores consideráveis, sobretudo em 1920, quando ele vendeu um imóvel no valor de sessenta contos de réis. Além disso, Primo negociava imóveis desde o ano de 1895 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Ele participou de duas gestões da *SIU*. A primeira, em 1921, ocupando o cargo de fiscal. E a segunda, como conselheiro no ano de 1924.<sup>154</sup>

<sup>153</sup> A explicação mais viável para tal fato vem dos estudos de Salles (1997), os quais afirmam que os médicos estavam mais interessados na construção do seu projeto de ascensão social através da sua realização profissional. Por isso, distinguiam-se da colônia até então fragmentada.

<sup>154</sup> Não há informações se Primo Pinotti tinha algum tipo de parentesco com Ildebrando Pinotti.



### **PUCHANTE, Vincenzo**

De Vincenzo Puchante há escassas referências. Sabe-se somente que ele nasceu na região do Vêneto (Norte da Itália), possuía um comércio de aguardente no ano de 1908 (APHRT, *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913*) e era proprietário de uma fazenda situada em Américo Brasiliense denominada “Propriedade Agrícola Etrúria”, que continha sessenta mil pés de café (FRANÇA, 1915). Nas transações de imóveis seu nome consta apenas no ano de 1906, realizando uma compra e uma venda de valores abaixo de um conto de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Ele foi membro da *SIU* e ocupou o cargo de conselheiro no ano de 1922.

### **REDIGHIERI, Innocenzo**

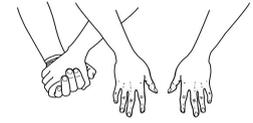
Innocenzo Redighieri nasceu na Itália no ano de 1865 e, apesar de não constar informações sobre a sua província de procedência, é quase certo que ele era oriundo do Norte da Itália, pois participou diversas vezes da diretoria da *SIB*. Ele foi registrado cinco vezes como padrinho de casamento no decorrer do período que se estende de 1895 a 1919 (APHRT, *Autos de Casamentos, 1889-1932*). Em 1895, consta que Innocenzo era casado e tinha o ofício de carpinteiro. Já em 1899, conforme o *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), ele está cadastrado como fabricante de charutos, cujo capital no período de 1900 a 1901 totalizava duzentos réis. Até 1913, data limite do *Livro*, ele mantém a mesma profissão. Innocenzo fez transações de imóveis desde o ano de 1895, onde realizou somente compras, cujo valor mais alto foi negociado no ano de 1909: seis contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Como já dissemos, ele fez parte da diretoria da *SIB* e participou da fusão desta associação com a *SIMS*, mas não ocupou cargos na diretoria da *SIU*.

### **ROSITO, Domenico**

Domenico Rosito nasceu na cidade de Faxina (SP) no dia 3 de julho de 1898. Ele era filho dos italianos Andrea Rosito e Maria Tracco Margarida. Domenico foi registrado duas vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). A primeira, em 1921 e, a segunda vez, no ano de 1927, na ocasião de seu casamento com Alzira Marques de Mello, filha de portugueses. Consta que ele exercia a profissão de alfaiate. Domenico participou da diretoria da *SIU* em quatro gestões.

### **ROSSI, Alessandro**

Alessandro Rossi não foi registrado nos *Autos de Casamentos*. Sabe-se, porém, que ele era italiano, provavelmente originário do Norte da Itália, pois era membro da *SIB*, com



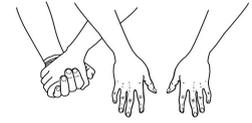
participação na diretoria. No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) consta, de 1899 até 1913, que ele possuía uma fábrica de cerveja com um capital registrado, entre 1901 e 1902, no valor de cinco contos de réis. Consta também, em 1908, que ele possuía uma cocheira em Américo Brasiliense (perto de Araraquara). Alessandro fez transações de imóveis desde o ano de 1895, mas somente de vendas. Das três vendas que ele negociou, a mais alta foi a de quarenta e quatro contos de réis no ano de 1920 (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Como adiantamos, ele foi membro da *SIB* e ocupou três vezes cargos na diretoria. Não há informações dele na *SIU*.

#### **RIZZOLI, Arturo**

Arturo Rizzoli nasceu na província de *Ferrara*, região da *Emilia-Romagna* (Norte da Itália), no ano de 1883. Consta que ele veio para o Brasil com a idade de dezesseis anos, juntamente com a sua família, e se fixou em Araraquara, porém não se sabe a data. Em 1906, Arturo foi estudar artes plásticas no Rio de Janeiro e somente retornou para Araraquara no ano de 1910 (APHRT, Jornal “O Diário de Araraquara”, 10/07/1932). Ele foi registrado apenas uma vez nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), precisamente no ano de 1911, na ocasião de seu casamento. No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), Arturo foi cadastrado com a profissão de construtor. Consta no *Álbum de Araraquara, 1915* (França, 1915) uma propaganda comercial de sua profissão com os seguintes dizeres: “pintor e decorador – executa plantas de casas e vilas”. Tem-se conhecimento de que ele foi famoso e conceituado pintor de quadros e constantemente fazia exposições de suas telas. Verificou-se que, em 1915, Arturo fez uma venda de imóvel no valor de dois contos de réis e uma compra de cento e oito mil-réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios, 1895-1928*). Ele foi membro da *SIU* e ocupou cargos na diretoria nas gestões de 1930 a 1933.

#### **SILVESTRE, Guiseppe**

Giuseppe Silvestre nasceu na Itália no ano de 1859. Não sabemos a província, mas certamente ele era oriundo da região Norte da Itália, pois foi um dos fundadores da *SIB*. Ele foi registrado somente uma vez nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT), precisamente no ano de 1898. Consta que ele era casado. Conforme cadastrado no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), ele exercia a profissão de marceneiro, ferreiro e cocheiro. No ano de 1911, Giuseppe já está inscrito como proprietário de seu próprio estabelecimento. Sabe-se que ele fez duas transações de compras de imóveis. Uma delas no valor de cem mil-réis, em 1908, e a outra de um conto de réis, no ano de 1920. Ele também



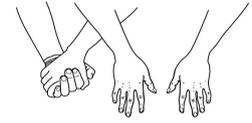
fez uma venda de imóvel no ano de 1927, no valor de três contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Apesar de ter sido um dos fundadores da *SIB*, como dissemos, ele ocupou cargo na diretoria apenas no ano de 1908, como conselheiro. Ele foi membro da *SIU*, mas não teve participação na diretoria.

#### **SOMENZARI, Enrico**

Enrico Somenzari nasceu na Itália no ano de 1880. Embora não se saiba a província de origem, desconfiamos que ele era da região Norte, pois participou ativamente da *SIB*, apesar de não ter ocupado cargos na diretoria. Acreditamos que ele era filho de Giovanni Somenzari, também sócio da *SIB*. Enrico foi registrado três vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) no decorrer do período de 1904 a 1918. Consta, no primeiro registro, que ele era casado, lavrador e residente no distrito de Araraquara (certamente em alguma fazenda). No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), Enrico está cadastrado a partir de 1904 como possuidor de um armazém de secos e molhados. De acordo com o *Álbum de Araraquara, 1915* (França, 1915), seu armazém denominava-se “Casa Somenzari”. Parece que ele também era proprietário de uma casa de material para construção em Américo Brasiliense (perto de Araraquara), pois consta o registro no ano de 1912. Verificou-se que Enrico fez diversas transações de compras e vendas de imóveis entre os anos de 1909 e 1928. Foram treze no total e a maioria de compras. A maior delas foi realizada em 1919, no valor de trinta e cinco contos de réis. Em relação às vendas, a de maior valor foi negociada em 1921: cento e cinquenta contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Como dissemos, ele foi membro da *SIB*. Na *SIU*, Enrico ocupou cargos na diretoria durante as gestões de 1923 a 1926, consecutivamente.

#### **TENUTA, Carmelo**

De Carmelo Tenuta há escassas informações. Consta que ele nasceu na Itália, mas não sabemos a província de procedência, e residia em Santa Lúcia (perto de Araraquara). Em 1913, no *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT), ele foi registrado como proprietário de um comércio de “fazendas, armarinhos, querosene e outros objetos”, localizado na cidade de Santa Lúcia, cujo imposto estava calculado em oitocentos e sessenta e um mil-réis. Consta no *Álbum de Araraquara, 1915* (França, 1915) que ele possuía uma fazenda na cidade de Rincão (próxima à Araraquara). Sabe-se que Carmelo adquiriu dois imóveis, respectivamente nos anos de 1914, no valor de trinta contos de réis, e 1921, de oito contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Em



1927, ele realizou uma venda no valor de quarenta e cinco contos de réis. Ele foi membro da *SIU* e ocupou cargos na diretoria durante as gestões de 1923 a 1926.

#### **TRICCA, Ugo**

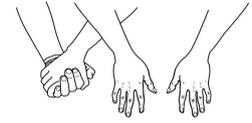
Ugo Tricca nasceu em Roma, região do Lácio (Centro da Itália), no dia 29 de agosto de 1898. Ele veio para o Brasil juntamente com os seus pais, Ercole Tricca e Anunciatta Fazione Tricca, quando ainda tinha cinco anos de idade. Sua família dirigiu-se para o Estado de São Paulo, fixando moradia primeiramente na cidade de Rincão. Em seguida, eles foram para Araraquara, onde Ugo trabalhou na “Casa Barbieri” e foi músico da banda local. Em 1915, ele foi para Catanduva. Lá ele marcou destacada presença nas corporações musicais e em diversas orquestras, inclusive na sua: “Orquestra Ugo Tricca” (MPA, Jornal “O Regional”, Catanduva, 30/10/1993). Ugo participou da diretoria da *SIMS* “Gd’A” em três gestões.

#### **VIGORITO, Andrea**

Andrea Vigorito nasceu na Itália no ano de 1886. Não sabemos a província de procedência, pois a seu respeito há escassas informações. No *Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913* (APHRT) consta, em 1913, que ele possuía uma fábrica de sabão e residia em Rincão (perto de Araraquara). Ele foi registrado nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT) somente uma vez, em 1920. Nele está anotado que Andrea era casado, industrial e morava em Araraquara. Sabe-se que ele fez duas aquisições de imóveis no ano de 1916 e duas vendas no ano de 1926. As vendas foram maiores, totalizando o valor de quatorze contos de réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Andrea foi membro da *SIU* e participou da diretoria somente nas duas primeiras gestões, 1921 e 1922.

#### **ZACCARO, Giuseppe**

Giuseppe Zaccaro nasceu na *comune* de *San Lorenzo Bellizzo*, província de *Consenza*, região da Calábria (Sul da Itália), no dia 3 de julho de 1875. Ele cursou medicina na Universidade de Nápoles, onde se diplomou no ano de 1900. Um ano depois, 1901, ele veio para o Brasil; desembarcou em Santos no dia 7 de fevereiro e foi exercer a sua profissão em Monte Alto. Foi nesta cidade que Zaccaro iniciou sua vida maçônica. Ele permaneceu lá até o final de setembro de 1903. Pouco tempo depois passou a trabalhar em Jaboticabal, onde participou da *Loja Maçônica Fé e Perseverança*. Em 1908, ele fixou residência em Taquaritinga e foi membro da *Loja Maçônica Líbero Badaró*, da *Società Dante Alighieri* e Agente Consular da Itália. Em 1913, ele retornou à Itália e lá permaneceu por volta de um ano. Quando Zaccaro



voltou ao Brasil foi morar novamente em Jaboticabal e, em 1918, foi para a Capital do Estado de São Paulo, onde residiu por dois anos (BEDUSCHI, 2000).

Em 1920, Zaccaro se estabeleceu em Catanduva. Nesta cidade, ele foi presidente da *SIMS”Gd’A”*, posteriormente *Casa d’Italia*, durante o período de 1928 a 1942, e Agente Consular da Itália. Ele construiu um edifício considerado de arrojada arquitetura para a época, que abrigou a sua residência e o primeiro hospital de Catanduva e região denominado *Casa de Saúde Dr. José Zaccaro*. Ele foi inaugurado em 1924. Casou-se com Julia Pesce e teve numerosa prole. No início da Segunda Guerra Mundial ele voltou à Itália. Em 1945 retornou ao Brasil e faleceu no ano seguinte (BEDUSCHI, 2000). Seu nome consta da “Relação dos fascistas inseridos no Partido Fascista Italiano, na seção do Braz”, conforme documentos do DEOPS (AESP, Acervo do DEOPS, Prontuário n. 27.804, 2º vol.).

#### **ZENERIN, Augusto**

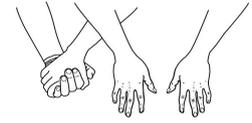
Augusto Zenerin nasceu no ano de 1868, na Itália (não sabemos a província). Ele foi inscrito como padrinho de casamento por três vezes. A primeira foi no ano de 1898, já casado, com a profissão de alfaiate e residente em Boa Esperança do Sul (perto de Araraquara). A segunda e a terceira são respectivamente nos anos de 1922 e 1934<sup>155</sup> e sua profissão consta apenas como “proprietário” (APHRT, *Autos de Casamentos*, 1889-1932). Interessante observar que Augusto comprou um imóvel em Araraquara no ano de 1902, no valor de trezentos mil-réis, onde, provavelmente nesse ano, fixou residência. Ele fez outra aquisição de imóvel somente após vinte e cinco anos, precisamente em 1927, mas num valor expressivo: sete contos e quinhentos mil-réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Augusto participou ativamente da *SIU* ocupando consecutivamente o cargo de secretário durante todo o período de existência da mesma (1920-1941).

#### **ZERBINI, Antonio**

Antonio Zerbini nasceu na província de *Ferrara*, região da *Emilia Romagna* (Norte da Itália), no ano de 1882. Ele foi registrado duas vezes nos *Autos de Casamentos* (1889-1932, APHRT). A primeira, em 1906, no seu casamento. E, a segunda, no casamento de sua filha realizado em 1908. Consta que ele era comerciante. Sabe-se que Antonio adquiriu dois imóveis no ano de 1914, totalizando o valor de quatro contos e seiscentos mil-réis (APHRT, *Livro de Distribuições das Escrituras dos Cartórios*, 1895-1928). Ele participou da diretoria

---

<sup>155</sup> Nesse ano foi realizado o casamento de Giuseppe Aufiero Sobrinho com Henriqueta Lupo. Ele era sobrinho de Giuseppe Aufiero e ela era filha de Enrico Lupo.



da *SIB* e também foi membro da *SIU*, a qual ocupou cargos de dirigente durante as gestões de 1922 a 1925.

### **Fontes consultadas**

#### ***Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli”, Araraquara (APHRT)***

- Rencenseamento de Araraquara, 1902
- Autos de Casamentos (1889-1932)
- Livros de coleta de impostos de indústria e profissão (1899-1913)
- Relatório do Prefeito Municipal Dario Alves de Carvalho referente ao exercício de 1913
- Biografia: “Um homem e suas realizações”, s/data
- Livro de Distribuições das Escrituras do cartórios, 1895-1928
- Jornais: “O Araraquarense”, “O Imparcial”, “Gazeta do Povo”, “O Diário de Araraquara”

#### ***Museu Padre Albino, Catanduva (MPA)***

- Revista Agrícola da Catanduva, 1925
- Jornal “O Regional”

#### ***Sociedade Ítalo-Brasileira “Gabriele d’Annunzio” (SIBGd’A)***

- Histórico Sintetizado da Sociedade Ítalo-Brasileira “Gabriele d’Annunzio”
- Serviço de Registro de Estrangeiros, Delegacia de Polícia de Catanduva, 1941

#### ***Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)***

- Acervo do DEOPS

#### ***Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (BNRJ)***

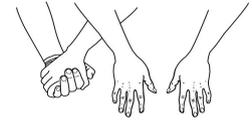
- Jornal *Il Piccolo*

### **Fonte Oral**

- Entrevista com o Sr. Antonio Longo (17/11/2007)

### **Fontes bibliográficas**

BEDUSCHI, Luiz Carlos. *Cem anos de tradição*. Taquaritinga/SP: Augusta e Respeitável Loja Simbólica “Líbero Badaró”, 2000.



BRANDÃO, L & TELAROLLI, R. *Addio bel campanile. A saga dos Lupo*. São Paulo: Global, 1998.

CORRÊA, Ana Maria M. *História social de Araraquara*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1967.

FRANÇA, Antonio M. *Álbum de Araraquara 1915*. São Paulo: João Silveira, 1915.

LEITE, Silvia I. de S. *Os italianos no poder, cidadãos catanduvenses de virtude e fortuna: 1918-1964*. Tese (Doutorado em Sociologia), 202 p. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho, 2007.

LORENZO, Helena Carvalho de. *Origem e crescimento da indústria na região "Araraquara – São Carlos" (1900-1970)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1979.

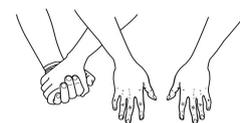
MONTEIRO, Rosane C. M. *Criadores, cafeicultores, terra e mão de obra. Araraquara e São Carlos na era da transição, 1830-1888*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Campus Araraquara, 2000.

QUAGLIA, Vicente Celso. *A história de Catanduva de A a Z*. São José do Rio Preto (SP): Editora Riopretense, 2003.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. *Médicos italianos em São Paulo (1890-1930): um projeto de ascensão social*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1997.

SOUZA, José Maria Viana de. *Araraquara 212 anos de história*. São Carlos-SP: Editora Compacta, 2003.

TELAROLLI, Rodolpho. *História dos médicos e da medicina em Araraquara*. São Paulo: Legnar Informática & Editora, 2002.



# APÊNDICE B

## ELEIÇÕES DA SOCIETÀ ITALIANA DI BENEFICENZA

Quadro B1 - Eleição Geral da *SIB*, 1908 – gestão 1908

Número de sócios em 1907 – 108

Votantes	Sócio	Atividade ocupacional	P	VP	S	VS	T	C	Resultado	Reeleito (X)*
27	Luigi Selleri	sapateiro	16							
	Amabile Fattore	alfaiate	5					12	C	
	Mario Golfieri	guarda-livros	2					3		
	Rosolino Golfieri	**				9		11		
	Giovanni Nonnato	**				6		6		
	Giuseppe Molizzani	**				2				
	Ângelo Damin	comércio aguardente				2		3		
	Pasquale Scrocco	músico				3		1		
	Egisto Chini	sapateiro						13	C	
	Giuseppe Silvestri	marceneiro						13		
	Cezare Zapparoli	pedreiro						12		
	Ildebrando Pinotti	lavrador						6		
	Pietro Davoli	carroceiro						14		
	Innocenzo Redighieri	fabricante charutos						7	C	
	Federico Goldoni	hortelão						9		
	Enrico Bonetti	músico						7	C	
	Pietro Somenzato	**						2		
	Umberto Destefani	possui restaurante						4	C	
	Paolo Alimonda	comércio salsicha						2	C	
	Nicola Benedetti	**						1		
	Ângelo Bignardi	comércio e pensão						5		
	Torquatro Manzoni	**						3		
	Giuseppe Cristiani	**						1		
	Giovanni Goldoni	**						1		
	Giuseppe Padovani	**						1		
	Ângelo Ghelfi	**						1		

Fontes: Livro de Atas da *SIB*, p. 4v-5v; APHRT, Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Autos de casamentos, 1889-1932.

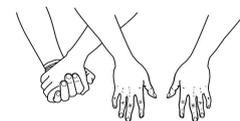
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

Obs: a eleição foi apenas para os cargos de presidente, vice-presidente e conselheiro, pois os eleitos para gestão de 1908 tinham se demitido do cargo. Mesmo com a nova eleição, os mais votados não aceitaram os cargos. Nesta gestão, os cargos para presidente e vice-secretário permaneceram vagos.



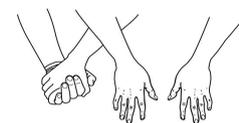
**Quadro B2 - Composição do Conselho Diretor da SIB, 1908**

<b>Sócio</b>	<b>Cargo</b>
*	Presidente
Pietro Galeazzi	Vice-presidente
Alberto Cestari	Secretário
*	Vice-secretário
*	Tesoureiro
Domenico Carlini	Fiscal
Egisto Chini	Conselheiro
Amabile Fatorri	Conselheiro
Innocenzo Redighieri	Conselheiro
Umberto Destefani	Conselheiro
Enrico Bonetti	Conselheiro
Paolo Alimonda	Conselheiro

Fonte: Livro de Atas da SIB.

Nota:

\*Não há referências.



**Quadro B3 - Eleição Geral da SIB, 1908 – gestão 1909**

Votantes	Sócio	Atividade ocupacional	P	VP	S	VS	T	C	Resultado	Reeleito (X)*	
26	Luigi Selleri	sapateiro	20	1					P		
	Enrico Lupo	joalheiro	5					6			
	Giuseppe Silvestre	marceneiro	1	12	1	1			VP		
	Paolo Alimonda	comércio salsicha		3	2	1		6			
	Pietro Galeazzi	comércio aguardente		3				5			
	Amabile Fattori	alfaiate		2				10	C	X	
	Rosolino Golfieri	**		2	17	3			S		
	Luigi Batelli	depósito aguardente		1			2	6			
	Ildebrando Pinotti	lavrador		1			2	19	C		
	Alberto Cestari	pintor			3	17			VS	X	
	Ângelo Bonetti	**			2			6			
	Federico Goldoni	hortelão			1			5			
	Alessandro Rossi	fabricante cerveja					1	1	17	C	
	Domenico Carlini	fabricante gasosa						20	T	X	
	Augusto Bertani	comerciante						2			
	Ângelo Damin	comércio aguardente					1	1			
	Pietro Davoli	carroceiro							12	C	
	Tommaso Lainetti	**							14	C	
	Egisto Chini	sapateiro							10		
	Santi Miari	comerciante							11	C	
	Erminio Canton	ferreiro e carpinteiro							4		
	Giovanni Lupo	relojoeiro							3		
	Bruno Opice	alfaiate							2		
	Enrico Somenzari	comerciante							2		
	Orisidi Lodi	**							2		
	Cláudio Chicconi	padeiro							2		
	Luigi Golfieri	professor							3		
	Pietro Bonetti	**							1		
	Enrico Bonetti	músico							1		
	Felisberto Pavesi	**							1		
	Cezare Zapparoli	pedreiro							1		
	Luigi Bertellini	**							1		
Giovanni Raia	farmacêutico							1			
Giacomo Chini	**							1			
Innocenzo Redighieri	fabricante charutos							1			

Fontes: Livro de Atas da SIB, pp. 39-40v; APHRT: Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Autos de casamentos, 1889-1932; França (1915).

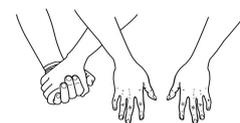
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

Obs: Amabile Fattori empatou com Egisto Chini. Este, contudo, renunciou ao cargo e Amabile Fattori assumiu. Houve quatro votos em branco, por falta de inteligibilidade do nome.



#### Quadra B4 - Eleição Geral da SIB, 1909 – gestão 1910

Votantes	Sócio	Atividade ocupacional	P	VP	S	VS	T	C	Resultado	Reeleito (X)*
29	Luigi Selleri	possui botequim	23						P	X
	Amabile Fattori	alfaiate	5	7		1		9	VP	X
	Luigi Golfieri	professor	1			1		3		
	Ildebrando Pinotti	lavrador		1				22	C	X
	Giuseppe Silvestre	marceneiro e ferreiro		2				8		
	Alessandro Rossi	fabricante cerveja		13		2		8	C	X
	Enrico Lupo	joalheiro		3				3		
	Pietro Davoli	lavrador		1	1			14	C	X
	Pietro Galeazzi	comerciante		1				1		
	Rosolino Golfieri	**			17	2			S	X
	Alberto Cestari	pintor			7	10			VS	X
	Innocenzo Redighieri	fabricante charutos			1			19	C	
	Arturo Barbarini	**				4		2		
	Domenico Carlini	fabricante gasosa				2	22		T	X
	Luigi Bertellini	**				1		1		
	Umberto Destefani	possui restaurante				2		6		
	Enrico Bonetti	músico				1		8		
	Federico Goldoni	hortelão				1		8		
	Augusto Bertani	comerciante					5	2		
	Américo Danielli	torrefador café					1			
	Erminio Canton	ferreiro e carpinteiro						15	C	
	Vittorio Canton	**						1		
	Giovanni Goldoni	**						1		
	Tommaso Lainetti	**						1		
	Viuma Zecco	fabricante cadeiras						11	C	
	Umberto Magri	empregado fazenda						5		
	Egisto Chini	sapateiro						5		
	Massimo Miglioranza	**						1		
	Augusto Zapparoli	marceneiro						3		
	Giovanni Pachiega	**						2		
	Pietro Somenzato	**						2		

Fontes: Livro de Atas da SIB, pp. 58-59v; APHRT: Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Autos de casamentos, 1889-1932; França (1915).

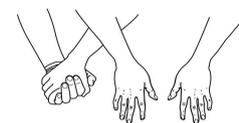
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

Obs: o eleito para o cargo de vice-presidente foi Alessandro Rossi, mas ele não aceitou e, por voto regular, foi nomeado Amabile Fattori. No desempate entre os conselheiros, Alessandro Rossi venceu com 28 votos. Houve 1 voto em branco para o cargo de secretário e 5 para o cargo de conselheiro.



**Quadro B5 - Eleição Geral da SIB, 1910 – gestão 1911**      **Número de sócios em 1910 - 108**

Voteantes	Sócio	Atividade ocupacional	P	VP	S	VS	T	C	Resultado	Reeleito (X)*
***	Luigi Selleri	possui botequim	21						P	X
	Amabile Fattori	alfaiate	2	9		2		9		
	Alessandro Rossi	fabricante cerveja	2				1	17	C	X
	Nicola Florenzano	**	2							
	Giuseppe Silvestre	marceneiro e ferreiro	1	11					VP	
	Ildebrando Pinotti	lavrador		2				18	C	X
	Enrico Bonetti	músico		1				2		
	Luigi Michelin	**		1	14	7		1	S	
	Domenico Carlini	fabricante gasosa					24		T	X
	Luigi Golfieri	professor				1	1	5		
	Alberto Cestari	pintor			10	7		1	VS	X
	Adolfo Valentini	**			1			16	C	
	Arturo Arduin	**				6		9		
	Gaspere Goi	pintor				1				
	Viuma Zecco	fabricante cadeiras				1		9		
	Luigi Batelli	depósito aguardente						25	C	
	Innocenzo Redighieri	fabricante charutos						10	C	X
	Egisto Chini	sapateiro						14	C	
	Federico Goldoni	hortelão						4		
	Umberto Magri	empregado fazenda						3		
	Geminiano Chicconi	**						3		
	Ângelo Damin	comércio aguardente						1		
	Michele Tambellini	**						5		
	Erminio Canton	ferreiro e carpinteiro						3		
	Cezare Zapparoli	pedreiro						3		
	Djalma Zapparoli	**						1		
	Giuseppe Padovani	**						2		

Fontes: Livro de Atas da SIB, pp. 76-77; APHRT: Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Autos de casamentos, 1889-1932; França (1915).

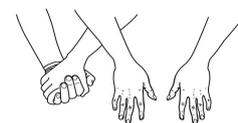
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*Não foi registrado.



**Quadro B6 - Eleição Geral da SIB, 1911 – gestão 1911a**

**Número de sócios em 1911 - 153**

Votantes	Sócio	Atividade ocupacional	P	VP	S	VS	T	C	Resultado	Reeleito (X)*
64	Américo Danielli	torrefador café	49						P	
	Bruno Opice	alfaiate		19					VP	
	Paolo Alimonda	comércio salsicha			24				S	
	Santi Miari	comerciante				24			VS	
	Domenico Carlini	fabricante gasosa					59		T	X
	Alessandro Rossi	fabricante cerveja						33	C	X
	Innocenzo Redighieri	fabricante charutos						21	C	X
	Amabile Fattori	alfaiate						37	C	X
	Luigi Selleri	fabricante bolachas						34	C	X
	Pietro Galeazzi	comerciante						42	C	
	Enrico Lupo	joalheiro						20	C	

Fontes: Livro de Atas da SIB, pp. 88-88v; APHRT: Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Autos de casamentos, 1889-1932; França (1915).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

Obs: para gestão de 1911 houve duas eleições, porque todos os eleitos da primeira pediram demissão.

**Quadro B7 - Eleição Geral da SIB, 1915– gestão 1916**

Votantes	Sócio	Atividade ocupacional	Resultado	Reeleito (X)*
***	Luigi Selleri	fabricante bolachas	P	X
	Antonio Zerbini	comerciante	VP	
	Alberto Cestari	pintor	S	
	Luigi Golfieri	professor	VS	
	Augusto Bertani	comerciante	T	
	Amabile Fattori	alfaiate	C	X
	Innocenzo Redighieri	fabricante charutos	C	X
	Giovanni Pieri	**	C	
	Oziridi Lodi	**	C	
	Giuseppe Donzelli	alfaiate	C	
	Ildebrando Pinotti	lavrador	C	

Fontes: Livro de Atas da SIB, p. 93v; APHRT: Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Autos de casamentos, 1889-1932; França (1915).

Notas:

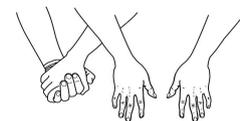
Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*Não foi registrado.

Obs: não foi registrado o número de pontos de cada candidato.



### Quadro B8 - Eleição Geral da SIB, 1918 – gestão 1918

Votantes	Sócio	Atividade ocupacional	P	VP	S	VS	T	C	Resultado
*	Luigi Selleri	fabricante bolachas	**						P
	Giuseppe Donzelli	alfaiate		9					VP
	Alberto Cestari	pintor			12				S
	Luigi Golfieri	professor				11			VS
	Augusto Bertani	comerciante					**		T
	Innocenzo Redighieri	fabricante charutos						19	C
	Giovanni Pieri	***						17	C
	Amabile Fattori	alfaiate						17	C
	Orizidi Lodi	***						13	C
	Ildebrando Pinotti	lavrador						10	C
	Gaspare Goi	pintor						8	C

Fontes: Livro de Atas da SIB, p. 97v; APHRT: Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Autos de casamentos, 1889-1932; França (1915).

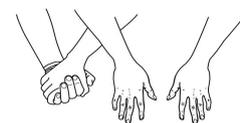
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro) e C (conselheiro).

\*Não foi registrado.

\*\*Eleito por aclamação.

\*\*\*Não há referências.



# APÊNDICE C

## ELEIÇÕES DA SOCIETÀ ITALIANI UNITI (1921-1937)

Quadro C1 - Eleições Gerais da *SIU*, 1921 – gestão 1921 Número de sócios em 1921 - 162

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	C	Resultado
95	Antonio Picaroni	(Potenza) Basilicata	médico	95							P
	Felippe Mauro	(Potenza) Basilicata	comerciante		90						VP
	Augusto Zenerin	*	comerciante			64					S
	Gaspere Abritta	(Cosenza) Calábria	comerciante				61				VS
	Eugenio Casale	(Catanzaro) Calábria	comerciante					68			T
	Agostino Tucci	(Cosenza) Calábria	construtor						63		F
	Antonio Blundi	Araraquara-SP**	comerciante						61		F
	Caetano Mirabelli	*	comerciante						60		F
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante							83	C
	Alfredo Boccucci	(Roma) Lácio	comerciante							76	C
	Enrico Lupo	(Strigno) Vêneto***	industrial							71	C
	Andréa Vigorito	*	industrial							67	C
	Paolo Alimonda	*	industrial							66	C
	Andréa Rosito	*	comerciante							66	C
	Giuseppe Donzelli	(Mântua) Lombardia	comerciante							65	C
	Gregório Angelieri	(Catanzaro) Calábria	barbeiro							61	C
	Luigi Gaetani	*	comerciante							49	C
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							42	C
	Pietro Galeazzi	*	comerciante							35	C

Fontes: Livro de Atas da *SIU*, pp. 33 e APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

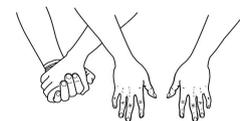
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal) e C (conselheiro).

\*Não há referências.

\*\*Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.

\*\*\*No ano do nascimento de Enrico, 1877, Strigno, na região do Vêneto, ainda integrava a área de Trieste, pertencente ao Império Austro-húngaro.



## Quadro C2 - Eleições Gerais da SIU, 1921 – gestão 1921 (a)\*

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	Resultado
95	Antonio Picaroni	(Potenza) Basilicata	médico	P
	Felippe Mauro	(Potenza) Basilicata	comerciante	VP
	Augusto Zenerin	**	comerciante	S
	Gaspare Abritta	(Cosenza) Calábria	comerciante	VS
	Eugenio Casale	(Catanzaro) Calábria	comerciante	T
	Agostino Tucci	(Cosenza) Calábria	construtor	F
	Antonio Blundi	Araraquara-SP***	comerciante	F
	Primo Pinotti	**	**	F
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante	C
	Luigi Selleri	(Bolonha) Emilia Romagna	industrial	C
	Enrico Lupo	(Strigno) Vêneto****	industrial	C
	Andréa Vigorito	**	industrial	C
	Paolo Alimonda	**	industrial	C
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro	C
	Giuseppe Donzelli	(Mântua) Lombardia	comerciante	C
	Domenico Carlini	**	industrial	C
	Luigi Gaetani	**	comerciante	C
	Silvério Minervino	(Benevento) Campânia	banqueiro	C
	Pietro Galeazzi	**	comerciante	C

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 34-35; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

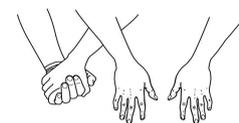
Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal) e C (conselheiro).

\*Alguns membros se demitiram dos cargos, como sinal de conciliação entre os sócios. Os novos integrantes foram eleitos por aclamação.

\*\*Não há referências.

\*\*\*Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.

\*\*\*\*No ano do nascimento de Enrico, 1877, Strigno, na região do Vêneto, ainda integrava a área de Trieste, pertencente ao Império Austro-húngaro.



**Quadro C3 - Eleições Gerais da SIU, 1921 – gestão 1922**

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
107	Antonio Picaroni	(Potenza) Basilicata	médico	104								P	X
	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico		53							VP	
	Augusto Zenerin	**	comerciante			101						S	X
	Mario Golfieri	(Módena) Emilia Romana	guarda-livros				63					VS	
	Pietro Galeazzi	**	comerciante					61				T	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante						56			F	
	Gregório Angelieri	(Catanzaro) Calábria	barbeiro						51			F	
	Gaspere Abritta	(Cosenza) Calábria	comerciante						50			F	X
	Agostino Tucci	(Cosenza) Calábria	construtor							56		A	X
	Felippe Mauro	(Potenza) Basilicata	comerciante								63	C	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro								98	C	X
	Luigi Selleri	(Bolonha) Emilia Romagna	industrial								86	C	X
	Andréa Vigorito	**	industrial								80	C	X
	Giuseppe Opice	**	industrial								63	C	
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								62	C	X
	Enrico Lupo	(Strigno) Vêneto***	industrial								58	C	X
	Vincenzo Puchante	Vêneto	fazendeiro								55	C	X
	Antonio Zerbini	(Ferrara) Emilia Romana	comerciante								61	C	
	Paolo Alimonda	**	industrial								51	C	X
	Francesco Palamone	(Salerno) Campânia	fazendeiro								53	C	

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 62-63; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

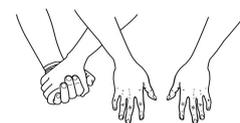
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*No ano do nascimento de Enrico, 1877, Strigno, na região do Vêneto, ainda integrava a área de Trieste, pertencente ao Império Austro-húngaro.



#### Quadro C4 -Eleições Gerais da SIU, 1922 – gestão 1923

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
80	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	78								P	X
	Luigi Selleri	(Bolonha) Emilia Romagna	industrial		78							VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			79						S	X
	Paschoal Borghesi	**	**				74					VS	
	Pietro Galeazzi	**	comerciante					76				T	X
	Amabile Fattori	(Mântua) Lombardia	comerciante						69			F	
	Américo de Chechi	**	açougueiro						73			F	
	Caetano Mirabelli	*	comerciante						73			F	
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							74		A	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro								76	C	X
	Silvério Minervino	(Benevento) Campânia	banqueiro								77	C	
	Gaspere Abritta	(Cosenza) Calábria	comerciante								71	C	X
	Vincenzo Gravina	(Salerno) Campânia	comerciante/fazendeiro								73	C	
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								76	C	
	Carmelo Tenuta	**	comerciante/fazendeiro								71	C	
	Enrico Lupo	(Strigno) Vêneto***	industrial								73	C	X
	Enrico Somenzari	**	comerciante								69	C	
	Francesco Palamone	(Salerno) Campânia	fazendeiro								75	C	X
	Giuseppe Donzelli	(Mântua) Lombardia	comerciante								69	C	
	Antonio Zerbini	(Ferrara) Emilia Romana	comerciante								68	C	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 73-74; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

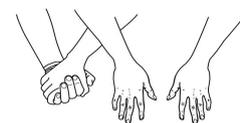
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*No ano do nascimento de Enrico, 1877, Strigno, na região do Vêneto, ainda integrava a área de Trieste, pertencente ao Império Austro-húngaro.



**Quadro C5 - Eleições Gerais da SIU, 1923 – gestão 1924**

Voteantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
48	Giuseppe Aufero	(Avellino) Campânia	médico	43								P	X
	Luigi Selleri	(Bolonha) Emilia Romagna	industrial		23							VP	X
	Giuseppe Marchiano	**	**			36						S	
	Augusto Zenerin	**	comerciante				39					VS	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante					39				T	
	Carmelo Tenuta	**	comerciante/fazendeiro						38			F	X
	Antonio Zerbini	(Ferrara) Emilia Romana	comerciante						37			F	X
	Francesco Ferrarezi	(Mântua) Lombardia	fazendeiro						33			F	
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							34		A	
	Vincenzo Gravina	(Salerno) Campânia	comerciante/fazendeiro								41	C	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante								41	C	X
	Osvaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								41	C	X
	Primo Pinotti	**	**								41	C	X
	Giuseppe Donzelli	(Mântua) Lombardia	comerciante								41	C	X
	Enrico Lupo	(Strigno) Vêneto***	industrial								41	C	X
	Silvério Minervino	(Benevento) Campânia	banqueiro								40	C	X
	Gaspare Abritta	(Cosenza) Calábria	comerciante								40	C	X
	Francesco Palamone	(Salerno) Campânia	fazendeiro								40	C	X
	Enrico Somenzari	**	comerciante								36	C	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro								27	C	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 82-83; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

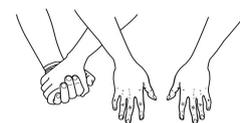
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*No ano do nascimento de Enrico, 1877, Strigno, na região do Vêneto, ainda integrava a área de Trieste, pertencente ao Império Austro-húngaro.



**Quadro C6 - Eleições Gerais da SIU, 1923 – gestão 1924 (a)\***

Volantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)**
69	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	69								P	X
	Luigi Selleri	(Bolonha) Emilia Romagna	industrial		42							VP	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		21						38	C	X
	Augusto Zenerin	***	comerciante			41	23					S	X
	Paolo Alimonda	***	comerciante			18	9		17			F	
	Mario Golfieri	(Módona) Emilia Romana	guarda-livros				18					VS	
	Pietro Galeazzi	***	comerciante					41			16	T	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante					18					
	Francesco Ferrarezi	(Mântua) Lombardia	fazendeiro						22			F	X
	Francesco Gravina	(Salerno) Campânia	comerciante						17			F	
	Amabile Fattori	(Mântua) Lombardia	comerciante						16		19		
	Nicola Lagrota	***	***						9				
	Antonio Blundi	Araraquara- SP****	comerciante						6		15		
	Affonso Lombardi	***	industrial						6		15		
	Vincenzo Cariani	***	***						5				
	Salvatore d' Angelo	***	***						7				
	Osvaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro							18	41	C	X
	Antonio Zerbini	(Ferrara) Emilia Romana	comerciante							15		A	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							4			
	Vincenzo Gravina	(Salerno) Campânia	comerciante/fazendeiro								51	C	X
	Enrico Lupo	(Strigno) Vêneto*****	industrial								36	C	X
	Enrico Somenzari	***	comerciante								32	C	X
	Silvério Minervino	(Benevento) Campânia	banqueiro								32	C	X
	Francesco Palamone	(Salerno) Campânia	fazendeiro								32	C	X
	Felippe Mauro	(Potenza) Basilicata	comerciante								26	C	
	Giuseppe Donzelli	(Mântua) Lombardia	comerciante								25	C	X
	Gaspere Abritta	(Cosenza) Calábria	comerciante								22	C	X
	Carmelo Tenuta	***	comerciante/fazendeiro								22		
	Américo de Chechi	***	açougueiro								18		
	Giuseppe Opice	***	industrial								16		
	Ermesto Batelli	***	***								14		
	Primo Pinotti	***	***								35	C	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 87-89; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

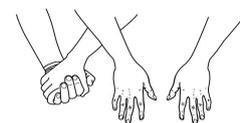
\*Por motivos de demissão dos membros eleitos, os quais alegaram irregularidades na apuração, houve nova eleição.

\*\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*\*Não há referências.

\*\*\*\* Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.

\*\*\*\*\*No ano do nascimento de Enrico, 1877, Strigno, na região do Vêneto, ainda integrava a área de Trieste, pertencente ao Império Austro-húngaro.



**Quadro C7 - Eleições Gerais da SIU, 1924 – gestão 1925**

Volantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
59	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	59								P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		39						13	VP	X
	Felippe Mauro	(Potenza) Basilicata	comerciante		12						37	C	
	Augusto Zenerin	**	comerciante			50						S	X
	Mario Golfieri	(Módena) Emilia Romana	guarda-livros			2	6						
	Paolo Alimonda	**	comerciante				34					VS	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante					48				T	X
	Enrico Somenzari	**	comerciante					2			41	C	X
	Enrico Dall'Acqua	**	comerciante						38			F	
	Domenico Sigilo	**	**						34			F	
	Antonio Zerbini	(Ferrara) Emilia Romana	comerciante						35			F	X
	Francesco Ferrarezi	(Mântua) Lombardia	fazendeiro						5				
	Gaspere Abritta	(Cosenza) Calábria	comerciante							34		A	X
	Gregório Angelieri	(Catanzaro) Calábria	barbeiro								2		
	Domenico Carlini	**	industrial							2			
	Amabile Fattori	(Mântua) Lombardia	comerciante								10		
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante								49	C	X
	Giuseppe Donzelli	(Mântua) Lombardia	comerciante								45	C	X
	Silvério Minervino	(Benevento) Campânia	banqueiro								43	C	X
	Enrico Lupo	(Strigno) Vêneto***	industrial								43	C	X
	Francesco Palamone	(Salerno) Campânia	fazendeiro								42	C	X
	Carmelo Tenuta	**	comerciante/fazendeiro								41	C	X
	Osvaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								40	C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								39	C	X
	Umberto Monici	Espírito S. Pinhal- SP****	**								34	C	

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 99-100; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

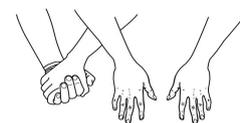
Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*No ano do nascimento de Enrico, 1877, Strigno, na região do Vêneto, ainda integrava a área de Trieste, pertencente ao Império Austro-húngaro.

\*\*\*\*Os pais eram italianos e naturalizados por lei, mas não se sabe a procedência.



**Quadro C8 - Eleições Gerais da SIU, 1925 – gestão 1926**

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
59	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	5								P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro	9	47							VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			58						S	X
	Paolo Alimonda	**	comerciante				52					VS	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante					55				T	X
	Antonio Blundi	Araraquara-SP***	comerciante						42			F	
	Michele Loria	(Catanzaro) Calábria	comerciante						20			F	
	Silvério Minervino	(Benevento) Campânia	banqueiro						17			F	X
	Gaspare Abritta	(Cosenza) Calábria	comerciante							31		A	X
	Domenico Giusto	**	**								51	C	
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante e fazendeiro								49	C	X
	Umberto Monici	Espírito S. Pinhal- SP****	**								47	C	X
	Enrico Somenzari	**	comerciante								46	C	X
	Carmelo Tenuta	**	comerciante e fazendeiro								42	C	X
	Giuseppe Opice	**	industrial								40	C	
	Nicola Lagrota	**	**								36	C	
	Enrico Lupo	(Strigno) Vêneto*****	industrial								33	C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								33	C	X
	Giuseppe Donzelli	(Mântua) Lombardia	comerciante								30	C	X
	Francesco Palamone	(Salerno) Campânia	fazendeiro								28	C	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante								28	C	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 107-108; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Nota-se:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

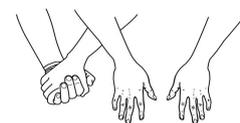
\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\* Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.

\*\*\*\* Os pais eram italianos e naturalizados por lei, mas não se sabe a procedência.

\*\*\*\*\*No ano do nascimento de Enrico, 1877, Strigno, na região do Vêneto, ainda integrava a área de Trieste, pertencente ao Império Austro-húngaro.



### Quadro C9 - Eleições Gerais da *SIU*, 1926 – gestão 1927

Volantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
97	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	95								P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		56							VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			53						S	X
	Caetano Mirabelli	**	comerciante				33					VS	
	Pietro Galeazzi	**	comerciante					91				T	X
	Temistocle Fioretti	(Udine) Firuli-Venezia Giulia	comerciante						79			F	
	Pietro Firmiano	São Carlos-SP***	guarda-livros						43			F	
	Antonio Barioni	**	**						42			F	
	Gaspere Abritta	(Cosenza) Calábria	comerciante							48		A	X
	Francesco Pellegrini	**	**								85	C	
	Umberto Monici	Espírito S. Pinhal-SP***	**								82	C	X
	Giuseppe Opice	**	industrial								78	C	X
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								55	C	X
	Enrico Somenzari	**	comerciante								51	C	X
	Luigi Palamone	Araraquara-SP****	médico								50	C	
	Affonso Lombardi	**	industrial								46	C	
	Antonio Barra	**	**								46	C	
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								46	C	X
	Enrico Lupo	(Strigno) Vêneto*****	industrial								42	C	X
	Nicola Lagrota	**	**								41	C	X

Fontes: Livro de Atas da *SIU*, pp. 135-136; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

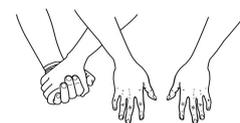
\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\* Os pais eram italianos e naturalizados por lei, mas não se sabe a procedência.

\*\*\*\*Filho do sócio Francesco Palamone, cuja procedência é Salerno – Campânia.

\*\*\*\*\*No ano do nascimento de Enrico, 1877, Strigno, na região do Vêneto, ainda integrava a área de Trieste, pertencente ao Império Austro-húngaro.



Quadro C10 - Eleições Gerais da SIU, 1927 – gestão 1928

Número de sócios em 1927 - 138

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
58	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	52								P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		52							VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			52						S	X
	Caetano Mirabelli	**	comerciante				43					VS	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante					49				T	X
	Gregório Angelieri	(Catanzaro) Calábria	barbeiro						35			F	
	Temistocle Fioretti	(Udine) Firuli- Venezia Giulia	comerciante						46			F	X
	Pietro Firmiano	São Carlos- SP***	guarda-livros						41			F	X
	Gaspere Abritta	(Cosenza) Calábria	comerciante							39		A	X
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								41	C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								41	C	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante								36	C	
	Antonio Barra	**	**								46	C	X
	Francesco Ferrarezi	(Mântua) Lombardia	fazendeiro								36	C	X
	Paolo Alimonda	**	comerciante								32	C	X
	Michele Loria	(Catanzaro) Calábria	comerciante								44	C	
	Francesco Palamone	(Salerno) Campânia	fazendeiro								32	C	
	Giovanni Masiero	**	industrial								36	C	
	Pietro Martini	(Mântua) Lombardia	industrial								42	C	
	Silvério Minervino	(Benevento) Campânia	banqueiro								32	C	

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 145-146; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

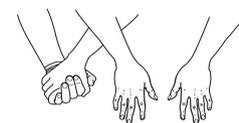
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\* Os pais eram italianos e naturalizados por lei, mas não se sabe a procedência.



**Quadro C11 - Eleições Gerais da SIU, 1928 – gestão 1929**

**Número de sócios em 1928 - 125**

Voteantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
39	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	39								P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		38							VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			33						S	X
	Giannelli Ferruccio	**	engenheiro				33					VS	
	Pietro Galeazzi	**	comerciante					35				T	X
	Antonio Blundi	Araraquara-SP***	comerciante						36			F	
	Gregório Angelieri	(Catanzaro) Calábria	barbeiro						34			F	X
	Pietro Firmiano	São Carlos-SP****	guarda-livros						33			F	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							30		A	X
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								37	C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								31	C	X
	Francesco Palamone	(Salerno) Campânia	fazendeiro								29	C	X
	Caetano Mirabelli	**	comerciante								35	C	
	Michele Loria	(Catanzaro) Calábria	comerciante								34	C	X
	Giovanni Masiero	**	industrial								26	C	X
	Francesco Ferrarezi	(Mântua) Lombardia	fazendeiro								33	C	X
	Temistocle Fioretti	(Udine) Firuli-Venezia Giulia	comerciante								34	C	X
	Vincenzo Catanzaro	**	**								28	C	X
	Anselmo de Chechi	(brasileiro)****	comerciante								37	C	
	Affonso Lombardi	**	industrial								36	C	

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 152-153; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

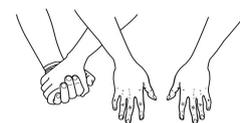
Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\* Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.

\*\*\*\*Filho de italianos.



**Quadro C12 - Eleições Gerais da SIU, 1929 – gestão 1930**

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
68	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	66								P	X
	(Dr.) Biagio Gravina	**	engenheiro		38							VP	
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		28						25		
	Augusto Zenerin	**	comerciante			60						S	X
	Paolo Alimonda	**	comerciante			8							
	Michele Loria	(Catanzaro) Calábria	comerciante				41					VS	X
	Giannelli Ferruccio	**	engenheiro				12						
	Pietro Galeazzi	**	comerciante					64				T	X
	Giovanni Bianchini	**	**						19				
	Pietro Firmiano	São Carlos- SP***	guarda-livros						45			F	X
	Arturo Rizzoli	(Ferrara) Emilia Romana	construtor e artista plástico						59			F	
	Gregório Angelieri	(Catanzaro) Calábria	barbeiro						43			F	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							54		A	X
	Anselmo de Chechi	(brasileiro)***	comerciante								57	C	
	Affonso Lombardi	**	industrial								48	C	X
	Giovanni Graziato	**	**								46	C	
	Giovanni Masiero	**	industrial								46	C	X
	Agostino Tucci	(Cosenza) Calábria	construtor								46	C	
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								45	C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								42	C	X
	Caetano Mirabelli	**	comerciante								41	C	X
	Antonio Blundi	Araraquara- SP****	comerciante								40	C	X
	Pietro Martini	(Mântua) Lombardia	industrial								39	C	
	Temistocle Fioretti	(Udine) Firuli- Venezia Giulia	comerciante								27	C	X
	Francesco Palamone	(Salerno) Campânia	fazendeiro								24		
	Francesco Ferrarezi	(Mântua) Lombardia	fazendeiro								24		
	Enrico Dall'Acqua	**	comerciante								21		

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 158-159; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

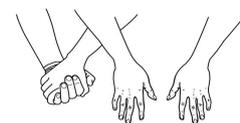
Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*Filho de italianos.

\*\*\*\* Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.



**Quadro C13 - Eleições Gerais da SIU, 1930 – gestão 1931**

Voteantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
94	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	84								P	X
	Gennaro Granata	(Cosenza) Calábria	médico	9							21		
	Giuseppe Alfiero Nipote	(Avellino) Campânia	médico	1									
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		78							VP	
	Vitalino Bitelli	**	**		7				31				
	Augusto Zenerin	**	comerciante			84						S	X
	Paolo Alimonda	**	comerciante			10	21						
	Michele Loria	(Catanzaro) Calábria	comerciante				56					VS	X
	Francesco Opice	Araraquara-SP***	**				5						
	Pietro Galeazzi	**	comerciante					84				T	X
	Rafaele Barbieri	****	**					8					
	Temistocle Fioretti	(Udine) Firuli-Venezia Giulia	comerciante						71			F	X
	Pietro Firmiano	São Carlos-SP****	guarda-livros						63			F	X
	Arturo Rizzoli	(Ferrara) Emilia Romana	construtor e artista plástico						37	22		F	X
	Gennaro Arena	**	**						21				
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							71		A	X
	Antonio Zerbini	(Ferrara) Emilia Romana	comerciante						7				
	Agostino Tucci	(Cosenza) Calábria	construtor							10			
	Affonso Lombardi	**	industrial								90	C	X
	Enrico Dall'Acqua	**	comerciante								83	C	X
	Anselmo de Chechi	(brasileiro)*****	comerciante								81	C	X
	(Dr.) Adolfo Criscini	**	**								78		
	Giovanni Masiero	**	industrial								77	C	X
	Natale A. Furlan	**	**								68		
	Antonio Blundi	Araraquara-SP*****	comerciante								67	C	X
	Pietro Morganti	**	**								65		
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								62	C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								60	C	X
	Caetano Mirabelli	**	comerciante								60	C	X
	Francesco Palamone	(Salerno) Campânia	fazendeiro								22		

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 166-168; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), A (administrador) e C (conselheiro).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

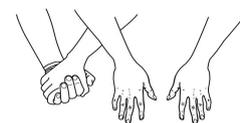
\*\*Não há referências.

\*\*\*Filho do italiano Bruno Opice. Não se sabe a região de origem.

\*\*\*\*Natural da Itália, mas a região de procedência é desconhecida.

\*\*\*\*\* Filho de italianos.

\*\*\*\*\*Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.



**Quadro C14 - Eleições Gerais da SIU, 1931 – gestão 1932**

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	T	F	FS	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
34	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	31								P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		26							VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			23						S	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante				25					T	X
	Pietro Firmiano	São Carlos- SP***	guarda-livros					23				F	X
	Caetano Mirabelli	**	comerciante					20				F	X
	Arturo Rizzoli	(Ferrara) Emilia Romana	construtor e artista plástico					18				F	X
	Enrico Dall'Acqua	**	comerciante						18			FS	X
	Giovanni Masiero	**	industrial						17			FS	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							22		A	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								27	C	X
	(Dr.) Adolfo Criscini	**	**								26	C	X
	Antonio Blundi	Araraquara- SP****	comerciante								26	C	X
	Affonso Lombardi	**	industrial								25	C	X
	Osvaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								23	C	X
	Gennaro Granata	(Cosenza) Calábria	médico								20	C	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 200-201; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

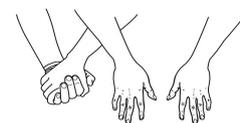
Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), FS (fiscal suplente), A (administrador) e C (conselheiro).  
Observa-se que houve modificações de acordo com o novo Estatuto aprovado em 1930.

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*Filho de italianos.

\*\*\*\*Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.



**Quadro C15 - Eleições Gerais da SIU, 1932 – gestão 1933**

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	T	F	FS	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
27	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	27								P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		25							VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			24						S	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante				25					T	X
	Caetano Mirabelli	**	comerciante									F	X
	Arturo Rizzoli	(Ferrara) Emilia Romana	construtor e artista plástico						26			F	X
	Enrico Dall'Acqua	**	comerciante					23				F	X
	Gennaro Arena	**	**						22			FS	
	Giovanni Masiero	**	industrial						16			FS	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante								25	A	X
	(Dr.) Adolfo Criscini	**	**								26	C	X
	Antonio Blundi	Araraquara- SP***	comerciante								26	C	X
	Affonso Lombardi	**	industrial								25	C	X
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								23	C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								22	C	X
	Michele Loria	(Catanzaro) Calábria	comerciante								15	C	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 200-201; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

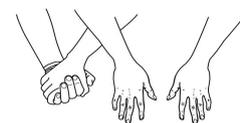
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), FS (fiscal suplente), A (administrador) e C (conselheiro).  
Observa-se que houve modificações de acordo com o novo Estatuto aprovado em 1930.

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.



**Quadro C16 - Eleições Gerais da SIU, 1933 – gestão 1934**

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	T	F	FS	A	C	Resultado	Reeleito (X)*
30	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	29								P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		28							VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			28						S	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante				28					T	X
	Caetano Mirabelli	**	comerciante					28				F	X
	Enrico Dall'Acqua	**	comerciante					27				F	X
	Domenico Rosito	São Paulo-SP	alfaiate					25				F	
	Gennaro Arena	**	**						26			FS	X
	Alessandro Zararella	***	industrial						26			FS	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							28		A	X
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								29	C	X
	Affonso Lombardi	**	industrial								29	C	X
	Antonio Blundi	Araraquara- SP****	comerciante								28	C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								29	C	X
	Giuseppe Storino	**	**								27	C	
	Giovanni Masiero	**	industrial								27	c	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 211-212; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), FS (fiscal suplente), A (administrador) e C (conselheiro).

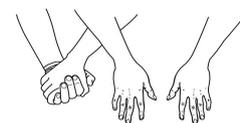
Observa-se que houve modificações de acordo com o novo Estatuto aprovado em 1930.

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*Nasceu na Itália, mas não se sabe a região de origem.

\*\*\*\* Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.



**Quadro C17 - Eleições Gerais da SIU, 1934 – gestão 1935**

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	T	F	FS	A	C	CS	Resultado	Reeleito (X)*
40	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	39									P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		36								VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			34							S	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante				35						T	X
	Caetano Mirabelli	**	comerciante					24					F	
	Gennaro Arena	**	**					27					F	X
	Domenico Rosito	São Paulo-SP	alfaiate					35					F	X
	Alfredo Rebugli	**	**						25				FS	
	Alessandro Zaranella	***	industrial						25				FS	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							29			A	X
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								26		C	X
	Affonso Lombardi	**	industrial								36		C	X
	Antonio Blundi	Araraquara-SP****	comerciante								28		C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								34		C	X
	Michele Loria	(Catanzaro) Calábria	comerciante								25		C	
	Miari Ferruccio	**	**								35		C	
	Giovanni Masiero	**	industrial									25	CS	X
	Giuseppe Storino	**	**									23	CS	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 217-218; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

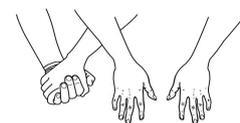
Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), FS (fiscal suplente), A (administrador) e C (conselheiro). Observa-se que houve modificações de acordo com o novo Estatuto aprovado em 1930. A partir da gestão de 1935 foi incluído o cargo de conselheiro suplente (CS).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*Nasceu na Itália, mas não se sabe a região de origem.

\*\*\*\* Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.



**Quadro C18 -Eleições Gerais da SIU, 1935 – gestão 1936**

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	T	F	FS	A	C	CS	Resultado	Reeleito (X)*
20	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	20									P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		19								VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			19							S	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante				12						T	X
	Caetano Mirabelli	**	comerciante					13					F	X
	Agostino Nigro	**	**					11					F	
	Domenico Rosito	São Paulo-SP	alfaiate					10					F	X
	Vincenzo Gullo	(Cosenza) Calábria	comerciante						7				FS	
	Alessandro Zaranella	***	industrial						10				FS	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							19			A	X
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								19		C	X
	Affonso Lombardi	**	industrial								19		C	X
	Antonio Blundi	Araraquara-SP****	comerciante								19		C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								19		C	X
	Michele Loria	(Catanzaro) Calábria	comerciante								13		C	X
	Miari Ferruccio	**	**								14		C	X
	Giovanni Masiero	**	industrial									10	CS	X
	Giuseppe Storino	**	**									9	CS	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 225-226; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

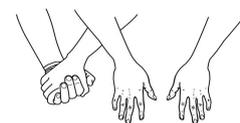
Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), FS (fiscal suplente), A (administrador) e C (conselheiro). Observa-se que houve modificações de acordo com o novo Estatuto aprovado em 1930. A partir da gestão de 1935 foi incluído o cargo de conselheiro suplente (CS).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há referências.

\*\*\*Nasceu na Itália, mas não se sabe a região de origem.

\*\*\*\* Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.



**Quadro C19 - Eleições Gerais da SIU, 1936 – gestão 1937**

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	T	F	FS	A	C	CS	Resultado	Reeleito (X)*
26	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	26									P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		21								VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			25							S	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante				26						T	X
	Pietro Martini	(Mântua) Lombardia	industrial					23					F	
	Agostino Nigro	**	**					25					F	X
	Domenico Rosito	São Paulo-SP	alfaiate					26					F	X
	Adolfo Lainetti	Araraquara-SP***	alfaiate						25				FS	
	Alessandro Zaranella	****	industrial						23				FS	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							24			A	X
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								25		C	X
	Bruno Opice	****	comerciante								23		C	
	Rafaele Barbieri	****	**								25		C	
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								26		C	X
	Rolando Lupo	Araraquara-SP*****	industrial								21		C	
	Míari Ferruccio	**	**								23		C	X
	Affonso Lombardi	**	industrial									24	CS	X
	Antonio Blundi	Araraquara-SP*****	comerciante									26	Cs	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 233-234; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), FS (fiscal suplente), A (administrador) e C (conselheiro). Observa-se que houve modificações de acordo com o novo Estatuto aprovado em 1930. A partir da gestão de 1935 foi incluído o cargo de conselheiro suplente (CS).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

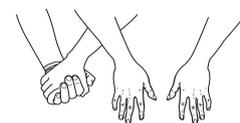
\*\*Não há referências.

\*\*\*Filho do italiano Tommaso Lainetti.

\*\*\*\*Nasceu na Itália, mas não se sabe a região de origem.

\*\*\*\*\*Filho do italiano Enrico Lupo.

\*\*\*\*\* Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.



### Quadro C20 -Eleições Gerais da SIU, 1937 – gestão 1938

Votantes	Sócio	Região procedência	Profissão	P	VP	S	T	F	FS	A	C	CS	Resultado	Reeleito (X)*
**	Giuseppe Aufiero	(Avellino) Campânia	médico	23									P	X
	Augusto Bignardi	(Ferrara) Emilia Romana	engenheiro		21								VP	X
	Augusto Zenerin	**	comerciante			19							S	X
	Pietro Galeazzi	**	comerciante				16						T	X
	Pietro Martini	(Mântua) Lombardia	industrial					20					F	X
	Agostino Nigro	**	**					19					F	X
	Mario Facuccani	**	**					17					F	
	Adolfo Lainetti	Araraquara-SP***	alfaiate						17				FS	X
	Alessandro Zaranella	****	industrial						16				FS	X
	Nicola Barbato	(Campobasso) Molise	comerciante							18			A	X
	Oswaldo Negrini	(Mântua) Lombardia	comerciante/fazendeiro								19		C	X
	Affonso Lombardi	**	industrial								22		C	X
	Rafaele Barbieri	****	**								17		C	X
	Giuseppe Palamone Lepre	(Salerno) Campânia	comerciante								19		C	X
	Rolando Lupo	Araraquara-SP*****	industrial								19		C	X
	Miari Ferruccio	**	**								20		C	X
	Giovanni Masiero	**	industrial									18	CS	X
	Antonio Blundi	Araraquara-SP*****	comerciante									19	CS	X

Fontes: Livro de Atas da SIU, pp. 233-234; APHRT: Autos de Casamentos, 1889-1932; Livro de coleta de impostos de indústria e profissão, 1899-1913; Telarolli (2002).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), FS (fiscal suplente), A (administrador) e C (conselheiro). Observa-se que houve modificações de acordo com o novo Estatuto aprovado em 1930. A partir da gestão de 1935 foi incluído o cargo de conselheiro suplente (CS).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

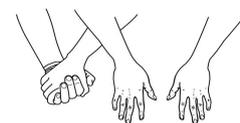
\*\* Não há referências.

\*\*\* Filho do italiano Tommaso Lainetti.

\*\*\*\* Nasceu na Itália, mas não se sabe a região de origem.

\*\*\*\*\* Filho do italiano Enrico Lupo.

\*\*\*\*\* Sua família era proveniente de Cosenza – Calábria.



# Apêndice D

## Eleições da Società Italiana di Mutuo Soccorso Gabriele d'Annunzio (1928-1937) e da Casa d'Italia (1938-1942)

---

**Quadro D1 - Composição do Conselho Diretor da SIMS "Gd'A", 1928**

Sócio	Profissão	Cargo
Vincenzo Lanzieri	comerciante	Presidente
Teodoro Rosa	fazendeiro	Vice-presidente
Giovanni Bianchini	fazendeiro	Secretário
Timo Zapparoli	*	Vice-secretário
Domenico Pellizon	industrial	Tesoureiro
Ugo Tricca	sapateiro e músico	Fiscal
Enrico Spanazzi	*	Fiscal
Carmelo de Grande	construtor	Conselheiro
Ettore Bertelli	comerciante	Conselheiro
Giuseppe de Luca	*	Conselheiro
Domenico Mignoni	comerciante	Conselheiro
Martino Pedreschi	alfaiate	Conselheiro
Salvatore Antonellini	*	Conselheiro

Fontes: SIBGd'A, Livro de Reuniões do Conselho Diretor, p. 62v.; BNRJ, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, p. 573-574).

Nota:

\*Não há registros.

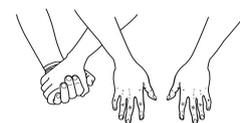
**Quadro D2 - Composição do Conselho Diretor da SIMS "Gd'A", 1929/1930**

Sócio	Profissão	Cargo
Giuseppe Zaccaro	médico	Presidente
Teodoro Rosa	fazendeiro	Vice-presidente
Luigi Maffei Rosa	fazendeiro	Secretário
Timo Zapparoli	*	Vice-secretário
Domenico Pellizon	industrial	Tesoureiro
Ángelo Merlim	*	Fiscal
*	*	Fiscal
Domenico Mignoni	comerciante	Conselheiro
Luigi Mei	comerciante	Conselheiro
Salvatore Antonellini	*	Conselheiro
Martino Pedreschi	alfaiate	Conselheiro
Ángelo Martani	*	Conselheiro
Vittorio Gerosa	*	Conselheiro

Fonte: SIBGd'A, Livro de Reuniões do Conselho Diretor, p.83v.; BNRJ, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-57).

Nota:

\*Não há registros.



**Quadro D3 - Eleições Gerais da SIMS "Gd'A", 1931 – gestão 1931**

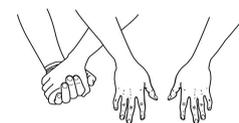
Votantes	Sócio	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	RC	C	CS	PB	Resultado	
61	Giuseppe Zaccaro	médico	59										P	
	Salvatore Antonellini	*		19									VP	
	Vincenzo Lanziere	comerciante			30								S	
	Timo Zapparoli	*				22							VS	
	Olivio Corradi	mecânico de automóveis					54						T	
	Ugo Tricca	sapateiro e músico						26					F	
	Aldo Goldoni	industrial						25					F	
	Guerino Solfa	comerciante						20					F	
	Pietro Tricca	comerciante							29				RC	
	Giulio R. Gastaldi	*							28				RC	
	Domenico Ranaudo	*							5				RC	
	Edoardo Pinfildi	comerciante								29			C	
	Giuseppe Ranalli	*									27		C	
	Domenico Pellizzoni	industrial									26		C	
	Luigi Nucci	*									24		C	
	Donato de Pretoro	*									23		C	
	Paulo Guzzo	*									22		C	
	Mariano Ninno	*									22		C	
	Giovanni Mei	industrial										26		CS
	Marino de Vito	industrial										25		CS
Armino Accorsi	fazendeiro/comerciante										23		CS	
Ângelo Carone	*											24	PB	
Giuseppe Pileggi	*											22	PB	

Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "d'A", pp. 3-4; BN, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Não há registros.



**Quadro D4 - Eleições Gerais da SIMS "Gd'A", 1932 – gestão 1932**

Votantes	Sócio	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	RC	C	CS	PB	Resultado	Reeleito (X)*
34	Giuseppe Zaccaro	médico	33										P	X
	Salvatore Antonellini	**		29									VP	X
	Vincenzo Lanzieri	comerciante			32								S	X
	Armando Accorsi	fazendeiro/comerciante				21							VS	X
	Olívio Corradi	mecânico de automóveis					31						T	X
	Ugo Tricca	sapateiro e músico						24					F	X
	Edoardo Pinfildi	comerciante						18					F	X
	Pasquale Montoni	comerciante						13					F	
	Pietro Tricca	comerciante							23				RC	X
	Elbo Basaglia	**							17				RC	
	Domenico Ranaudo	**							14				RC	X
	Domenico Pellizzon	industrial								30			C	X
	Martino Pedreschi	alfaiate								30			C	
	Gino Cecconi	industrial								29			C	
	Ettore Bertelli	comerciante								29			C	
	Raffaele Sitta	comerciante								28			C	
	Ângelo Martani	**								24			C	
	Pasquale Borelli	comerciante									24		CS	
	Aldo Goldoni	industrial									21		CS	X
	Giovanni Mei	industrial									15		CS	
	Ângelo Carone	**										24	PB	X
	Valério Gregorin	**										24	PB	

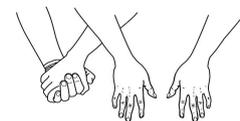
Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "Gd'A", p. 27-27v; BNRJ, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.



**Quadro D5 - Eleições Gerais da SIMS "Gd'A", 1933 – gestão 1933**

Votantes	Sócio	Profissão	Resultado	Reeleito (X)*
47	Giuseppe Zaccaro	médico	P	X
	Ricardo Lunardelli	fazendeiro/industrial	VP	
	Vincenzo Lanzieri	comerciante	S	X
	Domenico Gregorin	comerciante	VS	
	Domenico Pellizzon	industrial	T	X
	Giovanni Gerbasi	**	F	
	Edoardo Pinfieldi	comerciante	F	X
	Domenico Mignoni	comerciante	F	
	Pietro Tricca	comerciante	RC	X
	Nicola de Maio	**	RC	
	Elbo Basaglia	**	RC	X
	Martino Pedreschi	alfaiate	C	X
	Raffaele Sitta	comerciante	C	X
	Ettore Bertelli	comerciante	C	X
	Gino Cecconi	industrial	C	X
	Giovanni Mei	industrial	C	X
	Armino Accorsi	fazendeiro/comerciante	C	X
	Ângelo Martani	**	CS	X
	Giuseppe Ranalli	**	CS	
	Salvatore Antonellini	**	CS	X
	Vito Marini	**	PB	
	Guerino Solfa	comerciante	PB	

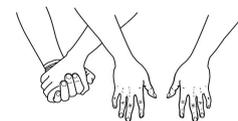
Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "Gd'A", p. 52; BNRJ, jornal "Il Piccolo", 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.



**Quadro D6 - Eleições Gerais da SIMS "Gd'A", 1934 – gestão 1934**

Votantes	Sócio	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	RC	C	CS	PB	Resultado	Reeleito (X)*
38	Giuseppe Zaccaro	médico	32										P	X
	Ricardo Lunardelli	fazendeiro/industrial		26									VP	X
	Vincenzo Lanzieri	comerciante			31								S	X
	Domenico Gregorin	comerciante				26							VS	X
	Ettore Bertelli	comerciante					13						T	X
	Pasquale Borelli	comerciante						**					F	
	Giuseppe Boshetti	industrial						**					F	
	Nicola de Muzio	**						**					F	
	Pietro Tricca	comerciante							**				RC	X
	Ampelio Meneghelli	comerciante							**				RC	
	Giovanni Adami	**							**				RC	
	Domenico Mignone	comerciante								29			C	X
	Martino Pedreschi	alfaiate								25			C	X
	Raffaele Sitta	comerciante								22			C	X
	Gino Ceccoli	industrial								20			C	X
	Ângelo Martani	**								16			C	X
	Francesco Marini	**								15			C	
	Pasquale Montoni	comerciante									15		CS	
	Giuseppe Ranalli	**									12		CS	X
	Nicola de Maio	**									11		CS	X
	Guerino Solfa	comerciante										**	PB	X
	Vito Marini	**										**	PB	X

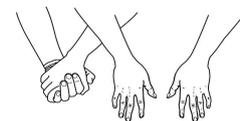
Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "Gd'A", p. 82; BNRJ, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.



**Quadro D7 - Eleições Gerais da SIMS "Gd'A", 1935 – gestão 1935**

Votantes	Sócio	Profissão	Resultado	Reeleito (X)*
47	Giuseppe Zaccaro	médico	P	X
	Domencio Mignoni	comerciante	VP	X
	Vincenzo Lanzieri	comerciante	S	X
	Domenico Gregorin	comerciante	VS	X
	Ettore Bertelli	comerciante	T	X
	Nicola Paolozzi	**	F	
	Edoardo Pinfildi	comerciante	F	X
	Nicola de Maio	**	F	X
	Pietro Tricca	comerciante	RC	X
	Pasquale Balti	**	RC	
	Giuseppe Ranalli	**	RC	X
	Martino Pedreschi	alfaiate	C	X
	Pasquale Montoni	comerciante	C	X
	Francesco Amendola	fazendeiro	C	
	Pasquale Caruso	comerciante	C	
	Luigi Florio	comerciante	C	
	Armino Accorsi	fazendeiro/comerciante	C	X
	Alfonso Rogeri	**	CS	
	Pasquale Borelli	comerciante	CS	X
	Ampelio Meneghelli	comerciante	CS	X
	Vito Marini	**	PB	
	Guerino Solfa	comerciante	PB	

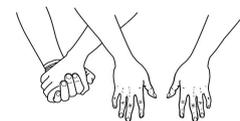
Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "Gd'A", p. 101-101v; BNRJ, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.



#### Quadro D8 - Eleições Gerais da SIMS "Gd'A", 1936 – gestão 1936

Votantes	Sócio	Profissão	Resultado	Reeleito (X)*
38	Giuseppe Zaccaro	médico	P	X
	Domencio Mignoni	comerciante	VP	X
	Vincenzo Lanzieri	comerciante	S	X
	Aristide Muscari	comerciante	VS	X
	Ettore Bertelli	comerciante	T	X
	Mario Castellani	**	F	
	Edoardo Pinfildi	comerciante	F	X
	<b>Pietro Catalini</b>	**	F	
	Pietro Tricca	comerciante	RC	X
	Nicola de Maio	**	RC	X
	Elbo Basaglia	**	RC	
	Martino Pedreschi	alfaiate	C	X
	Pasquale Montoni	comerciante	C	X
	Francesco Amendola	**	C	X
	Pasquale Caruso	comerciante	C	X
	Ampelio Meneghelli	comerciante	C	X
	Gentile D'Angelo	comerciante	C	X
	Vincenzo Prota	comerciante	CS	
	<b>Pietro Catalini</b>	**	CS	X
	Ángelo Martani	**	CS	
	Vito Marini	**	PB	X
	Guerino Solfa	comerciante	PB	X

Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "Gd'A", p. 117v-118; BNRJ, jornal Il Piccolo, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

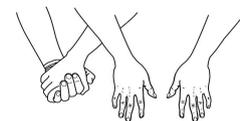
Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.

Em negrito: Pietro Catalini ocupou dois cargos numa mesma gestão.



**Quadro D9 - Eleições Gerais da SIMS "Gd'A", 1937 – gestão 1937**

<b>Votantes</b>	<b>Sócio</b>	<b>Profissão</b>	<b>Resultado</b>	<b>Reeleito (X)*</b>
<b>46</b>	Giuseppe Zaccaro	médico	P	X
	Domencio Mignoni	comerciante	VP	X
	Vincenzo Lanzieri	comerciante	S	X
	Aristide Muscari	comerciante	VS	X
	Ettore Bertelli	comerciante	T	X
	Pasquale Montoni	comerciante	F	
	Giuseppe Gerosa	**	F	
	Ampelio Meneghelli	comerciante	F	X
	Pietro Tricca	comerciante	RC	X
	Francesco Barbieri	comerciante	RC	
	Pasquale Borelli	comerciante	RC	
	Olivio Corradi	mecânico de automóvel	C	
	Gentile D'Angelo	comerciante	C	
	Pasquale Caruso	comerciante	C	X
	Vincenzo Bifani	comerciante	C	
	Antonio Stocco	comerciante	C	
	Armino Accorsi	fazendeiro/comerciante	C	
	Luigi Florio	comerciante	CS	
	Arnaldo Ragoneri	**	CS	
	Aurélío Raghini	comerciante	CS	
	Domenico Gregorin	comerciante	PB	
	Guerino Solfa	comerciante	PB	X

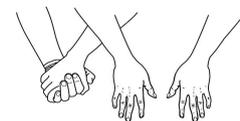
Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "Gd'A", p. 132-132v; BNRJ, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.



**Quadro D10 - Eleições Gerais da Casa d'Italia, 1938 – gestão 1938**

Votantes	Sócio	Profissão	Resultado	Reeleito (X)*
19	Giuseppe Zaccaro	médico	P	X
	Domencio Mignoni	comerciante	VP	X
	Vincenzo Lanzieri	comerciante	S	X
	Aristide Muscari	comerciante	VS	X
	Ettore Bertelli	comerciante	T	X
	Vincenzo Prota	comerciante	F	
	Giuseppe Gerosa	**	F	X
	Giovanni Pellinzon	industrial	F	
	Pietro Tricca	comerciante	RC	X
	Edoardo Pinfildi	comerciante	RC	
	Olívio Corradi	mecânico de automóveis	RC	X
	Martino Pedreschi	alfaiate	C	
	Gentile D'Angelo	comerciante	C	X
	Pasquale Montoni	comerciante	C	X
	Elbo Basaglia	**	C	
	Manoel Salinas	**	C	
	Armino Accorsi	fazendeiro/comerciante	C	X
	Luigi Florio	comerciante	CS	
	Arnaldo Ragoneri	**	CS	
	Aurélío Reghini	comerciante	CS	
	Guido Girol	fazendeiro	PB	
	Guerino Solfa	comerciante	PB	X

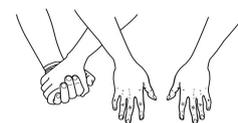
Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da *SIMS "Gd'A"*, p. 147v-148; BN RJ, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.



**Quadro D11 - Eleições Gerais da Casa d'Italia, 1939 – gestão 1939**

Votantes	Sócio	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	RC	C	CS	PB	Resultado	Reeleito (X)*
22	Giuseppe Zaccaro	médico	21										P	X
	Domenico Mignoni	comerciante		21									VP	X
	Vincenzo Lanzieri	comerciante			18								S	X
	Aristide Muscari	comerciante				17							VS	X
	Ettore Bertelli	comerciante					20						T	X
	Vincenzo Prota	comerciante						16					F	
	Ángelo Vezzu	industrial						14					F	
	Aldo Goldoni	industrial						11					F	
	Francesco Guzzo	industrial							15				RC	
	Vito Modesto Carone	**							15				RC	
	Guerino Solfa	comerciante							13				RC	X
	Martino Pedreschi	alfaiate								19			C	X
	Pasquale Montoni	comerciante								19			C	X
	Armindo Accorsi	fazendeiro/comerciante								18			C	X
	Pasquale Borelli	comerciante								18			C	
	Pietro Catalini	**								17			C	
	Edoardo Laise	**								17			C	
	Edoardo Pinfildi	comerciante									16		CS	X
	Augusto Tricca	alfaiate									16		CS	
	Salvatore Curti	comerciante									15		CS	
	Guido Girol	fazendeiro										19	PB	X
	Giuseppe Filardi	**										17	PB	

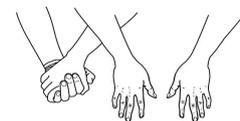
Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "Gd'A", p. 166-166v; BNRI, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.



**Quadro D12 - Eleições Gerais da Casa d'Italia, 1940 – gestão 1940**

Votantes	Sócio	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	RC	C	CS	PB	Resultado	Reeleito (X)*
19	Giuseppe Zaccaro	médico	18										P	X
	Domenico Mignoni	comerciante		18									VP	X
	Vincenzo Lanzieri	comerciante			19								S	X
	Aristide Muscari	comerciante				16							VS	X
	Ettore Bertelli	comerciante					18						T	X
	Ângelo Vezzu	**						**					F	X
	Ugo Tricca	sapateiro e músico						**					F	
	Ângelo Gerosa	comerciante						**					F	
	Francesco Guzzo	industrial							**				RC	X
	Vito Modesto Carone	**							**				RC	
	Luigi Nucci	**							**				RC	
	Augusto Tricca	alfaiate								**			C	X
	Pasquale Montoni	comerciante								**			C	X
	Salvatore Curti	comerciante								**			C	
	Martino Pedreschi	alfaiate								**			C	X
	Edoardo Pinfildi	comerciante								**			C	X
	Pasquale Borelli	comerciante								**			C	X
	Angelo Martani	**									**		CS	
	Aldo Goldoni	industrial									**		CS	X
	Pietro Catalini	**									**		CS	
Guido Girol	fazendeiro										**	PB	X	
Guerino Solfa	comerciante										**	PB	X	

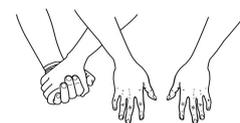
Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "Gd'A", p. 170v; BNRJ, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.



**Quadro D12 - Eleições Gerais da Casa d'Italia, 1941 – gestão 1941**

Votantes	Sócio	Profissão	P	VP	S	VS	T	F	RC	C	CS	PB	Resultado	Reeleito (X)*	
19	Giuseppe Zaccaro	médico	18										P	X	
	Domenico Mignoni	comerciante		18									VP	X	
	Vincenzo Lanzieri	comerciante			19								S	X	
	Aristide Muscari	comerciante				15							VS	X	
	Ettore Bertelli	comerciante					18						T	X	
	Ángelo Vezzu	**						15					F	X	
	Ugo Tricca	sapateiro e músico							11				F	X	
	Ángelo Gerosa	comerciante							9				F	X	
	Francesco Guzzo	industrial								19			RC	X	
	Luigi Florio	comerciante								14			RC	X	
	Luigi Nucci	**								7			RC	X	
	Salvatore Curti	comerciante									18		C	X	
	Pasquale Montoni	comerciante									18		C	X	
	Pasquale Borelli	comerciante									17		C	X	
	Edoardo Pinfieldi	comerciante									16		C	X	
	Augusto Tricca	alfaiate									19		C	X	
	Aldo Goldoni	industrial									16		C	X	
	Pietro Catalini	**										12	CS	X	
	Martino Pedreschi	alfaiate										12	CS	X	
	Ángelo Martani	**										10	CS	X	
	Guido Girol	fazendeiro											19	PB	X
	Guerino Solfa	comerciante											11	PB	X

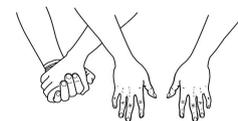
Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "Gd'A", p. 172; BNRJ, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.



**Quadro D13 - Eleições Gerais da Casa d'Italia, 1942 – gestão 1942**

Votantes	Sócio	Profissão	Resultado	Reeleito (X)*
21	Giuseppe Zaccaro	médico	P	X
	Domenico Mignoni	comerciante	VP	X
	Vincenzo Lanzieri	comerciante	S	X
	Aristide Muscari	comerciante	VS	X
	Ettore Bertelli	comerciante	T	X
	Vincenzo Prota	comerciante	F	
	Aurélio Reghini	comerciante	F	
	Francesco Bellissimo	comerciante	F	
	Francesco Guzzo	industrial	RC	X
	Guerino Solfa	comerciante	RC	X
	Ugo Tricca	sapateiro e músico	RC	X
	Augusto Tricca	alfaiate	C	X
	Pasquale Borelli	comerciante	C	X
	Salvatore Curti	comerciante	C	X
	Pietro Catalini	**	C	X
	Edoardo Laise	**	C	
	Pasquale Montoni	comerciante	C	X
	Silvestre Etruri	industrial	CS	
	Edoardo Pinfieldi	comerciante	CS	X
	Armino Accorsi	fazendeiro/comerciante	CS	X
	Guido Girol	fazendeiro	PB	X
	Ângelo Martani	**	PB	X

Fonte: SIBGd'A, Livro de Atas da SIMS "Gd'A", p. 177; BNRJ, jornal *Il Piccolo*, 26/10/1925; Pisani (1937, pp. 573-574).

Notas:

Leia-se: P (presidente), VP (vice-presidente), S (secretário), VS (vice-secretário), T (tesoureiro), F (fiscal), RC (revisor de contas), C (conselheiro), CS (conselheiro suplente) e PB (porta bandeira).

\*Reeleição independente do cargo ocupado na gestão anterior.

\*\*Não há registros.